FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.6
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.. Total de páginas: 110.
Dia/ Mês/Ano	1985
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculas na imprensa brasileira e alemã, no ano de 1985, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental contempla também algumas reportagens sobre declarações políticas da CNBB, como a relação com o presidente José Sarney no período.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Sarney.

Notas explicativas	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a "01". Lista das páginas em língua estrangeira: 56 e 57.

Bibliothek

CNBB

1985: Okt.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRJ

Institut für Brasilienkunde
KI-BR 102.6
Bibliothek
03.10.10

Bibliothek

Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB opina após anúncio formal

Da Reportagem Local

13/10/85 FSP

"A CNBB se manifestará após o anúncio oficial do presidente José Sarney", disse ontem o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Ivo Lorscheider, ao tomar conhecimento da disposição do presidente Sarney em se encontrar com o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, para discutir o pacto social. O vice-presidente da entidade, d. Benedito de Ulhôa Vieira, 65, também considerou conveniente uma manifestação da CNBB após o anúncio oficial de Sarney, mas acrescentou que se sua disposição se confirmar "é muito possível que o Presidente pretenda um diálogo com d. Arns tendo em vista a área sindical da metrópole paulista". D. Cândido Padin, 70, bispo de Bauru, a 337 quilômetros de São Paulo, que chegou ontem de Roma, após visita ao papa João Paulo 2º, disse que comentará o assunto após se inteirar dos acontecimentos no País, nos últimos dias.

O arcebispo de Ribeirão Preto, município distante 319 quilômetros de São Paulo, d. Romeu Alberti, 65, disse que devem ser valorizados todos os esforços no sentido de se garantir o diálogo. Para ele, "é triste quando um chefe de Estado se fecha em Brasília" e que, numa oportunidade de entendimento como esta, "não se deve ter em mente apenas os interesses particulares de determinados segmentos, mas também de toda a sociedade".

O arcebispo de Aparecida —a 173 quilômetros da capital paulista—, d. Geraldo de Moraes Penido, 67, considerou a disposição do Presidente "uma iniciativa louvável sobre todos os sentidos", dizendo que todos os entendimentos que possam levar a um diálogo aberto devem ser bem recebidos. "Diálogo é sempre uma esperança, especialmente num governo novo que está restaurando o sistema democrático. Com o entendimento de todos os membros da sociedade podemos alcançar bons frutos", acrescentou.

Para o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, 50, "cada um de nós, como cidadão, bispo ou não, tem interesse e o dever de participar de um diálogo nacional que possibilite viabilizar a paz no Brasil".

D. Paulo Evaristo Arns, que se encontra em trânsito pela Europa, foi procurado pela Folha em Munique e Bonn, na Alemanha Ocidental, onde está sendo esperado neste fim-de-semana para contatos com franciscanos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

17/10/85 FSP

Para d. Luciano, proposta de pacto ainda é abstrata

Da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem que o pacto social ainda é algo muito fluido, disperso, e que as classes trabalhadoras ainda não têm uma noção exata do que se trata. Segundo d. Luciano, é necessário que os diversos segmentos sociais, envolvidos na proposta do governo, sejam convenientemente esclarecidos para que possam ou não assumir as premissas do pacto.

O secretário-geral da CNBB acredita que as propostas que estão sendo feitas em nome do pacto social são matérias da Constituição e que deverão ser melhor debatidas por ocasião da Constituinte. "É a própria Constituição que deverá estabelecer as normas de convivência social, referindo-se às questões fundamentais do trabalho, salário e demais direitos do cidadão. O que não é possível —disse d. Luciano— é pedir maiores sacrifícios aos trabalhadores", afirmou.

Para d. Luciano, o pacto social que está sendo proposto pelo governo deve funcionar de tal forma que garanta a dignidade e o desenvolvimento da pessoa humana e o bem estar e a concórdia social. Ele defendeu também a posição da CUT, expressa pelo seu presidente, o sindicalista Jair Meneguelli, que afirmou não ser possível falar em pacto que implique em perdas para as classes trabalhadoras.

Sobre as declarações de Meneguelli, que afirmou não aceitar a mediação de d. Paulo Evaristo Arns no diálogo entre governo, empresários e trabalhadores, disse d. Luciano: "Ele tem o direito de se posicionar sobre o pacto nos termos que fez, ou seja, de não negociar com base em sacrifícios para os trabalhadores. Mas não acredito que a sua declaração tenha a intenção de subestimar a mediação de d. Paulo. Não creio também que esta declaração venha a atingir o relacionamento do presidente da CUT com d. Paulo".

Renúncia

Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), um pacto pressupõe renúncia das partes. Em sua opinião, os trabalhadores perderam através do achatamento salarial; as empresas privadas adaptaram-se à crise, racionalizando seus custos; e o governo, indiferente às condições adversas, continuou expandindo-se "de forma exagerada".

Desta forma, segundo ele, quem deve dar a maior contribuição para a execução do pacto é o governo, com a redução de suas despesas e do nível de intervenção na economia.

Polícia Federal pode intervir na questão agrária

17-10-85 FSP

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Justiça estuda a criação de uma tropa especial da Polícia Federal para intervir nas áreas de conflito agrário, informou ontem o secretário-geral do ministério, José Paulo Cavalcanti, 37. Ele inicia na próxima semana entendimentos com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a direção da Polícia Federal para esquematizar um plano de ação nos locais onde houver violência.

A partir da decisão do presidente Sarney de fazer a reforma agrária, os atritos pela posse e ocupação campo "aumentaram estupidamente", segundo a avaliação do secretário-geral. O tratamento que vem sendo dado a esses episódios "não é suficiente", porque ao Ministério da Justiça, por lei, cabe apenas informar às autoridades competentes sobre as denúncias de violência.

A competência para atuar na área de tensão é estadual e o governo federal só pode intervir se for convocado. Por isso, a criação da tropa de polícia especializada exigirá alterações na legislação, até mesmo na Constituição.

Cavalcanti enatizou que as áreas de tensão não estão imunes às influências políticas da região, "que se fazem sentir principalmente sobre a polícia local", exigindo a atuação federal. "Se a decisão do governo é efetivamente implementar a reforma agrária, é preciso comprometer todos os órgãos do governo", afirmou.

Para porta-voz, Sarney tornou o PNRA exequível

17-10-85 FSP

Da Sucursal de Brasília

"Se o presidente José Sarney não tivesse feito algumas alterações no Plano Nacional de Reforma Agrária, ele talvez ficasse até mais bonito, mas não sairia do papel", afirmou ontem o secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, jornalista Fernando César Mesquita. Ele rejeitou as críticas que estão sendo feitas ao PNRA, por "pessoas ditas responsáveis", afirmando: "São críticas de pessoas que não leram, não gostaram e estão dizendo besteiras", sustentou Mesquita.

O porta-voz classificou como uma das "besteiras" a de que o ex-deputado Célio Borja —assessor especial de Sarney— tenha levado ao presidente alterações substanciais ao texto original do ministro Nélson Ribeiro. "O presidente Sarney não tirou nada da essência do PNRA. Pelo contrário: as alterações que fez vão tornar a reforma agrária exequível" —acrescentou Fernando César Mesquita.

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INSTITUTO MOREIRA SALLES

25/1-01/85
FSP

Para d. Luciano, pacto requer metas sérias

Sucursal de Campinas

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem, em Itaici, município de Indaiatuba (SP), que "a viabilidade de um pacto social requer a seriedade das metas e a verificação, por parte do povo, de benefícios que sejam constatados nos setores de maior necessidade". Para ele, no entanto, as condições para a obtenção da meta governamental, quanto a evitar greves generalizadas, "são de difícil determinação, porque deveriam se poupar maiores sacrifícios aos trabalhadores que se encontram em situação de extrema dificuldade".

D. Luciano participou de um encontro nacional de padres e, em entrevista à imprensa, disse que a Igreja, nessa conjuntura, "conserva sua situação de contribuir para a formação não só da consciência individual, mas do padrão ético da sociedade, através de uma constante renovação do seu próprio testemunho, e também no incentivo da organização popular, de modo a que os trabalhadores sejam parte do processo que lhes compete". Ele citou como exemplo, dentro da reforma agrária, a colaboração da Igreja, imprimindo dimensão social no uso de suas terras.

Padres são barrados no Encontro Nacional

Da Sucursal do Rio

"A delegação do Rio de Janeiro no 1º Encontro Nacional de Padres não tem representatividade, pois o clero não foi consultado na escolha, que coube ao arcebispo do Rio", disse ontem o padre Daniel de Castro, 49, que esteve em Itaici para participar do Encontro, promovido pela Comissão Nacional de Padres (CNP, ligada à CNBB), mas foi barrado, junto com padre Ildefonso Escribano, 51, também do Rio.

Os dois padres não faziam parte da delegação carioca, mas pretendiam assistir as reuniões, o que não foi permitido. De acordo com padre Daniel, a CNP, na organização do Encontro, teve que optar entre "a liberdade e a submissão e ficou com a segunda alternativa". Padre Daniel, padre Ildefonso e outros quatro padres cariocas, foram afastados de suas paróquias, em 1984, por d. Eugênio Salles, arcebispo do Rio, acusados de "perturbadores da comunhão eclesial".

A assessoria da Arquidiocese do Rio negou que a delegação carioca no Encontro não seja representativa, "pois os participantes são membros do Conselho Presbiteral da Arquidiocese, eleito pelo próprio clero".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

Sarney convida igrejas cristãs

22/10/85

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

para diálogo sobre o pacto

O presidente José Sarney telefonou na semana passada, de Brasília, para d. Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), propondo-lhe uma reunião entre o governo e a Igreja Católica para uma discussão sobre as bases do pacto social ou entendimento nacional. D. Ivo agradeceu a atenção do Presidente, mas sugeriu que o diálogo, além da CNBB, envolvesse também os dirigentes das confissões cristãs que integram o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), com sede em Porto Alegre (RS). Sarney aceitou a proposta e já enviou convite ao Conic. Sua diretoria se reunirá em dezembro próximo para decidir se aceita o convite presidencial.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, já havia declinado no último sábado, ao retornar do Exterior, do convite do Presidente para atuar como mediador entre o governo e os trabalhadores nas negociações do pacto social. D. Paulo afirmou que os operários é que devem responder por seus interesses, mas ressalvou que poderia fazer uma mediação caso os trabalhadores exigissem. O cardeal declarou também que, com uma inflação alta, é natural que os assalariados queiram receber reajustes salariais a cada três meses.

O Conic, presidido por d. Ivo, é integrado pelas igrejas Católica Romana, Reformada Húngara, Episcopal do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Metodista. Duas igrejas —a Evangélica Luterana do Brasil (norte-americana) e a Evangélica Reformada do Brasil (Holandesa)— têm participação no Conselho como observadoras, enquanto a Igreja Presbiteriana Unida já formalizou seu pedido de filiação.

Embora o relacionamento entre o governo da "Nova República" e as igrejas —particularmente a Católica— seja caracterizado pelo diálogo, registra-se um clima de crescente frustração nas lideranças eclesiásticas, sobretudo em função das mudanças no Plano Nacional de Reforma Agrária e da manutenção, praticamente sem alterações, da emenda Sarney de convocação da Constituinte. Para a solenidade de anúncio da reforma agrária, por exemplo, a CNBB recusou proposta de Sarney para a celebração de uma missa no Palácio do Planalto.

Cortesia

Além do convite para a discussão do pacto, outro aceno de cortesia do governo para com a Igreja Católica aconteceu há duas semanas, com a liberação —por parte do SNI e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça— dos vistos de entrada para trinta missionários católicos, cujos pedidos tinham sido indeferidos no período de 1982 a 1984. A comunicação foi feita diretamente ao secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, que foi recebido, em audiência, pelos ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes (irmão do padre jesuíta José Mendes, colega de d.Luciano), e das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

A resposta de d.Ivo a Sarney, propondo um encontro mais amplo entre o governo e o Conic, indica o propósito do presidente da CNBB de demonstrar ao governo que as idéias sobre reforma agrária mais ampla e Constituinte exclusiva não pertencem somente à CNBB, mas são compartilhadas pelas demais igrejas cristãs reunidas no conselho.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IFCH/UNICAMP

31/10/1986 pp

CNBB considera preocupante o caráter sigiloso do projeto

As eventuais ameaças à cultura e à autonomia das nações indígenas da fronteira norte brasileira, a falta de consulta aos próprios índios e o caráter sigiloso do "Projeto Calha Norte", são alguns dos aspectos que preocupam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nesta iniciativa sigilosa do Conselho de Segurança Nacional. O assunto foi debatido até anteontem, em Brasília, durante a reunião ordinária da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB, havendo consenso quanto à gravidade do projeto, na visão dos bispos e assessores da Igreja, nos seus aspectos sociais, políticos e antropológicos.

Hoje à tarde, em Brasília, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo do Xingu (AM), d. Erwin Krautler, dará entrevista coletiva para apresentar a posição da entidade sobre o projeto.

"Razoabilidade"

Entre as preocupações do episcopado, estão as de que não tenha havido qualquer comunicação, por parte do governo, à sociedade civil brasileira, sobre o projeto e de que nele esteja embutida a chamada "teoria da razoabilidade", elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta teoria, o governo fixaria um limite máximo para as terras dos índios nas regiões de fronteira, com base nos cálculos habitualmente utilizados para fins de reforma agrária. Para o Cimi, a adoção deste critério poderia significar uma violência contra a tradição cultural indígena de uso e posse da terra.

Posições

Dentro da CNBB, na reunião de Brasília, foram colocadas duas posições básicas: uma defendendo um tratamento cuidadoso do "Projeto Calha Norte", considerando sua "gravidade", e outra —compartilhada pelo Cimi— a favor da imediata discussão sobre o tema, abrindo-se amplo debate em todo o país. (**Dermi Azevedo**)

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

7 15
8 30
945
11 15

1/11/85

FOLHA DE S. PAULO

1/

Presidente Sarney

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney recebe hoje a cúpula da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), representada pelo seu presidente, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito Ulhôa Vieira, e o secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida. A audiência foi solicitada anteontem pela CNBB.

A Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), da CNBB, reunida anteontem em Brasília, havia manifestado seu descontentamento com o que considerou "recuo do governo" em relação à reforma agrária e à constituinte. Estes, provavelmente, serão os assuntos da audiência, juntamente com uma discussão sobre o pacto social, proposto pelo governo e que, segundo a CNBB, ainda não estaria claro.

O presidente Sarney já havia manifestado interesse em conversar com setores da Igreja e seu encontro com o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, chegou a ser previsto. Durante a visita do presidente da França, François Mitterrand, o presidente Sarney encontrou-se com d. Luciano e teria dito que precisavam conversar. Hoje, d.

recebe hoje a CNBB

Luciano estará no Palácio do Planalto, mas para levar críticas da CNBB ao modo pelo qual o governo vem encaminhando questões que, segundo a entidade, são fundamentais.

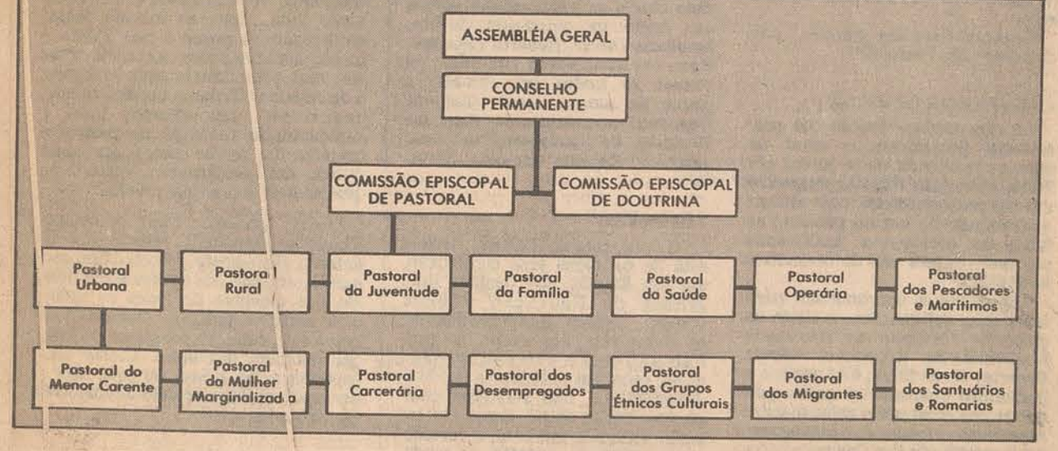
Incoerência

Segundo assessores da Presidência, o presidente Sarney continua interessado em conversar com d. Paulo, embora neguem que seu objetivo seja buscar no arcebispo de São Paulo um aliado para o pacto social.

Na avaliação da CEP, composta por onze bispos que avaliaram a conjuntura política do País, "há uma enorme incoerência entre o discurso do governo e a prática que vem adotando". Os bispos da comissão elegeram três pontos centrais, que são o alvo de suas críticas: a reforma agrária, o pacto social e a Constituinte. Quanto à reforma agrária, sustentam que o governo recuou em relação à primeira proposta do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). A CNBB discorda também da forma de convocação da Constituinte e considera que o pacto social, até agora, só serve como cortina de fumaça para manter a classe trabalhadora acomodada.

Editoria de Arte

A ESTRUTURA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MOREIRA SALLES

Críticas da CNBB ao governo dividem bispos

Da Reportagem Local

As críticas da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ao governo Sarney, feitas anteontem em Brasília, na reunião da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) —uma espécie de executiva nacional do episcopado católico—, não representam a unanimidade do pensamento dos bispos brasileiros. A CNBB manifestou descontentamento com o que considera "recuo do governo" no tratamento de questões como reforma agrária e convocação da Assembléia Constituinte.

"É mais fácil julgar do que fazer", afirmou ontem o arcebispo de Porto Alegre (RS), d. Cláudio Colling, 71, considerado conservador. D. Cláudio discorda das críticas da CNBB por entender que "o governo é quem sabe onde o sapato aperta" e sugeriu que a Conferência "confie na boa vontade e na reta intenção do presidente Sarney".

"Estamos decepcionados com os resultados da 'Nova República'", disse o arcebispo de João Pessoa (PB), d. José Maria Pires, 66, considerado progressista. Ele acrescentou que "não pode existir 'Nova República' com uma classe política velha como a que temos no Brasil" e afirmou que a Igreja "está descuidando da formação da nova classe política de que o País precisa". Para d. José, o Plano de Reforma Agrária, em sua nova versão, "representa um retrocesso para antes do Estatuto da Terra" e o Congresso constituinte "fere a vontade nacional". Com pouco tempo para entrar em detalhes, o cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, disse ontem que concorda com a opinião da CNBB.

Justiça social

Para o arcebispo de Manaus (AM), d. Clóvis Frainer, 54, moderado, "os rumos de duas grandes prioridades não estão bem definidos". Em sua opinião, a Igreja "tem dois interesses básicos: a implantação da justiça social e uma participação mais consciente do povo". Seu colega de Bauru (SP), d. Cândido Padin, 70, considerado progressista, apóia as preocupações da CNBB e diz que "a Igreja só pode opinar sobre o pacto social quando conhecer precisamente seus termos". Ele espera uma "correção" no Plano de Reforma Agrária, com a inclusão dos latifúndios improdutivos.

Pessoas competentes

Já o bispo auxiliar do Rio, d. Karl Romer, 53, da ala conservadora da CNBB, afirmou ontem que a Igreja "deve ouvir pessoas competentes sobre assuntos tão graves", pedindo a atenção de todos os políticos para "as imensas massas de deserdados, desamparados e desesperados do Brasil". Para o arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão, 60, também considerado conservador, as críticas não têm procedência "porque não está havendo recuo e o governo Sarney está fazendo o que é possível, politicamente". Ele disse que "a administração pública depende de circunstâncias" e acha que o Presidente "está procurando meios moderados para aplicar a reforma agrária".

Considerado um dos mais moderados entre os arcebispos brasileiros, o arcebispo coadjutor de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, 61, disse ontem, depois de muita relutância: "A Folha quer saber o que penso da 'Nova República'? Pois bem. A 'Nova República' está velha". (Dermi Azevedo)

CEDIM

2/11/85 FSP

CNBB define como "objetiva" a conversa com Sarney

Da Sucursal de Brasília

Matuite Mayezo/7.jun.85

"Foi uma conversa objetiva. Isto é muito bom". De acordo com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, este foi o saldo do encontro de uma hora e meia mantido ontem entre a presidência da entidade e o presidente José Sarney, durante audiência no Palácio do Planalto, em Brasília. Os bispos entregaram a Sarney uma cópia da carta que foi distribuída a todo o episcopado brasileiro contendo as conclusões da reunião mensal da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP).

Depois da audiência, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente da CNBB, d. Benedicto Ulhôa e o secretário-geral da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida (colaborador da Folha), concederam uma entrevista coletiva aos jornalistas em um tom mais moderado e conciliador do que o adotado na quarta-feira passada pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Afonso Gregory, responsável pela divulgação das conclusões da reunião mensal da CEP. Naquela ocasião, d. Afonso transmitiu o descontentamento da Igreja com o que classificou de "recuos do governo" a respeito da reforma agrária e a Constituinte e criticou a proposta do pacto social.

Dom Afonso Gregory afirmou nesta entrevista que a CNBB havia detectado "uma enorme incoerência entre o discurso político do governo e as suas ações práticas" e disse que o pacto social proposto pelo presidente Sarney era muito "fluido" e que a Igreja temia que "o pacto venha a consagrar e legitimar o privilégio de poucos". O bispo auxiliar do Rio afirmou ainda que o pacto social "é uma cortina de fumaça destinado a manter a classe trabalhadora acomodada".

Entrevistas canceladas

Depois desta entrevista, que teve grande repercussão no meio eclesiástico, os integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral cancelaram duas entrevistas prometidas aos jornalistas na sede da CNBB, uma na quinta-feira e a outra ontem, optando por conversar com os repórteres à saída da audiência com o presidente Sarney, ainda no Palácio do Planalto. Na sede da CNBB, onde d. Luciano havia prometido falar às 15h, neste horário estava à disposição dos jornalistas uma cópia da carta ao episcopado.

No Palácio do Planalto os bispos falaram pouco. Disseram que pediram a audiência para falar de assuntos de interesse da sociedade civil; pediram esclarecimentos sobre o que consideram pontos obscuros do programa de reforma agrária, consideraram importante a disposição do governo de implementá-lo e afirmaram que se a Assembléia Nacional Constituinte será ou não exclusiva ou congressual, "isto não é assunto da Igreja", segundo d. Ivo.

Na carta enviada ontem aos bispos, a CEP comunica a posição da CNBB sobre a Constituinte, reforma agrária e pacto social. "Estas são as idéias estudadas, os pontos nevrálgicos tocados, as preocupações que nos assaltaram."

Íntegra

É a seguinte a íntegra do documento:

Prezado Irmão no Episcopado,

Reunida, como todos os meses, a presidência da CNBB com a CEP, realizamos estudos sobre alguns assuntos da vida nacional, que nos parecem de grande importância. Pensamos em resumidamente comunicar ao episcopado algumas destas idéias para esclarecimento de todos. Muitos nos têm perguntado o que pensar e dizer. Cremos ser útil o que aí vai para reflexão de todos.

1- Constituinte

Na nossa carta de 26 de setembro de 1985, lembramos "a crescente estranheza de camadas cada vez mais amplas da população, diante da eventualidade de uma Assembléia Constituinte profundamente marcada por vícios de épocas anteriores". Evocamos o risco dessa situação "cavar um fosso profundo entre o Congresso e o povo".

Os últimos acontecimentos no Congresso, por casião da discussão da emenda constitucional do Executivo, evidenciam uma resistência política em favorecer a mobilização e participação popular no processo da formação da Constituinte.

Tentativas feitas por alguns deputados no sentido de assegurar maior participação da sociedade civil não conseguiram, num primeiro turno, sensibilizar o Congresso Nacional.

Preocupa-nos a exclusão, nesse processo, de uma participação significativa do povo brasileiro, de suas entidades e associações. Tem-se a impressão de que, depois de um avanço em termos de democracia participativa, estamos diante de sério recuo.

Parece-nos necessário, e não é fugir à missão educadora da Igreja, conscientizar o nosso povo sobre os vícios que estigmatizaram a vida política do Brasil em várias épocas e estimular a mobilização dos leigos para, enquanto é tempo, exigirem dos futuros constituintes as corajosas mudanças que nos tragam a verdadeira democracia tão sonhada.

Sob os auspícios da CNBB foi publicado o pequeno volume "Igreja e Constituinte", valioso subsídio para as Comunidades Católicas, que poderá despertar nos leigos o desejo de participação no processo político. Há ainda tempo suficiente, antes das eleições de 86 e da Constituinte de 87, para o povo assumir o papel ativo que lhe cabe.

2- Reforma Agrária

Na visita, para nós honrosa, que o Exmo. Senhor Presidente José Sarney fez à sede da CNBB, a 25 de junho p.p., deixamos claro a Sua Excelência o interesse da Igreja do Brasil pela reforma agrária e mostramos nossa preocupação pelos conflitos de terra e pela violência no campo, originando dezenas de mortes. No Congresso Eucarístico Nacional de Aparecida, em julho, quase cem bispos presentes assinaram uma carta de apoio à reforma agrária, que o sr. Presidente se mostrara disposto a realizar. Havia solene compromisso da "Nova República" de efetivar a esperada reforma, não obstante a oposição forte de conhecidos setores sociais. Surgiu, então, no coração dos trabalhadores rurais a esperança de que o problema fundiário seria finalmente enfrentado, depois de tantos anos.

Quando, agora em outubro, o Plano Nacional da Reforma Agrária foi assinado pelo Presidente da República, evidenciou-se que o texto ficara aquém das justas aspirações dos trabalhadores rurais e das esperanças da própria Igreja. Restringiu-se e dificultou-se o recurso à desapropriação. O texto legal protege o "latifúndio produtivo" sem definir o que é latifúndio produtivo. Teme-se, por alguns indícios inquietantes, que este importante tema social da reforma agrária venha de novo a ser colocado sob a égide dos órgãos da Segurança Nacional.

Devemos permanecer solidários com o trabalhador do campo, talvez desesperançado, que não gostaríamos de ver envolvido em problemáticas invasões ou em atos de violência.

Reconhecemos o passo dado pelo governo com o decreto da reforma agrária. Todavia, não o consideramos suficiente. Compreendemos as fortes pressões sofridas pelo Presidente da República. Devemos ajudar nossos irmãos do campo e as autoridades a que se consiga o aperfeiçoamento —o que é possível, sem dúvida— desta necessária lei para a paz social no Brasil.

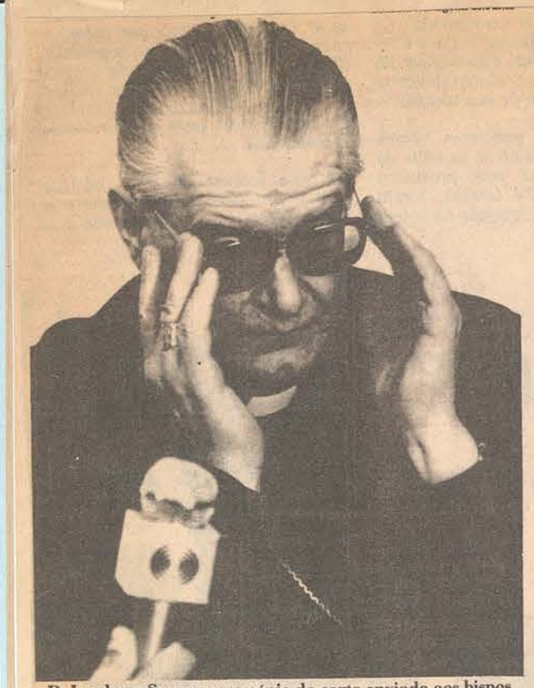
3- Pacto Social

Lê-se nos jornais que o governo tem procurado dialogar com a sociedade civil, propondo um "pacto social". A Igreja, através da CNBB, vem sendo interrogada sobre isto. Embora a atitude de diálogo e a disposição à conversação sejam sempre elogiáveis, não está claro ainda o que vem a ser este pacto social. Quais seriam seus conteúdos? O que se pretende, com ele, para o bem do Brasil? Qual a colaboração que os interlocutores podem e devem oferecer? Qual a representatividade e credibilidade que eles devem ter para se sentarem juntos à mesa das conversações?

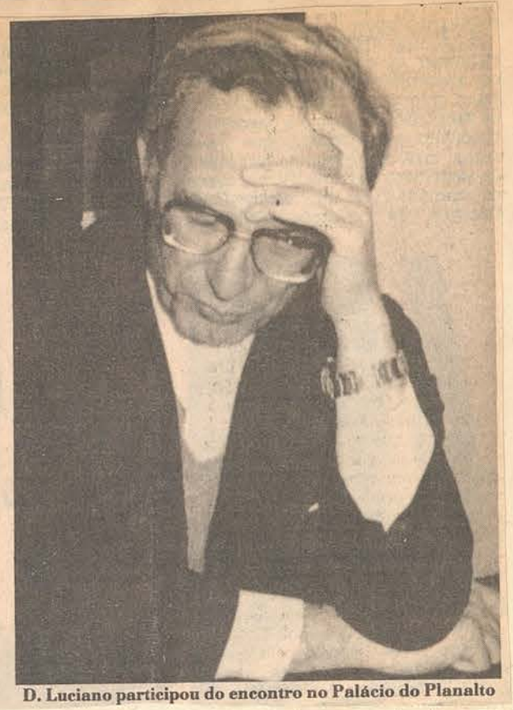
Prezado Irmão,

Estas são, resumidas, as idéias estudadas, os pontos nevrálgicos tocados, as preocupações que nos assaltaram. Em espírito de comunhão e participação, comunicamos, por meio desta, aos Irmãos-Bispos o resultado dos nossos estudos, crendo ter prestado serviço a todos.

Cordialmente,
Ivo Lorscheiter
Presidente da CNBB



D. Ivo deu a Sarney uma cópia da carta enviada aos bispos



D. Luciano participou do encontro no Palácio do Planalto

Entidade passa a adotar posições mais conciliatórias

Da Sucursal de Brasília

Na quarta-feira passada, depois da reunião da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), a presidência da CNBB indicou o bispo-auxiliar do Rio, d. Afonso Gregory, para ser o interlocutor, junto aos jornalistas, das conclusões da entidade sobre o pacto social, a reforma agrária e a Constituinte. As conclusões da CEP manifestavam o descontentamento da Igreja com as ações governamentais, apontando o que considerava "grandes recuos do governo". Depois da audiência com o presidente Sarney, da qual participaram os três integrantes da presidência da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, d. Benedicto Ulhôa e d. Luciano Mendes de Almeida, o discurso da CNBB mudou para um tom mais moderado e conciliador.

A respeito do pacto social, a CEP havia concluído que "a proposta do governo não é clara, não objetiva a melhoria das grandes massas e poderá legitimar privilégios de poucos. O governo não mantém coerência entre o discurso político e as ações que vem adotando, como ocorreu nos episódios da reforma agrária e Constituinte". Ontem depois da reunião com o presidente Sarney, a CNBB afirmou que não cabe a ela "pedir conta dos atos do governo, por isso a conversa se caracterizou por uma troca de opiniões. Quanto ao pacto social, por exemplo, pedimos esclarecimentos a respeito e, embora reconhecendo que a idéia ainda não está madura, temos esperança de que dará certo".

Quanto à reforma agrária, a CEP afirmou que "o plano do governo representou um enorme recuo. O governo cedeu às pressões dos grandes grupos econômicos. A centralização nas mãos do Presidente da República da decisão sobre os planos regionais coloca estes programas à mercê das pressões econômicas. A transformação do conceito de desapropriação, que não é mais um instrumento prioritário para a reforma agrária, é negativo". Ontem, a CNBB declarou que "o presidente Sarney demonstrou que quer a reforma agrária e insiste em que ela seja implantada dentro do parâmetro legal, mas com determinação. É isso que importa. A Igreja quer dar força ao governo para implantar a reforma agrária e torce para que ela se realize".

Sobre a Constituinte, a CEP dizia que "a Igreja está descontente e decepcionada com a opção pela Constituinte congressual, na medida em que esta fórmula deixa à margem do processo os importantes segmentos representativos da sociedade". Depois da reunião de ontem com o presidente José Sarney, a posição divulgada pela CNBB afirmava que "quanto à forma de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, se ela será exclusiva ou não, isto não é assunto da Igreja e não foi conversado durante a audiência".

Bispos canadenses analisam Concílio

Da Reportagem Local

"O Concílio Vaticano 2º foi muito bem recebido no Canadá", disse a Conferência Episcopal canadense em documento enviado recentemente ao Vaticano, como subsídio para a próxima assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos, a ser realizada de 24 próximo a 8 de dezembro, sob a presidência do papa João Paulo 2º. Destacando que, nestes vinte anos, no Canadá, o Concílio não provocou "nem divisões importantes, nem rejeições sistemáticas", os bispos pedem a atenção dos padres sinodais para os dois principais documentos conciliares —as constituições "Gaudium et Spes" e "Lumen Gentium"— enfatizando as teses sobre a colegialidade episcopal, a teologia das igrejas particulares, os ministérios, a formação da consciência, além da Igreja como sacramento de salvação.

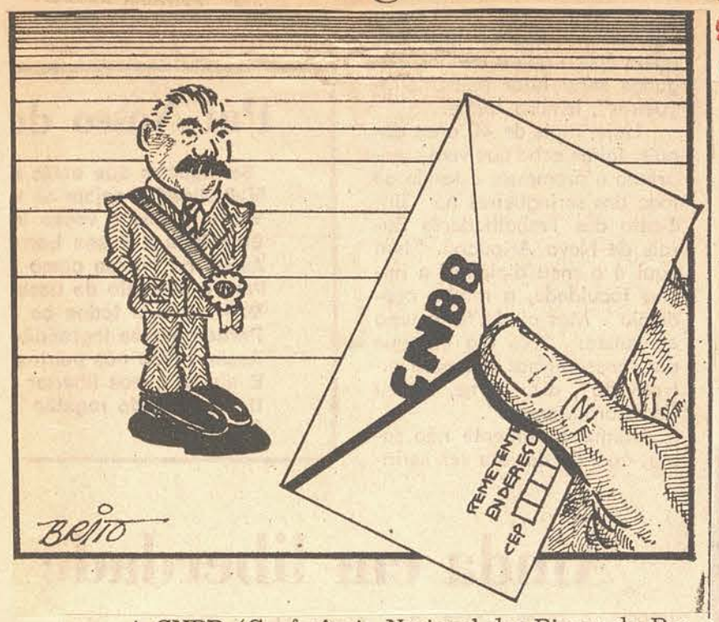
No documento, os bispos do Canadá pedem relações mais estreitas entre o Sínodo e as Conferências Episcopais e criticam "a tendência à centralização e à uniformização" por parte da Cúria Romana, sugerindo que o Sínodo "se oponha" a esta tendência "no próprio espírito do Vaticano 2º".

No aspecto cristológico, os subsídios canadenses para o Sínodo sugerem "um discurso sobre Deus e uma cristologia mais identificada e mais facilmente comunicável e compreensível para o homem contemporâneo".

Leia no Primeira Leitura —Ilustrada— "Chegou o momento de dizer abertamente o que penso', de Hans Kung. (Págs. 42 e 43)

CNBB entrega carta ao presidente Sarney

8/11/85
O S P



A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) entregou, no último dia 1.º, ao presidente José Sarney, um documento avaliando a ação do Governo Federal quanto a três questões, consideradas de grande importância para a vida política nacional.

No documento os bispos mostraram-se preocupados com a exclusão de setores significativos da sociedade no processo Constituinte, lamentaram que o Plano Nacional de Reforma Agrária tenha ficado aquém das expectativas dos trabalhadores rurais e da própria Igreja e questionaram sobre o que representa a proposta do pacto social, formulada pelo governo, amplamente comentada mas até agora não esclarecida.

O documento, preparado pela Comissão Episcopal de Pastoral foi entregue ao presidente de República por D. Ivo Lorscheider (presidente da CNBB), D. Benedicto Ulhoa (vice-presidente) e D. Luciano Mendes de Almeida (Secretário Geral). Eis o documento, na íntegra:

Prezado Irmão no Episcopado,

Reunida, como todos os meses, a presidência da CNBB com a CEP, realizamos estudos sobre alguns assuntos da vida nacional, que nos parecem de grande importância. Pensamos em resumidamente comunicar ao episcopado algumas destas idéias para esclarecimento de todos. Muitos nos têm perguntado o que pensar e dizer.

Cremos ser útil o que aí vai para reflexão de todos.

1. — **Constituinte**

Na nossa carta de 26 de setembro de 1985, lembramos "a crescente estranheza de camadas cada vez mais amplas da população, diante da eventualidade de uma Assembléia Constituinte profundamente marcada por vícios de épocas anteriores". Evocamos o risco dessa situação "cavar um fosso profundo entre o Congresso e o povo".

Os últimos acontecimentos no Congresso por ocasião da discussão da emenda constitucional do Executivo, evidenciam uma resistência política em favorecer a mobilização e participação popular no processo da formação da Constituinte. Tentativas feitas por alguns deputados no sentido de assegurar maior participação da sociedade civil não conseguiram, num primeiro turno, sensibilizar o Congresso Nacional.

Preocupa-nos a exclusão, nesse processo, de uma participação significativa do povo brasileiro, de suas entidades e associações. Tem-se a impressão de que, depois de um avanço em termos de democracia participativa, estamos diante de sério recuo.

Parece-nos necessário, e não é fugir à missão educadora da Igreja, conscientizar o nosso povo sobre os vícios que estigmatizaram a vida política do Brasil em várias épocas e estimular a mobilização dos leigos para, enquanto é tempo, exigirem dos futuros constituintes as corajosas mudanças que nos tragam a verdadeira democracia tão sonhada.

Sob os auspícios da CNBB foi publicado o pequeno volume "Igreja e Constituinte", valioso subsídio para as Comunidades Católicas, que poderá despertar nos leigos o desejo de participação no processo político. Há ainda tempo suficiente antes das eleições de 1986 e da Constituinte de 87, para o povo assumir o papel ativo que lhe cabe.

2. — **Reforma Agrária**

Na visita para nós honrosa, que o Exmo. Senhor Presidente José Sarney fez à sede da CNBB, a 25 de junho p.p. deixamos claro a Sua Excelência o interesse da Igreja do Brasil pela reforma agrária e mostramos nossa preocupação pelos conflitos de terra e pela violência no campo originando dezenas de mortes. No Congresso Eucarístico Nacional de Aparecida, em julho, quase cem bispos assinaram uma carta de apoio à reforma agrária, que o Sr. Presidente se mostrou disposto a realizar. Havia solene compromisso da "Nova Repúbli-

ca" de efetivar a esperada reforma, não obstante a oposição forte de conhecidos setotores sociais. Surgiu, então, no coração dos trabalhadores rurais a esperança de que o problema fundiário seria finalmente enfrentado, depois de tantos anos.

Quando, agora em outubro, o Plano Nacional da Reforma Agrária foi assinado pelo Presidente da República, evidenciou-se que o texto ficara aquém das justas aspirações dos trabalhadores rurais e das esperanças da própria Igreja. Restringiu-se e dificultou-se o recurso à desapropriação. O texto legal protege o "latifúndio produtivo" sem definir o que é latifúndio produtivo. Teme-se, por alguns indícios inquietantes, que este importante tema social da reforma agrária venha de novo a ser colocado sob a égide dos órgãos da Segurança Nacional.

Devemos permanecer solidários com o trabalhador do campo, talvez desesperançado, que não gostaríamos de ver envolvido em problemáticas invasões ou em atos de violência.

Reconhecemos o passo dado pelo governo com o decreto da reforma agrária. Todavia, não o consideramos suficiente. Compreendemos as fortes pressões sofridas pelo Presidente da República. Devemos ajudar nossos irmãos do campo e as autoridades a que se consiga o aperfeiçoamento — o que é possível, sem dúvida — desta necessária lei para a paz social no Brasil.

3. — **Pacto Social**

Lê-se nos jornais que o governo tem procurado dialogar com a sociedade civil, propondo um "pacto social". A Igreja, através da CNBB, vem sendo interrogada sobre isto. Embora a atitude de diálogo e a disposição à conversação sejam sempre elogiáveis, não está claro ainda o que vem a ser este pacto social. Quais seriam seus conteúdos? O que se pretende, com ele, para o bem do Brasil? Qual a colaboração que os interlocutores podem e devem oferecer? Qual a representatividade e credibilidade que eles devem ter para se sentarem juntos à mesa das conversações?

Prezado Irmão,

Estas são, resumidas, as idéias estudadas, os pontos nevrálgicos tocados, as preocupações que nos assaltaram. Em espírito de comunhão e participação, comunicamos, por meio desta, aos Irmãos-Bispos o resultado dos nossos estudos, crendo ter prestado serviço a todos.

Cordialmente,
Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB

Fernando Lyra diz não ter sofrido pressões da CNBB

15/11/85 FSP

Da Redação da **Folha**

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, negou anteontem que tenha sofrido qualquer tipo de pressão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para recomendar à empresa Alvorada, distribuidora do filme "Je Vous Salue, Marie" (Ave Maria), do franco-suíço Jean-Luc Godard, que não enviasse a fita à Censura. De acordo com os organizadores do 3º Festival de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro (FestRio), que começa no próximo dia 21 na capital carioca, não só o ministro da Justiça, como o próprio presidente José Sarney teriam sido pressionados pela CNBB para que o filme não fosse liberado no Brasil. Assim, a solução teria sido uma recomendação para que as cópias não fossem encaminhadas à Divisão de Censura Federal, a fim de que a fita não conseguisse o certificado liberatório (sem o qual não poderia entrar em circuito comercial).

Também anteontem, a direção do FestRio divulgou uma nota oficial esclarecendo ter solicitado à empresa Alvorada que cedesse a cópia do filme de Godard, a fim de que ele pudesse ser exibido na mostra, numa retrospectiva do cineasta franco-suíço. No entanto, segundo o documento, "a Alvorada, por razões comerciais, preferiu não colocar a cópia de 'Je Vous' em circulação". Diante disso, o Festival decidiu suspender a "Retrospectiva Godard", que se encerraria, justamente, com "Je Vous Salue, Marie". O comunicado esclarecia ainda que a organização do FestRio jamais recebeu qualquer tipo de pressão do governo ou da Censura. E mais: o evento, paradoxalmente, mantém "estreitas relações" com a Oficina Católica Internacional, que participa do Festival com um júri especial, "não tendo se manifestado, de nenhuma forma, contra a inclusão da fita no FestRio".

CNBB

Em reportagem publicada pela **Folha** anteontem, o subsecretário geral da CNBB, dom Celso Pedro da Silva, dizia não aceitar a nova obra cinematográfica de Jean-Luc Godard, confirmando o veto da Conferência à exibição do filme no País. No mesmo dia, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, distribuiu uma nota à imprensa para justificar sua posição também contrária à liberação de "Je Vous Salue, Marie". Segundo dom Luciano, "Godard tem o direito de apresentar na tela os personagens que quiser. Só não pode deformar intencionalmente pessoas, cuja dignidade e significação religiosa devam ser respeitadas".

Diz a nota que "não é preciso ser católico para entender o argumento do respeito à verdade histórica e à dignidade da mãe de Jesus Cristo, filho de Deus." Dom Luciano diz não saber o motivo de "tanto alarme por um fato de evidente justificação, como é não aceitar que possa ser desrespeitada a consciência religiosa da maioria do povo brasileiro."

O diretor da Divisão de Censura Federal, Coriolano Loyola Cabral Fagundes, esteve quarta-feira com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, mas o teor da conversa entre ambos não foi divulgado. Cabral Fagundes disse que o filme ainda não deu entrada na Censura. Mas afirmou: "Desde a extinção do 'Index Proibitorum' a Igreja não dá mais palpite". Para Coriolano, "está havendo mais impressão do que pressão; o filme pode ser liberado, já que no Brasil há liberdade religiosa".

"Je Vous Salue, Marie" faz inúmeras referências à vida da Virgem Maria, incluindo cenas de nudez.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

15/11/85 OSP

Lutar pela justiça é uma função pastoral

As reações a respeito da carta enviada a todos os Bispos do Brasil pela Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) são as mais diversas, incluindo opiniões divergentes até de eminentes prelados. Este documento, é uma espécie de circular para os Bispos, contando quais foram os pontos que os integrantes daquela Comissão estudaram na última reunião ordinária. Não é uma declaração oficial e nem é destinada ao presidente da República e nem uma carta aberta à imprensa ou à população. É necessário esclarecer que a CEP é um organismo da CNBB e seus integrantes são eleitos pelas Assembléias da própria Conferência Nacional, para uma função específica determinada pelos próprios estatutos. Essa carta está dentro dessa função específica da CEP.

Função específica de qualquer pastor da Igreja é sempre estar preocupado com aquilo que realmente está de acordo com o bem comum. lutar pela justiça e pelo bem comum é uma função pastoral e isto está configurado nos escritos e nas atitudes dos Santos Padres, que usavam uma linguagem indubitavelmente mais forte e bem mais direta da que a CNBB tem usado em seus documentos. E o Apóstolo Tiago deixou bem claro em sua carta que de nada adianta dizer aos famintos: "Deus vos abençoe", se antes o discípulo que pretende seguir a Cristo, não saciar a fome dos deserdados da terra. Daí sim, pode dizer: "Deus vos abençoe" (cfr. Tg 2,14-26).

Afirmar que Reforma Agrária, Constituinte e Pacto Social podem interessar ao povo, mas não interessam aos Bispos, não é o mesmo que dizer que o destino das ovelhas nada tem a ver com o destino dos pastores e que os pastores e o povo não formam, dentro da Igreja, uma mesma unidade? Pelo menos não parece que Jesus tenha descrito assim a figura do verdadeiro pastor, segundo narra São João (cfr. Jo. 10, 11-17). O interessante é que os judeus, quando ouviram Jesus afirmar que o pastor deve até dar sua vida pelas ovelhas, fizeram o seguinte comentário: "Ele tem um demônio! Está louco! Por que é que vocês escutam o que ele fala"? (Jo 10, 20).

Diante de tudo isso, como soam bem as palavras de Dom José Mário Stroeher, auxiliar de Porto Alegre, citando o Vaticano II e o Documento de Puebla: "A Igreja deve lutar para que os homens tenham o que comer e vestir, e no Brasil e na América Latina temos multidões de pessoas famintas". Não são essas as obras de misericórdia, não é isso o que indicam os critérios para o julgamento final, lembrados por São Mateus (25, 31-46)?

Se a Reforma Agrária, a Constituinte e o Pacto Social, como estão sendo propostos não representarem o verdadeiro interesse do bem comum, é um dever decorrente da própria missão dos pastores, esclarecer isso para o povo.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

JORNAL DO BRASIL
Data 25/11/83
Caderno ____ Pág. ____

CNBB recebe documento em que D. Waldir apóia greve

BRASÍLIA — A Igreja apóia as greves. "É um modo de proceder que a doutrina social reconhece como legítimo", essa foi a argumentação utilizada por Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, Estado do Rio, ao apresentar o dossiê *Greve na Companhia Siderúrgica Nacional — Assassinato de três trabalhadores*, durante a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se encerra hoje em Brasília.

O dossiê reúne depoimentos de trabalhadores que participaram da greve de 17 dias na Siderúrgica, que chegou ao fim anteontem com a aprovação da contra-proposta do governo, notas distribuídas à população pela Pastoral Operária, reportagens publicadas nos principais jornais do país e o testemunho do próprio bispo, convidado pelo presidnete da empresa, Juvenal Osório Gomes, para ser o interlocutor dos grevistas. No entanto, Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda há 22 anos, afirma que tenha sido chamado para conversar "quando já havia mortos". De qualquer modo, acredita Dom Waldir, "a mediação não foi do bispo e sim do sangue dos operários, que tomaram consciência da força do direito de greve".

De acordo com as informações levantadas pelo bispado de Volta Redonda, foram 3 mil os soldados do Exército que invadiram a Siderúrgica, e "muitos deles estavam numa fúria selvagem". O conflito começou com a agressão de um operário por um sargento, conforme o dossiê, e imediatamente iniciou-se o tiroteio, resultando na morte de três trabalhadores e ferimentos em 20 deles.

— Alguns companheiros, ao se aproximarem da aciaria, ouviram gritos de "é civil, atirem nele". Foram brutalmente apanhados de surpresa ao retornarem do refeitório após o jantar. Esse é o testemunho de um operário da Siderúrgica identificado como S. Marques.

Fernando Luís Ribeiro, que participou da manifestação de solidariedade aos grevistas, morador de Volta Redonda, fraturou o braço e teve cortes na perna quando os soldados dispersaram os grupos em frente à Siderúrgica. Ele conta:

— O que aconteceu foi uma arbitrariedade do governo Sarney para com o povo brasileiro. Ele rasgou a Constituição. Cumpri-la seria a atitude certa e correta.

Um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, Vanderlei Barcelos, afirmou que "falar em tiro por parte dos operários é uma aberração. Nós revidamos tiros de fuzil com pedras e pedaços de pau".

O bispo de Volta Redonda também denuncia no dossiê que "o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, aprovou a ocupação da Siderúrgica e depois justificou o ataque dizendo que era a mando do general Lopes da Silva". Sobre o Presidente da República no episódio, o dossiê diz que "Sarney, totalmente desinformado e perdendo o bom senso mínimo, responsabilizou, em conversas particulares, a CUT, e a acusou de querer desestabilizar o regime".

Também não faltam críticas à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: "Os atuais dirigentes do sindicato são todos candidatos a prefeito ou verador pelo PDT (o dossiê foi preparado antes das eleições do dia 15), e isso marca inevitalmente a atuação do sindicato. Nas assembléias a palavra fica sob controle do sindicato; não tem voz discordante que possa se expressar, nem debate para discutir as propostas e decisões."

O documento também menciona nota distribuída pela Pastoral Operária de Duque de Caxias afirmando que "o que estamos vendo com esses acontecimentos é um governo fraco que se sustenta pelas armas: o Exército dirige camufladamente este país".

Dom Afonso Gregory, bispo de Imperatriz, no Maranhão, comentou o dossiê apresentado à 21ª Reunião afirmando que "os episódios de Volta Redonda são lamentáveis, sobretudo porque os operários nem reivindicavam aumento, apenas reposição salarial". Para Dom Afonso Gregory, "a única saída para o país é dar continuidade ao processo constitucional, que não se encerrou com a aprovação da Constituição; ainda faltam as leis complementares e construir um pacto social com maior participação dos trabalhadores".

Cardeal critica governo no palácio

BRASÍLIA — "Promessa". Foi o que o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recebeu ontem do ministro Ronaldo Costa Couto, na condição de Ministro do Trabalho, para interceder junto ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, no sentido de que reveja as demissões dos metroviários durante a última greve da categoria. Mesmo com a promessa, Dom Evaristo, ao deixar o gabinete do ministro, no Palácio do Planalto, criticou o comportamento do governo em relação às últimas greves no país.

— Fiquei muito decepcionado com o tratamento dado aos trabalhadores de Volta Redonda. Não esperávamos que o governo agisse assim, até porque é contra a nova Constituição — observou Dom Paulo, cobrando do Congresso Nacional a regulamentação imediata do Direito de greve assegurado na Carta promulgada dia 5 de outubro.

Dom Paulo foi ao Palácio do Planalto, acompanhado do presidente do Sindicato dos Metroviários da capital paulista, Paulo Otávio Azevedo Júnior, pedir a Costa Couto que interceda junto ao governador Orestes Quércia para que sejam revistas as 357 demissões de funcionários do Metrô de São Paulo, em função da greve de início do mês.

Na opinião de Dom Paulo Evaristo, o governo federal terá que levar em consideração o resultado das urnas do dia 15 e modificar sua forma de agir em relação aos trabalhadores. "O governo há de tomar em consideração que o trabalhador em toda a parte protestou", afirmou o Cardeal.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

CNBB apresenta balanço positivo da aplicação do Concílio no Brasil

26-11-85 FSP

Do enviado especial

A Teologia da Libertação e o desenvolvimento das comunidades eclesiais de base são alguns dos principais benefícios trazidos pelo Concílio Vaticano 2º para a Igreja no Brasil, segundo consta da síntese das respostas que o episcopado brasileiro enviou à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) sobre as quatro perguntas encaminhadas pelo Vaticano para preparar a segunda assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos. A síntese já foi encaminhada à secretaria geral do Sínodo pelo presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. O documento dos bispos brasileiros esclarece, contudo, que "nem tudo o que aconteceu de positivo ou de negativo após o Concílio lhe deve ser creditado ou debitado" e que "outras causas intra e extra-eclesiais agiram concomitantemente com o Concílio".

Foram estas as quatro perguntas encaminhadas pelo Vaticano a todas as conferências episcopais: "1. O que foi feito para que o Concílio seja conhecido fielmente e traduzido na prática? 2. Que benefícios vieram do Concílio para a vida concreta da Igreja em sua região? 3. Registraram-se erros ou abusos na interpretação ou aplicação do Concílio? Por quê? 4. Que dificuldades foram encontradas na aplicação do Concílio com vistas às novas exigências que emergem das atuais mudanças? O que deve ser estabelecido pelo Sínodo extraordinário para realizar os ulteriores objetivos, segundo o espírito e a letra do Vaticano 2º?"

A síntese brasileira indica que o Concílio foi divulgado sobretudo junto ao público letrado e às elites intelectuais, mas a principal divulgação ocorreu com a renovação pastoral, "toda ela impregnada das idéias e decisões do Concílio". Quanto aos principais benefícios, a CNBB aponta "uma Igreja mais de acordo com as exigências de uma sociedade urbana e industrial, mais aberta aos tempos e ao mundo, menos triunfalista, mais consciente de ser peregrina e servidora da humanidade e reconhecendo seus limites e pecados históricos, (uma Igreja) que redescobre sua missão profética, como anúncio, denúncia e testemunho, chegando até o martírio pelo evangelho da justiça e do amor".

Outros resultados apontados pela CNBB: "Uma Igreja desvinculada das estruturas de riqueza e poder enquanto opressoras do povo, assumindo a opção preferencial pelos pobres e o compromisso da nobre luta pela justiça, pela libertação integral; uma crescente credibilidade da Igreja junto aos pobres, aos jovens e aos intelectuais; uma grande renovação da teologia, particularmente na eclesiologia a Teologia da Libertação, ligando doutrina, espiritualidade, prática pastoral e nobre luta pela justiça, desmascarando os mecanismos de dominação e o Deus deste mundo: a riqueza acumulada às custas da dignidade dos pobres, prediletos de Deus.

Erros e abusos

Mais adiante, na síntese das respostas sobre erros ou abusos na aplicação do Concílio, o episcopado brasileiro faz as seguintes observações prévias: "1. No Brasil, há a triste coincidência do pós-Concílio com o regime militar que, em nome da segurança nacional e na defesa do capitalismo, oprimiu e até suprimiu setores expressivos da Igreja, dificultando o processo de renovação eclesial, gerando desconfianças, suspeições e cisões dolorosas. 2. Nem tudo o que de incorreto aconteceu no primeiro período pós-Conciliar continua a ocorrer; característicos de um período de mudança e incerteza, esses erros e abusos, crises e tensões foram sendo corrigidos e superados pelo amadurecimento das pessoas, pela ação vigilante dos pastores, principalmente unidos em conferência episcopal. 3. Esses desvios não se deram em toda parte, nem com a mesma intensidade. 4. Na apreciação do que se chama erro ou abuso há fatores subjetivos: o que a um pode parecer abusivo ou excessivo, a outros pode parecer correto e virtuoso".

São apontados, em seguida, trinta "erros ou abusos", entre os quais "a falta de coragem e de criatividade para praticar o Concílio, a atuação de certas elites econômicas e políticas que querem a Igreja divorciada dos problemas sociais e distante do povo, o espiritualismo de alguns movimentos leigos, unilateralismos ou radicalismos, a clericalização dos leigos, excessos na Teologia da Libertação, crise nos seminários e na vida clerical", entre outros. **(Dermi Azevedo)**

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB acusa PM de matar e seqüestrar no Maranhão

JB 26-11-85 Belo

Brasília — Um contingente de 100 soldados da Polícia Militar do Maranhão, comandado pessoalmente pelo Secretário de Segurança Pública, coronel João Antonio Silva Junior, segundo denúncia do secretário geral da CNBB, D. Luciano Mendes, invadiu a localidade de Pau Santo, distrito de Bacabal e, disparando a esmo, matou o lavrador Manoel Monteiro de Souza, de 78 anos, que estava na varanda de sua casa.

Os policiais militares tinham seqüestrado dois menores — Domingos José da Cruz e Antonio José de Carvalho— que participavam, no sábado, de uma reunião de lavradores na localidade de Aldeias, a 300 quilômetros de São Luís. Após a prisão dos menores, os policiais, segundo D Luciano, invadiram casas, destruíram e roubaram objetos, ameaçaram as famílias e desacataram o bispo D. Bascasio Rittler, rumando para Pau Santo, onde morreu o lavrador. A denúncia de D. Luciano foi levada ao secretário-geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcanti Filho.

O secretário de Segurança do Maranhão justificou a ação policial para dar cumprimento a uma liminar em benefício de Ananias Vieira Lins, que se diz proprietário de terras ocupadas há anos pelos colonos. D Luciano argumenta que a execução era ilegal, porque foi feita no fim de semana. Disse que a violência só não foi maior porque estava presente o advogado da diocese, Sanders Macedo.

O secretário-geral da CNBB diz que as terras são devolutas e que, através de ação de usucapião, houve vendas e revendas até chegar às mãos de Ananias, que está "conseguindo causar uma grande onda de violência."

Polícia impede bloqueio

Cuiabá — As 400 famílias de posseiros expulsas da Agropecuária Maracaju, de propriedade do banco Safra, no município de Nova Xavantina — a 640 quilômetros desta capital, no extremo leste de Mato Grosso —, tentaram interditar a ponte sobre o rio das Mortes, que corta a cidade, mas foram impedidos pela Polícia Militar.

Os posseiros, que haviam comunicado a decisão ao prefeito José Francisco Fernandes, já tinham deslocado para a ponte um caminhão e várias máquinas, com o que pretendiam interromper o tráfego pela BR-158, que liga Nova Xavantina e Barra do Garças a dez municípios do vale do Araguaia.

— Estou apavorado, não sei o que fazer — disse por telefone o prefeito José Frederico Fernandes, destacando que na cidade o clima é de tensão e grande preocupação. O prefeito já avisou a Polícia Federal, em Barra do Garças, e o 58º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Aragarças, sobre a decisão dos posseiros e os transtornos que a interdição da rodovia causará na região.

Segundo ele, há um clima propício à violência e incidentes em função da forma violenta com que a Polícia Militar, apoiada pelos jagunços contratados pela Agropecuária Maracaju, agiu quando começou a expulsar os posseiros de 3 mil hectares de fazendas.

Na cidade de Nova Xavantina, onde estão acampados à beira do rio das Mortes, a situação dos posseiros é precária e, segundo o prefeito José Frederico Fernandes, há perigo de doenças em função das fortes chuvas que atingem os barracos de palha improvisados e sem proteção. A alimentação e os remédios que estão sendo distribuídos no acampamento são custeados pela prefeitura, que gasta diariamente Cr$ 5 milhões.

A partir de hoje, os garimpeiros que trabalham no garimpo de Araes, a 18 quilômetros da cidade, também se juntarão aos posseiros para prestar solidariedade e ajudar a garantir a realização do movimento. Duzentos garimpeiros já estão na cidade de Nova Xavantina, mas a previsão é de que pelo menos mil homens se juntem às 400 famílias de posseiros.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRJ

Em 10 meses, 211 assassinatos

Brasília — De 1º de janeiro a 31 de outubro deste ano foram assassinadas 211 pessoas em conseqüência de conflitos de terra. O levantamento desses assassinatos no campo consta de um documento elaborado no ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário e INCRA, que registra 198 ocorrências em terras públicas e privadas e 13 envolvendo terras indígenas. Em lista à parte, acham-se relacionados ainda três casos de suicídio e 59 mortes de bóias-frias em acidentes de trabalho, aumentando o número de mortos resultante de violência no meio rural, no decorrer dos últimos 10 meses, para 273.

Do total de assassinatos, o número de trabalhadores rurais alcança 71,1%, enquanto o de proprietários (fazendeiros) corresponde a 2,4% e o de capatazes e vigilantes 9%. O mesmo estudo mostra que o número de pistoleiros mortos equivale a 8,1%. Constata, ainda, que a maior incidência de conflitos violentos registra-se nas microrregiões do Xingu (32 mortes), Marabá (19 mortes), Araguaia paraense (12 mortes) e Guajarina (nove mortes), todas localizadas no estado do Pará, em áreas de ocupação recente.

O documento registra que grande número de mortes ocorreu também nas microrregiões da mata úmida pernambucana, com 12 assassinatos, e na cacaueira, da Bahia, com 10 — observando que "se trata de regiões de colonização antiga". Nesse ponto, a pesquisa refere-se às inúmeras denúncias de constituição de milícias privadas oriundas principalmente destas regiões onde há incidência de latifúndios tradicionais. Mas se refere também a uma "farta documentação" sobre a ação de grupos armados, vinculados a grandes empresas agropecuárias, que atuam em áreas de ocupação recente.

Os dados estatísticos são apresentados de várias formas, inclusive discriminando o número de mortos pelas atividades que exerciam. Assim, foram assassinados 119 lavradores, dois presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, nove líderes sindicais, três garimpeiros, 11 índios, cinco fazendeiros, 16 peões de fazendas, três capatazes, 17 pistoleiros, três advogados, dois agentes de pastoral, um padre, dois policiais e um comerciante, além de oito menores e nove pessoas sem indicação específica. Nessa lista macabra estão incluídas 13 mulheres: duas freiras, nove lavradores, uma advogada e uma sem indicação de atividade.

Do total de mortos, 26 não foram identificados, embora com óbitos confirmados. O documento explica que mais da metade destes casos de não identificação ocorreu em áreas de fronteiras agrícolas, mais exatamente no Sudeste do Pará, em circunstância caracterizada como chacina, ou ocorrência simultânea de vários assassinatos em que a localização dos cadáveres se deu bem após os atos criminosos, dificultando as medidas usuais de reconhecimento.

O documento constata que em 1984, conforme relatórios do movimento sindical dos trabalhadores rurais (Contag, Fetag's e sindicatos), dos sem-terra, entidades confessionais (CNBB/CIMI, CPT) e associações voluntárias, como a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) e a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) foram registrados cerca de 10 óbitos por mês, enquanto entre janeiro e outubro de 1985 chega-se aproximadamente a 27 óbitos mensais. Mas, apesar de verificar um acréscimo mensal significativo, de 170%, o documento considera que 80% dos conflitos são pré-existentes, surgidos em anos passados.

De janeiro a outubro desse ano, em pelo menos 33 das situações inventariadas verificam-se casos de duplo homicídio ou de inúmeros assassinatos cometidos num mesmo tempo, num único imóvel. Tais situações totalizam 110 mortes, ou seja, mais da metade do total dos 211 mortos em 1985. Em Xinguara (PA), por exemplo, foram assassinadas 26 pessoas em quatro fazendas: Fortaleza, Agroceres, Surubim e Surubiju (Paragominas).

Ainda no Pará, sete foram mortas na fazenda Ubá, em São João do Araguaia; cinco na fazenda Princesa, no município de Marabá e duas na gleba Cidapar, em Viseu. No Maranhão, houve duas mortes na fazenda Agroceres, em Santa Helena/Turiaçu; duas na Faísa e duas na Capoema, em Santa Luzia; três na Comaia, em Coroatá. Na Bahia, sete assassinatos ocorreram na fazenda Sarampo, em Canavieiras, e dois na Bonsucesso, em Paratinga.

Nesse caminho, o documento conclui que "se mata sempre mais de um homem por família ou por grupo de vizinhança". Observa, também, que estas chacinas visam a desorganizar redes de solidariedade essenciais ao exercício das atividades produtivas. Relata que os assassinatos ocorrem quando os trabalhadores rurais estão indo ou vindo dos roçados, através de tocaias. Refere-se às mortes de pistoleiros como "quase sempre **a posteriori**", em circunstâncias públicas, resultado de ações de "resgate de honra."

Analisa a distribuição dos assassinatos por mês e verifica que entre julho e outubro concentram-se mais da metade dos casos arrolados, enquanto que em fevereiro e março tais conflitos não chegam a atingir sequer 10% daquele total. A partir desse calendário, observa que o período crítico corresponde a uma etapa do ciclo agrícola em que os trabalhadores rurais, justamente nas microrregiões que apresentam maior incidência de conflitos, estão começando a preparar os seus roçados. Este período, que abrange 46,9% dos assassinatos, constitui um momento decisivo para as unidades familiares de pequenos produtores e coincide com as atividades de desmatamento dos grandes projetos agropecuários — "cujos imensos domínios permanecem, via de regra, legalmente indefinidos", ressalta o documento.

E mais: chama a atenção que nessa época os mandatos de reintegração de posse se multiplicaram, as ações de despejo com solicitação de força policial se intensificaram e quase todas foram executadas entre fins de julho e meados de setembro — a despeito de terem sido emitidos os mandatos e deferidos pelo juiz em abril ou maio.

26/11/1986

Arcebispo de São Luís está entre os mais cotados para a CNBB

Da Reportagem Local

O arcebispo de São Luís (MA), d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, 55, doutor em Teologia e "progressista" moderado, é o nome mais cotado, no chamado "bloco renovador" da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), para a sucessão de d. Ivo Lorscheiter na presidência da entidade, nas eleições que serão realizadas de 22 de abril a 1º de maio de 1987, no convento de Itaici, município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo. Este bloco —que se fortalece de modo informal— pretende defender uma ampla mudança na direção da CNBB, dando lugar a bispos pouco conhecidos do grande público e que possam significar uma espécie de rotatividade na cúpula da terceira maior conferência episcopal do mundo católico (após a italiana e a norte-americana).

No entanto, o nome mais forte para a sucessão de d. Ivo continua sendo, até agora, o do atual secretário-geral da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, seguindo a tradição, na CNBB, de que os secretários-gerais costumam ser eleitos para a presidência, assegurando continuidade administrativa. Outro nome considerado forte é o do arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, que está sendo apoiado por lideranças consideradas "conservadoras" do episcopado, como o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, e pelo arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão.

D.Aloísio

Embora recusando-se a concorrer —alegando que o seu período e o de seu primo d. Ivo Lorscheiter na direção da CNBB "já passou", o cardeal-arcebispode Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, consta, igualmente, da lista dos mais cotados. Se aceitasse a candidatura, contaria, certamente, com o apoio de todas as tendências do episcopado brasileiro.

Para a Secretaria Geral da CNBB, no próximo período, o nome mais citado é o do bispo auxiliar de São Paulo (região Ipiranga), d. Celso Queiróz, considerado um bom administrador e pastoralista que já atuou na CNBB, como assessor, antes de ser bispo.

Em todas as hipóteses, há consenso em que o próximo presidente será um bispo de "centro", refletindo a tendência majoritária no episcopado e descartando nomes mais à esquerda e mais à direita. A Igreja quer estar bastante unida durante os trabalhos do Congresso constituinte, onde pretende influir para que sejam respeitados, na nova Constituição, os princípios que defende.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS

13/12/85 OESP

CNBB se solidariza com os bispos e com o povo

As seguintes mensagens a Dom Paulo Ponte e Dom Pascásio Rettler, foram motivados pela violência usada contra trabalhadores do campo e insultos contra as pessoas dos bispos:

1. Aos queridos irmãos, Dom Paulo Ponte e Bispos do Maranhão:

O Conselho Permanente da CNBB ouviu, com tristeza e constrangimento, o relato dos vexames sofridos pelos caros irmãos e dos sofrimentos que várias comunidades padeceram nos recentes acontecimento em torno a problemas dos trabalhadores do campo nessa região.

Os Bispos presentes querem afirmar-lhes sua solidariedade incondicional, ao mesmo tempo lamentam continuem a acontecer casos, que pensavam só possíveis em tristes dias passados.

Cristo Jesus, o Pastor dos pastores os conforte e continue a sustentar nesse duro trabalho apostólico em favor de nossa gente.

Fraternalmente

Benedito de Ulhoa Vieira

Presidente em exercício.

2. Querido irmão Dom Pascásio:

O Conselho Permanente da CNBB, reunido nestes dias, em Brasília, com tristeza e apreensão, tomou ciência dos graves acontecimentos ocorridos recentemente em sua Diocese de Bacabal.

A falta de atendimento aos seus insistentes pedidos de segurança para os trabalhadores do campo, a intromissão armada pelas forças do Governo local na Assembléia em "Aldeias", o assassinato de Manuel Monteiro de Souza, ancião de 78 anos, em Pau Santo — (ações policiais comandadas diretamente pelo Secretário da Segurança, coronel João Ribeiro Silva Júnior) — tudo isso somado a graves ofensas e calúnias assacadas pelo citado coronel à pessoa do caro irmão — todos esses fatos encheram de indignação evangélica os participantes deste Conselho.

Nosso espanto é tanto maior, quando constantamos a permanência desse tipo de atitudes no contexto democrático que o País começa a viver e quando o próprio Presidente da República se empenha em tomar medidas para encaminhar a solução desses problemas.

Aceite, pois, querido Dom Pascásio, o sentimento fraterno de nossa amizade solidariedade e adesão à sua pessoa e ao espírito de Pastor fiel, zeloso e dedicado ao seu povo, queira transmitir também aos seus agentes de pastoral e aos fiéis nossa palavra de conforto e de apoio.

O Pai do Céu abençõe e constantemente o fortaleça para continuar.

Benedito de Ulhoa Vieira

Presidente em exercício.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - BRASIL

Fidel e a Virgem Maria

28/12/85

Brasília

Numa sequência de bem-sucedidos lances de bastidores, o presidente José Sarney conseguiu, em nove meses de mandato, administrar com razoável sucesso seu relacionamento com dois dos mais poderosos setores sociais: Igreja Católica e Forças Armadas. Um relacionamento vital: nenhum presidente sobreviveu politicamente, na história da República, sem o apoio de um destes setores. Os partidos criados no Brasil desapareceram ao sabor das circunstâncias —ditaduras ou fisiologia— e a sociedade civil mostrava-se frágil. E em política não existe vácuo, alguém sempre ocupa o espaço vazio.

Com a "Nova República", os militares continuaram influindo em assuntos que não lhes dizem respeito. Não houve, portanto, uma volta completa ao quartel: eles estão presentes, às vezes até ostensivamente, em discussões como reforma agrária, diretas à Presidência, legalização de partidos comunistas ou da UNE. Até então longe das esferas do poder, a Igreja Católica, em especial a CNBB, criou canais diretos com os centros de decisão —um dos primeiros gestos de Sarney foi visitar a sede da CNBB, em Brasília.

Sarney abriu sólidos canais com estes dois grupos. Conversa frequentemente com o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes; convidou, através de assessores, o cardeal d. Paulo Evaristo Arns para participar de um entendimento nacional. Ao mesmo tempo, recebe completas radiografias sobre o clima dos quartéis através de seus ministros militares e do chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes.

A partir daí, é obrigado a fazer um jogo de concessões. Vem mantendo informados dirigentes católicos sobre seus programas sociais, pedindo sugestões. E dá satisfações aos quartéis, como, por exemplo, o discurso de fim de ano com os oficiais-generais, no qual condenou a "anarquia" e a "desobediência" —e aí ele captou pelo menos duas preocupações: sindicalistas e invasões de terras, dois pontos de envolvimento da chamada "Igreja progressista".

Há todo o tipo de concessão: congelou-se, por exemplo, o reatamento com Cuba, um país que ainda hoje levanta suspeitas de oficiais, que vêem Fidel Castro como um incentivador da subversão no continente. A decisão ficará para o que Sarney chama de "momento certo". Sarney usou de sua influência também para evitar que fosse aos cinemas o polêmico "Je Vous Salue Marie", de Jean-Luc Godard. Dois assuntos aparentemente sem importância, mas que nas igrejas e quartéis suscitam vivas polêmicas.

Estas concessões parecem, por ora, surtir efeito para Sarney: tanto a CNBB como os militares firmaram uma posição extremamente útil ao Palácio do Planalto, condenando as diretas em 1986.

Gilberto Dimenstein

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

SEDOC Brasil

Dez 1985

V ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL DO REGIONAL NORDESTE-I

O Regional da CNBB Nordeste-I vem executando trabalhos sistemáticos de organização pastoral através de intensas atividades, sobretudo em Encontros a nível diocesano, arquidiocesano e regional. Em dezembro de 1984, na V Assembléia Regional de Pastoral, o tema de estudo versou em torno da Espiritualidade Libertadora, dando origem ao documento, divulgado em "Cadernos Pastorais" n. 36, que reproduzimos integralmente a seguir.

APRESENTANDO

Espiritualidade, Uma Experiência do Deus Vivo é o título do número 36 dos Cadernos Pastorais, o primeiro a apresentar os subsídios da 5ª Assembléia Regional de Pastoral, realizada na Casa Nova Porciúncula, em Messejana, de 5 a 9 de novembro de 1984.

A 5ª Assembléia teve como tema *Metodologia Pastoral na Perspectiva Libertadora.* Contou com 117 participantes das nove dioceses do Ceará e com a presença do subsecretário para a Pastoral, da CNBB, Pe. Jacyr Braido.

Num primeiro momento, os participantes se dividiram em grupos por interesse para debater as seguintes questões: — como está trabalhando a Pastoral da Terra, das CEBs, Juventude, da Cidade, da Caritas e Projetos Alternativos, da Educação Política, da Educação e da Catequese?

— Que objetivos estão nascendo desse trabalho realizado?

Após o plenário, novamente, fizeram-se grupos, por categoria, para debater quais os sinais que demonstram uma prática libertadora.

As discussões em torno dessa questão revelaram vários pontos que merecem vigilância. No terceiro dia da Assembléia, os participantes voltaram aos grupos integrados para aprofundar um pouco mais essa necessidade de vigilância.

Na tarde do dia 7, novamente os grupos integrados juntaram-se para ver as seguintes perguntas: — estamos ou não avaliando a metodologia? Por quê? Que pontos clarearam?

Todos os debates serão devolvidos aos agentes de pastoral nos próximos números dos Cadernos. Neste, apresentaremos apenas a colocação de Dom Antônio Batista Fragoso, durante a manhã de espiritualidade, no dia 8. Incluímos também a reflexão de Dom Aloísio Lorscheider, intitulada *Aprofundamento Sobre a Teologia da Libertação.*

No final da Assembléia analisou-se como todo o material discutido durante os 5 dias poderá ser aproveitado nas dioceses. Constatou-se a grande ambigüidade da Assembléia que saiu com uma única clareza: a de que aquele momento não era definitivo. Deu-se um passo muito significativo no sentido de preparação da grande avaliação do Regional, a ser intensificada em 1985 e que terá o seu ponto culminante na 6ª Assembléia Regional, em janeiro de 1986.

No decorrer de todos esses meses que virão, esperamos que as reflexões iniciadas durante a 5ª Assembléia nos ajudem a aprofundar a avaliação de nossa metodologia pastoral.

A Equipe do Secretariado

ESPIRITUALIDADE, UMA EXPERIÊNCIA DO DEUS VIVO

Dom Antônio Batista Fragoso

Os empobrecidos de nossa região estão fazendo uma experiência do Deus vivo. É o que chamamos de espiritualidade. Os padres, os bispos, as religiosas e os agentes de pastoral que aqui se encontram, tentam ser com-

panheiros dos empobrecidos nessa experiência.

A espiritualidade é um jeito de ser cristão conduzido pelo Espírito de Jesus.

Vou dar uma palavrinha sobre a espiritualidade típica do nosso momento histórico, no Nordeste e na América Latina e também sobre o nosso papel de agentes de pastoral, de religiosas, padres e bispos nessa espiritualidade.

O que é mesmo espiritualidade?

É uma palavra muito nova. Não tem ainda dois séculos. Para São Paulo, espiritualidade é caminhar segundo o Espírito de Deus, o Espírito de Jesus. Isto é, seguir Jesus conduzido por seu Espírito. Ser discípulo de Jesus. Botar as plantas dos nossos pés em cima das plantas dos pés dele. Toda espiritualidade tem que ter esse traço, senão não é espiritualidade. É o sopro de Deus que une o Pai e o Filho num só e que une os homens do mundo todo com o Pai e com o Filho fazendo um só.

Podemos pensar, como Santo Agostinho, que a espiritualidade é um intimismo... a vida interior... É isso, também. Mas não é principalmente. Caminhar segundo o Espírito de Jesus, que é AMOR. O modo de ser cristão é ficar do lado da vida e do amor. Tudo que é vida, é sinal do Espírito. Para São Paulo, o contrário do Espírito não é o corpo. O corpo também é chamado a ser animado e ressuscitado pelo Espírito. O corpo com todas as suas necessidades: de uma casa para morar, de um chão para trabalhar, de comida, de saúde, de estudo. Esse corpo não se opõe ao Espírito. Pelo contrário, é chamado a ser animado pelo Espírito, ressuscitado e glorificado por Ele. O que se opõe ao Espírito é a morte, é a carne. Para São Paulo, carne é o ser humano enquanto é fraco e mortal: Viver segundo o Espírito, é viver o amor, é romper com tudo que leva à morte da nossa comunhão com Deus, da nossa fraternidade com os outros. A morte porque não tem comida, nem casa. Por isso, a pessoa fica em desespero. É esse genocídio do Nordeste: três milhões de pessoas, sobretudo de crianças! Se isso continua, há uma blasfêmia contra o Espírito.

Quem quer seguir uma espiritualidade não pode ficar apenas dizendo "meu Deus!" É preciso recusar, fortemente, esses sinais de morte que aí estão. O que se opõe ao Espírito é a morte!

A espiritualidade é essa caminhada da morte para a vida. Passar da escravidão, da exploração, da injustiça, da vontade egoísta de dominar os outros, de poder, para a comunhão, a fraternidade, para o querer bem, para libertar seus irmãos, caminhar com eles para uma Terra Prometida!

Toda espiritualidade é um rompimento com tudo que é força de morte, com tudo que esmaga os outros. É uma acolhida de tudo que ajuda a vida, que se expressa como amor. Tem todas as formas de amor verdadeiro. Toda espiritualidade é um ponto de partida. É um encontro vivo e amoroso com Deus. Toda espiritualidade tem como ponto de partida uma experiência de Deus. Daí tornar-se difícil falar dessa espiritualidade, porque só se tem direito de falar daquilo que se tocou, sentiu, viveu, apalpou no seu Deus.

Essa grande experiência traz uma grande intuição, uma intuição central. O resto da vida espiritual se ordena, se organiza em torno dessa intuição. Faz uma unidade da vida espiritual. Depois é que vem o trabalho de refletir em cima da experiência. Aí é que começa a teologia da espiritualidade. Começa do encontro pessoal ou coletivo com Deus vivo.

Para cada grande momento da História, Deus suscita uma grande intuição, uma grande experiência de Deus. Depois vem uma teologia da espiritualidade.

Da espiritualidade do martírio à espiritualidade da libertação

Nos primeiros 250 ou 300 anos da Igreja, havia a experiência viva do testemunho de Deus no martírio. Era um testemunho que era uma semente de novos cristãos, de uma grande fecundidade. De repente, chega um governo cristão que coloca a Igreja toda no poder, isto é, dá privilégios. Aí, a Igreja foi esquecendo de testemunhar a prática de Jesus comprometida com os pobres e sua libertação. E veio se tornando instalada, acostumada, alinhada. Muitos cristãos começaram a sentir que precisavam continuar a espiritualidade do martírio, fugindo para o deserto e procurando testemunhar. Daí nasceu uma experiência do deserto e uma espiritualidade.

Por volta do século XII não se podia dizer que os padres, os bispos e religiosos dos mosteiros eram muito seguidores de Jesus pobre. A Igreja dava um contratestemunho de aliança com o poder temporal.

Foi então que Deus suscitou uma intuição muito forte da dama pobreza em Francisco de Assis. Ele aceitou, acolheu e viveu, con-

duzido por Deus, esta experiência, levando outros companheiros a vivê-la. Essa experiência da espiritualidade da pobreza foi intuída por Francisco de Assis e depois desenvolvida como teologia por outros teólogos, como São Boaventura, São Domingos de Gusmão. Tinham eles uma intuição da absoluta importância e necessidade de falar com Deus e de falar de Deus.

Depois, vem Tomás de Aquino. Imaginemos o começo da Idade Média: o mundo começou a descobrir a razão, as ciências experimentais. Começa o entusiasmo pela afirmação do homem, da sua liberdade. Tudo que era sagrado é retirado.

Nesse tempo da afirmação da liberdade surge Inácio de Loiola. É a intuição da importância da liberdade e da livre escolha de Deus e de seus irmãos. Os exercícios espirituais de Santo Inácio revelam isso.

Depois dele vem São Francisco de Sales. Tenta fazer a teologia dessa espiritualidade. Toda espiritualidade é assim: começa com uma grande intuição, que é uma luz do Espírito irrompendo na consciência da Igreja.

A espiritualidade latino-americana

Na América Latina, isto é, do México até o Ceará, estamos vivendo, talvez, um dos momentos mais decisivos de toda a história do Continente. Estamos no momento propício da salvação. No tempo da Graça. Esse grande momento é marcado por uma caminhada, que nós chamamos processo histórico, em que os empobrecidos do Continente descobrem que não são pobres por destino, porque Deus quis, porque é uma lei da História, por um determinismo, por uma causa antropológica. Eles não são pobres porque quiseram. São pobres porque a sociedade está organizada de tal modo que eles se tornam cada vez mais empobrecidos para que outros cresçam, enriqueçam. Essa tomada de consciência dos empobrecidos do Continente está se tornando um fenômeno geral. Consciência de que estão num cativeiro e de que aspiram a sair desse cativeiro, unem-se e organizam-se para isso. Lutam para conquistar um espaço onde serão respeitados em sua dignidade. Mas o que há de mais original não é apenas essa tomada de consciência do cativeiro, essa aspiração e esse movimento dos empobrecidos para se libertarem. Todos os empobrecidos são, na América Latina, *cristãos*. Isso importa demais na espiritualidade. Cristãos que guardam uma fé profunda, do jeito popular, que acreditam muito em Deus, no seu poder. Referem-se, muitas vezes, a Deus e expressam sua confiança sob muitas formas diferentes.

Na América Latina os empobrecidos descobrem que o Deus de Jesus Cristo está no meio do povo, escutando o grito que vem da multidão. Deus está escutando esse grito. Está caminhando com eles, está chamando a eles para se unirem e se tornarem, eles mesmos, sujeitos da sua libertação. Essa descoberta é própria do nosso Continente. Não se nota isso nos empobrecidos da África nem da Ásia! Por isso, aqui, o momento histórico na América Latina é único. Nesse canto e momento histórico a intuição parece ser essa: os empobrecidos, machucados pela injustiça da sociedade, pela marginalização, têm a presença viva e libertadora de Deus caminhando com eles no seu processo de libertação.

A intuição é de que, nos empobrecidos do Continente, estamos tendo um novo êxodo para uma Terra Prometida, uma Terra Sem Males, que vai ser construída e cujo sujeito da construção são eles mesmos. Toda a sua força vem do Deus vivo. Sem isso eles não constroem a Terra Prometida.

Essa grande intuição desse grande momento histórico forma a base e a raiz da espiritualidade da libertação. Ela é, primeiro, uma experiência dos pobres, da presença de Deus escutando o seu grito e caminhando com eles. Não é uma espiritualidade de cada pessoa isoladamente. O novo é que esta é uma experiência de um povo que caminha para Deus, caminha para uma Terra Prometida.

Essa caminhada se faz através do deserto. Gustavo Gutierrez, que é um dos teólogos da libertação, diz que é através do deserto, como no primeiro êxodo do povo judeu. O deserto significa que o povo não está na sua terra. Não tem terra para morar, para trabalhar, não é reconhecido nos seus direitos, sua voz não é escutada, não tem prestígio político, não participa da cultura, das decisões tecnológicas. Está sobrando. Está marginalizado. Está no deserto. O deserto é o lugar onde não há caminhos feitos. Não há ninguém agora que possa traçar uma espiritualidade para que os empobrecidos possam pôr em prática. O caminho se faz caminhando. São os empobrecidos, com a presença do Deus vivo, que vão descobrir um modo latino-americano de ser cristão dentro desse processo. Não pode ser ensinado por ninguém. O papa não tem a inspiração do Espírito Santo para ensinar como os latino-americanos empobrecidos vão viver sua espiritualidade. No deserto só tem um jeito: levantar os olhos para o céu, olhar o sol ou as estrelas e procurar o rumo. Não tem bispo, padre ou papa que possa orientar. O caminho se faz caminhando.

Todo mundo que quiser ser companheiro dos empobrecidos tem que ser humilde, ir em busca. Não sabe para ensinar. Noutras coisas pode-se ser doutor, mas na espiritualidade libertadora todos são aprendizes, porque *no deserto não há caminhos.*

É preciso uma atitude de busca para diante e para trás, de meditação. *O deserto é sempre o lugar dos grandes medos.* Muitos sucumbem ao medo e se vendem. Fundamental, na experiência dos pobres do Continente, é essa confiança no Deus vivo.

O deserto, também, é o lugar das necessidades primárias. Quando não estamos no deserto, temos pão todos os dias, podemos nos tratar quando adoecemos. Quando estamos assim, as necessidades primárias não aparecem primeiro na espiritualidade. No deserto, os empobrecidos não têm pão na sua mesa. E Deus quer que eles tenham pão! É a vontade explícita do Deus vivo. Quem não a respeita, nunca tem espiritualidade. Nessa situação em que o povo está, Deus está desrespeitado na sua vontade profunda. No deserto, a oração está carregada de pão, de luta pela terra. Essas coisas fazem parte da oração, da celebração, da contemplação, da intimidade com Deus.

Um mergulho junto aos irmãos empobrecidos

A espiritualidade, hoje, exige um mergulho junto aos irmãos empobrecidos. Mergulhando aí, encontra-se Deus. Não há outro caminho. Isso obriga a uma mudança. Na espiritualidade da libertação são os pobres que gritam para Deus com gemidos que não se pode contar. É outro jeito de rezar. Ou aceitamos a mudança, ou ficamos num dualismo. Deus pede um êxodo do lugar onde a gente está para o lugar dos empobrecidos. Esse êxodo supõe muitas rupturas. É muito duro.

O primeiro passo é este: abrir o coração para escutar o grito dos pobres, mesmo no lugar onde estamos. Aí, o Espírito de Deus vai empurrar para viver com os pobres. A inserção das pequenas fraternidades é um dos sinais da espiritualidade dos nossos tempos. Não basta escutar os pobres, mas é preciso acolhê-los com a ternura de Deus.

Quem já foi para o meio dos pobres, já começa a ler a Bíblia de modo diferente: há uma releitura, do lugar dos pobres porque estamos com eles, no lugar deles. A oração muda no seu sentido, na sua inspiração, no conteúdo. Deixa de ser justaposição. Dá-se uma redescoberta da vida comunitária. Na experiência de viver do jeito dos pobres descobrem-se dimensões da vida que antes nunca se tinha percebido. Mas ninguém é capaz de viver *como* os pobres, inteiramente. É um mistério.

Descobrimos, nessa espiritualidade, que a libertação é gratuidade de Deus. Não haverá nenhuma libertação séria que não seja dom gratuito de Deus. No meio dos intelectuais temos mil maneiras de provar que somos a causa da libertação.

A gratuidade de Deus é mais eficaz que os nossos planejamentos e metodologias. Metodologias são muletas úteis.

Não se entra no mundo dos pobres sem uma alma de criança. Criança é abertura. No deserto é que se começa a tirar a água do próprio poço.

APROFUNDAMENTO SOBRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Dom Aloísio Lorscheider

1. O que é?

Não é a *inteligência da fé* (intellectus fidei) seja racional (rationalis), seja *saboroso* (sápidus) que se busca com *o objetivo* de *compreender a fé* (torná-la mais inteligível), desbloqueando o caminho de sua *obscuridade* (razão não vê, não enxerga a fé em si, o fato anunciado pela fé nem *o como, o nexo* entre as várias verdades); ou com *o objetivo* de *saborear a fé,* contemplando-a na sua beleza, na sua harmonia, ou na sua exigência, e assim *estimulando* a vontade *para agir* — este modo de acesso à fé, procede, de preferência, *dedutivamente = a partir das fontes da fé* (Sagrada Escritura, Tradição (SS. Padres, Vida da Igreja, sentido da fé do povo), Magistério) ou *a partir das verdades da fé, mas é* a descoberta ou a busca da presença da fé, da presença de Deus, de sua vida (= graça), ou da ausência da fé, ausência de Deus, de sua vida (= pecado), *na vivência prática* dos cristãos e dos não cristãos, muito particularmente nas *práticas libertadoras,* que são práticas *de respeito* a qualquer ser humano naquilo que o caracteriza, o seu ser fraterno e o seu ser livre.

Procede *indutivamente:* a partir das práticas libertadoras (a partir da práxis da libertação).

A sua fonte ou o seu ponto de inserção é *a história concreta do homem,* é o seu contexto sócio-econômico-político.

O seu *objetivo:* ajudar no processo da prática libertadora com a luz da fé; criar uma *práxis cristã,* uma práxis de fé que ajude, *efetivamente, eficazmente,* os oprimidos, dominados, empobrecidos, injustiçados.

2. Como se faz?

1º uma análise da realidade;

2º uma interpretação da realidade à luz da fé;

3º uma *prática pastoral* para o contexto dado.

É o VER, JULGAR, AGIR, método muito conhecido, mas que na Teologia da Libertação tem conotações *específicas.*

1º) O *VER:* abrange não só a realidade, em si, de uma situação dada e não só *a descrição dos fatos* sem os nexos *causais* entre eles, mas, também e sobretudo, as práticas libertadoras num determinado contexto sócio-econômico-político de *dependência dominadora.* Olha-se *o processo histórico de libertação* dentro do qual a fé se esforça por discernir uma dimensão teológica.

É uma *análise social* não *empírica,* mas *científica,* de determinada realidade dentro do sistema que nos envolve. É *a leitura científica* da realidade que pode ser feita mais numa linha *funcional* (o sistema sócio-econômico não funciona, porque suas peças estão estragadas ou fora do lugar) ou mais numa linha *dialético-estrutural* (o sistema sócio-econômico não funciona, porque *estruturalmente* massacra as pessoas).

2º) O *JULGAR:* é a *leitura* crítico-profética que se faz à *luz da fé.* Por meio daquilo que nos diz a fé (Sagrada Escritura, Tradição (SS. Padres, Vida da Igreja, sentido de fé dos fiéis), Magistério), *discerne-se,* julga-se até que ponto essas práticas são libertadoras ou não, até que ponto respondem ou não ao plano criador e salvador de Deus, até que ponto temos ou não, aí, a presença de Deus, a graça ou o pecado, o Reino de Deus ou o anti-Reino, a salvação ou a perdição.

É uma *leitura crítico-profético-libertadora da fé.*

3º O *AGIR:* é a tradução, numa práxis cristã libertadora, da leitura científica e crítico-profético-libertadora da fé em relação às práticas libertadoras encontradas na realidade da vida do povo.

Entra aqui em questão a *prudência pastoral* para o que é *possível* e *viável.*

É esta *libertação-ato* (ação, práxis) que interessa, ficando a *libertação-leitura* (pensamento — reflexão) mais como suporte, justificativa, orientação do caminho a seguir.

3. Quais os grandes núcleos ou temas dessa teologia?

Os temas da *pobreza,* da *justiça,* do *êxodo,* do *seguimento de Jesus Cristo* (privilegiando o Jesus histórico sem exclusão do Jesus da fé ou pascal), do *Reino de Deus,* da *unidade da História,* da *Cruz* como preço a pagar para toda autêntica libertação, da *Ressurreição* como triunfo também dos injustiçados, do *Povo de Deus,* do sentido dos *bens materiais, Fé e Política.*

4. Os seus elementos positivos para uma metodologia pastoral libertadora

4.1. A Teologia da Libertação, tomando como ponto de partida as práticas libertadoras que encontra, sobretudo no meio dos oprimidos, procede assim porque nesta práxis ela quer encontrar os passos libertadores de Deus, quer encontrar a presença de Deus, a sua vida. Portanto, não reduz o Evangelho ao aspecto social e humanizante. Não parte, simplesmente, do homem; *parte de Deus no homem,* do *homem aberto ao transcendente.* Não parte de uma *teoria,* mas de uma *prática* (práxis) que na luz da Encarnação do Verbo, é práxis *radicalmente* (= na raiz) *cristã:* "Depois que Deus uniu a si a história humana [pela Encarnação do Verbo], nunca mais nos será lícito separar Deus das experiências humanas. Não se poderá mais proclamar uma doutrina sem sua vinculação com o universo humano; nunca se poderá apresentar uma análise da realidade, sem mostrar que na sua profundidade bate o coração do próprio Deus, de sua justiça e de seu amor" (Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 28).

Libertação *da* opressão é, ao mesmo tempo, libertação *para* Deus. É, ao mesmo tempo, encarnação e revelação do amor maior: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos" (Jo 15,13). Encarnação-Kénosis-Cruz-Ressurreição. O coração da Teologia da Libertação está na experiência do grão de trigo que morre para produzir mais fruto. O *termo final* da práxis libertadora é a *vida nova, o homem novo,* no *Cristo Morto e Ressuscitado.* O mistério pascal é o motor de toda a transformação!

4.2. Toda a práxis libertadora tem sua palavra *decisiva* na fé, na palavra de Deus,

que é *Redenção, Perdão, Reconciliação, Libertação, Salvação,* e que julga *pecaminoso, antievangélico* todo sistema *dominador,* em que a criatura humana perde a sua identidade de ser gente.

4.3. Cada pessoa humana deve ser vista no processo de libertação como *sujeito ativo de sua história,* de sua própria libertação, e como tal ser respeitado. Há necessidade, por isso, da comunhão e participação.

4.4. A atenção a ser dada à práxis libertadora do povo. Contato com o povo. Escuta do povo.

4.5. A *transformação* do atual sistema sócio-econômico-político mundial no espírito de Cristo como necessidade pastoral indispensável. A ação pastoral libertadora deverá ser transformadora *dos corações e das estruturas.*

4.6. O *ecumenismo* (sentido lato) presente na Teologia da Libertação.

5. Que espiritualidade ela propõe para o agente de pastoral?

A Teologia da Libertação nasceu de uma sensibilidade especial pelos pobres. *Indignação ética — vergonha* — diante da injustiça institucionalizada contrária ao plano do Criador e à honra que lhe é devida (*Puebla,* 28). Deus é desonrado na sua imagem e semelhança. Descoberta do Deus Sofredor no rosto sofredor do humilhado dessa terra — Deus vê a opressão de seu povo, ouve suas queixas, conhece as suas angústias, demora em seus sofrimentos e desce para livrá-lo (*Êxodo* 3,7-9). Aparece o rosto do Deus defensor-vingador dos pobres e dos humildes, o seu libertador. Nos pobres Ele faz ouvir suas exigências de solidariedade, de identificação, de justiça e dignidade — *Deus interpela e questiona* (*Puebla,* 31).

Está, assim, em jogo uma *resposta* nossa a esta interpelação, a este questionamento de Deus no aqui e agora da criatura humana vítima da injustiça institucionalizada. Nasce *o desejo de reparar tanto mal,* desejo de ser um *novo Moisés* que se coloca disponível nas mãos de Deus para realizar a libertação na comunhão e participação.

A paixão por Deus torna-se paixão pelo oprimido. A causa do pobre torna-se a causa de Jesus Cristo!

A nossa espiritualidade de novos Moisés será *a da solidariedade com os oprimidos.* Programática a afirmação de Puebla (1159): *comprometidos com os pobres,* condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores de nosso Continente. Por isso, *os esforços* para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza — o *apoio* às aspirações dos operários e camponeses — a *defesa do direito fundamental* de criarem livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsavelmente para o bem comum (*Puebla,* 1160, 1162, 1163). Cf. tb. *"Laborem Exercens",* n. 8.

Virtudes distintivas na espiritualidade da libertação:

— solidariedade com os oprimidos;
— participação nas decisões comunitárias;
— lealdade para com as decisões tomadas;
— superação do ódio contra as pessoas agentes do empobrecimento;
— esperança na perseverança do trabalho por uma sociedade futura que ainda não se vê, nem se vá, talvez, gozar;
— a partilha.

A nossa luta não será apenas contra as nossas paixões desordenadas, mas, também, contra os mecanismos de exploração e destruição da pessoa humana.

Antes de chegarmos à Terra Prometida, temos um longo caminho de *purificação* a percorrer. Em todos nós existe uma mentalidade e atitude opressora e dominadora. Em cada um de nós mora um opressor, mora um dominador. Sem purificar esta mentalidade e esta atitude, sem desalojar de dentro de nós este opressor, este dominador, não é possível verdadeira libertação. Nesta caminhada haverá *tensões, enfrentamentos,* que devem ser superados no amor e na justiça.

Também *a pedagogia* a ser usada para que essas tensões e esses enfrentamentos não se tornem *violência,* mas fiquem no campo da justiça animada pelo amor, faz parte da *purificação progressiva.*

Nesta purificação é preciso não esquecer-se que a onipotência de Deus passa pela fraqueza paciente do Filho abandonado e assassinado na tortura da Cruz em mãos de iníquos (Kénosis). Deus, na luta pela libertação, que é luta pela justiça, *se revela mais no amor que dá a sua vida* pelos outros do que *no poder* que impõe aos outros determinado teor de vida.

QUESTIONAMENTOS

1. Para nós, o que é espiritualidade?
2. O que nos revela a caminhada da Igreja desde a espiritualidade do martírio à espiritualidade da libertação?

3. Como podemos mergulhar mais fundo junto aos irmãos empobrecidos?

4. O que vêm significando para nós os grandes temas da Teologia da Libertação: pobreza, justiça, êxodo, seguimento de Jesus Cristo, Reino de Deus, unidade da História, Cruz, Ressurreição, Povo de Deus, Fé e Política e bens materiais?

5. Nossa prática pastoral está sendo inspirada por esses temas?

6. De que forma estamos valorizando e incentivando as virtudes da solidariedade, da participação nas decisões comunitárias e da lealdade para com as decisões tomadas?

7. Como podemos alimentar a virtude da esperança e a partilha?

VIII ENCONTRO REGIONAL DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO RURAL E A CONSTRUÇÃO DA NOVA SOCIEDADE

(Cadernos Pastorais 38 — Fortaleza, fevereiro de 1985).

APRESENTANDO

No Ano Internacional da Juventude, o Secretariado Regional Nordeste I tem a alegria de oferecer aos jovens e aos agentes de pastoral em seu primeiro Caderno Pastoral de 1985, o número 38, a matéria relativa ao 8º Encontro Regional de Pastoral de Juventude do Meio Popular.

O Encontro foi preparado e coordenado pelos jovens. A presente matéria foi elaborada pela equipe escolhida durante o conclave.

Obviamente, a equipe apenas elaborou uma síntese dos principais temas debatidos e refletidos.

O Secretariado coloca assim, nas mãos dos agentes de pastoral, mais um subsídio para alimentar a pastoral do Regional, desta vez na área da juventude, no seu Ano Internacional, ano da Grande Avaliação do Nordeste I.

Certamente, essa matéria ajudará os jovens na preparação do Seminário que realizarão de 7 a 11 de outubro de 1985, em Crato, para debater a JUVENTUDE OPRIMIDA DO CEARÁ CONSTRUINDO UMA NOVA SOCIEDADE.

Que os elementos contidos nesse número dos Cadernos Pastorais contribuam para uma avaliação fiel à realidade da Igreja do Ceará.

A Equipe do Secretariado
Regional NE I

INTRODUÇÃO

Realizou-se, no Centro Diocesano de Treinamento, em Itapipoca, de 8 a 12 de janeiro de 1985, o 8º Encontro Regional de Pastoral da Juventude do Meio Popular, com a participação das nove dioceses, perfazendo um total de 100 (cem) pessoas, entre jovens, padres, religiosas e leigos que assessoram a pastoral da juventude nas dioceses. Dom Geraldo Nascimento participou na qualidade de bispo responsável pela pastoral da juventude no Regional Nordeste I.

O tema central escolhido:

A Pastoral da Juventude do Meio Popular, diante da conjuntura eclesiástica e política, é um freio ou acelerador na construção da nova sociedade?

Os objetivos do 8º Encontro:

1. recordar os estudos sobre Igreja, realizados nos encontros anteriores, particularmente em Crateús, quando do 5º Encontro, nos dias 6 e 7 de março de 1982.
2. Fazer memória dos estudos sobre sociedade dos encontros de Tianguá (1983) e Iguatu (1984), sob o enfoque da militância dos jovens, na mudança da sociedade, como Igreja e responsáveis e convidados a transformar a situação existente.
3. Estudar uma proposta da pastoral da juventude do meio popular. Há muito se estuda uma proposta nas dioceses. Jovens do meio popular são os jovens pobres: os operários, os desempregados, os favelados, os sem-terra, os que não têm oportunidade de estudar, jovens vindos do campo à procura de emprego, os migrantes, os oprimidos, os marginalizados.

CNBB quer facilitar vida de "brasiguaios"

Porto Alegre — Ao lembrar que entre os princípios fundamentais válidos para todos os migrantes está "o direito de fraterna acolhida por parte do país de origem", o presidente da CNBB, D Ivo Lorscheiter, disse ontem que o governo Brasileiro deve facilitar as condições de vida e de trabalho na terra para os **brasiguaios**, "de acordo com expectativa de uma justa reforma agrária".

O presidente da CNBB relatou recente encontro mantido na cidade paraguaia de Pedro Juan Cabalero entre ele, o presidente da Conferência Episcopal do Paraguai e os bispos das dioceses de Dourados, Jardim e Foz do Iguaçu (Brasil) e de Concepción e São Pedro (Paraguai), em que todos se comprometeram a fzer gestões junto aos seus respectivos governos para eliminar ou amenizar a dramática situação de milhares de famílias pobres, sejam de brasileiros que vivem no Paraguai, seja de paraguaios que vivem no Brasil.

MS - n - 86 79

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Ave CNBB

5/2/80 FSP

Belo Horizonte

Além da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o único segmento social que até o momento se expressou publicamente contra a exibição do filme "Je Vous Salue Marie", no Brasil, foi a Assembléia de Senhoras —um grupo evangélico dirigido por cinco donas-de-casa mineiras que, portando a imagem da Virgem Imaculada, percorreu as ruas centrais de Belo Horizonte há dez dias, comandando uma restrita passeata. As senhoras carregavam cartazes com dizeres como "Fora Godard", "Abaixo Godard"!

Mas nenhuma das manifestantes, assim como o próprio presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, havia assistido a polêmica película. Todos têm recriminado os horrores mostrados no filme do cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard baseados em comentários de conhecidos ou da imprensa. Muito estranho. Quanto ao conservadorismo anacrônico das mineiras, nada de novo. Afinal, foram elas que tomaram a dianteira da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 64 lançando o mesmo apelo à fé cristã contra o comunismo do demo. Desta vez, no entanto, o apelo não surtiu maiores efeitos e a mobilização não levou mais que duas dezenas de pessoas às ruas.

Se somarmos as vozes contra, temos a CNBB, o presidente Sarney e as vinte mineiras. Como são tão poucas, talvez fosse mais coerente que elas se calassem e permitissem que o resto do país assistisse o filme em paz. Até mesmo porque pela Constituição a religião católica não é oficial nem obrigatória no Brasil, e os dogmas do cristinianismo fazem parte da cultura ocidental. Não são propriedade do Vaticano.

Se a Igreja tem amplas condições de divulgar seus dogmas, deveria saber também respeitar aqueles que desejam questioná-los. Não foi um pagão, mas um bispo —d. Mauro Morelli, de Duque de Caxias (RJ)— quem comparou a atitude da CNBB com a da Inquisição medieval. "A Igreja já cometeu erros como a condenação de Galileu Galilei e deveria evitá-los agora" —comentou ele.

Mesmo pertencendo à ala progressista da Igreja Católica, a CNBB consegue enxergar o subdesenvolvimento brasileiro do ponto de vista social, não do cultural. Não percebe que são duas faces da mesma moeda, da mesma forma que a censura é irmã da ditadura que a própria CNBB tanto combateu. Portanto, excomunguem, mas não censurem. Boicotem, mas não vetem.

Luís André do Prado

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

5/2/86 Fsp

Otavio Frias Filho

Vanguarda do atraso

Alguns aspectos do episódio Godard:

1) A Igreja Católica contraiu uma dívida com o presidente Sarney, que ele vai cobrar com juros e correção. Entre o país rural cabrestado pela hierarquia católica e o país industrial que compreende melhor o que é a liberdade de expressão, Sarney joga as suas fichas no primeiro. Tancredo aliás não teria feito outra coisa.

2) A CNBB jogou duro e ganhou três vezes. Mostrou serviço aos hierarcas do Vaticano, de onde partiu a preocupação com o filme. Lá não conseguiram impedi-lo mas fazem questão de obter a proibição nos países subdesenvolvidos como o Brasil. A CNBB provou que se não é confiável para outras coisas, ao menos para isso é. Ganhou também com a opinião pública moralista, católica ou não. E ganhou ao recuperar uma unidade interna, de bispos conservadores a bispos progressistas, que vai durar pouco tempo mas que não se via há muito tempo. A fome divide a Igreja, o obscurantismo a reunifica.

3) A fraqueza dos políticos brasileiros na defesa da maioridade política dos cidadãos e da liberdade artística confirma pela enésima vez que no Brasil as idéias têm um cunho meramente ornamental, como diz o ensaísta Roberto Schwarz. Princípios, ideologias etc. não são para valer na prática mas para servir de cobertura no bolo do oportunismo (à direita) e da tática elevada a visão do mundo (à esquerda). A liberdade de expressão é boa quando me interessa e ruim quando não. O Brasil não teve século 18. Mais um ponto em comum com a Igreja.

4) A imprensa deu vexame. Não era de surpreender que os jornais, presos a compromissos com Estado e Igreja, os dois gigantes em questão, agissem como agiram. O que espanta é ver jornalistas, que até por hábito profissional tinham alguma afinidade com o livre-pensamento, fazendo as vezes de funcionários da Censura Federal. No episódio foi a Censura quem agiu como os velhos jornalistas radicais do passado.

5) Quase todo mundo estava preocupado em saber se o conteúdo do filme justificaria ou não a censura. A concepção é a de que exibir uma obra de arte não é direito do artista e do espectador, mas um prêmio concedido pelo Estado em função do bom comportamento moral do artista e do "discernimento" do espectador.

6) No balanço, nova vitória da "vanguarda do atraso", como disse o ministro Lyra em 1985 referindo-se ao passado político do presidente Sarney. O passado está aí.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar o artigo de **Jarbas Passarinho**, que escreve sempre às quartas-feiras nesta coluna.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

CNBB propôs ao papa viagem coletiva de bispos a Roma

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

19/12/86 FSP

A proposta da viagem coletiva dos principais responsáveis pela Igreja Católica do Brasil ao Vaticano, dia 7 de março próximo, surgiu em agosto do ano passado, na mesa de refeições do papa João Paulo 2º, por iniciativa da presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujos integrantes —d. Ivo Lorscheiter, d. Benedito de Ulhoa Vieira e d. Luciano Mendes de Almeida— encontravam-se em Roma para discussão sobre o relacionamento entre a Cúria Romana e a Igreja no Brasil. Esta é uma das versões que apuradas ontem à tarde na CNBB sobre a viagem coletiva, noticiada ontem com exclusividade pela **Folha**.

Procurados ontem para comentarem a notícia, enquanto participavam da reunião dos bispos paulistanos, no Instituto Paulo 6º, em Taboão da Serra, a 16 km a oeste da Grande São Paulo, o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns e o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, recusaram-se a fazer quaisquer comentários sobre a viagem.

No intervalo da reunião, às 16h, os dois bispos foram procurados pela reportagem da **Folha**. O cardeal Arns disse que não iria falar nada e se dirigiu à sala de refeições para o lanche. Já o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida —colaborador da **Folha**, onde escreve uma coluna às segundas-feiras na página dois—, reagiu indignado à notícia. Afirmou que "depois da manchete de hoje (ontem) não tenho mais nada a falar". Qualificou o repórter de "mercenário que ganha dinheiro para atacar a Igreja", questionando a sua fé católica e dizendo que a **Folha** "quer acabar com a Igreja e prejudicá-la". "Depois de uma manchete como essa, como é que você tem coragem de vir saber a nossa opinião?", perguntou o bispo.

O repórter respondeu que não havia qualquer preconceito nem da **Folha** nem dele próprio, ao informar sobre a viagem dos bispos a Roma e que, embora respeitando a opinião de d. Luciano, não podia concordar com as suas avaliações sobre o seu pensamento ou crença religiosa.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Choque de contrários

19-2-86

Belo Horizonte

1 — A dualidade barroca, o choque dos opostos repete-se na terra de Aleijadinho. Enquanto as donas-de-casa da "Assembléia de Senhoras", grupo que em janeiro saiu às ruas de Belo Horizonte protestando contra a exibição do filme "Je Vous Salue Marie" (de Jean-Luc Godard), reza agradecendo ao presidente José Sarney pela decisão de vetar o filme, hoje a película proibida será apresentada em sessão reservada por iniciativa do programador de vídeos Alexandre Viegas Carvalho, no auditório marginal do Diretório Central dos Estudantes da UFMG. O programador está temeroso: trata-se da primeira exibição da fita depois do veto presidencial e isso faz pensar na possibilidade de uma ação policial para impedir os mineiros de verem o filme. Se depender do governador Hélio Garcia, é provável que não haja problema. Além de estar com relações estremecidas com o Palácio da Alvorada, o governador de Minas já pediu ele próprio ao Fernando Lyra (quando ainda ministro) uma cópia do filme para uma sessão privê no Palácio das Mangabeiras, residência oficial do governo mineiro.

2 — Ainda sobre "Je Vous Salue Marie", amanhã o advogado mineiro Adriano de Paula entrará com ação cautelar na Justiça Federal de Belo Horizonte pleiteando a liberação do filme para exibição no Brasil. Quatro entidades que congregam intelectuais e artistas belo-horizontinos tomaram a iniciativa de propor a ação tendo como base o decreto que desvinculou o Estado da Igreja. A alegação é justa, mas pelo menos oficialmente quem vetou o filme foi o Sarney, não a CNBB.

3 — E por falar nos contrários mineiros que se tocam, tanto quanto se chocam, quem desapareceu dos noticiários nas últimas semanas foi o senador e candidato a candidato ao governo de Minas Itamar Franco, acometido de gripe e acamado desde o Carnaval em sua residência, em Juiz de Fora. O governador Hélio Garcia, no entanto, cuidou de ocupar espaços na imprensa, mas não para falar de sucessão mineira. Este assunto anda tão proibido em Minas, quanto o filme de Godard. Mesmo assim, no seu recado irado a Sarney, na segunda-feira, Garcia não poupou uma farpa sequer ao conterrâneo Aureliano Chaves, quando disse que também ele não deveria estar no governo Sarney se fosse crime ter no currículo um passado andreazzista. Apesar das críticas dissimuladas, em Minas ninguém assume rachas, rompimentos ou dissidências, tudo em nome da democracia. Podem não assumir, mas "que los hay, los hay".

Luís André do Prado

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRRJ

20/2/86 Globo

Papa quer que CNBB dê prioridade às questões da fé

MONICA FALCONE
Correspondente

ROMA — O objetivo da reunião convocada pelo Papa João Paulo II com as principais lideranças do clero brasileiro para os primeiros dias de março é esclarecer certos pontos que ele considera mais importantes, como a formação dos padres nos seminários, a Pastoral da Família e a catequese, do que a Constituinte, a libertação do homem e o problema da terra, enfatizados pela Igreja Católica no Brasil. A informação é de uma fonte da Secretaria de Estado do Vaticano, salientando que não se trata de uma intervenção do Papa no trabalho que vem sendo feito pela CNBB.

Segundo a mesma fonte, esta reunião será também a conclusão das visitas feitas ao Vaticano pelos bispos do Brasil ao longo de 18 meses. Essas visitas, chamadas **ad limina**, ocorrem a cada cinco anos e servem para unificar os critérios da Santa Sé e da Igreja Católica nos diversos países.

Como os bispos brasileiros são muito numerosos e a Igreja atuante em áreas muito vastas, durante a visita ad limina o Papa manifestou o desejo de tirar uma conclusão final sobre tudo o que ouvira dos religiosos, agrupados por regiões, com os principais representantes do clero no Brasil. Para cada grupo, João Paulo II fez um discurso de 12 a 14 páginas, sempre evitando tocar em temas polêmicos, procurando mais fazer propostas do que críticas. Acredita-se por isso que ele vá agora manter esta mesma posição. Segundo a fonte da Secretaria do Estado do Vaticano, o Papa vai "botar o preto no branco", para evitar que os vários discursos, feitos de modo dispersivo durante um ano e meio, se percam por falta de uma conversa conclusiva.

— O Sumo Pontífice está visivelmente mais satisfeito agora com a Igreja brasileira do que antes. Ele sabe o que cada um dos bispos pensa e já foi superado o momento difícil vivido há três anos, quando multiplicavam-se os mal-entendidos. Cada bispo esteve com o Papa pelo menos quatro vezes, e ele ainda deverá receber os bispos do Rio e de Minas Gerais — disse a fonte.

Acrescentou a fonte que nesta reunião conclusiva João Paulo II pretende dar uma orientação à Igreja brasileira, para que sejam mais acentuados os aspectos religiosos e espirituais de sua ação, e também para buscar a libertação dos pobres, evitando, contudo, o discurso político e a radicalização.

Comenta-se no Vaticano que a Congregação para a Doutrina da Fé vai aproveitar a reunião para publicar, pouco antes ou logo depois, o segundo documento sobre a Teologia da Libertação. Trata-se de uma complementação do primeiro, que analisava a Teologia ressaltando o perigo de sua prática reduzir a fé quando alinhada à prática política. O documento que será agora divulgado mostra o sentido positivo desta Teologia, acentua a dimensão cristã da libertação, e comenta o papel dos católicos e dos padres na política e até que ponto é indispensável a uniformidade e aceitável o pluralismo no modo de pensar da Igreja.

Setores do Vaticano estão dando muita importância a esta reunião. O principal conselheiro do Papa sobre a Igreja brasileira, o Bispo mineiro Dom Lucas Moreira Neves, recomendou aos bispos que presidem os Secretariados Regionais da CNBB que não deixassem de comparecer ao encontro. Mas a expectativa é de que não haverá grandes mudanças ao encontro. Mas a expectativa é de que não haverá grandes mudanças na posição da Santa Sé em relação à Igreja no Brasil e a reunião deverá ser marcada por um clima de moderação.

Richa quer denúncia contra Igreja apurada

SÃO PAULO — Depois de fazer palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), promovida pela Câmara de Estudos Econômicos e Sociais, o Governador do Paraná, José Richa, disse esperar que as autoridades apurem as denúncias de que o movimento dos agricultores sem terra estaria sendo financiado com recursos externos da Igreja.

— Da forma como foi feito, o anúncio da reforma agrária gerou uma expectativa muito grande entre os sem-terra. A Igreja, de forma geral, tem desempenhado um papel razoável nisso tudo, mas alguns setores atropelaram as coisas e, sem dúvida, há exageros — disse Richa, que em sua palestra, classificou o problema dos sem-terra no Paraná como resultado da expulsão dos produtores rurais "pelo fechamento das barragens, principalmente Itaipu".

O Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes, considerou as denúncias "muito graves", afirmando que elas devem ser apuradas pelo Legislativo, através de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI).

Por sua vez, o Presidente da Federação da Agricultura no Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, disse que "se for confirmada a veracidade das denúncias, trata-se de um desserviço para a Nação que vai prejudicar a própria Igreja". Acrescentou que o Governo Federal tem "todos os elementos para apurar os fatos".

A denúncia de que a Igreja Católica estaria recebendo recursos de países como a Bélgica, Holanda e Alemanha, e repassando o dinheiro através da Comissão Pastoral da Terra para financiar invasões de terras partiu do Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, Antenor Beni.

Em Brasília, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, disse desconhecer os fatos denunciados, mas admitiu que a Igreja pode apoiar movimentos pacíficos — "e não invasões" — em que as pessoas demonstram suas necessidades, "argüindo o poder público para vir ao encontro dessas necessidades".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Dirigentes negam convocação de emergência

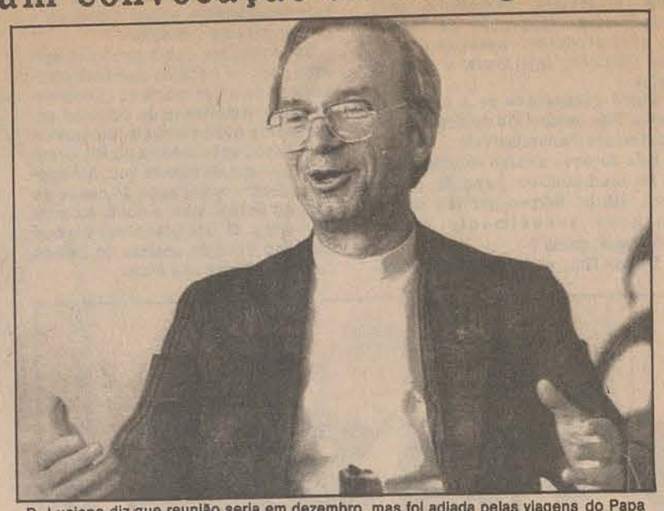
PORTO ALEGRE — Não há qualquer caráter de emergência na convocação dos bispos e cardeais brasileiros para uma reunião com o Papa João Paulo II, garantiu ontem o Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, classificando de "sensacionalistas" as notícias publicadas pela imprensa nesse sentido. Afirmou também que o objetivo do encontro não é discutir uma proposta de reformulação da Teologia da Libertação, embora admita que o assunto possa constar da pauta.

D. Ivo explicou que esta reunião está marcada desde fevereiro de 1985, para avaliar os relatórios enviados por todos os bispos brasileiros ao Vaticano no ano passado, ao final da visita **ad limina**. Por isso foram convocados os cinco cardeais, a Presidência da CNBB e os bispos que coordenam as 14 Regionais da entidade.

— O encontro é tão normal que tem até duração fixada: dois dias, em princípio, podendo se estender para três, se houver necessidade — acrescentou o Presidente da CNBB.

Segundo D. Ivo, a convocação somente de brasileiros é uma prova de que o objetivo da reunião não é discutir a Teologia da Libertação, que é uma questão que diz respeito à Igreja universal e não apenas à brasileira. Disse que o assunto poderá ser discutido, caso muitos bispos tenham falado sobre o tema nos relatórios que enviaram ao Vaticano.

Também o Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, desmentiu que a convocação do Papa tenha sido de surpresa.



D. Luciano diz que reunião seria em dezembro, mas foi adiada pelas viagens do Papa

Acrescentou que a reunião estava prevista para dezembro passado, mas foi adiada por causa das viagens de João Paulo II.

Segundo D. Luciano, esse tipo de convocação é novidade para o Brasil e até um fato raro para outros países. Explicou, contudo, que isso se deve ao fato de o Brasil ter o maior número de bispos diocesanos (234) do mundo, o que dificulta uma reunião conjunta com o Papa. Com outras nações, esses encontros ocorrem sempre nas reuniões finais das visitas ad limina, quando o Papa "tem diante de si todo o episcopado do local".

Em Belo Horizonte, o Vice-Presidente da CNBB e Arcebispo de Uberaba, D. Benedito Ulhoa, confirmou as declarações de D. Ivo e D. Luciano sobre a reunião no Vaticano e disse que, embora não tenha conhecimento da pauta, "certamente estarão incluídos o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, sobre a distribuição de terras aos lavradores, e a cartilha da CNBB sobre a Assembléia Constituinte. Ele também descartou a oossibilidade de o encontro ter como objetivo uma reformulação da filosofia da Teologia da Libertação.

20-2-86
Fsp

Vaticano confirma que CNBB se reúne em Roma

Araújo Netto
Correspondente

Roma — No Vaticano, confirma-se a realização de uma reunião extraordinária da cúpula da CNBB e dos seis cardeais brasileiros, na primeira quinzena do próximo mês em Roma, ao mesmo tempo em que se procura minimizar sua importância.

Ontem, a maior preocupação de várias fontes do Vaticano era a de apresentar o fato como quase normal: uma reunião há muito desejada e solicitada pelo Papa para fazer um balanço das diversas visitas **ad limina** que recebeu dos bispos do Brasil. Despida, por isso mesmo, da excepcionalidade que vem sendo atribuída por muitos vaticanistas ao evento, que chegou a ser comparado a um pequeno sínodo particular dos bispos secretários das 14 regionais em que se divide o comando e a hierarquia da Igreja Católica no Brasil e de seus seis cardeais.

O programa de visitas **ad limina** dos bispos brasileiros ao Papa foi quase inteiramente cumprido. Das 14 regionais brasileiras, só as duas do Leste não tinham ainda sido recebidas por João Paulo II. Mas desde terça-feira, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Sales, líder da regional do Sul, encontra-se em Roma para fazer a décima-terceira visita em que o Papa ouve e se informa, em diálogos com cada bispo, sobre a situação e os problemas das igrejas de suas áreas.

O fato de o Papa ter manifestado o desejo de conhecer os resultados de uma avaliação geral dos bispos brasileiros sobre as visitas **ad limina** é conhecido de muitos. O que todos consideram extraordinário são as circunstâncias e o local escolhidos para essa avaliação, ou seja, o fato de o Papa ter desejado que fosse feita em Roma, diante dele, às vésperas ou em coincidência com outros importantes acontecimentos para a Igreja no Brasil. Como são e serão, por exemplo, o novo documento que está por ser divulgado (provavelmente nestes dias de Quaresma) pela Santa Sé sobre a Teologia da Libertação, a visita que o presidente José Sarney fará a João Paulo II na primeira quinzena de maio e a próxima assembléia-geral da CNBB que, em Itaicy, discutirá e definirá um anteprojeto de Constituição da Nova República.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

CNBB define em abril sua proposta para Constituição

26/12/88 Fls

Da Reportagem Local

A proposta da Igreja Católica brasileira para a nova Constituição do país será discutida e aprovada de 9 a 18 de abril próximo, no convento jesuíta da Vila Kostka, em Itaici (SP), município de Indaiatuba, a 120 km de São Paulo, na 24ª assembléia anual da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que reúne-se sob o tema "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional". Com subsídios oferecidos pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Processo Constitucional, presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, os 357 bispos brasileiros (segundo maior episcopado do mundo católico, após o italiano) já estão discutindo um texto preliminar que será analisado e reformulado na assembléia de abril.

Em sua mais recente edição em língua portuguesa, o jornal oficioso do Vaticano —"L'Observatore Romano"— publicou notícia sobre o debate constitucional e sobre a Igreja no Brasil. O tema entrará na pauta das discussões entre a CNBB e o Vaticano, em março próximo, na Cúria Romana, apenas a título informativo, não estando entre os assuntos prioritários da agenda a ser cumprida neste encontro de cúpula.

Os documentos preparatórios da assembléia da CNBB sobre a Constituição baseiam-se em dois conceitos considerados centrais pela Igreja: o 'direito à vida' e 'democracia participativa'. O primeiro abrange desde a reafirmação de princípios da doutrina católica —como é o caso da condenação ao aborto e à eutanásia— até a condenação da tortura, de todas as formas de discriminação racial e o apoio aos direitos humanos. Quanto à 'democracia participativa', é apresentada, nos subsídios prévios à assembléia, como a possibilidade de acesso dos cidadãos às principais decisões nacionais, controlando a atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Atendendo aos interesses de sua imensa rede de ensino religioso —do primeiro grau às universidades católicas—, a CNBB pretende, também, que a nova Constituição garanta a existência do ensino privado. A Igreja propõe uma nova conceituação para ensino público, medindo-o não pela estatização, mas pelo "conteúdo democratizante" de sua prática pedagógica e didática. A pauta da assembléia da CNBB deverá também incluir propostas em favor da "censura moral".

Cardeal Arns recebe a visita de quatro diplomatas britânicos

Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, 64, recebeu ontem, às 11h, na Cúria Metropolitana (av. Higienópolis, região central da cidade), a visita de quatro diplomatas britânicos: o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha e futuro embaixador nos EUA, Anthony Ackland, o embaixador inglês no Brasil, John Ure, o chefe de assuntos americanos do Departamento da América do Sul do Foreign Office, na Comunidade Britânica das Nações, Charles de Charssiron e o cônsul em São Paulo, David Walker.

Nem a Cúria Metropolitana, nem o consulado britânico em São Paulo comentaram o motivo da visita diplomática ao cardeal. O assessor de imprensa do consulado, Paulino Comunale, 32, classificou a visita como "de cortesia". Como d. Paulo é o único membro sul-americano do Comitê para Assuntos Humanitários da ONU (Organização das Nações Unidas), a possibilidade de uma solução negociada para a situação das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul, pode ter sido um dos temas do encontro.

Segundo o assessor de imprensa do consulado britânico em São Paulo, Paulino Comunale, o cargo de Anthony Ackland, na nomenclatura diplomática inglesa, é o de permanent under secretary, o que corresponderia a um vice-ministério ou à secretaria geral do ministério, no organograma do Itamaraty. Paulino informou, ainda, que Anthony Ackland viajou ontem, às 16h15, para o Rio de Janeiro, depois de dois dias de contatos diplomáticos em São Paulo. Ficará também dois dias no Rio e irá depois a Brasília, com agenda ainda indefinida. A data de seu regresso a Londres ainda não está marcada.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

O filme que foi

O dogma católico da concepção sem mácula traz uma Cens

FSP 28/12/86

Da Reportagem Local, das Sucursais e das Agências

O secretário-geral do Ministério da Justiça, Honório Severo, disse que a Procuradoria-Geral da República entra hoje, em Belo Horizonte, com recurso de agravo contra o despacho do juiz Antônio Augusto Catão Alves, da 8ª Vara Federal de Belo Horizonte, que liberou temporariamente o filme "Ave Maria". Segundo ele, a Procuradoria deve interpor mandado de segurança perante o Tribunal Federal de Recursos, pedindo a concessão de efeito suspensivo à decisão do juiz mineiro.

Ainda segundo Severo, a decisão de Catão Alves só tem validade para as entidades que participaram da ação cautelar —Associação Mineira dos Críticos Cinematográficos, Centro de Estudos Cinematográficos de Minas, Sindicato dos Artistas e Técnicos de Minas e Associação Mineira de Críticos de Teatro— e não para todo o território nacional, como foi divulgado. Como os direitos de distribuição do filme pertencem à Alvorada-Gaumont, e não a essas entidades, sua projeção comercial continua impossibilitada.

sem nunca ter sido

sura que volta sem nunca ter ido, proibindo um filme que nunca foi visto

Protestos em Brasília

Estudantes do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) iniciaram ontem coleta de um abaixo-assinado entre os universitários, que será encaminhado ao presidente José Sarney e ao Ministério da Justiça, protestando contra a censura ao filme de Godard. Segundo o estudante de História do Ceub, Alcindo Noleto Filho, 21, o abaixo-assinado será levado também às entidades sindicais de Brasília.

Depois da notícia de liberação do filme Ave Maria pela Justiça Federal de Belo Horizonte, a procura por cópias do filme nos diversos videoclubes de Brasília aumentou. Uma cópia pode ser adquirida, definitivamente, por cerca de Cr$ 320 mil, segundo apurou a Folha junto aos videoclubes.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

CNBB não quer 'cruzada de desespero'

"A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não pretende fazer nenhuma cruzada de desespero, no país, diante da desobediência civil surgida com o filme 'Je Vous Salue Marie' (Ave Maria)", afirmou ontem, em Brasília, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 56, atual bispo de Santa Maria (RS). Antes de seu encontro com o ministro da Justiça, Paulo Brossard (marcado para as 19h), d. Ivo disse que não trataria deste assunto com o ministro durante a conversa: "A questão do filme não está na nossa pauta de assuntos que precisam ser tratados e, antes de tudo, o encontro será uma visita de cortesia".

Segundo d. Ivo, "se existem burrices no país, com certeza haverá mais algumas", referindo-se aos grupos que organizaram exibições do filme e à decisão do juiz Antonio Augusto Catão Alves, da 8ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG), que concedeu liminar à ação cautelar movida por quatro entidades que pediram a liberação do filme.

Omissão

"A CNBB não tem força policial, nem assumimos uma posição contrária ao filme por medo de que a fé dos católicos fraquejasse. Nosso protesto é contra a obra", afirmou o bispo. Ele disse que não haverá uma "caça ao filme", emcabeçada pela Igreja e culpou a imprensa "pelos exageros que estão ocorrendo em todo o Brasil, envolvendo o filme de Jean-Luc Godard".

Para d. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, a imprensa brasileira deveria se preocupar com as denúncias e violências feitas diariamente pela Igreja. "Onde está a seriedade profissional dos jornalistas que não conseguem fazer com que estas denúncias sejam publicadas pelas empresas onde trabalham?", perguntou d. Luciano Mendes aos repórteres que participavam da coletiva, na sede da CNBB, ontem, às 16h30.

"Todos os jornais filtram nossas informações, inclusive a **Folha**, que vem publicando páginas inteiras, diariamente, com matérias polêmicas sobre este filme e ignora a miséria dos camponeses e dos índios". D. Ivo afirmou que "os jornais brasileiros se deterioraram totalmente e não há dignidade em nada. Há espaço para assuntos como esse, para fotos de página inteira mostrando o Carnaval, mas ninguém está interessado em ver o que acontece com o nosso povo".

O secretário-geral da CNBB disse que "os meios de comunicação" são organismos que defendem grupos e sistemas aos quais estão ligados e não estão preocupados em informar a verdade sobre as questões dos sem-terra, dos mendigos e miseráveis".

Igreja agora quer censurar televisão

JOÃO DOMINGOS
Coordenador de Cidades da Sucursal de Brasília

A Presidência da República, o Ministério da Justiça e a Divisão de Censura vêm recebendo milhares de assinaturas de todo o país, pedindo providências contra "a pornografia e a licenciosidade nas novelas e publicidades mostradas pela televisão". O movimento é coordenado pela Organização Carismática Católica. As assinaturas são recolhidas de fiéis nas portas das igrejas. Somente Goiânia (GO) enviou documento com 5.214 assinaturas.

Contra o nu

Esse movimento surgiu em Fortaleza (CE), conforme apurou a **Folha** junto ao escritório nacional da Organização Carismática, localizado no edifício Brasília Rádio-Center, na Asa Norte, em Brasília. No documento de orientação para a coleta de assinaturas, a Organização diz que "cristãos não podem aceitar a pornografia na televisão, como ocorre atualmente". Como exemplo, a Organização Carismática cita "publicidades com mulheres despidas, em grosseira sensualidade", entre outros.

Nos 54 abaixo-assinados que chegaram até agora ao governo foram enviados, juntamente com as assinaturas, alguns folhetos orientando os movimentos católicos sobre o modo de se organizar o protesto. O teor dos cabeçalhos dos documentos é o mesmo. Neles, é exigida a censura à publicidade, às novelas e aos filmes "pornográficos".

Pressão com efeito

Com relação à publicidade, existe um convênio entre o Ministério da Justiça e o Conar (Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária), que tira a responsabilidade da liberação dos anúncios do âmbito da Censura. Já as novelas e filmes são examinados pela própria Censura. Segundo o diretor da Divisão de Censura, Coriolano Fagundes, 48, legalmente pode-se vetar um anúncio publicitário, mas é intenção do governo deixar tudo com o próprio Conar.

Ele reconheceu, entretanto, que esse tipo de pressão pode ter algum efeito, pois faz carga contra a Presidência, o Ministério da Justiça e a própria Censura. As recomendações que existem hoje, de liberalização, poderiam sofrer mudanças, embora o anteprojeto de lei de modificações na censura, entregue pelo ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao presidente Sarney, oriente a auto-regulamentação em todas as áreas (ele poderá ser revisto pelo atual ministro, Paulo Brossard).

O que é a Organização Carismática Católica

A Organização Carismática Católica é um movimento da Igreja Católica Apostólica Romana que conta atualmente com mais de um milhão de integrantes, entre religiosos e leigos. Mais de 120 bispos de todo o Brasil a reconhecem como integrante da catequese da Igreja. Seus membros orientam-se pela espiritualidade buscada na vivência dos primeiros cristãos.

CNBB promove debates sobre o Sínodo de 87

Da Reportagem Local

A participação do laicato brasileiro no Sínodo dos Bispos de 1987, no Vaticano, sobre "Os leigos no mundo de hoje", já está começando a ser analisada nos vários setores ligados à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Hoje e amanhã, no Colégio Jesuíta, rodovia Raposo Tavares, zona oeste da Grande São Paulo, representantes das pastorais de leigos do regional sul 1 da CNBB —que abrange o Estado de São Paulo— estarão reunidos para o primeiro debate sobre o Sínodo, sob a coordenação do bispo auxiliar paulistano, d. Angélico Bernardino.

O mesmo tema foi debatido em Brasília, na semana passada, no 2º encontro dos movimentos nacionais de leigos, organizado pelo setor do laicato da CNBB.

613/82 OSP

Bispo propõe nova ordem social a ser inscrita na Constituinte

Na nova Constituição, que será elaborada pela Assembléia Constituinte, deveria ser adotado, como princípio geral para nortear as leis, uma nova ordem social que organizasse a sociedade priorizando o trabalho sobre o capital. Essa é a proposta de Dom Cândido Padin, bispo de Bauru e coordenador de uma comissão, criada pela CNBB, para elaborar subsídios a serem discutidos pelos bispos durante a próxima Assembléia do clero, em Itaici. Dom Cândido acredita que essa proposta dificilmente será aceita, pois o poder econômico já está reagindo a ela e financiando candidatos para defenderem seus interesses durante a elaboração das novas leis. Entrevista a Miguel Biazzo Neto.

Durante a próxima Assembléia Nacional da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o tema a ser discutido será Assembléia Nacional Constituinte. O bispo de Bauru, Dom Cândido Padin, foi escolhido pela CNBB para coordenar uma comissão que está acompanhando a discussão sobre o tema e que elaborou subsídios para serem analisados pela CEP (Comissão Episcopal Pastoral) e que poderão servir como texto-base a serem discutidos pelos bispos brasileiros durante sua próxima Assembléia.

Dom Cândido Padin afirmou, em entrevista a O São Paulo, que a convocação de uma Constituinte que terá como seus membros parlamentares eleitos para o Congresso Nacional, frustrou a opinião pública e não respondeu ao anseio da população que pedia uma Constituinte livre, democrática e soberana. Mesmo apontando essas deficiências na forma de convocação da Assembléia, Dom Cândido acredita que a promoção de um amplo debate popular seria capaz de passar por cima das imperfeições. Durante estes debates, acrescenta o bispo, deveriam ser estabelecidos critérios claros para as escolhas dos representantes populares e mais, deveriam ser assumidos, pelos candidatos, compromissos firmes quanto a algumas questões.

Quanto ao papel da CNBB, Bom Cândido Padin acredita que a entidade máxima dos bispos no Brasil vai estimular a participação dos cristãos no debate e, durante a próxima Assembléia, em abril, poderá definir de forma mais concreta como vai auxiliar o debate que antecederá as eleições. De qualquer forma a Igreja não terá candidatos próprios, como muitos órgãos da imprensa chegaram a insinuar.

MOMENTO HISTÓRICO FUNDAMENTAL

Dom Cândido avalia que o momento histórico pela qual está passando o país é de "fundamental importância". Dentro deste contexto existe a necessidade de uma luta para que seja elaborado uma Consituição duradoura e política do Brasil. Ele acredita que seria importante exigir que os candidatos assumam o compromisso de fazer com que, logo após a posses dos eleitos, seja criada uma comissão no Congresso Nacional.

Essa comissão, com representação porporcional ao número de eleitos em cada partido, deveria se preocupar com a legislação ordinária. A maior parte dos eleitos deveriam se preocupar, fundamentalmente com a preparação e elaboração da nova Constituição. "Dessa forma poderia ser compensado o fato de não se ter conseguido a convocação de uma Constituinte com representantes escolhidos apenas para cui-

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

darem da elaboraçao das novas leis", justificou Dom Cândido.

Dom Cândido propõe outras sugestões para a Constituinte. Ele aponta ainda que, nos debates realizados pelos grupos populares, deveriam ser elaboradas propostas concretas sobre os temas que gostariam de ver inscritas na Consituição, e não penas propor princípios vagos, que posteriormente cairiam no vazio e não seriam colocados em prática. Com uma destas iniciativas, Dom Cândido disse que os grupos populares poderiam exigir que na próxima Constituição, a iniciativa de elaborar e propor projetos de leis não venham a ser competência exclusiva do Congresso e do Presidente da República.

Se as entidades representativas dos movimentos populares e do movimento sindical pudessem "ter a iniciativa de elaborar e propor projetos de leis, que deveriam ser debatidos e votados pelo Congresso dentro de um determinado período de tempo, muitas questões que os parlamentares têm relegado a segundo plano entrariam na pauta", afirma Dom Cândido, acreditando que desta forma a posição verdadeira assumida pelos políticos ficaria mais clara. "Eles seriam obrigados a votar sobre questões que preferem calar", argumenta Dom Cândido.

O TRABALHO COMO PRIORIDADE

Como ponto central para nortear todas as linhas particulares da nova Constituição, Dom Cândido acredita que deveria ser aprovada a "definição de uma nova ordem econômica". Sob essa nova ordem, deveria ser organizada a sociedade, com a primazia do trabalho sobre o capital. Depois disso, uma legislação específica poderia, inclusive "assegurar a liberdade sindical e a participação representativa do operariado na gestão das empresas". Essa redefinicão da ordem econômica, seria, na opinião de Dom Cândido, o "grande divisor de águas, pois teríamos a definição de um novo direito e um novo processo de elaboração de leis ordinárias".

Mas a luta pela inscrição, na nova Constituição, da primazia do trabalho sobre o capital não será uma tarefa fácil. "Existem muitas dificuldades que impedem que isso venha a ocorrer mas os movimentos populares, o movimento sindical poderão ter uma participação muito grande e muito importante no sentido de fazer com que esse princípio possa ser assumido por toda sociedade", afirmou Dom Cândido. Contra essa reivindicação, as manifestações dos grupos ligados ao poder econômico já começaram.

'A manipulação da eleição para a Constituinte já começou, já estão aparecendo grupos econômicos para financiar candidatos que irão defender seus interesses na Constituinte. O poder econômico está mobilizado para, novamente, inscrever na Constituição somente aquilo que lhe interesse", alertou Dom Cândido Padin. Contra a força do dinheiro e dos políticos profissionais, Dom Cândido acredita que a principal arma dos movimentos populares e dos trabalhadores serão a organização e a criatividade, na denúncia e na resistência contra o conservadorismo. O bispo propõe a esses movimentos que nos debates, nas reuniões, elabore uma dista com os nomes dos políticos que estão sendo financiados pelo poder econômico e peça à população para não votar nestes nomes.

HAVERÁ FORTE REAÇAO

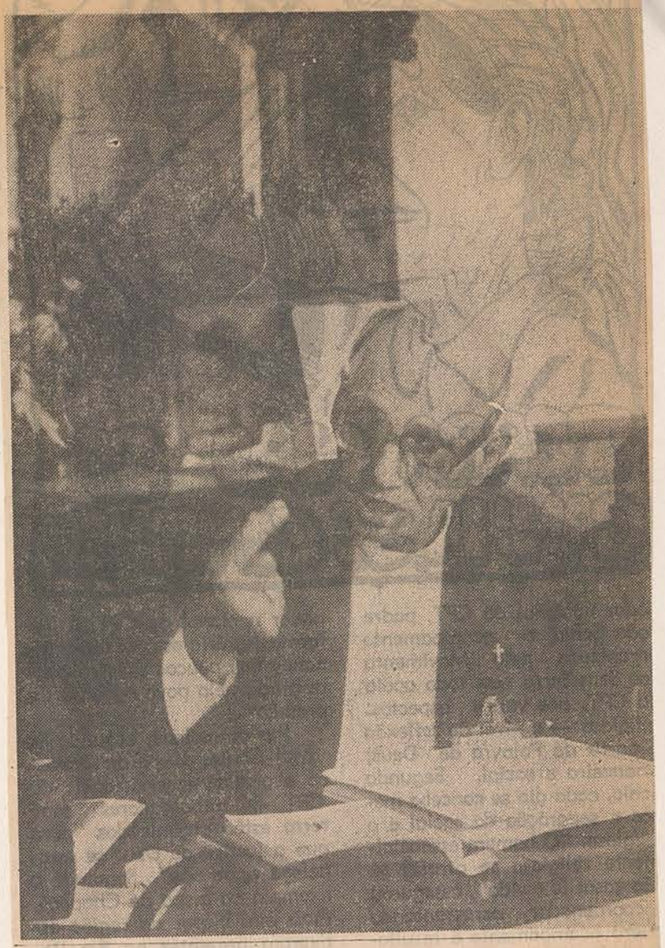
Dom Cândido afirmou ter uma certeza: assim como os latifundiários e os empressários reagiram à Campanha da Fraternidade deste ano, onde a CNBB reivindica reforma agrária e urbana, além da demarcação das terras indígenas, eles também reagirão às propostas da CNBB para a Assembléia Constituinte. "Estas críticas estão se tornando mais fortes a partir do momento em que nós, bispos, começamos a falar da necessidade da aplicação imediata de certas medidas e de certos princípios que já defendemos há tempos". Para Dom Cândido, "enquanto a Igreja criticava o regime militar, poucos estavam contra nós. Agora podemos ver quem é quem.

O bispo argumenta que "os empresários não desejam a reforma agrária, querem que tudo continue como está. Os grandes jornais, quando acompanham os latifundiários em sua crítica à Igreja, mostram que representam os interesses dos grandes grupos econômicos. Por isso não querem a reforma agrária e não desejam outras mudanças. Dom Cândido acredita que a intenção do poder econômico, neste momento "é tentar desmoralizar a Igreja, a CNBB, esquecendo o que ela significou durante o período repressivo, na resistência aos órgãos de segurança. Na medida em que for se aproximando a eleição da Constituinte, mais forte será esta campanha o seu objetivo final é impedir que as reformas essenciais venham a ocorrer".

Dom Cândido faz questão de de refutar as informações que dizem haver interesse por parte da Igreja em lançar candidatos próprios. "A nossa preocupação será com o debate sobre a Constituinte e não com a listagem de candidatos. Não teremos candidatos próprios mas cada um poderá apoiar aquele que tenha propostas que beneficiem os trabalhadores". Durante a Assembléia da CNBB, em Itaici, os bispos deverão aprovar um documento global, que servirá como fonte para os debates.

Neste documento todos os temai mais polêmicos e críticos da realidade brasileira serão abordados e serão objetos de análise. "Vamos discutir a estrutura política, a posição das forças armadas, a educação, a cultura, a família, a situação dos estrangeiros. E não deixaremos de tocar em temas como reforma agrária, situação dos índios, dos trabalhadores urbanos". Dom Cândido afirmou também que a Igreja vai se empenhar na ampliação dos debates, na busca de uma conscientização de toda a sociedade sobre a importância de participar desse processo que vai culminar com a elaboração de uma nova Constituição.

Dom Cândido tem uma crítica à forma como vários partidos tem se comportado neste período que está antecedendo às eleições. 'Vários partidos estãopriorizando as campanhas para a sucessão dos governos estaduais e estão deixando de lado a discussão dos governos estaduais e estão deixando de lado a discussão sobre os princípios de uma nova Constituição. Isso vai prejudicar o debate, que está girando muito mais em torno de nomes, de pessoas, do que em função de propostas capazes de dar respostas aos problemas globais da população e do país", afirma Dom Cândido. Essa fato "mostra o equívoco que foi unir duas eleições em uma só", conclui.



Iniciativa de propor projetos de leis não deve ser competência só do Congresso e do presidente.

☆

As manipulações para a eleição da Constituinte já começaram. Estão financiando candidatos.

☆

Tentam desmoralizar a CNBB, para apagar o que ela representou na resistência à repressão.

☆

Vários partidos estão priorizando a sucessão estadual. Isso mostra o equívoco de unir duas eleições.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IFRJ

CNBB explica o apoio da Igreja aos sem-terra

Da Reportagem Local

A realização "urgente" da reforma agrária é uma das condições para prevenir o agravamento dos conflitos no campo brasileiro, segundo uma curta nota, de cinco itens, divulgada ontem, em Brasília, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) através de seu secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida. Ele afirma, inicialmente, que é preciso "colaborar para que os meios empregados na afirmação do direito à terra sejam pacíficos e respeitem o justo direito alheio".

"A Igreja não aprova a violência, afirma, mas se empenha na promoção das condições honestas de vida para os que estão em necessidade. Assim, tem colaborado para a alimentação e serviços à saúde de inúmeras famílias sem terra, reunidas nos acampamentos, cuja formação revela a urgência de um atendimento mais eficaz por parte dos responsáveis em aplicar a conveniente reforma agrária".

6-2-84

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Papel da CNBB é um tema em discussão no encontro

Da Reportagem Local

A aplicação à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de uma das decisões do Sínodo Episcopal realizado em Roma no ano passado —"a revisão da natureza das conferências episcopais"— é um dos temas em debate na reunião de cúpula, durante esta semana, entre o papa João Paulo 2º e os principais dirigentes da Igreja Católica no Brasil.

Depois da conferência dos bispos italianos, a CNBB é a conferência episcopal mais numerosa do mundo e vem sendo, nos últimos anos, uma das defensoras da tese da descentralização do governo eclesiástico, dentro da linha conhecida como de "comunhão e participação".

O principal defensor da limitação do espaço político das conferências episcopais e da centralização das decisões da Igreja em Roma é o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal alemão Joseph Ratzinger. Ele privilegia o relacionamento direto entre os bispos diocesanos e a direção da Igreja em Roma, considerando que as conferências —como a CNBB— "não têm fundamento teológico".

Bispos "conservadores" brasileiros —como d. Eugênio Sales, d. Luciano Cabral Duarte e d. Boaventura Kloppenburg—, muito ligados a Ratzinger, não chegam a contestar a existência das conferências episcopais, mesmo porque são membros antigos da CNBB. Usufruem, entretanto, do canal direto e paralelo com o Vaticano, o que leva a direção da CNBB a planejar a instalação, em Roma, de uma representação direta junto ao papa e à Cúria Romana, uma espécie de Nunciatura Apostólica às avessas.

Conflito

Como uma das características do governo de João Paulo 2º é a centralização, em Roma, das decisões políticas e pastorais da Igreja, há sempre um conflito latente com a CNBB, cuja orientação é descentralizadora, no sentido de fortalecer a autonomia das conferências episcopais.

Para os dirigentes da CNBB (e para cardeais como d. Paulo Evaristo Arns, d. Aloísio Lorscheider e d. Avelar Brandão Vilela), negar o fundamento teológico das conferências episcopais é "negar as intuições básicas do Concílio Vaticano 2º", como afirmou em dezembro último, no Sínodo de Roma, o cardeal Lorscheider, em intervenção por escrito, acrescentando que "seria estranho e alheio à Revelação pensar que tal movimento —de comunhão e participação— é uma ameaça ao primado do papa, quando na verdade acontece exatamente o contrário: quanto mais aparecer a comunhão entre os bispos e sua participação, mais o serviço de unidade do papa se realiza, já que ele existe precisamente para garantir tal unidade".

Entre os que apóiam esta posição de d. Aloísio, no Vaticano, encontram-se o secretário de Estado, d. Agostinho Casaroli, além dos cardeais Roger Etchegaray, presidente da Comissão Justiça e Paz e do "Cor Unum", e Eduardo Pironio, do Conselho para os Leigos.

Alinhados com o cardeal Ratzinger, estão seus colegas Bernardin Gantin, prefeito da Congregação dos Bispos; Jean Jerôme Hamer, dos Religiosos; William Baum, da Educação Católica; Antônio Innocenti, do Clero; além do cardeal Agnello Rossi e do secretário de Gantin, d. Lucas Moreira Neves.

O que é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Da Reportagem Local

Fundada em 1952, por iniciativa do então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Hélder Câmara —secretário-geral da entidade por doze anos—, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é a mais antiga conferência episcopal da América Latina. Para obter o apoio do Vaticano à nova entidade, d. Hélder viajou a Roma e teve longa entrevista com o então arcebispo Montini, subsecretário de Estado do papa Pio 12 e, mais tarde, do papa Paulo 6º. Até agora, a CNBB teve cinco presidentes: d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta; d. Jaime de Barros Câmara; d. Agnello Rossi; d. Aloísio Lorscheider; e o atual, d. Ivo Lorscheiter.

No início, só participavam da Conferência os cardeais e arcebispos, sendo admitidos, mais tarde, os bispos residenciais e, depois do Concílio Vaticano 2º, todos os prelados, inclusive os auxiliares. Entre os objetivos da CNBB estão os de "aprofundar cada vez mais a comunhão dos bispos, estudar assuntos de interesse comum da Igreja no país para melhor promover a ação pastoral orgânica, colaborar com o Vaticano e as outras conferências, cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum".

A Conferência coordena o trabalho de 253 bispos, 13.158 padres, 392 diáconos permanentes, 38.192 religiosas, 2.380 irmãos professos e 6.838 paróquias, em 245 circunscrições eclesiásticas. Seu objetivo geral, aprovado em assembléia, é o de "evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação sócio-econômica e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da ação preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade justa e fraterna, anunciando, assim, o Reino definitivo".

Este objetivo é concretizado através de seis "linhas pastorais": comunitária e participativa, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e de diálogo religioso, profética e transformadora. Até 1987, as prioridades da CNBB são os jovens, as comunidades eclesiais de base, as vocações e os ministérios, a família, os leigos e o mundo do trabalho. Os órgãos diretivos são a presidência, a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), o Conselho Permanente, a CED (Comissão Episcopal de Doutrina), os secretariados regionais e a assembléia anual. Há, também, vinte organismos de assessoria ligados, direta ou indiretamente, à direção da CNBB.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

CNBB articula uma estratégia de resposta

1613186 Fgv

"É bem verdade que alguns pregam Cristo por inveja e rivalidade. Mas, que importa isso? De qualquer maneira, com segundas intenções ou com sinceridade, Cristo é anunciado e, com isso, me alegro e ainda me alegrarei". Com base nesse trecho da carta de Paulo aos filipenses, contida na Bíblia, a CNBB está articulando sua estratégia de resposta à ofensiva pentecostal no Brasil. Enquanto se prepara a pesquisa sobre o fenômeno —em conjunto com as demais igrejas do Conic—, vão sendo recolhidas sugestões das dioceses e paróquias com vistas a mudanças pastorais que atinjam as causas do "boom" pentecostal.

As respostas partem de uma constatação: a Igreja Católica não se sente em condições —diante da precariedade quantitativa de seus quadros— de cuidar de todos os católicos batizados. Diante disso, propõe-se a valorizar a organização de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), evitar qualquer campanha de ataques, favorecer a participação dos leigos nas celebrações e pastorais, além de buscar uma popularização da Igreja, aproximando mais os bispos, os padres, religiosos e a população. Outra atividade imediata é a de favorecer uma vida mais comunitária dentro da Igreja e tornar os sacerdotes mais disponíveis para dar atenção aos leigos.

De qualquer modo, o fenômeno é preocupante à Igreja Católica, porque o avanço do pentecostalismo acontece principalmente nas bases católicas urbanas. E também porque internamente, é muito significativa a expansão da Renovação Carismática Católica, inclusive com as bênçãos do Vaticano, pelo seu caráter espiritualista, sem envolvimento em preocupações de transformação social e política. (DA)

Sociologia busca resposta para o fenômeno

Sai República, entra República, os templos continuam cheios, principalmente os que oferecem espaços para a experimentação de Deus. No caso do pentecostalismo, as bibliotecas das universidades brasileiras e estrangeiras possuem muitas teses, analisando o fenômeno a partir das mais diversas perspectivas, todas voltadas para o significado social, cultural e político da experiência religiosa.

Para os cientistas da organização católica Pro Mundi Vita, de Bruxelas, Bélgica, as experiências religiosas dividem-se em quatro categorias: de confirmação (a consciência da presença divina), de êxtase (um contato efetivo com a divindade), de resposta (o sentimento de que Deus responde aos apelos humanos) e de revelação (da divindidade com relação ao homem). No pentecostalismo, dizem os estudiosos, o crente "sente" Deus —e o Espírito Santo— presente diante de si. E experimenta um alívio imediato com a resposta que afirma receber, nos cultos e nas orações. Essa experiência torna-se tão profunda que chega a ser um êxtase: o crente sente-se como um amigo íntimo de Deus.

"Trata-se de um ruptura completa com a vida cotidiana —diz o sociólogo norte-americano Andrew Greeley— e uma imersão instantânea e fantasticamente poderosa numa unidade nova que ilumina a pessoa, exaltando-a e transformando-a pelo menos durante algum tempo."

A questão é colocada de outra forma pelo cardeal belga Leo Suenens, que apóia o movimento carismático: "Onde encontraremos Deus? Ele é a pedra angular que mantém toda a estrutura de nosso pensamento? Ou é uma presença pessoal, quente e atenta, no centro de nossa vida? Trata-se do Deus descrito pelos filósofos, que dá um sentido último para nossa vida? Ou um Deus vivo, no sentido bíblico, que atinge nosso coração?"

Sincronia

Já o teólogo brasileiro Luiz Roberto Alves analisa o fenômeno pentecostal dentro de três esferas: a mística, a da classe social e a da incorporação ao sistema de poder, concretizadas de forma sincrônica. Em entrevista a Carlos Eduardo Lins da Silva, atual secretário de Redação da **Folha**, e Lúcia Costa, na revista "Crítica da Informação", de junho/julho de 83, disse que as igrejas pentecostais "oferecem atrativos aos fiéis nesses três níveis". "As relações pessoais, comunitárias —afirmou— são rompidas. Por isso, apressa-se o salto místico. Quando a terra lhes falta aos pés, os homens deixam de crer na possibilidade de resolver seus problemas entre si. Se as pessoas não podem solucionar seus dramas, Deus vai resolver".

No segundo plano, ele afirma que as mensagens dos pentecostais "têm um endereço certo, que são as classes sociais mais exploradas da população brasileira. Elas fornecem a seus integrantes redes pessoais que substituem os grupos primários em seus locais de origem e propõem soluções para os problemas que os afligem". E no terceiro, trata-se, segundo Luiz Roberto, da incorporação ao sistema de poder "que ocorre com sua transformação em empresas de grande porte, que se utilizam de tecnologias avançadas (como o rádio, a indústria fonográfica e editorial) e mistificam a relação de capital".

Em pleno final do século 20, enquanto os cientistas procuram as causas e verificam tendências cons-

tantes, as igrejas cristãs voltam-se para um fenômeno que remonta às origens do cristianismo: como professar e como experimentar o Deus que, segundo a doutrina cristã, revelou-se aos homens, e que se apresenta em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. (DA)

1613186 FSP

CNBB articula uma estratégia de resposta

"É bem verdade que alguns pregam Cristo por inveja e rivalidade. Mas, que importa isso? De qualquer maneira, com segundas intenções ou com sinceridade, Cristo é anunciado e, com isso, me alegro e ainda me alegrarei". Com base nesse trecho da carta de Paulo aos filipenses, contida na Bíblia, a CNBB está articulando sua estratégia de resposta à ofensiva pentecostal no Brasil. Enquanto se prepara a pesquisa sobre o fenômeno —em conjunto com as demais igrejas do Conic—, vão sendo recolhidas sugestões das dioceses e paróquias com vistas a mudanças pastorais que atinjam as causas do "boom" pentecostal.

As respostas partem de uma constatação: a Igreja Católica não se sente em condições —diante da precariedade quantitativa de seus quadros— de cuidar de todos os católicos batizados. Diante disso, propõe-se a valorizar a organização de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), evitar qualquer campanha de ataques, favorecer a participação dos leigos nas celebrações e pastorais, além de buscar uma popularização da Igreja, aproximando mais os bispos, os padres, religiosos e a população. Outra atividade imediata é a de favorecer uma vida mais comunitária dentro da Igreja e tornar os sacerdotes mais disponíveis para dar atenção aos leigos.

De qualquer modo, o fenômeno é preocupante à Igreja Católica, porque o avanço do pentecostalismo acontece principalmente nas bases católicas urbanas. E também porque, internamente, é muito significativa a expansão da Renovação Carismática Católica, inclusive com as bênçãos do Vaticano, pelo seu caráter espiritualista, sem envolvimento em preocupações de transformação social e política. (DA)

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFABC

Termina a reunião entre CNBB e o papa

Da Redação da **Folha**

Uma síntese do segundo documento do Vaticano sobre a liberdade e a libertação na perspectiva cristã, intitulado "Liberdade Cristã e Libertação", seria apresentada ontem à tarde pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, aos 22 bispos brasileiros que participam da reunião de cúpula entre o papa João Paulo 2º e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), no Vaticano. A informação foi dada na manhã de ontem, último dia do encontro, pelo porta-voz do Vaticano, monsenhor Giulio Nicolini, que anunciou a divulgação, hoje, de um comunicado, dirigido à opinião pública e à Igreja Católica brasileira, redigido pelos bispos brasileiros e pelos membros da Cúria Romana que participaram dos debates.

O porta-voz do Vaticano afirmou que, após a apresentação do cardeal Ratzinger —responsável pela elaboração do documento—, serão debatidos pelos bispos brasileiros os principais pontos do texto, mas não soube dizer se as eventuais observações ou correções sugeridas pelos bispos seriam incorporadas na redação final. No primeiro documento do Vaticano, "Instruções Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação", publicado em agosto de 84, os bispos brasileiros não foram consultados sobre o teor do documento, mas a presidência da CNBB teve um papel decisivo na mudança de orientação do texto final: o próprio papa foi informado pelo presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, que estava circulando uma versão preliminar do documento contendo apenas condenações à Teologia da Libertação. Por determinação do papa, foram acrescentados capítulos com "aspectos positivos" que não haviam sido incluídos. O novo documento sobre a Teologia da Libertação deverá ser publicado em quinze dias.

Ontem de manhã, d. Ivo Lorscheiter fez uma descrição do funcionamento da CNBB aos membros da Cúria Romana que participam da reunião de cúpula. Os bispos brasileiros ressaltaram a necessidade de intensificar uma "comunhão efetiva" entre os bispos da conferência episcopal e desta com o Vaticano. Antes de almoçar com o papa em Santa Marta —uma espécie de hotel e restaurante dentro do Vaticano—, os bispos brasileiros e o papa João Paulo 2º concelebraram uma missa na capela Matilde.

Índios pedem mudança drástica na Funai

Da Sucursal de Brasília

Índios de várias partes do país, reunidos ontem em Brasília por proposta do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), disseram que as constantes mudanças na cúpula dirigente da Fundação Nacional do Índio (Funai) não resolveram até hoje os seus problemas. As lideranças indígenas não apóiam a tese da descentralização da Funai e entendem que o órgão deve passar por uma reformulação drástica de toda a sua estrutura. Admitem, inclusive, a mudança de seu nome. Marcos Terena, assessor especial do Ministério da Cultura para Assuntos Indígenas, disse que a descentralização da Funai, como vem sendo feita, é ilegal, pois a questão deveria ser examinada pelo Congresso. Terena disse também que foi formada uma comissão permanente para negociar a reformulação do órgão com o governo, cujo interlocutor seria o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil.

Dessa reunião participaram representantes das nações Ticuna, Tucano, Caigangue, Pataxó, Terena, Atroari, Caiová-Guarani e Xavante. Eles debateram, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as questões ligadas à demarcação de terras, violência contra os índios, mineração, e o papel da Funai nessas questões.

O atual presidente da Funai, Apoena Meirelles, foi acusado de estar "comprando" lideranças indígenas em vários Estados, obtendo seu apoio em troca de motores, ferramentas e dinheiro. O cacique Megaron, administrador do Parque Indígena do Xingu, afirmou que o presidente vem procurando "jogar um índio contra o outro", presenteando a alguns para que se indisponham com os demais. Procurado pela **Folha**, entre 14h e 15h30 de ontem, em Brasília, na casa de amigos onde costuma se hospedar, Meirelles não foi encontrado. Segundo Marcos Terena, o presidente da Funai estaria em Belém (PA), em local incerto. Megaron também disse que, embora o assunto ainda esteja sendo mantido em sigilo, o atual governo está trabalhando na tese da emancipação do índio, tal como já fez o anterior.

Dois candidatos à Constituinte —Marcos Terena e Álvaro Tucano— tomaram parte no debate. Mas os demais líderes mostraram-se muito pouco interessados na questão das próximas eleições. Megaron chegou a dizer que não entende de Constituinte, mas que ela "é um problema do branco, que atinge a gente". Os candidatos retraíram-se e quase não falaram no assunto, embora interviessem várias vezes na discussão em torno dos demais temas.

No encontro não havia nenhum representante da Funai. O deputado Mário Juruna (PDT-RJ), convidado, mandou dizer que não tinha condições de comparecer.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MOREIRA SALLES - SP-RJ

Bispos voltam de Roma e CNBB prepara 24ª assembléia

18/3/86
FSP

Da Reportagem Local

Depois de participar da reunião de cúpula com o papa João Paulo 2º e a Cúria Romana, os cardeais, arcebispos e bispos brasileiros começam a viajar de volta ao Brasil e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) intensifica a preparação da sua 24ª assembléia geral, a ser realizada de 9 a 19 de abril próximo, no convento jesuíta da Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba, a 99km de São Paulo, tendo como tema central "Exigências cristãs de uma nova ordem constitucional". Os conceitos chaves dos textos básicos para a assembléia são "democracia participativa" e "direito à vida". Segundo d. Cândido Padin, de Bauru (337 km de São Paulo), o primeiro consiste na "participação do povo na condução da política governamental em todos os níveis" e o segundo na "promoção da vida, da maneira mais ampla possível, desde o respeito à vida da pessoa humana no ventre materno até o acesso dos cidadãos aos bens fundamentais para uma existência digna".

Entrarão também na pauta da assembléia o novo documento do vaticano sobre "liberdade cristã e libertação", com os aspectos considerados positivos na reflexão teológica sobre este tema, além da Pastoral da Juventude, o programa de colaboração interdiocesana das Igrejas irmãs, a atualização dos estatutos da CNBB, a legislação complementar ao novo Código de Direito Canônico, o regulamento da CED (Comissão Episcopal de Doutrina), normas para os Tribunais Eclesiásticos Regionais, a revisão das normas para as eleições da conferência (previstas para abril de 1987), além de temas litúrgicos, normas sobre as coletas obrigatórias e a indicação de delegados para o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs).

O dia de retiro para os bispos —sempre no começo da assembléia— terá como pregador o cardeal africano Bernardin Gantin, prefeito da Congregação para os Bispos, do Vaticano. Estão previstas, também, comunicações aos bispos sobre o Sínodo Extraordinário de novembro passado —que avaliou os vinte anos do Concílio Vaticano 2º—, sobre o Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), a realidade brasileira depois da decretação do Plano de Estabilização Econômica do governo federal e a situação teológica, com base nas últimas posições do papa.

Constituinte

A terceira versão do documento-base sobre a nova Constituição brasileira (preparado por uma comissão designada pela Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB) será preparada na primeira semana de abril, com base nas propostas de emendas enviadas por todos os bispos brasileiros. No momento, a segunda versão, mandada pela comissão —presidida pelo bispo auxiliar de São Paulo, d. Antônio Celso Queiroz—, está sendo debatida nas dioceses. O texto final, a ser encaminhado para a assembléia, como subsídio, será redigido pelo padre Agostinho Castejón, assessor do MEB (Movimento de Educação na Base) e pelos bispos d. Antônio Celso Queiroz, d. Celso Pinto e d. Afonso Felipe Gregory.

Outra comissão da CNBB voltada para a Constituição —a de Acompanhamento do Processo Constituinte— é presidida por d. Cândido Padin, pelos advogados Fábio Konder Comparato, Cândido Mendes de Almeida e Plínio de Arruda Sampaio, além do sociólogo Francisco Whitaker Ferreira e de dois juristas de Brasília.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Suma da "Libertação" envolve 104 teólogos

Da Reportagem Local

A suma da Teologia da Libertação que estava sendo publicada pela Editora Vozes, de Petrópolis (RJ) —e foi interrompida, temporariamente, por pressões da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano— envolve o trabalho de 104 teólogos, entre latino-americanos, europeus que trabalham há muito tempo no continente e norte-americanos de língua espanhola, além de cinco mulheres teólogas.

Seu objetivo é o de "fazer uma síntese da Teologia católica a partir da fé dos pobres e das comunidades cristãs", segundo explicou ontem um dos coordenadores da coleção "Libertação e Teologia", o sociólogo e padre José Oscar Beozzo, 45, presidente da Cehila/Brasil (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina) e doutor em Sociologia da Religião pela Universidade de Louvain (Bélgica).

Com o apoio de 115 bispos —que integram o comitê de patrocínio da coleção— a suma, segundo o padre José Oscar, utiliza como ponto de partida "a prática dos empobrecidos latino-americanos, ao mesmo tempo crentes e explorados". Seus 52 volumes deverão ser publicados até 1989 (caso o Vaticano mantenha a pressão sobre a Vozes, outras editoras deverão publicá-los), na base de um volume por mês, em sete séries. Destas séries, quatro são voltadas para a problemática mais interna da Igreja, e três para os "desafios à experiência cristã" nas áreas da política, economia, trabalho, terra e pobreza, além dos "desafios que vêm da cultura de hoje" e outros oriundos da "religião do povo".

Experiência de Deus

Dentro do tema "A Experiência de Deus", serão publicados os volumes "O Recolhimento da Experiência do Deus Libertador", "Como o Povo Descobre este Deus", "A História da América Latina numa Leitura Teológica", "A Opção de Deus pelos Pobres", "Como Fazer Teologia da Libertação", além de um texto de consulta sobre patrologia latino-americana. (A Patrologia é o ensinamento dos primeiros pastores da Igreja). Cinco volumes serão lançados, em seguida, sobre "Revelação e Fé", "O Deus dos Cristãos", "Jesus Cristo Libertador", "Espírito Santo" e "Santíssima Trindade", este último escrito pelo teólogo franciscano Leonardo Boff.

No bloco sobre "Libertação e História", a coleção terá os livros "Criação e História", "Pecado e Conversão", "A Graça", "Moral Fundamental", "Sexualidade Humana", "Matrimônio e Família", "Ética Comunitária" e "Espiritualidade" —sob a coordenação do bispo de São Félix do Araguaia, (MT), d. Pedro Casaldáliga.

O bloco sobre a problemática interna da Igreja apresentará os textos "Igreja Comunidade", "Igreja na Base", "Ministérios da Comunidade", "Formação na Comunidade", "Sacramentos e Liturgia", "O Direito do Povo de Deus" e "Maria, Mulher Profética".

Além de publicar as reflexões de mulheres teólogas (abrindo um precedente na prática tradicionalmente masculina da Teologia católica), a coleção tratará dos desafios "que vêm da cultura de hoje e da religião do povo". Neste sentido, terá livros sobre a cultura dominante, as culturas indígenas, o mundo afro-americano, a mulher na sociedade e na Igreja, a pedagogia "não reprodutora da dominação", o catolicismo popular, o "deus índio", o "deus negro" e as "religiões cristãs alternativas".

Produto de um trabalho coletivo, a nova coleção já teve publicados os primeiros três volumes — "Antropologia Cristã", de José Comblin, "Escatologia Cristã", de João Batista Libânio e Maria Clara Bingemer e "A Memória do Povo Cristão", de Eduardo Hoornaert. A suma é, também, a primeira síntese teológica produzida fora da Europa e fora do controle central da Cúria Romana, o que pode explicar as pressões feitas pela Congregação para a Doutrina da Fé para que não seja publicada.

D. Balduíno afirma que não foi intimado a ir ao Vaticano

Da Sucursal de Brasília

19/12/86 FSP

D. Tomás Balduíno, 63, bispo da cidade de Goiás, a 130 km a noroeste de Goiânia, disse ontem por telefone, às 14h15, que não foi intimado a ir ao Vaticano —retificando informação publicada na edição de ontem desta Folha—, "simplesmente porque estive lá, em setembro, em companhia dos bispos do Ceará e do Piauí".

Segundo d. Tomás, ele não pôde encontrar-se com o cardeal Bernardin Gantin, dirigente da Congregação Vaticana para os Bispos, porque este tinha ido à Espanha. "Mas estive com d. Lucas Moreira Neves, que é o secretário da entidade", disse.

O bispo da cidade de Goiás disse que deve estar havendo algum engano em relação às notícias publicadas, segundo as quais ele, juntamente com d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), e outros bispos, teriam sido convocados ao Vaticano porque não fizeram a visita "ad limina" obrigatória a cada cinco anos. D. Tomás disse que esteve, também, com o papa João Paulo 2º. "Tenho até foto junto com ele", afirmou.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

213.N

Católicas voltam a pedir verba ao Ministério

Da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, e a diretoria da Associação Brasileira das Escolas Católicas (Abesc) voltaram ontem a pedir mais verbas ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Eles alegaram que essas instituições —que totalizam dezesseis universidades e mais de sessenta faculdades isoladas— enfrentam grandes dificuldades financeiras e, por isso, solicitaram que elas fossem transformadas em "entidades de utilidade pública educacional", o que lhes garantiria mais recursos.

Segundo dom Luciano, as escolas não querem subvenção para cobrir dívidas, para construir nem para ter lucros. Ele disse que a intenção é evitar aumentos elevados nas semestralidades. As escolas católicas pedem subvenções anuais equivalentes a 30% dos orçamentos executados no ano anterior. O ministro Jorge Bornhausen, segundo dom Luciano, prometeu estudar as reivindicações.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

CNBB pede "mobilização popular" pela Constituição

4/4/87 FSP

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

CONSTITUINTE 86

Um apelo a uma "verdadeira mobilização do povo cristão" brasileiro para garantir uma Constituição democrática e a afirmação de que "o Brasil atravessa um momento político grave", devendo optar entre a plenitude democrática e a "frustração popular" com "consequências imprevisíveis", são destaques do texto provisório "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional", preparado por uma comissão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O texto será submetido ao episcopado, durante a 24ª Assembléia Geral da Conferência, a ser realizada de 9 a 19 próximos, em um antigo convento em Itaici, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo. O documento é classificado como "reservado", com a recomendação de que "não deve ser publicado". Uma última versão provisória desse texto começa a ser redigida neste fim-de-semana, em Itaici, e o conjunto do documento poderá ser ou não modificado pelos bispos para publicação.

Três partes

Mesmo assim, essa versão resulta de uma ampla consulta feita pela CNBB junto aos bispos. Tem 32 páginas e está dividida em três partes: "Igreja e Constituição", "Valores básicos e suas implicações sociais" e "Mobilização dos cristãos". O processo de consulta aos bispos teve início em dezembro.

A comissão encarregada de receber e sistematizar as propostas dos bispos é presidida pelo bispo-auxiliar de São Paulo, d. Antônio Celso Queiroz, e integrada também pelos bispos de Vitória da Conquista (município baiano a 522 km a sudoeste de Salvador), d. Celso Pinto, e pelo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Afonso Felipe Gregory, assessorados pelo sociólogo jesuíta Fernando Bastos Ávila e pelo padre Agostinho Castejón, secretário-geral do MEB (Movimento de Educação de Base).

No debate sobre a Constituição, a CNBB considerará igualmente as sugestões da "Comissão de Acompanhamento do Processo Constitucional", presidida pelo bispo de Bauru (município a 377 km a noroeste de São Paulo), d. Cândido Padim, e integrada, entre outros juristas e advogados, por Fábio Konder Comparato (autor do anteprojeto de Constituição do PT), pelo suplente de deputado federal do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e pelo professor Cândido Mendes de Almeida, do Rio.

"Turbulência social"

Na introdução do texto de estudo, a comissão reconhece "a autonomia" dos cristãos com vistas à preparação da Constituição, reafirmando que os bispos não têm um papel técnico e colocando que participar do processo constituinte "é um dever social dos cidadãos e também um direito". O texto afirma, em seguida, que a luta da Igreja "por uma sociedade mais justa e fraterna" passa, agora, pelo esforço em favor das "exigências cristãs de uma ordem constitucional".

Ao falar da "importância do momento político", diz que o Brasil está diante de duas opções: ou "preparar o caminho para a consolidação de uma democracia participativa", melhorando o nível de vida dos brasileiros, ou "oferecer à nação o triste espetáculo de um mero revezamento no poder de lideranças políticas presas aos mesmos interesses partidários".

Nesse caso, "a frustração do povo poderia precipitar a nação num processo de turbulência social de consequências imprevisíveis" e as disparidades levariam a "um 'apartheid' social", com "setores minoritários altamente modernizados" numa pobreza crescente.

Diante desse quadro, o texto propõe "uma profunda reforma das instituições", consolidada "num novo pacto constitucional". Mais adiante, qualifica o debate constitucional como "movimento privilegiado de educação e conscientização" e defende a participação popular. Sobre a colaboração da Igreja, diz que ela está consciente de ser o Brasil "numericamente" o maior país católico do mundo e também "um dos países do mundo marcado pelas maiores disparidades sociais", enfatizando que "não é 'tolerável' que o Brasil demonstre incapacidade de, 'a partir da fé', construir uma sociedade justa."

Afirmando que a Igreja sentiu-se, nesse ambiente, "entre o fogo cruzado" dos que a viam como contestadora ou como reformista, o documento de estudo diz que há "um significativo consenso nacional" pelas mudanças "dentro dos espaços democráticos abertos pelo novo regime".

Faz, depois, um apelo para que os católicos e os cristãos "tomem consciência de sua força", não aceitando "o anonimato católico, deixando que minorias ruidosas ocupem a arena do debate constitucional". Critica, em seguida, de forma indireta, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, dizendo que preparar a Constituição "não é monopólio de peritos".

Valores "inegociáveis"

O texto aponta, depois, "conteúdos mínimos necessários" e valores considerados "inegociáveis" para os cristãos na Constituinte. Entre eles, destacam-se a dignidade e igualdade humana, a defesa e promoção da vida (condenando o homicídio, aborto, eutanásia ativa, a pena de morte, mutilações, torturas e outras violências físicas, psíquicas e morais).

Nos "direitos da família", o documento defende a proteção legal às uniões estáveis de fato, reconhece o papel pastoral da Igreja diante de "casais cristãos irregularmente constituídos" e propõe que todas as crianças "nascidas dentro ou fora do casamento" tenham iguais direitos.

No campo econômico, o texto defende o teto salarial máximo e o direito de greve "dentro de limites estabelecidos em lei"; reafirma o direito relativo à propriedade privada; o combate à especulação e à corrupção. Quanto à liberdade religiosa, pede que seja aplicada no culto e na educação. Ainda na economia, defende uma reforma agrária "urgente e ampla".

Em relação ao Estado, propõe que seja amplamente controlado pelos cidadãos e, no plano político, considera essenciais os direitos à liberdade de expressão, à associação e informação e ao voto plebiscitário "em grandes decisões" nacionais.

O documento propõe, ainda, a concessão de canais de rádio e TV pelo Congresso Nacional e a censura moral feita pela sociedade. Em termos de mobilização, o texto quer a articulação e atuação dos cristãos no plano político, indicando e elegendo seus candidatos, controlando os eleitos para o Congresso, sempre com "vigilância democrática".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IFCH - UNICAMP

"A situação extremamente injusta exige uma profunda reforma das instituições"

Esta é a íntegra do documento "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional":

EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL

INTRODUÇÃO

1 — Reunidos na 24ª Assembléia Geral da CNBB e respondendo à solicitação de nossas Comunidades, nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, queremos explicitar, de maneira clara e concisa, os pontos fundamentais para a reflexão e ação dos cristãos em vista do processo constituinte, destinado a preparar a nova Constituição.

2 — Reconhecemos e afirmamos a autonomia responsável que cabe aos cristãos, como cidadãos deste país, engajados nos vários partidos políticos, associações, sindicatos e movimentos, neste momento histórico de reordenamento institucional através da elaboração de uma nova Constituição. Mais que nunca, o cristão é chamado a dar testemunho de sua fé, comprometendo-se ativamente no processo de elaboração da nova Carta Magna.

3 — Não é nossa missão, como Bispos, explicitar a forma detalhada e técnica do ordenamento político, social e econômico, ou estabelecer as normas concretas de organização dos poderes políticos. Essa tarefa exige o envolvimento de todos os cidadãos através da participação nos debates; da eleição de constituintes honestos e capazes de representar as aspirações do povo; através do acompanhamento e cobrança dos trabalhos da Constituinte, uma vez instalada.

4 — A presença e participação ativa nesse processo não é apenas um direito, mas também um dever social de todos os cidadãos, que adquire para os cristãos a característica específica de contribuição para a construção de uma sociedade mais próxima do Plano de Deus; uma sociedade justa e fraterna, onde todas as pessoas sejam igualmente respeitadas em sua dignidade de filhos de Deus e nos direitos que daí decorrem. Contribuindo para a elaboração de uma Lei Básica justa e humana, à qual se devem conformar todas as leis do país, estarão colaborando, da maneira mais eficaz, para firmar os alicerces de uma sociedade de irmãos.

1ª PARTE — IGREJA E CONSTITUIÇÃO

5 — A Igreja no Brasil, através de sua ação pastoral, no campo social, procurou colaborar para a construção de uma sociedade justa e fraterna. Pode-se mesmo afirmar que o empenho nesta construção foi o objetivo que revela o sentido e a coerência das numerosas iniciativas, pronunciamentos, campanhas desenvolvidas pela Igreja, na sua pastoral social, especialmente durante os anos difíceis do ciclo militar que se encerrou, com o advento da Nova República.

6 — A Igreja tem consciência que seu desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e fraterna passa agora por um esforço de explicitar as exigências cristãs de uma nova ordem constitucional.

1.1. Importância do momento político

7 — O Brasil atravessa um momento político grave. As opções a serem feitas neste momento serão decisivas para o futuro da nação diante da alternativa com a qual ela se defronta. A alternativa é a seguinte: ou preparar o caminho para a consolidação de uma democracia realmente participativa com a elevação das condições de vida da população a níveis de decência social; ou perder esta oportunidade histórica, esvaziando o sentido de novidade que se pretende garantir à atual experiência política brasileira. Por outras palavras: trata-se ou de optar por construir algo de realmente novo, ou de oferecer à nação o triste espetáculo de um mero revezamento no poder de lideranças políticas presas aos meçmos interesses partidários, preocupadas com os mesmos cálculos eleitoreiros, vítimas dos mesmos vícios políticos e apenas retoricamente empenhadas com as mudanças profundas e radicais nas quais a nação deposita a sua esperança na novidade da República que se anuncia.

8 — Perdida esta chance histórica, a frustração do povo poderia precipitar a nação num processo de turbulência social de consequências imprevisíveis. As disparidades sociais e regionais se acentuariam até aproximar-se perig)samente da situação de um apartheid social, no qual setores minoritários altamente modernizados da sociedade seriam submersos na inundação crescente da pobreza, da indigência e da miséria.

9 — Esta situação extremamente injusta, a ponto de tornar-se ameaçadora, exige, como primeira condição de sua superação, uma profunda reforma das instituições, reforma que deverá consolidar-se num novo pacto constitucional.

1.2. O sentido da Constituição

10 — A rigor, o Brasil não possui uma Constituição. Possui uma Emenda Constitucional outorgada em 1969 pela Junta Militar então no poder. Tal emenda se destinava a dar maiores poderes discricionários ao regime militar instalado pelo golpe de 1964.

11 — O Governo militar se extinguiu submerso pelos grandes movimentos cívicos que se estenderam a toda a nação, em 1984. Inaugurou-se um novo regime político, já denominado de Nova República. Um novo regime não pode continuar a funcionar com uma velha Constituição, inadequada às novas realidades e incapaz de responder aos novos anseios da nação.

12 — Uma Constituição, com efeito, é o pacto institucional fundamental que deve regular toda a vida da nação. É a lei básica que consagra as grandes normas com as quais se devem conformar todas as leis. É a Carta Magna à qual compete, em linhas gerais, sem entrar em minudências regulamentares:

13 — 1- legitimar o poder do Estado e organizar a forma pela qual deve ser exercido;

14 — 2- definir as relações dos poderes nacionais, Executivo, Legislativo e Judiciário, sua organização e suas competências;

15 — 3- delimitar as áres de competência do exercício do poder em seus diversos níveis: federal, estadual e municipal;

16 — 4- explicitar os deveres do Estado para com a nação e a maneira pela qual deve cumpri-los através da administração pública;

17 — 5- assegurar as liberdades cívicas, as garantias individuais e os direitos sociais, bem como os mecanismos eficazes para reivindicá-los.

18 — 6- garantir a soberania nacional e a preservação da ordem democrática.

19 — A nação está vivendo o processo constituinte, através do qual vai explicitando suas aspirações e anseios e vai discernindo aqueles que melhor a deverão representar na assembléia a ser eleita no dia 15 de novembro. É um momento privilegiado de educação e conscientização política do povo. A participação do povo neste processo é de uma importância decisiva. Só um povo que participa assumirá a futura Constituição como obra sua; saberá comprometer-se com ela e exigir a sua urgência. A Igreja, que caminhou junto a este povo no período difícil que se encerrou, não poderá omitir-se no momento decisivo que inaugura um novo período de vida nacional.

1.3. A colaboração da Igreja

20 — É difícil compreender a atuação pastoral da Igreja no Brasil sem referi-la a um fato de capital importância. A Igreja chegou a uma consciência clara de duas realidades: primeira, o Brasil é hoje numericamente a maior nação católica do mundo; segundo, o Brasil é hoje um dos países do mundo marcado pelas maiores disparidades sociais. Esta dupla constatação tem despertado na Igreja uma crescente preocupação por sua responsabilidade evangelizadora. Se nenhuma ideologia tem exigências sociais mais radicais do que as decorrentes da fé no evangelho, na Boa Nova de salvação, não é tolerável que o maior país católico do mundo seja incapaz de demonstrar ao mundo que, a partir da fé, é possível construir uma sociedade justa e fraterna.

21 — É a consciência desta dupla realidade que permite entender a coerência da atuação da Igreja, no campo da pastoral social, coerência que não elimina tensões e contradições: a Igreja optou pela mudanças profundas e radicais, mas rejeitou sempre a violência como meio de realizá-las. Esta opção, em sua dupla dimensão, pela mudança e contra a violência, foi reconhecida como pastoralmente válida, em inequívocos pronunciamentos do Santo Padre, por ocasião de sua visita à nossa Pátria.

22 — Não era, entretanto, uma opção cômoda. Situava-se entre fogos cruzados: de um lado, os que se beneficiavam fartamente de uma situação de injustiça social; de outro, os que a acusavam de reformismo e se impacientavam por transformar em luta ostensiva os conflitos latentes gerados pela mesma injustiça.

23 — A nação amadureceu no sofrimento destes longos anos de arbítrio e da difícil conjuntura por eles legada. O amadurecimento se processou na linha de coerência assumida pela Igreja. Hoje, existe um significativo consenso nacional pela necessidade das mudanças, e pela necessidade que estas mudanças se realizem dentro dos espaços democráticos abertos pelo novo regime.

24 — Estamos vivendo o momento histórico no qual a Igreja, continuando na sua linha de coerência, deve colaborar ativamente para que este novo pacto, dando uma base constitucional às mudanças inadiáveis, canalize, para a construção de uma nova sociedade, os dinamismos que se desperdiçariam em conflitos e violências de altos custos sociais e humanos.

25 — Dentro deste objetivo, a colaboração específica da Igreja deverá orientar-se principalmente para aquelas áreas onde estão em jogo valores éticos fundamentais. Ela tem consciência que, sem a preservação destes valores, as mudanças ou serão frustradas, gerando conflitos, ou servirão de pretexto para atropelar direitos inalienáveis da pessoa humana. Entre estas áreas, ressaltam como de maior importância: a organização do poder a serviço do bem comum e os direitos relativos à vida, à família, à educação, ao trabalho e à propriedade que possibilitem uma convivência social mais humana e fraterna.

1.4. A participação do povo

26 — A Igreja é o sacramento da unidade, do povo de Deus, o sinal visível e eficaz da reconciliação a ser celebrada na ação de graças, a eucaristia, para acolher a vida comunicada por Cristo através do seu Espírito e promover o Reino de Deus com todos os homens de boa vontade.

27 — O povo brasileiro é um povo que, na sua grande maioria, conserva a fé cristã que recebeu através de quase cinco séculos de evangelização, fé sincera e profunda, não obstante as contaminações do sincretismo e as devastações do consumismo permissivista. Neste momento importante da vida nacional, é indispensável que este povo, majoritariamente católico e cristão, tome consciência de sua força. Ele não pode deixar-se submergir numa espécie de anonimato católico, deixando que minorias ruidosas ocupem a arena do debate constitucional. Num espaço cultural pluralista, o povo de Deus tem o direito de levantar sua voz em defesa de valores que se identificam com os autênticos valores humanos.

28 — Não é necessária uma análise sofisticada da realidade social para constatar que o povo brasileiro rejeita a sociedade que aí está: que ele tem anseios e aspirações voltados para mudanças profundas e radicais. Agora ele tem a chance de realizá-las através de uma participação ativa no debate constitucional que já começou com o processo constituinte. É uma chance nova para milhares de brasileiros que nunca participaram de um tal processo.

29 — A elaboração da Constituição não é monopólio de peritos na ortografia constitucional. A presença destes é indispensável para dar forma articulada ao texto final. Mas é a participação do povo que deverá definir o seu conteúdo.

30 — Isso não constitui tarefa de tal modo difícil que deva ser reservada a juristas e a especialistas. Qualquer brasileiro tem condição para participar do debate da Constituinte. Basta que ele reflita sobre as condições de sua vida, de sua família, de seu trabalho, da realidade em que elas estão inseridas, para poder discernir o que pode ficar e o que deve mudar. Refletindo sobre esta realidade, que ele conhece porque a sofre na própria carne, qualquer brasileiro tem uma palavra a dizer sobre como a sociedade deve se organizar, como deve funcionar no cumprimento dos deveres e no respeito dos direitos do governo, dos cidadões e de todas as instituições intermediárias. O importante é não se omitir para não chegar atrasado.

31 — Entretanto, para que esta participação de todos seja eficaz, é indispensável definir conteúdos mínimos necessários, sobre os quais os cristãos devem estar de acordo e pelos quais devem lutar. Esta luta não se identifica com uma campanha por um moralismo conservador que, sob a retórica de um discurso moralizante, esconde a defesa de interesses egoístas ou classistas. É uma luta por resgatar a dignidade do homem e da mulher, no cenário do novo horizonte cultural em que vivemos, para construir uma sociedade onde seja possível viver com decência e sem medo. A definição destes conteúdos é objeto da 2ª parte deste documento.

2ª PARTE — VALORES BÁSICOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

INTRODUÇÃO

32 — Para apoiar e orientar a ação dos cristãos neste momento histórico, oferecemos, a seguir, à reflexão de nossas Comunidades, as idéias centrais, os critérios básicos, os valores que —independentemente de filiações partidárias ou de posicionamentos ideológicos— nos parecem inegociáveis para a consciência cristã.

33 — Em síntese, estamos apenas explicitando alguns valores e princípios éticos que, por serem evangélicos, são profundamente humanos, e, por serem profundamente humanos, encontram no Evangelho a sua expressão mais viva. Julgamos também oportuna a explicitação de algumas implicações sociais mais imediatas destes valores e princípios.

34 — Acrescentamos algumas citações da Sagrada Escritura e de documentos do Magistério (Vaticano 2º, Documentos Pontifícios e do Episcopado Latino-americano e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a propósito dos vários itens abordados.

2.1 — DIGNIDADE E IGUALDADE FUNDAMENTAL

35 — *"Homens, vós sois irmãos: por que vos ofendeis uns aos outros?" (at. 7,26)*

36 — *"Não pode haver judeus nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gal. 3,28).*

37 — *"Professamos que todo homem e toda mulher, por mais insignificantes que pareçam, têm em si a nobreza inviolável que eles próprios e os demais devem respeitar e fazer respeitar, incondicionalmente; professamos, também, que toda vida humana merece, por si mesma, em qualquer circunstância, sua dignificação".*

Puebla, 317

38 — *"...dignidade do homem exige que possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de coação externa".*

Concílio Vaticano 2º G.S. 17 (249)

39 — TODO SER HUMANO, QUALQUER QUE SEJA SUA IDADE, COR, SEXO, CONDIÇÃO DE SAÚDE, CONFISSÃO RELIGIOSA, POSIÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA, IDEOLÓGICA OU POLÍTICA, É PORTADOR DE UMA DIGNIDADE INALIENÁVEL E SUJEITO DE DIREITOS E DEVERES QUE O DIGNIFICAM, EM SUA RELAÇÃO COM DEUS COMO FILHO, COM OS OUTROS HOMENS COMO IRMÃO E COM A NATUREZA COMO SENHOR.

40 — NESTA TRÍPLICE RELAÇÃO (COM DEUS, COM OS OUTROS E COM A NATUREZA), TODAS AS PESSOAS SÃO FUNDAMENTALMENTE IGUAIS EM DIREITOS E DIGNIDADE E LIVRES PARA PENSAR E DECIDIR DE ACORDO COM A SUA CONSCIÊNCIA; PARA EXPRESSAR-SE E ORGANIZAR-SE EM ASSOCIAÇÕES; PARA IR E VIR EM BUSCA DE SUA PLENA REALIZAÇÃO JUNTO COM OS OUTROS E EM PROFUNDO RESPEITO À LIBERDADE E DIGNIDADE DAS OUTRAS PESSOAS, E TENDO SEMPRE EM VISTA O BEM COMUM.

(COMEÇA GRIFO)Outros textos para consulta
Mal. 2,10; Mt. 5,47; Rom. 12,10; Gal. 6,2; Tg. 2,1-7
G. S. 29 (289)
João Paulo 2º: R. H., 13 (TERMINA GRIFO)

2.2 — DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA

41 — *"Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10).*

42 — *"... a dignidade eximia da pessoa humana (é) superior a todas as coisas. Seus direitos e deveres são universais e invioláveis. É preciso, portanto, que se tornem acessíveis ao homem todas aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana."*

Concílio Vaticano 2º — G. S. 26 (279)

"O Concílio inculca o respeito ao homem... sem excetuar nenhum, levando em consideração, antes de tudo, a sua vida e os meios necessários para mantê-la dignamente...

43 — Além disso, tudo o que atenta contra a própria vida, como qualquer espécie de homicídio, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como mutilações, torturas físicas ou morais e tentativas de dominação psicológica; tudo o que ofende a dignidade humana, como as condições infra-humanas de vida ... todas estas práticas e outras são efetivamente dignas de censura".

Concílio Vaticano 2º — G. S. 27 (282)

44 — A VIDA HUMANA É O SUPREMO DOM NATURAL DE DEUS E, COMO TAL, DEVE SER PRESERVADA, SUSTENTADA E VALORIZADA.

45 — Ninguém tem o direito de tirar uma vida humana, violentá-la ou diminuí-la.

46 — São, portanto, inaceitáveis, como atentados contra a vida, o aborto, a eutanásia ativa e a condenação à morte.

47 — São igualmente incompatíveis com a dignidade da vida humana quaisquer formas de mutilação, de tortura, de violência física, psicológica ou moral.

48 — O ORDENAMENTO SOCIAL, DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS QUE DELA DERIVAREM, DEVERÁ NÃO SÓ AFIRMAR E RESPEITAR ESTES PRINCÍPIOS, DIGNIDADE E DIREITOS, MAS TAMBÉM TORNAR POSSÍVEL PARA TODOS O EXERCÍCIO DOS MESMOS DIREITOS, E A CAPACIDADE JURÍDICA DE REIVINDICÁ-LOS.

49 — Para que seja efetivamente garantida a igualdade de todos em direitos e dignidade perante a Lei, a justiça e a autoridade, assim como a justa participação de todos nos bens econômicos e nos benefícios sociais indispensáveis a uma vida digna, DEVERÃO SER PROTEGIDOS, DE MANEIRA ESPECIAL, AQUELES QUE, POR DIVERSAS RAZÕES DE NATUREZA FÍSICA, SOCIAL, ECONÔMICA OU CULTURAL, TIVEREM MENORES CONDIÇÕES DE SE DEFENDER, AUTOPROMOVER OU ESTEJAM SOFRENDO QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO: O nascituro, o menor carente ou abandonado, os deficientes, as minorias, os anciãos, os índios, o negro, a mulher, o trabalhador rural ou urbano, o desempregado, o detento, o migrante, o refugiado. O cuidado especial na proteção da dignidade e dos direitos destas pessoas será garantia de uma sociedade efetivamente fraterna, solidária e democrática.

50 — O direito à vida exige a preservação do meio ambiente, resguardado contra as formas de exploração predatória, para que a geração presente e as futuras tenham uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana.

Ex. 20,13; Dt. 30,19; Ecl. 9,4; Hebr. 13,6
G. S. 27 (283)
Puebla 318,328
João Paulo 2º: Brasília 30/06/80; Salvador 06/07/80; Recife 07/07/80

2.3 — DIREITOS DA FAMÍLIA

51 — *Digno de honra entre todos seja o matrimônio (Hbr 13,4)*

52 — *"A família estão ligados os valores fundamentais que não se pode violar sem incalculáveis prejuízos de natureza moral... É necessário defender estes valores fundamentais com tenacidade e com firmeza, porque a violação deles acarreta incalculáveis prejuízos para a sociedade, em última análise, para o homem. A experiência das diversas Nações ao longo da história da humanidade, bem como a nossa experiência contemporânea, podem servir de argumentos para se reafirmar a dolorosa verdade de que na esfera fundamental da existência humana, em que é decisivo o papel da família, é fácil destruir os valores essenciais, e é muito difícil reconstruí-los".*

João Paulo 2º — Homilia na Igreja do "Gesu" — 31/XII/1978

53 — A FAMÍLIA, FUNDADA NO MATRIMÔNIO MONOGÂMICO E INDISSOLÚVEL, CONSTITUÍDO PELO LIVRE CONSENTIMENTO RECÍPROCO DE UM HOMEM E UMA MULHER, EM IDADE NÚBIL, COM CAPACIDADE JURÍDICA PARA CONTRAÍ-LO E COM PLENA IGUALDADE ANTE A LEI, É O ELEMENTO NATURAL E FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE E COMO TAL DEVE TER A PROTEÇÃO DO ESTADO.

54 — A família é sujeito de direitos que não se reduzem à soma dos direitos de seus membros. Sobre esta base, tem o direito de reivindicar a ajuda da sociedade para o desempenho de suas funções.

55 — A família tem o direito de contar com a ajuda da sociedade no que se refere ao nascimento, saúde, alimentação e educação dos filhos.

56 — Somente aos esposos cabe o direito de determinar o intervalo entre os nascimentos e o número de filhos que desejam.

57 — O aborto é uma violação do direito fundamental à vida do ser humano; e este mesmo direito exclui qualquer manipulação experimental ou exploração do embrião ou feto humano.

58 — A lei deve encontrar formas adequadas de proteção das uniões de fato, estáveis (assim como a Igreja reconhece seu dever e solicitude pastoral pelos casais cristãos irregularmente constituídos), bem como das formas de convivência doméstica, nas quais a responsabilidade pelos filhos recai sobre o companheiro (a) abandonado (a).

59 — Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, devem gozar do mesmo direito à proteção social, em vista do seu desenvolvimento integral como pessoas humanas e como cidadãos.

60 — TODA FAMÍLIA TEM O DIREITO DE CONSEGUIR, ATRAVÉS DA JUSTA REMUNERAÇÃO DE SEU TRABALHO E COM O APOIO DA SOCIEDADE E DOS PODERES PÚBLICOS, CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, LAZER, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE.

61 — Cabe aos poderes públicos assegurar trabalho e salário justo e ordenar, diretamente ou por meio de instituições idôneas, a prestação de serviços destinados a propiciar a efetivação destes direitos para todos, especialmente para os mais carentes.

62 — Através de suas organizações civis (partidos, associações de bairro, sindicatos...) a população deverá ter o direito de participar das decisões referentes aos serviços que lhe devem ser prestados e pelos quais está pagando.

Gen. 1,27; Prov. 18,22; Ec. 4,9; Mt. 19,6; Ef. 5,31
G. S. 47(347), 52(365)
João Paulo 2º L.E., 10-19; Familiaris Consortium, 30,46; Seminário de Puebla 28/01/79

2.4 — DIGNIDADE DO TRABALHO

63 — *Porque digno é o trabalhador do seu salário (LC 10,17).*

64 — *"... O trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem".*

João Paulo 2º — "Laborem Exercens" nº 3

65 — TODA PESSOA TEM O DIREITO E O DEVER DE CONTRIBUIR PARA O BEM COMUM ATRAVÉS DE UM TRABALHO DIGNO, E O DIREITO DE USUFRUIR DOS BENS INDISPENSÁVEIS PARA ATENDER ÁS NECESSIDADES BÁSICAS DE UMA VIDA DIGNA PARA SI E PARA SUA FAMÍLIA.

66 — A Constituição deve garantir a justiça da remuneração do trabalho e criar mecanismos eficazes que garantam um salário mínimo justo e um teto máximo que impeça a desproporção exorbitante na participação dos frutos do trabalho.

67 — Diante deste dispositivo constitucional, não poderão ser invocados direitos adquiridos que não passam de privilégios abusivos.

68 — Na questão do acesso ao trabalho e de sua remuneração, não será tolerável nenhuma discriminação por sexo ou idade.

69 — A todos os trabalhadores deve ser assegurado o direito à livre organização sindical e intersindical, a nível local, regional e nacional.

70 — A greve é uma forma legítima de ação sindical, e o trabalhador não deve sofrer sanções pessoais por nela participar, observadas as devidas condições e nos justos limites estabelecidos em legislaçao específica de cuja elaboração devem poder participar através de seus legítimos representantes.

71 — A justiça do trabalho deve ser exercida por pessoas idôneas, de capacidade e competência comprovadas através de concurso público.

72 — Os aposentados por tempo de serviço ou por invalidez tem o direito a receber salários iguais aos percebidos ao tempo de sua atividade, corrigidos na mesma época e proporção de sua respectiva categoria profissional.

73 — Deve ser assegurado ao desempregado involuntário um "salário-desemprego" suficiente para sua manutenção e de sua família enquanto perdurar a inatividade forçada.

74 — O trabalhador tem direito de receber, dentro de suas horas de trabalho, instrução necessária para seu aperfeiçoamento e atualização profissional.

Dt. 5,12-15; Dt. 24,14-15; Sl. 128,2; Mt. 10,10; Col. 4,1
G. S. 68 (428-429)
João Paulo 2º L.E. 3,18,20,22...; Recife 07/07/80; Oaxaca 29/01/79

2.5 — LIBERDADE RELIGIOSA

75 — *Pois não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos (Atos 4,20)*

76 — *"Os cristãos ..., bem como os demais homens, gozam do direito civil de não se verem impedidos de levar a vida segundo sua consciência. Harmoniza-se, assim, a liberdade da Igreja com aquela liberdade religiosa §ue deve ser reconhecida a todos os homens e comunidades, como direito, e sancionada no sistema jurídico.*

A família... compete o direito de determinar a forma de educação religiosa que se há de dar aos filhos, segundo suas próprias convicções religiosas".

Concílio Vaticano II — "Dignitatis Humanae". 13 (1566) e 5 (15487

77 — CADA CIDADÃO OU GRUPOS DE CIDADÃOS GOZAM DE PLENA LIBERDADE DE ABRAÇAR OU DEIXAR DE ABRAÇAR UMA RELIGIÃO; DE REALIZAR OS ATOS DE CULTO E EXPRESSAR LIVREMENTE A SUA FÉ, CONTANTO QUE NÃO FIRAM OS DIREITOS DE OUTROS E O BEM COMUM; O DIREITO DE NÃO SEREM DISCRIMINADOS EM RAZÃO DE SUA CRENÇA OU SUAS CONVICÇÕES RELIGIOSAS OU FILOSÓFICAS; E O DIREITO DE EDUCAR SEUS FILHOS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E SOCIAIS COERENTES COM A SUA FÉ.

78 — A liberdade religiosa inclui o direito e dever dos grupos religiosos de exercer uma função crítica dentro da sociedade com relação à conduta de grupos, instituições ou do próprio poder público, quando desrespeitarem as convicções religiosas ou os valores éticos nelas fundados.

79 — Símbolos e distintivos próprios de uma religião devem ser salvaguardados e sua imitação proibida.

80 — Por ser a dimensão religiosa elemento essencial da plenitude humana, deve ser resguardado na Constituição o direito ao ensino religioso escolar, respeitada a convicção religiosa do aluno e/ou de sua família.

Lc. 24,48; At. 18,19; 2cor 4, 13; 1Pdr. 3,15-16; 1Ti. 2,15
D.H. 3(1548), 6(1553), 8(1559), 13(1568); G.S. 73(444) João Paulo II: R.H., 17

2.6 — DIREITO À EDUCAÇÃO

81 — *O me˜ pov) está sendo destruído porque lheo conhecimento (Os 4,6)*

82 — *Os homens todos de qualquer raça, condição e idade, em virtude da dignidade de sua pessoa, gozam do direito inalienável à educação, que corresponda à sua finalidade, índole, à diferença de sexo ... O Estado deverá, pois, salvaguardar o direito das crianças a uma adequada educação escolar...*

É preciso que gozem de verdadeira liberdade na escolha das escolas os pais que te. o dever primeiro e inalie,ável deos filhos. O poder público, a quem cabe proteger e defender a liberdade dos cidadãos, cuidando da justiça distributiva, há de providenciar que os subsídios públicos sejam de tal sorte distribuídos que os pais possam escolher, com verdadeira liberdade, as escolas para seus filhos, segundo a sua consciência".

Concílio Vaticano 2º — "Gravissimum Educationis" 1 (1503), 6 (1513) e 6 (1512)

83 — TODOS OS CID2DÃOS TÊM O —IREITO A MA EDUCAÇÃ7 BÁSICA DE QUALIDADE, CABENDO À SOCIEDADE A RESPONSABILIDADE DE CRIAR CONDIÇÕES P2RA TORNAR POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTE DIREITO FUNDAMENTAL.

84 — O ensino fundamental, compreendendo um mínimo de oito anos de escolaridade, é obrigatório e gratuito para todos. Para aqueles que o desejarem, também serão gratuitos os três anos seguintes de escolaridade.

85 — Os poderes públicos (federal, estadual e municipal) devem fornecer, com absoluta prioridade, os recursos necessários para que este direito à educação fundamental esteja ao alcance de todos, quer através de escolas por eles criadas, quer por meio de escolas de iniciativa particular.

86 — Os pais têm o direito prime(ro e inalienável de educar seus filhos, como o direito de organizarem escolas próprias, a partir de seus valores e concepção de vida, e de receberem recursos adequados do Estado para que possam ser gratuitas, ao menos no nível fundamental. Neste caso, devem ser inteiramente respeitadas as características e / proposta pedagógica de ca-a escola.

88 — É ass*gurado aos pa(s de filhos m*nores de idade e aos próprios candidatos quando maiores de idade, o dire(to de escolherem para os estudos fundamentais a escola que mais se coaduna com os seus princípios e valores de vida.

89 — Aos portadores de deficiências deverão ser oferecidas condições específicas de educação, para que possam desenvolver-se dentro de suas potencialidades e contribuiro bem 'omum, como cidadãos de pleno direito.

90 — Deve-se garantir também o acesso a níveis mais elevados de estudo àqueles que, concluídos os estudos fundamentais, mostrarem capacidade e empenho suficientes para tanto.

91 — As instituições de ensino superior têm como finalidade: a formação profissional e humana dos alunos, a pesquisa científica, a busca do progresso da nação e da humanidade * de soluçõeç técnico-científicas para os problemas que afetam a sociedade; a promoção da cultura em . todas as suas dimensões e a *xtensão universitária como serviço à comunidade local e nacional.

92 — As instituições de ensino superior que prestam esses serviços de qualidade, sem fins lucrativos, merecem o apoio técnico e financeiro dos poderes públicos, para que o acesso às mesmas não esteja sujeito a discriminações de caráter econômico.

93 — O Estado é responsável perante a nação pela adm(nistração dos recursos destinados à educação, obtidos pela tributação dos contribuintes. Cabe-lhe assim o direito e o dever de exercer uma adequada fiscalização sobre a utilização destes recursos, a fim de garantir a idoneidade das instituições educacionais por ele financiadas.

94 — Estas instituições educacionais, desde qu*i'onformes aos padrões definidos pelos órgãos competentes, têm o direito de conferir títulos e diplomas com os mesmos efeitos que os conferidos pelas instituições públicas.

Dt. 6,7; Prov 19,20; Prov 22,6; Rom. 15,4; 1Tes. 4, 10-11
G.E. 1(1509), 3(1507), 6(1512-1513); D.H. 5(1548)
Puebla 1036, 1037, 1015
João Paulo 2º México 30/01/79

2.7 — PROPRIEDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL

95 — *Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível até serem eles os únicos moradores da Terra (Ts 5,8)*

96 — *"A tradição cristã nunca defendeu tal direito (de propriedade) como algo /bsoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto de todos utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal.*
João Paulo 2º — "Laborem Exercens"

97 — *"... responsáveis pelos p)vos, classes poderosas que às vezes conservais improdutivas as terras que escondem o pão que a tantas famílias falta — a consciência humana, a consciência dos povos, o brado dos desvalidos e, sobretudo, a de Deus, a voz da Igreja, repetem-vos comigo: Não é justo, não é humano, não é cristão continuarem certas situações claramente injustas. Urge pôr em execução medidas reais, eficazes a nível nacional e internacional".*
João Paulo 2º — "Saudação aos índios de Cuilapan — 29/01/1979

98 — A PROPRIEDADE PRIVADA É UM DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS, COMO GARANTIA DE LIBERDADE E DE BEM-ESTAR PESSOAL, FAMILIAR E SOCIAL.

99 — O DIREITO DE PROPRIE—ADE PRIVADA NÃO É ABSOLUTO: SUBORDINA-SE AO DIREITO DE TODOS A UMA VIDA DIGNA E À OBRIGAÇÃO QUE TÊM A SOCIEDADE E O ESTADO DE PROPICIÁ-LA A TODOS OS CIDADÃOS.

100 — Çobre toda propriedade particular, por tanto, pesa uma "hipoteca social" e cabe aos poderes públicos a obrigação de estabelecer encargos proporcionais à riqueza dos cidadãos, grupos ou entidades de fins lucrativos.

101 — Nenhum imposto pode ser criado sem aprovação dos representantes do povo. DENTRO DESTE CRITÉRIO; O Estado tem o direito de i m p o r u m tributação jucta para a éalização do bem comum; garantindo, entretanto, um tratamento especial para as entidades filantrópicas que, pela sua própria natureza, já colaboram para a realização do mesmo.

102 — O Estado deve criar mecanismos eficazes para tributação do capital especulativo, bem como para coibir e penalizar todas as formas de corrupção e malversação dos recursos públicos.

103 — Os poderes públicos —seguindo procedimentos e determinando indenizações adequadas que serão estabelecidas em leis específicas—, poderão decretar a desapropriação de bens, terras e propriedades, por razões de interesse social ou de utilidade pública, sempre que o bem comum o exigir.

104 — A realização da justiça social exige uma reforma agrária urgente, ampla e que leve em consideração, sobretudo, as necessidades e a !articipação dos trabalhadores rurais e a produção de alimentos para a população. Isto supõe:

105 — garantir terra para §uem realmente nela trabalha;

106 — propiciar uma política agrária adequada que fixe o homem à terra e lhe dê condições para executar o seu trabalho;

107 — criar mecanismos que impeçam a descabida concentração fundiári/ e a estocagem de terras improdutivas;

108 — implantar uma justiça agrária que previna os conflitos ou agilizesolução.

109 — A realização da mesma justiça social exige uma revisão da legislação referente ao solo urbano, que propicie acesso à moradia a todos os cidadãos. Tal política implica na necessidade de impedir a estocagem de áreas urbanas e reprimir a especulação imobiliária.

110 — Especial atenção deve haver para a agilização de projetos sociais que atendam às famílias que vivem em condições subumanas.

Dt. 4,22; Ec. 5,11; Miq. 4,4; At. 4,32, 34, 35
G.S. 69(430), 71(433-438)
João Paulo 2º: em Puebla 28/01/79; Cuilapan (Méx.) 29/01/79

2.8 O ESTADO E O BEM COMUM

111 —*Disse o Senhor a Samuel: Atende à voz do povo em tudo quanto te dizem (1 Sam 8,7).*

112 — *"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comñ no respeito das legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários".*
Paulo 6º "Octogésimo Adveniens" nº 46

113 — O ESTADO É A ORGANIZAÇÃO DO PODER A SE* VIÇO DO BEM COMUM NACIONAL.

114 — O fim e a razão de ser do Estado é a realização do bem comum nacional, entendido como a criação de condições concretas que permitam a todos os membros da nação atingirem níveis de vida compatíveis com a dignidade humana.

115 — Estas condições abrangem os direitos fundamentais da pessoa humana: direito à vida e a um padrão digno de existência; direito à educação e a escolher o tipo de educação desejada para os filhos, incluindo o ensino religioso; direito ao trabalho e ao justo salário; direito a constituir família e a mantê-la dignamente; direito à propriedade no respeito à sua função social; direito à segurança e direito à participação na vida política da nação.

116 — O Estado pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido para a realização deste bem comum. Toda força exercida fora e à margem do direito é violência contra o cidadão.

117 — O Estado democrático se caracteriza por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos e têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los.

118 — Os direitos das pessoas não são outorgados pelo Estado, mas fundados na própria natureza livre e social da pessoa humana.

119 — Os órgãos do poder e administração pública, em todos os seus níveis, deve servir à comunidade e não se servir dela; portanto, nenhum órgão de poder tem a capacidade jurídica de decidir em causa própria, outorgando-se vantagens, privilégios ou honorários, sem o controle da comunidade.

120 — A administração dos bens e recursos públicos deve ser rigorosamente controlada por tribunais independentes, cujos componentes não poderão ser nomeados pela instância pública a ser fiscalizada.

121 — Qualquer malversação, apropriação ou abuso de bens ou recursos públicos deverá ser punido com rigor exemplar.

122 — Para a realização ordenada do bem comum, as pessoas são subordinadas às autoridades legitimamente constituídas e estão obrigadas à promoção do bem comum, sob a coordenação dos representantes da nação.

123 — A promoção do bem comum exige a eliminação dos excessos de riqueza e de miséria. Exige assim a configuração de uma sociedade que garanta a todos a oportunidade de realizarem a igualdade essencial e a dignidade comum a todos os seres humanos, sem discriminações sociais, econômicas, políticas, raciais ou culturais.

124 — O FIM E O SENTIDO ESSENCIAL DA VIDA POLÍTICA É GARANTIR E PROMOVER, PARA TODOS OS CIDADÃOS, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTANTES DOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS.

125 — A vida política está sujeita à ordem ética e a simples "eficácia política" não pode ser erigida em critério de moralidade.

126 — A sociedade civil deve dispor de mecanismos eficazes para reivindicar a preservação de suas liberdades e dos direitos de todos os cidadãos. Entre estes mecanismos, destacam-se, pela sua abrangência, aqueles que se destinam a assegurar o direito à participação e à segurança.

Gen. 41,33; Ex. 18,21; 1Pdr. 2,17
G.S. 74(449-450), 75(452), 74(446)
João Paulo 2º, R.H. 17
CNBB Docs. nº 10: 14, 15, 17, 30

2.9. PARTICIPAÇÃO

127 —*O corpo não se compõe de um só membro, mas de muitos Cor. 12; 14)*

128 — *"Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultu/l e econômico * um dever primordial do Estado. Tal participaç?o constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional..."*
CNBB — Documento nº 10 — "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", nº 25.

129 — TODO CIDADÃO ÉM O DIREITO E O DEVER DE PARTICIPAR, DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES, DA ELABORAÇ2O DAS DECISÕES QUE DIZEM RESPEITO A TODA A SOCIEDADE.

130 — A experiência ensina que, para assegurar real participação política a todos os membros da sociedade, a nova Constituição precisará definir determinadas condições essenciais:

131 — direito à informação honesta e verdadeira sobre o que está acontecendo na administração pública e na sociedade (portanto, meios de comunicação verdadeiramente livres e não sujeitos ao Estado ou ao poder econômico);

132 — liberdade de expressão do p*nsamento, para que todos possam adquirir conhecimentos suficientes sobre a realidade e possam, em consequência, interpretar corretamente a informação que recebam sobre os fatos da administração e da sociedade;

133 — 021de associação partidária e de reunião política, para que, informado e ciente dos fatos, o cidadão possa juntar-se a outros para defender seus interesses e para fazer valer interesses que, no seu entender, são os mais adequados para o conjunto da sociedade;

134 — DIREITO DE VOTO de todas as pessoas maiores de idade, incluindo os analfabetos, para escolha de todas as autoridades para cargos eletivos do Estado e para a tomada de grandes decisões que, por sua relevância e consequências, não deveriam ser deixadas aos representantes, mas assumidas !or todos os cidadãos.

Cor. 12,§/ss; Gen. 41,33; Ex. 18,21ss; 1Pdr. 2,16-17
G.S. 31(296), 75(453-456); I.M. 12(1478)
João Paulo 2º Monterrey (México) 31/01/79
CNBB, Docs. nº 10: 25, 26 e 30

2.10 A COMUNICAÇÃO SOCIAL E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

135 — *Prega a palavra, insta, quer seja oportuno ou não (2 Tm 4,2)*

136 — *"...é intrínseco à sociedade humana o direito à informação naqueles assuntos que interessam aos homens, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada qual. O correto exercício deste direito, contudo, exige que a comunicação, quanto ao seu objeto, seja íntegra..."*
Concílio Vaticano 2º — Decreto "Inter Mirifica" 12 (1478)

137 — Todos esses direitos são fortemente condicionados, em nossa sociedade, pelos MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Daí decorrem as seguintes implicações:

137 — A concessão de canais de rádio e televisão seja feita, não mais pelo poder Executivo, mas pelo Congresso Nacional, ouvida uma comissão, constituída democraticamente por representantes de vários setores da sociedade civil, e dando prioridade a entidades ligadas a empreendimentos culturais.

139 — Para maior respeito aos valores culturais do povo, deve ser dada prioridade à programação local, regional e nacional.

140 — A LIBERDADE DE EXPRESSÃO ENCONTRA OS SEUS LIMITES NAS NORMAS ÉTICAS E MORAIS QUE VISAM A PRESERVAÇÃO DO BEM COMUM E PROTEGEM A REPUTAÇÃO E PRIVACIDADE DOS INDIVÍDUOS.

141 — A definição destes limites seja garantida por um conselho de pessoas representativas de

Continua na página seguinte

encontro com o pastor 414/86 OSP

Bispos brasileiros em Assembléia

Meus Amigos,

Católicos, Cristãos, Homens que buscam a Deus e que seguem a consciência na procura da Verdade e do Bem:

Estamos para realizar, nos dias 9 a 18 deste mês, a Assembléia Ordinária dos Bispos do Brasil, em Itaici, Município de Indaiatuba, SP.

Penso que seja do interesse de todos saber o que se passa durante uma reunião, que congrega cerca de trezentos Bispos de nossa Terra.

Aliás, é a única Assembléia Plenária do ano, apesar de serem tantos os acontecimentos que nos esperam durante esse período da História de nosso País.

Dois fatos do passado influirão sem dúvida no clima dessa Reunião: um deles, muito anunciado pela imprensa — e até deturpado, porque, às vezes, os repórteres, não buscando a notícia na fonte certa, acabam por escrever qualquer coisa — foi a **Visita "ad limina"** feita por todos os Bispos do Brasil.

Essa Visita, de praxe, como todos sabem, acontece a cada cinco anos. Tem por finalidade consolidar a unidade dos Bispos com o Papa.

As informações são recíprocas. O Papa fica sabendo o que se passa em cada Diocese do mundo; e os Bispos ficam conhecendo melhor o Papa e suas preocupações; e eles podem levar essas preocupações à sua gente, em suas Dioceses.

Desta vez, a visita foi feita de forma colegiada, apresentando-se os Bispos por Regionais.

Nós, os Bispos do Estado de São Paulo, éramos vinte e quatro. Os dezesseis dias, em janeiro, foram sumamente proveitosos e interessantes. Além de celebrarmos, rezarmos e falarmos com o Papa, visitamos todos os Dicastérios, uma espécie de "ministérios", ou órgãos executivos do Sumo Pontífice.

Nessas visitas, um de nós expunha os assuntos mais importantes referentes ao nosso Estado e depois vinham as perguntas, as dúvidas e as exposições.

Outra coisa suscitou a curiosidade do mundo inteiro. Terminada a visita desses 14 grupos, o Papa pediu uma **avaliação**, que durou três dias, e durante os quais ele esteve presente da manhã à noite.

Foi um diálogo profundo, descontraído embora sério, diante do Santo Padre. Nele tratamos de muitos problemas da Igreja no Brasil, desde a probreza extrema de nossa gente e das muitas terras em mãos de poucos, até as vocações sacerdotais, a Liturgia e tudo o que se refere à vida interna da Igreja.

Parece-me — e acredito seja esta a opinião de todos os Bispos presentes — que essa reunião de avaliação trouxe benefícios a todos nós.

Mas houve um segundo acontecimento: o **Sínodo.** Infelizmente, com pouca repercussão. E foi pena, porque o Sínodo de Roma, realizado em fins do ano passado (24 de novembro a 8 de dezembro) tentou por em destaque os ensinamentos do Concílio Vaticano II, como também o nosso trabalho de preparação ao ano dois mil, que já está às portas.

Na ocasião, reuniram-se todos os presidentes das Conferências Episcopais do mundo. Levaram a Roma o que o povo está esperando e pensando a respeito da missão do cristianismo em favor da paz, da comunhão e participação em todos os graus da vida, em todos os níveis da existência.

Sínodo extremamente importante, mas de pequena repercussão, como dissemos.

Talvez a próxima Assembléia dos Bispos do Brasil nos ajude a levar esses dois acontecimentos ao conhecimento do povo, para reanimação de nossas comunidades.

— E quais serão os assuntos da próxima Assembléia dos Bispos? Os temas mais importantes para todo o País me parecem sobretudo os três seguintes:

Em primeiro lugar, vamos discutir a **Constituição** futura. Todos sabem que em 15 de novembro próximo os eleitores brasileiros terão que eleger os membros da Constituinte — ou seja, deputados e senadores que irão preparar a nossa Constituição futura.

E o que vai aparecer nessa Constituição — como a família, educação, saúde e os assuntos mais graves que interessam a cada um de nós — caberá a esses membros debater, redigir e aprovar. Por isso, os membros da Constituinte não podem fazê-lo como se se tratasse do interesse deles. Como nossos representantes, eleitos pelo povo, deverão representar o pensamento do povo, as idéias e projetos apresentados pelo povo. Daí a grande importância de os Bispos alertarem agora a consciência de todos os cidadãos, para pensarem bem nas pessoas que podem ser eleitas e nos valores que devem aparecer, nessa Constituição.

Outro assunto a ser tratado pela Conferência Nacional dos Bispos é a **Reforma Agrária**, que apenas começou e que, a partir deste mês, vai se estender aos Estados. Ela não pode parar. Nós refletimos sobre "TERRA DE DEUS — TERRA DE IRMÃOS" durante toda a Quaresma. Foi uma conscientização.

Agora chegou o momento de apoiar as medidas sadias que devem ser propostas pe-

lo governo e também, aos poucos, levadas à prática. Desse modo, aqueles que cultivam a terra, poderão possuir terra e ter mais gosto e mais capacidade de produzir, não somente para alimentar a sua família, mas também a população, a preços mais acessíveis.

Outro grande tema a ser discutido é um assunto que toca a todos: a Igreja como Povo de Deus. **A missão dos leigos.**

Leigo quer dizer povo, portanto, batizado, ou seja, cristão: alguém que é responsável pelo Evangelho de Cristo e que assume toda a missão que Ele deixou para a sua Igreja.

No próximo ano teremos um Sínodo sobre os **Leigos.** Os bispos irão novamente a Roma para discutir a missão dos leigos em toda a sua amplitude, tanto na família, como no amor, na paz, na justiça, na evolução da humanidade, política, economia, enfim, em tudo.

Precisamos pois preparar esse Sínodo dos Leigos, dizendo o que no Brasil se faz e o que o Brasil espera que os leigos possam assumir em favor de uma nova ordem, mais justa e mais fraterna no mundo.

Meus Amigos, o Espírito e Deus não nos deixa parar, nunca! Temos muita coisa também a discutir sobre Liturgia, Catequese, Ministérios e outros assuntos que vão aparecendo ao longo da Assembléia. Sabemos que o fato de estarmos juntos, unidos, traz para o nosso meio a presença de Cristo, segundo Ele mesmo o prometeu. Essa presença de Cristo será a maior garantia de uma frutuosa Assembléia Nacional dos Bispos do Brasil. Peço a todos vocês que rezem nessas intenções:

PAI NOSSO...

Paulo Evaristo, Cardeal Arns

FOLHA DE S. PAULO 09. April 1986

CNBB começa hoje a sua 24ª

DERMI AZEVEDO
Enviado especial a Itaici

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, abre hoje, às 8h30, no Convento Jesuíta da Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba (SP), a 99 km de São Paulo, a 24ª assembléia ordinária da conferência episcopal brasileira, cujo tema central será "Exigência Cristã de uma Ordem Constitucional".

Os outros temas da pauta serão a Pastoral da Juventude, o programa Igrejas Irmãs, a atualização dos estatutos da CNBB, o regulamento complementar ao novo Código de Direito Canônico, o regulamento da Comissão Episcopal de Doutrina, as normas para os Tribunais Eclesiásticos Regionais, revisão dos procedimentos eleitorais das conferências, assuntos de liturgia, normas sobre as coletas obrigatórias e indicação de delegados para o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Participarão da abertura, como convidados especiais da CNBB, os bispos Sumio Takatsu e Olavo Ventura Luís, da Igreja Episcopal do Brasil; Ignatius Ferzli, da Igreja Ortodoxa Antioquena, além dos pastores Sérgio Marcus Pinto Lopes, da Igreja Metodista, e Janos Apostol, da Igreja Reformada.

Participarão da assembléia 286 bispos, 29 assessores nacionais da CNBB, catorze subsecretários regionais da Conferência, catorze representantes da Comissão Nacional do Clero, 25 dirigentes de organismos de assessoria da CNBB, além dos seis convidados especiais.

Os bispos ouvirão, também, relatórios sobre a realidade brasileira, a situação teológica, os resultados do Sínodo dos Bispos do ano passado —comemorando os vinte anos do Concílio Vaticano 2º—, a reunião de cúpula, no Vaticano, entre o papa, a Cúria Romana, os cardeais brasileiros, os dirigentes da CNBB e os presidentes dos secretariados regionais da Conferência.

A CNBB receberá, hoje, do núncio apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, o texto integral da nova "Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação", divulgada, no sábado, pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Sé, do Vaticano, e publicada na edição da **Folha** de domingo.

No próximo sábado, os participantes da assembléia farão um dia de retiro, a partir da próxima sexta-feira à noite e durante todo o sábado, cujo pregador será o cardeal africano Bernardin Gantin, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, da Cúria Romana. Todas as decisões da assembléia serão encaminhadas ao Vaticano, para aprovação final do papa João Paulo 2º, de acordo com os regulamentos da entidade.

assembléia

Um outro ponto a ser discutido é a possibilidade de uma escala técnica do papa João Paulo 2º, no Rio de Janeiro ou São Paulo, em data ainda indefinida, quando de sua visita a Argentina e Chile. Se esta escala for confirmada, o papa poderá celebrar uma missa campal no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, ou no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, zona leste da Grande São Paulo.

Hoje, durante o dia, estiveram reunidos o presidente da CNBB, a Comissão Episcopal de Pastoral (composta por onze bispos) e mais vinte e nove assessores para uma revisão da pauta da assembléia, o estudo de um documento sobre a Pastoral da Juventude no Brasil e uma análise da quarta redação do documento de trabalho "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional", com cerca de trezentas emendas apresentadas pelos bispos.

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS

CNBB vê avanço nas relações com o papa

15/4/86 FSP

O relacionamento entre o papa João Paulo 2º e a Igreja no Brasil está cada vez mais próximo, segundo disseram ontem, às 15h30, em entrevista coletiva em Itaici, o arcebispo de Olinda e Recife (PE), d. José Cardoso Sobrinho e os bispos de Rio Branco (AC), d. Moacyr Grecchi, e Lins (SP), d. Walter Bini.

Eles atribuem estes contatos mais estreitos às visitas "Ad Limina Apostolorum" (que os bispos fazem ao papa de cinco em cinco anos) realizadas pelo episcopado brasileiro, de janeiro do ano passado a março último, e também ao clima de diálogo verificado na recente reunião entre 21 bispos do Brasil, o papa e a Cúria Romana. Como complemento do novo clima, citaram a mensagem especial que João Paulo 2º enviou, na semana passada, à assembléia da CNBB, por intermédio do cardeal Bernardin Gantin, prefeito da Congregação para os Bispos. A mensagem será divulgada em todo o país e é considerada, pelos bispos, como a "carta magna da pastoral brasileira". A CNBB decidiu, também, uma carta-resposta ao papa, assinada por todos os bispos e que será levada ao Vaticano, dia 21 próximo, pelo próprio cardeal Gantin.

O bispo de Rio Branco (AC), d. Moacyr Grecchi, afirmou que, com esta mensagem, "o papa entregou nas mãos da Igreja do Brasil o futuro da Teologia da Libertação" e que "essa manifestação de confiança, no episcopado brasileiro, deve ser respondida com generosidade, seriedade e responsabilidade", já que João Paulo 2º "demonstrou grande compreensão para com a Igreja do nosso país em seu compromisso com os mais fracos".

D. José Cardoso, de Recife, disse que o papa "vem demonstrando um interesse extraordinário" pela comunidade católica brasileira e d. Walter Bini, de Lins, informou que a CNBB publicará, proximamente, um livro com os nove discursos que o papa fez ao episcopado do Brasil no último ano, incluindo a mensagem enviada a Itaici.

Leigos

Os bispos comentaram, também, a ênfase dada pelo papa, em sua mensagem, para a formação dos leigos católicos brasileiros que, segundo comentou d. José Cardoso, "devem assumir suas próprias responsabilidades, já que no passado a Igreja era muito clericalizada e os próprios meios de comunicação ainda a confundem exclusivamente com os bispos e os padres".

D. Moacyr Grecchi acrescentou que "os bispos são também estimulados, pela sua própria vocação, a serem solidários com os leigos em suas opções e riscos para a transformação da sociedade".

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

16-4-86

ROSA GAUDITANO

Os bispos reunidos na missa diária em Itaici: um momento de harmonia

Religião

Uma rodada política

A Constituinte, a reforma agrária e a Teologia da Libertação dividem os bispos em Itaici

Recolhidos à Vila Kostka, um antigo mosteiro jesuíta encravado nas montanhas de Itaici, a 130 quilômetros de São Paulo, 263 bispos do país se debruçaram na semana passada sobre a extensa pauta da 24.ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, recheada com 21 temas diferentes. Seria uma reunião quase de rotina, semelhante às que a cúpula da Igreja Católica no país promove anualmente, não fossem duas questões polarizadoras: trata-se de um dos mais políticos encontros da CNBB e sua realização coincide com a divulgação, no último dia 5, de um novo documento da Santa Sé sobre a Teologia da Libertação. A política começa pelo tema central: "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional". Isso significa que, no seu encerramento, previsto para a próxima sexta-feira, a 24.ª Assembléia Geral divulgará um documento com reivindicações e sugestões do episcopado nacional na futura Constituinte. Outros itens seculares da pauta são a reforma agrária e a questão da demarcação das terras indígenas.

Observados em Itaici, os bispos parecem estar em perfeita harmonia: concelebram todos os dias uma missa solene, rezam juntos antes das refeições, sentam-se a uma mesma mesa para trabalhos de grupo ou no anfiteatro da Vila Kotska, para reuniões plenárias.

LUIZ CARLOS MURAUSKAS/AG. FOLHAS

Gantin com Lorscheiter: retiro espiritual

No fundo, porém, continuam como sempre têm estado — divididos. Ao final de sua recente reunião com 21 bispos brasileiros, na Santa Sé, João Paulo II pronunciou um discurso comovente, quase patético, no qual afirmava que "mais vale um passo dado no sentido da comunhão no seio da conferência do que dez com o risco de romper a comunhão". O papa se referia sem maiores rodeios às dissensões que fracionam a CNBB em duas alas: a dos esquerdistas, que se define com o adjetivo progressista, professa a Teologia da Libertação e ocupa a presidência da entidade, e a dos conservadores, minoritária. No seu discurso de abertura da 24.ª Assembléia Geral, dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, repetiu a frase de João Paulo II e fez ele próprio um comovido apelo à comunhão episcopal. "A questão é saber o que pretende dom Ivo", comentou um prelado conservador do Nordeste. "Se o que ele deseja é uma unidade em torno das posições da cúpula da CNBB, voltadas mais para o político e o sociológico do que para o teológico, não vai conseguir nada."

CONTEÚDO EXPLOSIVO — Os estatutos da CNBB autorizam o seu conselho permanente, uma espécie de miniconferência episcopal, formada pela cúpula da entidade e pelos presidentes de suas catorze regionais, a elaborar a pauta das assembléias gerais. Desse modo foram selecionados onze itens iniciais para o episcopado nacional debater este ano. No primeiro dia da 24.ª Assembléia Geral, os bispos acoplaram em plenário outros dez temas à pauta, um deles de conteúdo explosivo e saído do cardápio dos conservadores: as visitas apostólicas aos seminários do Brasil. Até a II Guerra Mundial, eram regulares as inspeções de emissários da Santa Sé às casas de formação de religiosos e universidades católicas do país.

Esses auditores enviados de Roma vinham ao Brasil para examinar as instalações, o currículo, o nível de ensino, a fidelidade ao magistério tradicional da Igreja e até para conferir a disciplina. Já no final do pontificado de Pio XII, a prática caiu em desuso. Por isso, causou surpresa no país uma inesperada visita do cardeal alemão Josef Hoeffner, em 1984, que desembarcou em São Paulo como enviado do papa para observar até que ponto a Teologia da Libertação influenciava a formação de sacerdotes nos seminários da arquidiocese de São Paulo.

Recentemente, porém, ao mani-

16/4/86 RJP

Dom Avelar: formação de milícias rurais pode levar ao caos

CONSTITUINTE

Em ordem de marcha

CNBB faz assembléia e quer combater abuso do poder econômico nas eleições

Dom Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e outros religiosos que participavam da 24ª Assembléia Geral da instituição tiveram uma oportunidade que escapou à maioria dos brasileiros: puderam deslumbrar-se na noite da quarta-feira, 9, com o brilho do Halley cortando o firmamento. O céu sem lua e a distância das luzes urbanas garantiram o espetáculo para quem estava na agradável Vila Kostka, retiro católico em Itaici, a 100 quilômetros de São Paulo, onde, na mesma manhã, havia começado a reunião anual dos bispos. No plenário, as preocupações eram muito mais terrenas. Os 245 bispos presentes começavam a discutir um documento que deverá orientar a participação dos católicos brasileiros na eleição dos membros da Constituinte, em novembro, bem como questões vitais que deverão estar contempladas no texto da nova Carta Magna.

Nesta segunda-feira deverá ser aprovado na plenária da assembléia da CNBB o texto das *Exigências cristãs de nova ordem constitucional*, tendo como primeiro ponto a questão da mobilização dos cristãos. O documento enfatizará a importância da participação popular e fará algumas recomendações para tentar evitar que o abuso do poder econômico impeça tal presença. "Esperamos que a Igreja Católica e outras igrejas ajudem a conscientizar o povo para que seja especialmente severo na hora de dar o voto, não escolhendo aqueles que façam uma campanha muito cara, examinando a prática comunitária do candidato e não suas promessas", recomenda dom Ivo, o presidente da CNBB.

Acreditam os bispos brasileiros que somente a abertura de espaço na Constituinte para representantes eleitos pelos movimentos populares permitirá que o novo texto constitucional aborde questões substantivas que abram caminho para uma democracia não apenas política mas também econômica e social. Assim, defende dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, deverão ser dadas soluções constitucionais para garantir o direito ao trabalho, à posse da terra, bem como alimentação, transporte, moradia, educação e saúde para todos os brasileiros.

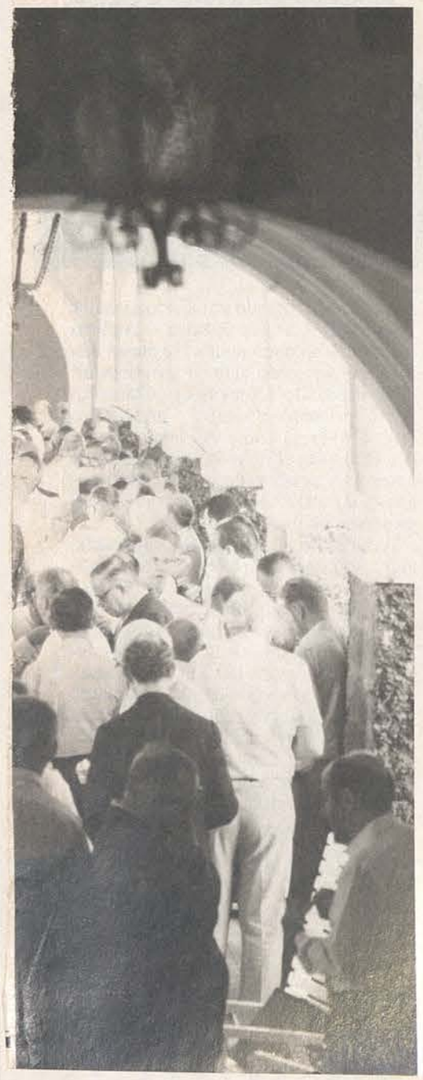
E a futura Constituição, prossegue dom Luciano, não deverá abordar apenas genericamente tais problemas, mas também regulamentar as soluções, pois "tememos que, passada a primeira euforia de participação, tudo isso fique por determinar". A meta é evitar o que aconteceu em 1946, quando a Constituição fixou princípios justos e modernos, que não foram levados à prática, por falta de definição através de leis posteriores. O documento que sairá da Assembléia da CNBB defenderá a plena autonomia e o pluralismo sindical. Questões vitais para a Igreja Católica também deverão ser objeto da mobilização dos católicos no processo da Constituinte, a exemplo da defesa do casamento monogâmico e indissolúvel e da proibição do aborto provocado. Mas dom Antônio Celso de Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo, coordenador da comissão de redação do documento sobre o tema central do encontro, não teme que isto provoque atrito com outros setores da sociedade civil, pois a Igreja Católica "não tenta impor seus pontos de vista por meios escusos".

O texto que sairá da Assembléia da CNBB será especialmente explícito na

FOTOS SÉRGIO MORAES

questão da reforma agrária, definindo "que deve prevalecer a função social da propriedade e que a propriedade particular deve ser respeitada, desde que subordinada à função de criar trabalho, não sendo tolerada como forma de enriquecimento e opressão dos demais", diz dom Celso. E os bispos já esperavam uma primeira resposta ao problema, sob a forma de anúncio, pelo presidente José Sarney, dos planos regionais da reforma agrária, antes mesmo do encerramento do encontro, no dia 18. Com essa meta, dom Ivo e dom Luciano assinaram um telegrama enviado ao presidente Sarney, na quarta-feira passada, em nome de todos os bispos reunidos, apelando para que "não sejam adiadas a aprovação e pronta execução dos Planos Regionais de Reforma Agrária". Mas a iniciativa gorou.

Dom Celso de Queiroz: a Igreja não impõe opinião por "meios escusos"



Missa de abertura da reunião da CNBB: política como tema central da pauta

No dia seguinte, quinta-feira, quando souberam que a assinatura havia sido postergada, coube ao cardeal Avelar Brandão, primaz da Igreja Católica que não participa da cúpula da CNBB, liderar uma entrevista coletiva, dando sinal da preocupação do episcopado brasileiro com o atraso. Na ocasião, dom Avelar defendeu o envio do telegrama ao presidente Sarney, em nome da CNBB, "pois era de seu direito e dever pedir urgência para o início imediato dos Planos Regionais de Reforma Agrária". E o arcebispo de Manaus, dom Clóvis Frainer, sustentou que a falta de assinatura dos planos regionais "provoca mortes e desmandos na região agrária", preocupado com a atividade dos proprietários rurais e a formação de milícias particulares. A este propósito, dom Avelar ponderou que a organização militar dos proprietários poderá desembocar num "governo dentro do governo, e então seria o caos".

Além disso, os proprietários rurais estão muito bem-organizados para disputar a Constituinte, superando de longe o que vem sendo alcançado pelos sem-terra, informa dom Tomás Balduíno, arcebispo de Goiás Velho. "A União Democrática Ruralista, que reúne os grandes proprietários, já tem seus nomes e não falta dinheiro para a campanha, até porque já promoveram vários leilões, de milhares de cabeças de gado, para levantar fundos." Diante do poder de fogo dos proprietários de terra e outros empresários, lamentam os dirigentes da CNBB, os milhões de brasileiros despossuídos terão pouca chance de colocar seus representantes e aspirações no plenário da Constituinte. Por isso, reclama dom [illegible] Lorscheiter, "confiamos que sairá [illegible] lei que coíba o abuso do poder econômico, através de uma legislação moderna e democrática". Assim, pretendem levar essa reivindicação ao presidente Sarney para que seja definido um limite de gastos realmente fiscalizado na campanha de cada candidato.

Além disso, de posse do texto indicativo sobre as responsabilidades dos cristãos face aos constituintes, boa parte do poderio da Igreja Católica – inclui 6 cardeais, 377 bispos, cerca de 12.600 padres, 37 mil freiras e aproximadamente 80 mil Comunidades Eclesiais de Base, com milhões de participantes – deverá ser empenhada na batalha para colocar representantes populares na Assembléia Constituinte. Assim, na próxima segunda-feira, o bispo auxiliar de São Paulo, dom Angélico Sândalo Bernardino, em cuja diocese, sediada em São Miguel Paulista, moram 2,5 milhões de pessoas, pretende apresentar o documento aprovado na reunião da CNBB às lideranças das CEBs. Começará então o trabalho de mobilização pró-Constituinte, através da confecção de 25 mil cartilhas, impressão de jornais e reuniões das comunidades. Não caberá, porém, aos religiosos católicos intervir na política e definir candidaturas, esclarece dom Luciano, secretário-geral da CNBB, pois "a Igreja é apenas uma geradora de participação, não canalizadora de propostas, devendo apenas assinalar valores e princípios". Mesmo assim, este primeiro engajamento institucional da poderosa comunidade católica em um processo eleitoral poderá trazer surpresas no momento em que forem revelados os resultados das urnas.

Cardeal Gantin deixa Itaici otimista

18. April 1986

Do enviado especial a Itaici

O representante do papa João Paulo 2º na 24ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cardeal africano Bernardin Gantin, 66, disse anteontem, ao despedir-se dos bispos brasileiros reunidos em Itaici (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo), que, nas relações entre o Vaticano e a CNBB, "encerrou-se uma etapa, e está começando uma nova época". Gantin viajou ontem para Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), devendo voltar a São Paulo amanhã à noite, quando embarcará para Roma.

Gantin disse que, em seus 29 anos como bispo, nunca tivera antes "uma experiência de convívio como a que viveu em Itaici". O cardeal recebeu de d. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, uma cruz de metal com os dizeres "a cruz dos bispos ficou mais leve com sua ajuda, querido cardeal Gantin". Em resposta, o cardeal disse que é descendente de antigos escravos brasileiros que voltaram ao Benin (antigo Daomé, na África Ocidental).

Gantin disse aceitar a cruz "com alegria e gratidão", afirmando que ela será, em seu gabinete, "a presença da Igreja do Brasil, e a certeza de que os bispos me acompanham com sua oração".

Com a publicação do documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Constitucional", fixando diretrizes para a participação dos católicos nos debates com vistas à nova Constituição brasileira, será encerrada hoje, ao meio-dia, a assembléia da CNBB.

A assessoria de imprensa da CNBB distribuiu ontem, às 15h, o texto da análise conjuntural apresentada aos bispos, anteontem, pelo sociólogo jesuíta carioca Fernando Bastos de Ávila, o principal analista de conjuntura da CNBB. Ao debater "os subsistemas político, econômico-financeiro, social e cultural" do país, ele afirmou que "está em jogo a possibilidade de se chegar a mudanças estruturais, através de um processo de reformas, dentro de um espaço político aberto aos confrontos".

Ávila disse que "quem considera obsceno este reformismo deve optar ou pela manutenção imbecil do 'status quo' ou pela saída insensata da violência insurrecional". Quanto à posição da Igreja na atual conjuntura, o jesuíta disse que ela "vê com simpatia os resultados já obtidos no combate à inflação e à especulação financeira", e que defende uma posição reformista como "a única alternativa realista entre o conservadorismo e o revolucionarismo insensatos".

CNBB aprova documento sobre nova Constituição

19/4/87
F-SP

Do enviado especial a Itaici

A nova Constituição brasileira "deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade para o Brasil, nem capitalista, nem socialista", baseada na "democracia participativa" e realizada através de reformas estruturais, sem o recurso à violência e à insurreição". É o que afirma a declaração pastoral "Por Uma Nova Ordem Constitucional", aprovada na 24ª assembléia anual da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e apresentada aos jornalistas ontem, ao meio-dia, em Itaici (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo), pelo presidente da conferência, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito de Ulhôa Vieira, e pelo secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida.

Na entrevista coletiva de encerramento da assembléia, d. Ivo anunciou, a partir de agora, uma ampla mobilização dos meios católicos brasileiros —desde as Comunidades Eclesiais de Base até as congregações religiosas e todos os movimentos ligados à Igreja— "para lutar, pacificamente, para que a sociedade seja participativa e democrática".

Com 28 páginas, a comunicação pastoral da CNBB foi qualificada, por d. Ivo, como "um documento que marcará época na história recente da Igreja do Brasil". D. Ivo afirmou esperar que o texto "seja objetivamente comentado pelos meios de comunicação, considerado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, e estudado pelos candidatos de todos os partidos ao Congresso constituinte".

Efetivamente consensual, o documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional" vem sendo elaborado e reelaborado desde novembro do ano passado, com a participação das dioceses e pastorais ligadas à Igreja. Entre a primeira versão provisória (publicada com exclusividade pela Folha, há três semanas) e o texto definitivo, divulgado ontem, foram feitas 2.906 emendas —das quais 789 foram enviadas pelas dioceses à comissão de redação na semana imediatamente anterior à assembléia de Itaici, e 2.117 apresentadas nas várias reuniões de grupos, miniplenários e plenários do encontro concluído ontem.

"Constatações e desafios" é o tema da primeira parte do documento, onde a CNBB afirma que o Brasil precisa de "soluções estáveis para os graves problemas éticos, econômicos, sociais, políticos e culturais". Os bispos defendem, em seguida, a inversão da "posição tradicional" que dá ao Estado "a primazia da iniciativa social".

Na segunda parte, os bispos reconhecem "a injustiça como forma de violência institucionalizada", mas rejeitam também "a violência enquanto caminho normal para superá-la". Sugerem, depois, critérios para as eleições dos constituintes. Na terceira parte, apresentam como "exigências concretas" para a ordem social a promoção e defesa da vida, do meio ambiente, dos direitos da família e da liberdade religiosa, a "democracia participativa", a primazia do trabalho sobre o capital, o acesso de todos aos bens da cultura e o compromisso do Brasil por uma "nova ordem internacional".

Luiz Carlos Murauskas

Bispos deixam o convento de Itaici, encerrada a assembléia da CNBB

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - BRASIL

'Damos nossa contribuição para o debate nacional'

Abaixo os principais trechos do documento "Por uma nova ordem constitucional"

Por uma nova ordem constitucional

Declaração Pastoral

Introdução

Reunidos na 24ª Assembléia Geral da CNBB, nós, bispos da Igreja Católica no Brasil, queremos expor pontos fundamentais para a reflexão e ação dos membros de nossas comunidades em vista do processo constitucional, destinado a preparar a nova Constituição.

Não é função nossa, como pastores, apresentar pormenores técnicos para a formulação da Constituição. Mas, como membros da sociedade brasileira e de uma instituição que, fundada na mensagem e na obra de Jesus Cristo, tem nesta mesma sociedade presença significativa, não podemos deixar de dar nossa contribuição para o grande debate nacional que ora se aprofunda. Temos consciência de que nosso desejo de contribuir para uma sociedade justa e fraterna passa agora por um esforço de explicitação das exigências cristãs de uma nova ordem constitucional.

Reconhecemos e afirmamos a autonomia responsável que cabe aos cristãos leigos, engajados nos vários partidos políticos, associações, sindicatos e movimentos neste momento histórico de reordenamento institucional, num ano em que, coincidentemente, o papel do leigo será tema destacado da reflexão de toda a Igreja, em preparação ao próximo Sínodo dos Bispos.

1ª Parte — Constatações e Desafios

1. A importância do momento político

A sociedade brasileira, secularmente viciada pelos privilégios de minorias, pela dependência externa e pela marginalização do povo, necessita inadiavelmente de soluções estáveis para os graves problemas étnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas.

3. A participação do povo

13. Só um povo que participe assumirá a futura Constituição como obra sua; saberá comprometer-se com ela e exigir o seu cumprimento.

14. A elaboração da nova Constituição não deve cair nos erros das Constituições anteriores, que, ou foram promulgadas por Constituintes com escassa representatividade popular, ou impostas pelo poder com a colaboração de peritos. A presença destes é indispensável para dar forma articulda ao texto final. Mas é a participação da sociedade que deverá definir o seu conteúdo.

2ª parte — Igreja e processo constituinte

1. A colaboração da Igreja

22. Reconhecendo a injustiça como forma de violência institucionalizada, a Igreja a rejeita, como rejeita igualmente a violência enquanto caminho normal para superá-la. Esta opção, de acordo com inequívocos pronunciamentos de Igreja, responde mais globalmente às exigências das bem-aventuranças evangélicas, pela libertação do homem todo e de todos os homens.

2. Eleição de novembro de 86

29. Para merecer a confiança do eleitor cristão, não bastam um discurso religioso e uma retórica democrática e popular. É necessário o testemunho de vida coerente com os valores cristãos ou os valores humanos fundamentais implícitos na mensagem cristã. Requer-se, ainda, uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã.

30. Também não se pode confiar em promessas e propósitos "generosos" para com o bem do povo quando o candidato tem um passado comprometido com interesses pessoais ou grupos privilegiados ou apresenta um comportamento marcado pela desonestidade, corrupção e oportunismo.

31. É necessário, pois, que o eleitor, em vista da futura Constituição, saiba avaliar o conteúdo das propostas de cada partido e seu comprometimento com as mesmas.

33. É de suma importância que cristãos vocacionais para a ação política se apresentem como candidatos à Constituinte.

34. Evitando o risco de transformar os movimentos e as comunidades eclesiais em bases político-partidárias, devem os cristãos apoiar eficazmente os irmãos e irmãs que, por coerência com sua vocação, se dispuserem a entrar na ação político-partidária.

4. Após a promulgação da Constituição

42. Todo o trabalho de conscientização na fase anterior à eleição da Constituinte e de participação na elaboração da Constituição deve criar condições para tornar o texto constitucional conhecido em seus aspectos positivos e em suas limitações.

3ª parte — Conteúdo da Constituição: critérios e exigências

3.1. A atuação dos cristãos

44. Na terceira parte deste documento queremos manifestar-nos a respeito do conteúdo da nova Constituição, sentindo as aspirações de nossas comunidades. A partir dos princípios cristãos, apresentamos alguns critérios básicos, valores, direitos, obrigações e implicações concretas, situando-as na perspectiva mais ampla da busca de uma sociedade justa e mais próxima do plano de Deus.

3.2. A ordem social

3.2.1. Critérios básicos

49. A elaboração da nova Constituição é momento privilegiado para conseguir avanços significativos em direção a uma sociedade participativa, responsável e livre em suas condições de auto-organização, e que supere todos os tipos de marginalização; sociedade que assegure a posição da família como comunidade orgânica de vida social e garanta o respeito pelos direitos e a dignidade humana de todos.

53. Mas não é suficiente o reconhecimento formal desta dignidade. É preciso que este reconhecimento seja traduzido na promoção de condições concretas para realizar e reivindicar os direitos fundamentais de todos os homens e de todas as mulheres.

55. São inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, o aborto diretamente provocado, o genocídio, o suicídio, a eutanásia, a tortura e violência física, psicológica ou moral, assim como qualquer forma injusta de mutilação.

56. São igualmente inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, as situações permanentes de fome, subnutrição, condições infra-humanas de existência e impossibilidade de acesso aos serviços de saúde.

57. A pena de morte é injustificável, dentro de uma visão mais abrangente da condição humana, uma compreensão mais aprofundada dos valores evangélicos e a reconhecida mentalidade pacífica do povo brasileiro.

58. O Estado tem o dever de controlar a produção de armamentos, promover a redução de gastos com os mesmos, aplicando os recursos, assim liberados, no desenvolvimento das regiões mais necessitadas.

59. O direito à vida exige a preservação e renovação do meio ambiente, resguardando-o contra formas de exploração predatória e de toda a espécie de poluição.

60. A família, que se constitui pelo matrimônio estável, é a base natural da sociedade. Por isso mesmo, deve ser reconhecida como sujeito de direitos, que não se reduzem à soma dos direitos de seus membros.

d) Promoção e defesa da liberdade religiosa

67. Cada cidadão ou cada grupo de cidadãos goza de plena liberdade de abraçar ou deixar de abraçar uma religião; de realizar os atos de culto, expressar livremente a sua fé e divulgar sua doutrina, contanto que não se firam os direitos de outros e o bem comum. Tem o direito de não ser discriminado em razão de sua crença ou suas convicções religiosas ou filosóficas, e o direito de educar os filhos, de acordo com os princípios éticos e sociais coerentes com a sua fé. Isto implica que seja resguardado na Constituição o direito ao ensino religioso escolar, respeitada a convicção religiosa do aluno ou de seus responsáveis, e que haja liberdade de assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva.

69. A Igreja reconhece o direito à objeção de consciência, assim como o direito que o Estado tem de impor serviços alternativos. Com relação ao serviço militar obrigatório, nos países com tradição de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, a alternativa é a prestação de um serviço civil. Este serviço substitutivo é geralmente um trabalho de caráter não militar, em benefício da comunidade, tendo uma dimensão social e humana e contribuindo para a paz e a cooperação internacional.

3.3. A ordem política

3.3.1. Critérios básicos

84. Toda atividade política democrática e, de modo especial, o processo de elaboração da nova Constituição, respeitando as exigências da ordem ética e não simplesmente buscando a eficácia política, deverão:

— levar a construir uma sociedade em que cada cidadão seja co-responsável no empenho pela melhoria de condições pessoais e coletivas de vida;

— criar uma democracia política e economicamente participativa, que leve o povo brasileiro a ser sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento;

— dar especial oportunidade a todos aqueles que até agora foram mantidos à margem da cidadania plena e do processo histórico brasileiro.

b) Liberdades políticas (26)

87. A experiência ensina que, para assegurar real participação política a todos os membros da sociedade, a nova Constituição terá que definir determinadas condições essenciais:

88. Direito à informação honesta, oriunda de diversas fontes sobre o que está acontecendo na administração pública e na sociedade, inclusive através de meios de comunicação verdadeiramente livres e não sujeitos ao arbítrio de governantes ou às pressões do poder econômico;

89. Liberdade de expressão para que todos possam manifestar a própria opinião sobre a realidade e, em consequência, interpretar corretamente a informação que receberem sobre os fatos da administração e da sociedade;

90. Liberdade de associação e de reunião para que o cidadão possa unir-se a outros para defender seus direitos, opiniões e legítimas aspirações, e fazer valer interesses que, no seu entender, sejam os mais adequados para o conjunto da sociedade;

91. Direito de voto a todas as pessoas capazes, incluindo índios e analfabetos, na escolha para cargos eletivos do Estado.

92. Deverão ser previstos casos em que, por sua relevância e consequências, as decisões não devam ser deixadas unicamente aos representantes, mas submetidas ao julgamento de todos os cidadãos.

94. O Estado, sem prejuízo de sua função própria, deve ser definido como instância subordinada ao controle da sociedade, em vista do bem comum. E a Constituição deverá possuir mecanismos específicos que garantam tal controle, especialmente no que diz respeito às grandes decisões que afetam a todos.

3.4. A ordem econômica

3.4.1. Critérios básicos e aspirações.

100. É importante empenhar-se, desde já, para que, no processo de elaboração da nova Constituição sejam obtidos avanços significativos em direção a uma sociedade justa e fraterna, também na ordem econômica. Enumeramos apenas alguns destes avanços, que já constituem objeto de inúmeras reivindicações do povo:

101. Planejamento da economia, sujeito a mecanismos participativos, que atribua absoluta prioridade ao atendimento das necessidades básicas de toda a população. Este atendimento deverá constituir-se em critério para todas as escolhas referentes a investimentos, desenvolvimento e diversificação da produção.

102. Primazia do trabalho sobre o capital, princípio este válido tanto na organização da atividade produtiva como na remuneração e distribuição dos frutos do trabalho.

103. Divisão do trabalho que favoreça a ascensão política, econômica, social e cultural da classe trabalhadora.

104. Criação de mecanismos eficazes que superem a exorbitante desproporção, hoje existente, na participação nos frutos do trabalho.

118. A greve deve ser reconhecida como direito de todos os trabalhadores indistintamente, como forma legítima de ação sindical, embora seja o último recurso nas negociações trabalhistas. Portanto, também para os trabalhadores nos serviços essenciais para a vida da sociedade deve ser reconhecido o uso do direito de greve, cabendo ao Estado, mediante apropriadas medidas legais, assegurar o funcionamento mínimo necessário destes serviços essenciais. Os trabalhadores não podem sofrer sanções penais pessoais por terem participado de greve, observadas as devidas condições estabelecidas em legislação específica.

b) Justiça social e acesso à propriedade

120. Os bens da terra têm destinação universal para a realização de todas as pessoas. A propriedade privada subordina-se a esta lei universal. Ela não se pode concentrar abusivamente nas mãos de poucos ou ser usada como instrumento de dominação e exploração de outros seres humanos. Ela só se justifica como garantia de liberdade, bem-estar pessoal, familiar e social.

121. A propriedade particular, assim considerada, é um direito de todos. Cabe à sociedade e ao Estado estabelecer critérios de produtividade e promover um sistema de produção e distribuição de bens que garanta a realização deste direito.

c) Nos meios de comunicação social

145. A importância dos meios de comunicação social, numa sociedade democrática, exige que eles não sejam monopólio do Estado ou de qualquer grupo; portanto, sejam acessíveis aos diversos grupos e tendências sociais e livres das pressões e controle do poder econômico.

147. Deve ser de competência do Congresso Nacional estabelecer leis que determinem os critérios para a concessão de canais de rádio e televisão, dando-se prioridade a entidades ligadas a empreendimentos educacionais e culturais. A concessão destes canais será feita mediante parecer de uma comissão constituída democraticamente por representantes de vários setores da sociedade civil.

148. A liberdade de expressão cultural e informação encontra seus limites nas normas éticas que visem à preservação do bem comum da sociedade democrática, protejam a justa reputação e privacidade das pessoas e dos lares e garantam o direito das pessoas a uma informação correta.

149. A aplicação concreta de tais normas éticas seja feita por um conselho representativo de vários segmentos da sociedade, aprovado pelo Congresso Nacional.

151. Salvas as exigências da lei e da convivência pacífica, a censura política nos meios de comunicação social é inaceitável, porque incompatível com a ordem democrática.

3.6 A ordem internacional

3.6.1. Critérios básicos

152. A nova Constituição afirme claramente o compromisso da nação brasileira com uma nova ordem internacional, para a construção da paz universal e o desenvolvimento de todas as nações, com base na autodeterminação dos povos, na defesa dos direitos humanos, na efetivação da justiça das relações políticas e comerciais.

Conclusão

166. À luz da fé e em torno dos valores evangélicos, os cristãos devem unir-se e organizar-se para que a nova Constituição expresse as reais aspirações do povo brasileiro, especialmente dos setores marginalizados.

Igreja não quer ser dominada, diz d. Ivo

Do enviado especial a Itaici

O presidente da CNBB e bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, 59, disse ontem, em Itaici, durante a entrevista de encerramento da 24ª assembléia geral da entidade, que "a Igreja Católica no Brasil tem uma missão pastoral, ética e educativa. Não quer ser dominada pelo Estado, nem quer dominá-lo. Não tem namoro com a Nova República nem qualquer tipo de compromisso com o governo do presidente Sarney. Deseja, porém, que o governo considere suas posições éticas, e saberá reconhecer os esforços do regime para construir um Brasil melhor". Sobre o clima de diálogo entre a Igreja do Brasil, o papa João Paulo 2º e a Cúria Romana, d. Ivo afirmou que "não há Igreja universal sem a Igreja do Brasil, nem há Igreja do Brasil sem a Igreja Universal", destacando que o relacionamento entre estes interlocutores "é marcado pelo clima de comunhão".

O secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, disse que, em sua mensagem à assembléia de Itaici, o papa João Paulo 2º confiou à Igreja do Brasil "a missão de ser exemplo, dentro e fora do país, da possibilidade de superar o desafio de caminhos inviáveis, como o capitalismo desenfreado ou o coletivismo marxista", insistindo na busca de "saídas viáveis para o amanhã". O vice-presidente da entidade, d. Benedito de Ulhôa Vieira, 66, arcebispo de Uberaba (MG), disse que o "principal papel da Igreja no Brasil é o de educar o povo para um novo sistema de ser Brasil".

Um pouco antes da entrevista coletiva, d. Ivo encerrou formalmente os trabalhos da assembléia, no salão de plenários de Itaici. Disse que a Igreja vive "uma nova etapa", preparando-se para "fazer uma revisão sincera e profunda das atividades da CNBB". D. Ivo destacou que "há uma atmosfera de maior união entre os bispos, e destes com o papa e a Cúria Romana, ajudando no enfrentamento dos desafios pastorais no Brasil". O bispo informou que outro assessor direto do papa João Paulo 2º —o cardeal Jerôme Hamer, prefeito da Congregação Vaticana para os Religiosos— virá ao Brasil em julho próximo, para participar da assembléia da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

CNBB aprova documento sobre nova Constituição

Sábado, 19 de abril de 1986 — POLÍTI

Do enviado especial a Itaici

A nova Constituição brasileira "deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade para o Brasil, nem capitalista, nem socialista", baseada na "democracia participativa" e realizada através de reformas estruturais, sem o recurso à violência e à insurreição". É o que afirma a declaração pastoral "Por Uma Nova Ordem Constitucional", aprovada na 24ª assembléia anual da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e apresentada aos jornalistas ontem, ao meio-dia, em Itaici (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo), pelo presidente da conferência, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito de Ulhôa Vieira, e pelo secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida.

Na entrevista coletiva de encerramento da assembléia, d. Ivo anunciou, a partir de agora, uma ampla mobilização dos meios católicos brasileiros —desde as Comunidades Eclesiais de Base até as congregações religiosas e todos os movimentos ligados à Igreja— "para lutar, pacificamente, para que a sociedade seja participativa e democrática".

Com 28 páginas, a comunicação pastoral da CNBB foi qualificada, por d. Ivo, como "um documento que marcará época na história recente da Igreja do Brasil". D. Ivo afirmou esperar que o texto "seja objetivamente comentado pelos meios de comunicação, considerado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, e estudado pelos candidatos de todos os partidos ao Congresso constituinte".

Efetivamente consensual, o documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional" vem sendo elaborado e reelaborado desde novembro do ano passado, com a participação das dioceses e pastorais ligadas à Igreja. Entre a primeira versão provisória (publicada com exclusividade pela Folha, há três semanas) e o texto definitivo, divulgado ontem, foram feitas 2.906 emendas —das quais 789 foram enviadas pelas dioceses à comissão de redação na semana imediatamente anterior à assembléia de Itaici, e 2.117 apresentadas nas várias reuniões de grupos, miniplenários e plenários do encontro concluído ontem.

"Constatações e desafios" é o tema da primeira parte do documento, onde a CNBB afirma que o Brasil precisa de "soluções estáveis para os graves problemas éticos, econômicos, sociais, políticos e culturais". Os bispos defendem, em seguida, a inversão da "posição tradicional" que dá ao Estado "a primazia da iniciativa social".

Na segunda parte, os bispos reconhecem "a injustiça como forma de violência institucionalizada", mas rejeitam também "a violência enquanto caminho normal para superá-la". Sugerem, depois, critérios para as eleições dos constituintes. Na terceira parte, apresentam como "exigências concretas" para a ordem social a promoção e defesa da vida, do meio ambiente, dos direitos da família e da liberdade religiosa, a "democracia participativa", a primazia do trabalho sobre o capital, o acesso de todos aos bens da cultura e o compromisso do Brasil por uma "nova ordem internacional".

'Damos nossa contribuição para o debate nacional'

Abaixo os principais trechos do documento "Por uma nova ordem constitucional"

Por uma nova ordem constitucional

Declaração Pastoral

Introdução

Reunidos na 24ª Assembléia Geral da CNBB, nós, bispos da Igreja Católica no Brasil, queremos expor pontos fundamentais para a reflexão e ação dos membros de nossas comunidades em vista do processo constitucional, destinado a preparar a nova Constituição.

Não é função nossa, como pastores, apresentar pormenores técnicos para a formulação da Constituição. Mas, como membros da sociedade brasileira e de uma instituição que, fundada na mensagem e na obra de Jesus Cristo, tem nesta mesma sociedade presença significativa, não podemos deixar de dar nossa contribuição para o grande debate nacional que ora se aprofunda. Temos consciência de que nosso desejo de contribuir para uma sociedade justa e fraterna passa agora por um esforço de explicitação das exigências cristãs de uma nova ordem constitucional.

Reconhecemos e afirmamos a autonomia responsável que cabe aos cristãos leigos, engajados nos vários partidos políticos, associações, sindicatos e movimentos neste momento histórico de reordenamento institucional, num ano em que, coincidentemente, o papel do leigo será tema destacado da reflexão de toda a Igreja, em preparação ao próximo Sínodo dos Bispos.

1ª Parte — Constatações e Desafios

1. A importância do momento político

A sociedade brasileira, secularmente viciada pelos privilégios de minorias, pela dependência externa e pela marginalização do povo, necessita inadiavelmente de soluções estáveis para os graves problemas étnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas.

3. A participação do povo

13. Só um povo que participe assumirá a futura Constituição como obra sua; saberá comprometer-se com ela e exigir o seu cumprimento.

14. A elaboração da nova Constituição não deve cair nos erros das Constituições anteriores, que, ou foram promulgadas por Constituintes com escassa representatividade popular, ou impostas pelo poder com a colaboração de peritos. A presença destes é indispensável para dar forma articulda ao texto final. Mas é a participação da sociedade que deverá definir o seu conteúdo.

2ª parte — Igreja e processo constituinte

1. A colaboração da Igreja

22. Reconhecendo a injustiça como forma de violência institucionalizada, a Igreja a rejeita, como rejeita igualmente a violência enquanto caminho normal para superá-la. Esta opção, de acordo com inequívocos pronunciamentos de Igreja, responde mais globalmente às exigências das bem-aventuranças evangélicas, pela libertação do homem todo e de todos os homens.

2. Eleição de novembro de 86

29. Para merecer a confiança do eleitor cristão, não bastam um discurso religioso e uma retórica democrática e popular. É necessário o testemunho de vida coerente com os valores cristãos ou os valores humanos fundamentais implícitos na mensagem cristã. Requer-se, ainda, uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã.

30. Também não se pode confiar em promessas e propósitos "generosos" para com o bem do povo quando o candidato tem um passado comprometido com interesses pessoais ou grupos privilegiados ou apresenta um comportamento marcado pela desonestidade, corrupção e oportunismo.

31. É necessário, pois, que o eleitor, em vista da futura Constituição, saiba avaliar o conteúdo das propostas de cada partido e seu comprometimento com as mesmas.

33. É de suma importância que cristãos vocacionais para a ação política se apresentem como candidatos à Constituinte.

34. Evitando o risco de transformar os movimentos e as comunidades eclesiais em bases político-partidárias, devem os cristãos apoiar eficazmente os irmãos e irmãs que, por coerência com sua vocação, se dispuserem a entrar na ação político-partidária.

4. Após a promulgação da Constituição

42. Todo o trabalho de conscientização na fase anterior à eleição da Constituinte e de participação na elaboração da Constituição deve criar condições para tornar o texto constitucional conhecido em seus aspectos positivos e em suas limitações.

3ª parte — Conteúdo da Constituição: critérios e exigências

3.1. A atuação dos cristãos

44. Na terceira parte deste documento queremos manifestar-nos a respeito do conteúdo da nova Constituição, sentindo as aspirações de nossas comunidades. A partir dos princípios cristãos, apresentamos alguns critérios básicos, valores, direitos, obrigações e implicações concretas, situando-as na perspectiva mais ampla da busca de uma sociedade justa e mais próxima do plano de Deus.

3.2. A ordem social

3.2.1. Critérios básicos

49. A elaboração da nova Constituição é momento privilegiado para conseguir avanços significativos em direção a uma sociedade participativa, responsável e livre em suas condições de auto-organização, e que supere todos os tipos de marginalização; sociedade que assegure a posição da família como comunidade orgânica de vida social e garanta o respeito pelos direitos e a dignidade humana de todos.

53. Mas não é suficiente o reconhecimento formal desta dignidade. É preciso que este reconhecimento seja traduzido na promoção de condições concretas para realizar e reivindicar os direitos fundamentais de todos os homens e de todas as mulheres.

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

55. São inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, o aborto diretamente provocado, o genocídio, o suicídio, a eutanásia, a tortura e violência física, psicológica ou moral, assim como qualquer forma injusta de mutilação.

56. São igualmente inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, as situações permanentes de fome, subnutrição, condições infra-humanas de existência e impossibilidade de acesso aos serviços de saúde.

57. A pena de morte é injustificável, dentro de uma visão mais abrangente da condição humana, uma compreensão mais aprofundada dos valores evangélicos e a reconhecida mentalidade pacífica do povo brasileiro.

58. O Estado tem o dever de controlar a produção de armamentos, promover a redução de gastos com os mesmos, aplicando os recursos, assim liberados, no desenvolvimento das regiões mais necessitadas.

59. O direito à vida exige a preservação e renovação do meio ambiente, resguardando-o contra formas de exploração predatória e de toda a espécie de poluição.

60. A família, que se constitui pelo matrimônio estável, é a base natural da sociedade. Por isso mesmo, deve ser reconhecida como sujeito de direitos, que não se reduzem à soma dos direitos de seus membros.

d) Promoção e defesa da liberdade religiosa

67. Cada cidadão ou cada grupo de cidadãos goza de plena liberdade de abraçar ou deixar de abraçar uma religião; de realizar os atos de culto, expressar livremente a sua fé e divulgar sua doutrina, contanto que não se firam os direitos de outros e o bem comum. Tem o direito de não ser discriminado em razão de sua crença ou suas convicções religiosas ou filosóficas, e o direito de educar os filhos, de acordo com os princípios éticos e sociais coerentes com a sua fé. Isto implica que seja resguardado na Constituição o direito ao ensino religioso escolar, respeitada a convicção religiosa do aluno ou de seus responsáveis, e que haja liberdade de assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva.

69. A Igreja reconhece o direito à objeção de consciência, assim como o direito que o Estado tem de impor serviços alternativos. Com relação ao serviço militar obrigatório, nos países com tradição de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, a alternativa é a prestação de um serviço civil. Este serviço substitutivo é geralmente um trabalho de caráter não militar, em benefício da comunidade, tendo uma dimensão social e humana e contribuindo para a paz e a cooperação internacional.

3.3. A ordem política

3.3.1. Critérios básicos

84. Toda atividade política democrática e, de modo especial, o processo de elaboração da nova Constituição, respeitando as exigências da ordem ética e não simplesmente buscando a eficácia política, deverão:

— levar a construir uma sociedade em que cada cidadão seja co-responsável no empenho pela melhoria de condições pessoais e coletivas de vida;

— criar uma democracia política e economicamente participativa, que leve o povo brasileiro a ser sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento;

— dar especial oportunidade a todos aqueles que até agora foram mantidos à margem da cidadania plena e do processo histórico brasileiro.

b) Liberdades políticas (26)

87. A experiência ensina que, para assegurar real participação política a todos os membros da sociedade, a nova Constituição terá que definir determinadas condições essenciais:

88. Direito à informação honesta, oriunda de diversas fontes sobre o que está acontecendo na administração pública e na sociedade, inclusive através de meios de comunicação verdadeiramente livres e não sujeitos ao arbítrio de governantes ou às pressões do poder econômico;

89. Liberdade de expressão para que todos possam manifestar a própria opinião sobre a realidade e, em consequência, interpretar corretamente a informação que receberem sobre os fatos da administração e da sociedade;

90. Liberdade de associação e de reunião para que o cidadão possa unir-se a outros para defender seus direitos, opiniões e legítimas aspirações, e fazer valer interesses que, no seu entender, sejam os mais adequados para o conjunto da sociedade;

91. Direito de voto a todas as pessoas capazes, incluindo índios e analfabetos, na escolha para cargos eletivos do Estado.

92. Deverão ser previstos casos em que, por sua relevância e consequências, as decisões não devam ser deixadas unicamente aos representantes, mas submetidas ao julgamento de todos os cidadãos.

94. O Estado, sem prejuízo de sua função própria, deve ser definido como instância subordinada ao controle da sociedade, em vista do bem comum. E a Constituição deverá possuir mecanismos específicos que garantam tal controle, especialmente no que diz respeito às grandes decisões que afetam a todos.

3.4. A ordem econômica

3.4.1. Critérios básicos e aspirações.

100. É importante empenhar-se, desde já, para que, no processo de elaboração da nova Constituição sejam obtidos avanços significativos em direção a uma sociedade justa e fraterna, também na ordem econômica. Enumerámos apenas alguns destes avanços, que já constituem objeto de inúmeras reivindicações do povo:

101. Planejamento da economia, sujeito a mecanismos participativos, que atribua absoluta prioridade ao atendimento das necessidades básicas de toda a população. Este atendimento deverá constituir-se em critério para todas as escolhas referentes a investimentos, desenvolvimento e diversificação da produção.

102. Primazia do trabalho sobre o capital, princípio este válido tanto na organização da atividade produtiva como na remuneração e distribuição dos frutos do trabalho.

103. Divisão do trabalho que favoreça a ascensão política, econômica, social e cultural da classe trabalhadora.

104. Criação de mecanismos eficazes que superem a exorbitante desproporção, hoje existente, na participação nos frutos do trabalho.

118. A greve deve ser reconhecida como direito de todos os trabalhadores indistintamente, como forma legítima de ação sindical, embora seja o último recurso nas negociações trabalhistas. Portanto, também para os trabalhadores nos serviços essenciais para a vida da sociedade deve ser reconhecido o uso do direito de greve cabendo ao Estado, mediante apropriadas medidas legais, assegurar o funcionamento mínimo necessário destes serviços essenciais. Os trabalhadores não podem sofrer sanções penais pessoais por terem participado de greve, observadas as devidas condições estabelecidas em legislação específica.

b) Justiça social e acesso à propriedade

120. Os bens da terra têm destinação universal para a realização de todas as pessoas. A propriedade privada subordina-se a esta lei universal. Ela não se pode concentrar abusivamente nas mãos de poucos ou ser usada como instrumento de dominação e exploração de outros seres humanos. Ela só se justifica como garantia de liberdade, bem-estar pessoal, familiar e social.

121. A propriedade particular, assim considerada, é um direito de todos. Cabe à sociedade e ao Estado estabelecer critérios de produtividade e promover um sistema de produção e distribuição de bens que garanta a realização deste direito.

c) Nos meios de comunicação social

145. A importância dos meios de comunicação social, numa sociedade democrática, exige que eles não sejam monopólio do Estado ou de qualquer grupo; portanto, sejam acessíveis aos diversos grupos e tendências sociais e livres das pressões e controle do poder econômico.

147. Deve ser de competência do Congresso Nacional estabelecer leis que determinem os critérios para a concessão de canais de rádio e televisão, dando-se prioridade a entidades ligadas a empreendimentos educacionais e culturais. A concessão destes canais será feita mediante parecer de uma comissão constituída democraticamente por representantes de vários setores da sociedade civil.

148. A liberdade de expressão cultural e informação encontra seus limites nas normas éticas que visem à preservação do bem comum da sociedade democrática, protejam a justa reputação e privacidade das pessoas e dos lares e garantam o direito das pessoas a uma informação correta.

149. A aplicação concreta de tais normas éticas seja feita por um conselho representativo de vários segmentos da sociedade, aprovado pelo Congresso Nacional.

151. Salvas as exigências da lei e da convivência pacífica, a censura política nos meios de comunicação social é inaceitável, porque incompatível com a ordem democrática.

3.6 A ordem internacional

3.6.1. Critérios básicos

152. A nova Constituição afirme claramente o compromisso da nação brasileira com uma nova ordem internacional, para a construção da paz universal e o desenvolvimento de todas as nações, com base na autodeterminação dos povos, na defesa dos direitos humanos, na efetivação da justiça das relações políticas e comerciais.

Conclusão

166. À luz da fé e em torno dos valores evangélicos, os cristãos devem unir-se e organizar-se para que a nova Constituição expresse as reais aspirações do povo brasileiro, especialmente dos setores marginalizados.

Igreja não quer ser dominada, diz d. Ivo

Do enviado especial a Itaici

O presidente da CNBB e bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, 59, disse ontem, em Itaici, durante a entrevista de encerramento da 24ª assembléia geral da entidade, que "a Igreja Católica no Brasil tem uma missão pastoral, ética e educativa. Não quer ser dominada pelo Estado, nem quer dominá-lo. Não tem namoro com a Nova República nem qualquer tipo de compromisso com o governo do presidente Sarney. Deseja, porém, que o governo considere suas posições éticas, e saberá reconhecer os esforços do regime para construir um Brasil melhor". Sobre o clima de diálogo entre a Igreja do Brasil, o papa João Paulo 2º e a Cúria Romana, d. Ivo afirmou que "não há Igreja universal sem a Igreja do Brasil, nem há Igreja do Brasil sem a Igreja Universal", destacando que o relacionamento entre estes interlocutores "é marcado pelo clima de comunhão".

O secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, disse que, em sua mensagem à assembléia de Itaici, o papa João Paulo 2º confiou à Igreja do Brasil "a missão de ser exemplo, dentro e fora do país, da possibilidade de superar o desafio de caminhos inviáveis, como o capitalismo desenfreado ou o coletivismo marxista", insistindo na busca de "saídas viáveis para o amanhã". O vice-presidente da entidade, d. Benedito de Ulhôa Vieira, 66, arcebispo de Uberaba (MG), disse que o "principal papel da Igreja no Brasil é o de educar o povo para um novo sistema de ser Brasil".

Um pouco antes da entrevista coletiva, d. Ivo encerrou formalmente os trabalhos da assembléia, no salão de plenários de Itaici. Disse que a Igreja vive "uma nova etapa", preparando-se para "fazer uma revisão sincera e profunda das atividades da CNBB". D. Ivo destacou que "há uma atmosfera de maior união entre os bispos, e destes com o papa e a Cúria Romana, ajudando no enfrentamento dos desafios pastorais no Brasil". O bispo informou que outro assessor direto do papa João Paulo 2º —o cardeal Jerôme Hamer, prefeito da Congregação Vaticana para os Religiosos— virá ao Brasil em julho próximo, para participar da assembléia da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

2014/86 GUARDIAN

Brazil's bishops keep a steady silence

By Charles Vanhecke

BRASILIA — Dom Luciano Mendes's door is always open at the Brasilia headquarters of the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB). When he leaves his diocese — the state of Sao Paulo — he becomes secretary general of the CNBB, a post he has been holding for the past seven years. The first to occupy it was Dom Helder Camara in the early '50s.

The CNBB headquarters is an austere building, whose coldness contrasts with the neighbouring cathedral designed by Oscar Niemeyer in the form of an exploded view of a rosace. The walls are covered with handbills announcing various fraternal campaigns. Dom Luciano is kindness itself. Though extremely tired and sleepy, he agreed to see me. From time to time he shut his eyes, but his answers showed he was not really asleep.

Agrarian reform, the Sarney government's social action, liberation theology, the Brazilian bishops' meeting with Pope John Paul — the subjects followed one another, but the atmosphere hardly became heated. Then the conversation turned to the question of Jean-Luc Godard's film "Je vous salue, Marie" and the ban placed on it, which has done the Church a great deal of harm. Dom Luciano Mendes became wide awake. He even became heated. And to justify the ban, this intelligent and educated man deployed a dialectical battery worthy of the old days. You suddenly felt you were in a Montherlant play.

The silence that the Brazilian church has been maintaining on the Sarney government was the subject taken up. For 20 years the Church had been the leading party opposing the military regime. Silence is acquiescence. The Brazilian bishops have obviously not repudiated speech. For several months now they have been campaigning for the "right to own land". But everybody acknowledges that they have now become a powerful ally of President Sarney. The president is pursuing a policy which closely resembles the one he urged when he was a young member of parliament, a policy inspired by the Church's social doctrine.

It is a "reformist policy", said the CNBB secretary general. Dom Luciano Mendes, along with some 15 other Brazilian bishops, attended the three-day meeting with the Pope which took place in mid-March. "We spoke for 18 hours with John Paul II and also had discussions with the leaders of Roman congregations. Rome asked us whether we did not tend to neglect the spiritual side of pastoral activities and go overboard on political and social issues. We answered no. The Brazilian church is making an effort to preach in the round."

Liberation theology was naturally on the agenda at the Vatican meeting. "Some claim it's shot through with Marxism. That's not true. A few theologians, maybe...Besides, the Pope's new document emphasises the positive aspects of the doctrine."

The penitential silence imposed in May 1985 on the Franciscan Leonardo Boff and recently lifted had "nothing to do with liberation theology." Boff was reduced to silence because in his book "Church, Charisma and Power", "he questioned the Church's power and demanded a correction."

What is also being questioned is the militancy of certain Brazilian bishops, like Dom Pedro Casaldaliga, who went to Managua and showed his backing for the Sandinist regime by joining in a fast with Nicaraguan Foreign Minister Father Miguel d'Escoto. "What we're saying is that this is a personal position and Pedro Casaldaliga had the right to fast to defend the sovereignty of the Nicaraguan people against aggression from outside. Man must be defended in all his dimensions. The Church's action should be all-inclusive."

The CNBB took a highly visible stand last year on the question of the need for agrarian reform in Brazil, backing the Sarney government's initial project and even expressing the wish that it be taken further. But it has been saying nothing in recent months whereas the land reform project which was finally adopted falls distinctly short of the first draft.

Dom Luciano Mendes explained. But, first,he made a point of saying what agrarian reform meant to the Brazilian church: "We give it a social, a human meaning. On one side there are people who consider land must not be divided up, that the big estates are necessary because, as they can be mechanised, they are more productive. They therefore help to increase the food supply. But we, we insist on the right of every man to work the soil, on what land signifies, how it can help to enhance the individual's worth and his cultural and family environment. Man cannot be a mere pawn to be moved about from one square to another."

The initial land reform project provided for expropriations without prior negotiations with owners. The final plan places strong emphasis on the need to negotiate. "But the government is negotiating with firmness," said Dom Luciano Mendes. "The reform is being carried out. The wording itself is not very good. But the men applying it are."

The men — that is, President Sarney who personally signed all the expropriation decrees, and Minister of Agrarian Reform Nelson Ribeiro, who was given the job on the Church's recommendation and was kept on in it when the cabinet was reshuffled in February. Dom Luciano Mendes also considers that the government is making an effort to stem the violence of the big landowners who are defending their estates with guns. Last year 285 persons fell victim to this violence, most of them rural union workers, if the Confederation of Agricultural Workers is to be believed.

Another reason for satisfaction is the government's social action. The current programmes are considered effective, for they have been taken in charge by community organisations. "Previously, the money stayed in the pockets of politicians." On the other hand, the policy towards native peoples leaves a lot to be desired. The governmental body responsible for protecting Indians "isn't working in a very clear-cut and efficient way," he said.

We next got down to Godard's film. With years of censorship having forced awareness of such problems, Brazil's artistic and cultural community has for the past three months been protesting against the ban on "Je vous salue, Marie" — a ban decided by President Sarney himself. Defying the presidential injunction, academics have begun organising private showings of the film in the name of free expression.

The affair has damaged the Church a great deal for it was behind the ban.

"When President Sarney visited us at the end of last year, he told us as he was leaving: 'You know, I'll ban the film.' We didn't know at the time what film he was referring to."

"But you asked him to ban it?"

"No. We criticised the film's subject matter. That was all. It was the press that prodded us into adopting a posture."

"What is it that bothers you in the work?"

"Jean-Luc Godard's Virgin is not a bit like St Luke's Virgin. While the latter is aware of her mission, Godard's virgin is amazed to become a mother. She is there by accident. The director claims to have made a film with a historical and biblical background and brought the Virgin more up to date. In fact, he has violated historical truth and made a film *à thèse*. He claims to show that Christians don't have the privilege of the Immaculate Conception, that any woman could be a virgin and bear a child. What he is trying to show is that basically there was nothing extraordinary about Mary. This is what disgusted us."

"But there is a big difference between that and banning the film."

"The press confronted us immediately with the question of the freedom of expression. It's necessary, without a doubt. But respect for the truth is also necessary. Freedom of expression presupposes respect for the expression of others."

"What you say is applicable to any work contrary to historical truth".

"If, for example, someone said that Joan of Arc was bought..."

"He should be censored?"

"In that particular case, I'm not sure. It's very difficult and doubtless impossible to impose censorship. But all the same, if there is poisoned milk around, it should be taken off the shelves. Up to what point should warped, poisoned ideas be allowed to circulate?"

"Students who saw the film weren't scandalised."

"That's because they aren't aware."

"But can the state decide what the citizen has the right to see?"

"The state, no. But society should defend itself against anything stifling the truth. It must ensure its fundamental values are respected and protect the public's welfare. If a river is poisoned by chemical substances, it's not just the state that should react. The citizens themselves can protest against water being polluted."

"You don't find that comparison embarrassing?"

'That's the basic problem of liberty. Someone whosmokes in the presence of another suffering from tuberculosis is standing up for his right to smoke, but he is affecting the tuberculous person's freedom."

"Once again, are you really forced to intervene?"

"The Pope sent a telegram about the film. We had to react!"

"Hasn't the controversy damaged the Church?"

"It has been exploited by the right. The right said: 'This Church which wants land shared out and prevents people from thinking.' The day after we answered journalists on 'Je vous salue, Marie', we gave a news conference on the conflicts on earth which are causing one death a day. There wasn't a line about it in the papers which had given plenty of space the day before to Godard's film."

(April 8)

20141867 5,0

CNBB sai mais unida de sua assembléia anual

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

Coesão e unidade, tanto no plano interno quanto diante dos desafios sociais, econômicos e políticos brasileiros, resumem o estado de espírito da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) —a terceira maior conferência episcopal do mundo católico, depois da italiana e da norte-americana— após a 24ª assembléia anual, no convento jesuíta de Itaici, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, encerrada anteontem.

Durante dez dias, os bispos debateram o texto-base sobre "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional" e se dispuseram à superação de divergências consideradas secundárias. Atenderam, assim, à recomendação feita pelo papa João Paulo 2º, no discurso final da reunião entre a CNBB e a Cúria Romana, no último dia 15 de março, no Vaticano, em favor da "comunhão afetiva e efetiva" entre todos os segmentos da Igreja. "Estou certo de que não me interpretariam mal se eu dissesse que vale mais um passo dado no sentido da comunhão no seio da conferência, do que dez com o risco de mortificar, senão de romper a comunhão", afirmou o papa aos 21 prelados brasileiros naquele encontro sem precedentes.

Uma série de fatores influiu para que a CNBB chegasse a Itaici com o caminho aplainado para os debates anuais. Em primeiro lugar, o Sínodo Extraordinário dos Bispos, no final do ano passado, não legitimou as teses do cardeal alemão Joseph Ratzinger, restritivas às conferências episcopais, e consagrou o Concílio Vaticano 2º como o referencial básico da vida da Igreja com vistas ao próximo milênio. Nesse fórum, pesaram as intervenções do cardeal Aloísio Lorscheider —definindo a Igreja do futuro como "a Igreja dos pobres"— e as do presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, em favor do "princípio da subsidiariedade", pelo qual as instâncias mais altas da Igreja só devem intervir nas instâncias periféricas, em último caso, a nível de recurso. O sínodo acolheu esta sugestão e já começou o estudo sobre a aplicação desta norma.

Outro discurso de dom Ivo —afirmando que a Teologia da Libertação é um dos principais resultados da aplicação do Concílio Vaticano 2º na América Latina— pesou na reinterpretação deste tema por parte das autoridades romanas. Um fator que, no decorrer do ano passado e início deste, ajudou a criar o clima de diálogo adulto entre Roma e a CNBB foi a série de visitas "ad limina apostolorum" (feitas, de cinco em cinco anos, pelos bispos ao papa) do episcopado brasileiro ao papa João Paulo 2º.

O encontro de Roma, em março último, embora inusitado (nunca ocorrera no final de outras visitas "ad limina" do episcopado brasileiro e mundial), complementou os contatos diretos entre o papa, a Cúria Romana e os principais responsáveis pela Igreja no Brasil, tendo sido marcado por "reflexões desapaixonadas e fraternas", segundo expressão do próprio papa. Em Itaici, o envio de uma mensagem pessoal de João Paulo 2º, através do prefeito da congregação para os bispos, cardeal Bernardin Gantin, e a resposta da CNBB, selaram esse novo ânimo dialogal.

A obtenção de um consenso sobre o tema da Teologia da Libertação é o outro elemento básico para que se compreenda o clima atual na Igreja do Brasil, no plano interno e em suas relações com o Vaticano. Desde a publicação, em agosto de 1984, da primeira "instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", e em que a CNBB teve um importante papel para limitar o enfoque predominantemente negativo do texto, até março último, quando foi publicada a segunda "instrução sobre a liberdade cristã e a libertação", a conferência episcopal brasileira vem dedicando-se à tarefa de legitimar a reflexão teológica nascida da ação pastoral junto aos segmentos mais marginalizados da população latino-americana.

O fim do 'silêncio obsequioso' de um ano imposto ao teólogo brasileiro Leonardo Boff, à revelia da CNBB, significou a remoção de outro fator de tensão. O papa teve papel destacado para que a medida se efetivasse, já que, nas últimas semanas antes da anistia, foram feitas muitas pressões para que o silêncio fosse prorrogado.

Momentos principais

A dimensão "ad intra" (para dentro) e "ad extra" (para fora) da igreja foi uma nota marcante na abertura da assembléia, no dia 9 último. No plano interno, dom Ivo fixou o referencial da 'unidade', pedindo 'generosidade, abertura e participação' aos bispos. Insistiu na tese de que "a igreja é um corpo, uma comunidade, da qual os fiéis são membros, devendo cada um cumprir sua tarefa segundo os dons recebidos, sempre na caridade, que é a síntese das obrigações dos cristãos". E pediu que, através de 'opiniões moderadas e justas', os bispos buscassem superar "sutis razões de tensões e divergências".

No plano externo, dom Ivo recomendou uma ação unitária dos cristãos diante do processo constituinte, da reforma agrária, "mesmo que isto traga críticas e perseguições". Logo depois, na abertura formal, lembrou que o Brasil 'vive sérios momentos desafiadores', enquanto o núncio apostólico em Brasília, dom Carlo Furno, pediu "uma união mais estreita entre os bispos brasileiros e com o papa".

Além de procurar promover o diálogo interno, a CNBB dedicou esta assembléia à sistematização de todas as suas iniciativas, a nível de base, em torno da próxima Constituição brasileira. Insistindo na importância da participação política da cidadania, a igreja divulgará o documento oficial desta sua assembléia, com objetivo a curto, médio e longo prazos. Pretende que sejam consideradas suas sugestões para a eleição dos constituintes e para as chamadas 'questões substantivas' da nova carta. Quer uma fiscalização permanente dos cidadãos sobre os congressistas durante a elaboração do novo texto constitucional. E deseja estimular uma atitude de cobrança dos eleitores diante do Congresso e dos demais poderes públicos, após a aprovação da Constituição da 'Nova República'.

O documento 'exigências cristãs de uma nova ordem constitucional' contempla questões sociais (direitos humanos, liberdade religiosa, família, igualdade de todos diante da lei), políticas (liberdades democráticas, direito de participação), econômicas (trabalho, propriedade e justiça social), culturais (nas áreas da cultura, educação e comunicação de massa) e temas internacionais (como a corrida armamentista, a paz, a segregação racial, a disseminação da tortura).

Igreja e Sarney

Uma sugestão informal do presidente Sarney a dom Ivo Lorscheiter, em telefonema no dia 9 último (de que o Ministro da Fazenda Dilson Funaro poderia vir a Itaici falar sobre o plano de estabilização econômica) serviu para verificar como a maioria do episcopado brasileiro encara o relacionamento entre a igreja e a 'Nova República'. Dom Ivo não chegou a levar o assunto ao plenário, mas a divulgação da notícia, pela **Folha**, motivou uma reação dos bispos, não contra Sarney ou Funaro, mas em favor da independência da igreja diante do governo.

A chamada 'busca do bem comum' define o parâmetro básico para os contatos entre a CNBB e o Palácio do Planalto, e a vinda de Funaro, disseram alguns bispos, poderia 'projetar uma imagem ambígua' do papel da igreja, sendo preferível ouvir outros segmentos da sociedade, sobretudo os trabalhadores, em torno do novo plano'. Trata-se, portanto, de um relacionamento de colaboração em programas consensuais e de cobrança permanente, sobretudo em favor da reforma agrária. Neste ponto, as opiniões dos bispos atingem o maior consenso. Podem variar as interpretações, mas todos estão de acordo de que só a reforma agrária livrará o Brasil de futuras convulsões sociais em larga escala.

Outra convergência de visões ocorreu em torno da questão indigenista. A partir de agora, a CNBB —e seu organismo especializado para a questão, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário)— cobrarão do governo a realização de promessas feitas ainda pelo presidente Tancredo Neves, em

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIBRASILEIRO DE MÍDIA

favor dos índios, a começar pela demarcação de terras e do reconhecimento de que devem mudar as relações entre suas nações e a sociedade abrangente chamada Brasil.

Questões abertas

Apesar da busca de consenso e unidade, algumas questões internas e na ação externa da igreja continuam abertas, segundo reconhecem os próprios bispos. Internamente, há esforços para resolver a questão da continuidade da publicação da 'suma teológica' da Teologia da Libertação. Com 52 volumes previstos até 1990, a coleção sintetiza os avanços dessa reflexão teológica.

A CNBB sai, desta assembléia, mais coesa e unida, consciente das novas responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo Papa João Paulo 2º (projetar o modelo de 'humanisno integral' na América Latina), voltada para um novo tipo de relacionamento com o Vaticano. Agora, já pode promover a reflexão teológica sobre liberdade e libertação, com o aval de Roma. Incentivará, ainda mais, a organização das comunidades eclesiais de base. No plano sócio-político, centralizará sua força moral para obter, do governo, o início imediato da reforma agrária e da demarcação das terras indígenas. E para conseguir que, na nova Constituição, sejam consideradas o que chama de "exigências cristãs de uma nova ordem constitucional".

Em julho, mais um assessor do papa visitará o Brasil

23. April 1986

Da Reportagem Local

Dentro da nova política de contatos diretos, "in loco", entre a CNBB e a Cúria Romana, mais um assessor do primeiro escalão do Vaticano e do papa João Paulo 2º virá a Brasília, em julho próximo. Trata-se do cardeal dominicano Jerôme Hamer, prefeito da Congregação para os Religiosos da Santa Sé. Ele participará, em Itaici (SP), de 21 a 26 de julho, da 14ª Assembléia Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), um dos principais organismos pastorais da Igreja católica no país.

Outro assessor direto do papa —o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé— já foi convidado para visitar o Brasil, em janeiro passado, pelos bispos paulistas, durante a visita canônica "ad limina apostolorum" que o episcopado realiza ao papa de cinco em cinco anos. Ratzinger respondeu positivamente ao convite, faltando apenas definir a data. A possibilidade de tê-lo como pregador do retiro dos bispos brasileiros na Assembléia de Itaici, em 1987, será debatida pela presidência e, posteriormente, pelo Conselho Permanente da CNBB, por sugestão do bispo de Bragança Paulista (SP), d. Antônio Misiara.

Já se encontra com o papa João Paulo 2º, no Vaticano, uma carta de 28 linhas —ainda não divulgada no Brasil—, com a assinatura de todos os 263 bispos que participaram, dos dias 9 a 18 últimos, da 24ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Itaici (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo), agradecendo —como "verdadeira graça de Deus"— a mensagem pontifícia enviada ao episcopado brasileiro.

Na carta, levada em mãos pelo cardeal prefeito da Congregação Vaticana para os Bispos, d. Bernardin Gantin, os bispos brasileiros afirmam que pretendem "continuar buscando soluções" para "alguns desafios de ordem eclesial, cultural, política e econômica da vida brasileira", de acordo com a mensagem pontifícia. "Queremos continuar buscando soluções para tais desafios, priorizando, em nossas dioceses, a pastoral vocacional, a evangelização e a catequese, a formação do laicato, a defesa corajosa da justa e nobre causa dos direitos humanos e da melhor distribuição de bens, inclusive da terra", diz a carta do episcopado.

Roma estuda proposta sobre suma

Da Reportagem Local

Uma proposta da CNBB e do conselho editorial da coleção "Libertação e Teologia", para superar o impasse que levou à suspensão desta suma teológica latino-americana, está sendo estudada, no Vaticano, pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

De acordo com a proposta, aprovada em reunião conjunta de bispos e teólogos em Campinas (98 km a noroeste de São Paulo), há uma semana, seria formada uma Comissão Episcopal de Assessoria Doutrinária, com três bispos titulares e dois suplentes, para acompanhar o conselho editorial na publicação, até 1989, dos 49 volumes restantes.

Dentro do novo clima de diálogo entre a CNBB e o Vaticano, a expectativa, tanto da CNBB quanto dos teólogos, é a de que a proposta seja aceita e os livros continuem sendo publicados. Se a sugestão for aceita, os bispos d. Valfredo Tepe, d. Paulo Eduardo Ponte e d. Clemente Isnard serão os titulares da Comissão de Assessoria, enquanto d. Luciano Mendes de Almeida e d. Clóvis Frainer serão os suplentes.

A nova suma teológica da "libertação" —a primeira a sistematizar a reflexão teológica autóctone latino-americana, desde que a Teologia da Libertação foi criada, como tal, nos anos 60— foi um dos temas debatidos, em março último, no Vaticano, na reunião entre o papa, a Cúria Romana e a CNBB.

Boff

O primeiro livro do teólogo franciscano Leonardo Boff editado depois do fim da pena do "silêncio obsequioso" a que foi submetido, em maio do ano passado, pelas congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Religiosos, está sendo enviado hoje, às livrarias, pela Editora Vozes, de Petrópolis (RJ). Com duzentas páginas, o livro tem o título "E a Igreja Se Fez Povo", com o subtítulo "Eclesiogênese: a Igreja que Nasce da Fé do Povo".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTES PLÁSTICAS

Direito de resposta de teólogos é assegurado por comissão da CNBB

24-4-86 FSP

Da Reportagem Local

O direito de explicação preliminar para teólogos cujos livros sejam questionados por bispos junto à Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é um dos itens incorporados ao regulamento daquele organismo, a partir da revisão feita durante a recente assembléia geral em Itaici (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo). De acordo com decisão do Conselho Permanente da CNBB, apresentada aos bispos, o objetivo da Comissão de Doutrina —presidida pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider— é o de "examinar a concordância com a fé católica das publicações e outros meios destinados ao ensino da doutrina, quando solicitada por um membro da CNBB".

Com a reformulação, o regulamento especifica que, "acolhido o pedido, a Comissão não se pronunciará sem que antes faça ciente o autor em exame, ao qual cabe amplo direito de explicações, e, se o autor for de outro país, a CED entrará em contato com a respectiva conferência episcopal". As conclusões sobre o exame das publicações serão enviadas aos bispos consultantes, "exceto em casos reservados e de ordem estritamente pessoal", sempre com o conhecimento da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB.

O primeiro organismo doutrinário da CNBB foi o Secretariado Nacional da Fé e Moral, criado em agosto de 1953, na primeira assembléia geral da conferência, em Belém (PA), com o objetivo de "orientar os católicos em relação ao protestantismo, espiritismo, maçonaria, divórcio e imoralidade, com a difusão positiva da reta doutrina". Em 1980, o papa João Paulo 2º sugeriu que a CNBB criasse uma Comissão de Teologia, constituída em 1982 com o nome de Comissão Episcopal de Doutrina.

Desde o início, segundo o texto da CNBB, "houve a preocupação de a Comissão de Doutrina não se transformar num órgão de vigilância, de policiamento teológico, nem numa espécie de inquisição", voltada para o serviço aos bispos e para a concretização do "princípio da subsidiariedade" —pelo qual a CNBB resolve as questões da Igreja no Brasil, como primeira instância, só apelando para o Vaticano "em casos requeridos ou exigidos".

Uma reunião ampliada nacional, com 42 representantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dos catorze secretariados regionais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), será iniciada hoje, ao meio-dia, no município de Trindade (GO), 18 km a oeste de Goiânia, para preparar o 6º Encontro Intereclesial das CEBs —marcado para os dias 21 a 25 de julho, no mesmo local, sobre o tema "Povo de Deus em busca da terra prometida".

Na reunião, que vai de hoje a domingo, os dirigentes das CEBs escolherão a equipe que coordenará o encontro de julho —que deverá contar com a presença de 1.500 militantes.

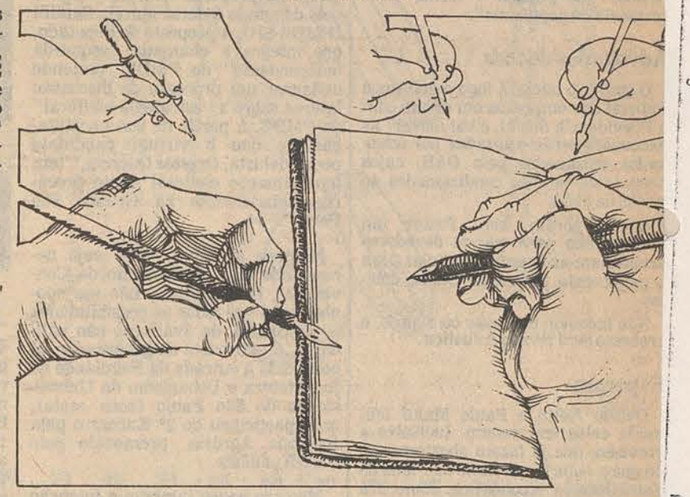
CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A Constituição e a CNBB

MIGUEL REALE



Nós, da Comissão de Estudos Constitucionais, não nos proclamamos, demagogicamente, meros escribas do querer popular. É o que parece não entenderem os que redigiram o documento divulgado pela CNBB, ao final de sua 24.ª Assembléia Geral, realizada em Itaici, oferecendo diretrizes à Assembléia Nacional Constituinte.

Afirma-se, com efeito, nesse documento, com acerto, que a elaboração da nova Constituição deve ser obra do próprio povo, e não imposta pelo poder com a colaboração de peritos,, mas, acrescenta-se a seguir, com certo laivo de desprezo: "A presença dos peritos é indispensável para dar forma articulada (sic) ao texto final. Mas é a participação da sociedade que deverá definir o seu conteúdo. Consequentemente, a Comissão Especial instituída pelo Executivo, para apresentar à consideração do Congresso Constituinte uma proposta de Constituição, não substitui nem reduz a importância do amplo debate popular necessário para que a Constituição possa ser realmente assumida pelo povo."

Tais afirmações, feitas em tom dogmático (**et pour cause**), exigem esclarecimentos sob mais de um ponto de vista. Afirmo, de início, que nenhuma (digo: nenhuma) das sugestões oferecidas, com tanta solenidade, já não foi objeto de debate no seio dos dez comitês em que se subdividiu a chamada Comissão Especial, muito embora nem sempre tenhamos acolhido as teses, defendidas pela Igreja Católica, como, por exemplo, a da indissolubilidade do vínculo matrimonial.

O pronunciamento dos senhores bispos é merecedor da nossa maior atenção e respeito, tanto pelo seu conteúdo como pela fonte de que promana mas **data venia** não nos traz novidades de monta. Isto resulta do fato de que o primeiro cuidado da Comissão, que não se julgou nem se julga dona da verdade, foi solicitar a colaboração de todos os segmentos sociais, desde órgãos sindicais às universidades, do homem comum aos revestidos de altas dignidades civis, militares ou eclesiásticas.

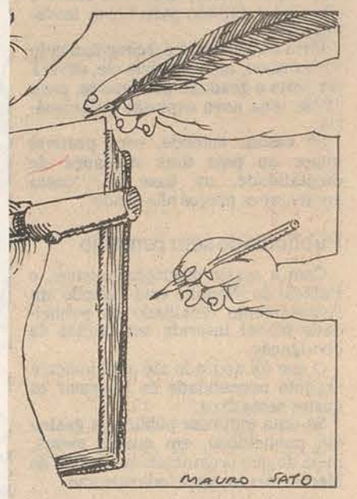
O resultado, como sinal do amadurecimento cívico de nosso povo, foram milhares de sugestões, abordando os mais diversos assuntos. Todo esse precioso material (abstração feita de seu mérito em termos de Direito Constitucional ou de Ciência Política) foi cuidadosamente classificado, por autor e por assunto, graças a dois órgãos especializados em processamento de dados: o da Biblioteca Central da Fundação Getúlio Vargas e o do Serviço Federal de Processamento de Dados (Sepro). Esse trabalho de coleta e catalogação das sugestões feitas pela sociedade civil ainda continua, de tal modo que, quando se reunir a Assembléia Nacional Constituinte, disporá ela de um subsídio popular, talvez inédito da história do Direito Público. Como se vê, o que a CNBB hoje reclama já vinha sendo feito pela Comissão, com prudência e sem alarde, arriscando-nos a pecar mais por excesso do que por deficiência.

É desnecessário salientar o valor inestimável do acervo alcançado, o qual a Assembléia Nacional Constituinte não estaria em condições de coligir, dado o tempo exíguo de que vai dispor. Novas sugestões decerto lhe serão encaminhadas, enriquecendo-se ainda mais o cabedal de subsídios oriundos da sociedade civil. Vê-se, pois, que a Comissão de Estudos Constitucionais agiu com descortínio e prudência, assim como com prudência deverá ser julgada, sobretudo pelos que amam essa virtude que não é senão uma das faces da justiça.

Elucidado esse ponto, não é dito que aos "peritos" só caiba a tarefa secundária de reduzir o "conteúdo da vontade popular" em uma sequência ordenada de artigos. Na asserção feita há um equívoco manifesto sobre a tarefa de "articular-se uma Constituição", graças a conhecimentos especializados de politicólogos, economistas e juristas. A qualquer um do povo é dado expressar o que lhe parece necessário ou útil à comunidade, mas, como é natural —e o mesmo acontece com o manifesto da CNBB— o que se peticiona são, em geral, os fins visados, não se cuidando do problema sempre delicado dos meios adequados à consecução dos fins. É fácil pregar as excelências dos fins quando não se tem a responsabilidade de cuidar dos instrumentos indispensáveis à sua realização efetiva, em sintonia com as demais finalidades desejadas.

Ora, a tarefa de "dar forma articulada ao texto final" não é tão simples e despicienda, como comumente se julga. Observo, aliás, o engano de falar-se em "texto final", pois este somente se conclui e se aperfeiçoa graças ao trabalho a seu modo criador da exegese e da articulação da matéria criticamente examinada, visto como toda regra política ou jurídica representa uma ordenação de meios adequados em função dos valores objeto de eleição por motivos tanto de ordem teórica como de natureza prática.

Elaborada a regra de direito, não é esta algo de solto no espaço-tempo social, nem um fragmento atômico: é antes um elo do sistema de proposições unidas entre si por um vínculo lógico de coerência, e prático de operabilidade. Lembro aqui dois ensinamentos paralelos: um de Jhering, para quem "não há direito desprovido de realizabilidade"; e outro de George Jellinek e Max Weber de que o inatingível não merece um minuto de atenção por



parte do político ou do jurista. Quanto a este magistério, ressalvo, incontinenti, o valor de certas normas ideais, cercadas por um alo inspirador de utopia, que não raro atua como força dinamizadora da história.

De qualquer modo, por menor ou maior que seja o mérito intrínseco das sugestões brotadas da vontade popular, há sempre necessidade de um trabalho crítico e seletivo, que constitui o objeto específico da política do Direito, ou, como se dizia antigamente, da Teoria da Legislação. Imaginar que o povo "dita" os textos, para que os peritos apenas os convertam em "artigos de lei", é algo que fica entre a abstração e o artifício. Se assim fosse, para que uma Assembléia Nacional Constituinte, destinada a escolher e traçar caminhos, embora em função da difusa e às vezes conflitante vontade popular? Quem legisla opta, necessariamente, entre duas ou mais soluções possíveis; não é mera caixa registradora de aspirações múltiplas e não raro contraditórias, como é próprio do pluralismo democrático.

O momento do fiat lex é um momento de escolha prudente, de seleção crítica em razão dos valores das partes e do todo, máxime para a feitura da máxima das leis, do "ordenamento comum" estruturado como alicerce e fundação de todo o edifício legislativo de uma nação.

MIGUEL REALE, 75, é jurista, professor catedrático da Faculdade de Direito da USP, ex-reitor dessa Universidade e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

18. Mai 1986

Janio de Freitas

Encontro no último limite

Foi dura, muito dura, a conversa que d. Ivo Lorscheiter e d. Luciano Mendes de Almeida mantiveram terça-feira, em nome da CNBB, com o presidente Sarney.

Por mais de hora e meia, e confirmando a antecipação aqui feita de que "as relações entre a Igreja Católica e o presidente estão no limiar de dificuldades sem precedentes", a franqueza crítica e inflexível dos dois bispos proporcionou a Sarney o que terá sido, a julgar pelo momento e pelas providências presidenciais apressadas, o pior dos seus encontros desde a posse.

Em síntese, disse d. Ivo, com firmeza irreproduzível em texto, que os bispos têm dado ao presidente o apoio pedido, mas não se dispõem mais a mantê-lo, nem d. Ivo tentaria convencê-los do contrário, tendo em vista as protelações do governo na aplicação das reformas em geral e, em particular, da reforma agrária.

Expôs a gravidade da reação, nas dioceses de todo o Brasil, ao descaso ante a violência no meio rural quando as vítimas são lavradores e sindicalistas, e à falta de resposta prática para os documentos de advertência da Igreja. Como aquele que alertava para as ameaças à vida do padre Josimo, afinal assassinado.

Sempre complementado por d. Luciano, d. Ivo censurou os procedimentos presidenciais e ministeriais de marginalização do ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária, cuja permanência foi dada como importante, pela confiança que a CNBB nele deposita. Mostrado que as medidas anunciadas como reforma agrária são apenas encobridoras de protelação, d. Ivo fez saber ao presidente a cobrança da CNBB de atos objetivos e imediatos, não só para efetivar o início da reforma agrária, como para contenção da violência contra os trabalhadores rurais e punição aos praticantes dela, passados e presentes, com a pronta criação da Justiça Agrária. E uma frase que diz, por si, quase tudo: "Se o governo não agir em benefício dos trabalhadores, a Igreja ficará com os trabalhadores".

O presidente deu suas explicações e, ainda uma vez, assegurou a repressão à violência e a efetivação da reforma agrária. Concluído o encontro, Sarney fazia seguirem para o Maranhão agentes do SNI e do Conselho de Segurança Nacional, acompanhados de Romeu Tuma, à revelia do ministro Paulo Brossard. Confirmava a criação da Justiça Agrária (este projeto foi concluído pelo ministro Nelson Ribeiro em maio do ano passado, até março vagueou pelo governo e enfim foi declarado pelo ministro Brossard como mais um dos projetos que, a seu ver, devem ser deixados à Constituinte).

Para completar o dia, o governo divulgava o início do treinamento, em São Paulo, dos técnicos em aplicação direta da reforma agrária. E 48 horas depois, na quinta-feira, o presidente decidia assinar de uma só vez, e não mais paulatinamente, os planos regionais da reforma (são estudos que indicam o número de famílias a serem assentadas, o cadastro preliminar das terras utilizadas, subutilizadas ou disponíveis etc., que no máximo prenunciam, mas não iniciam a reforma mesmo).

Conversa eficaz, como provocadora de impulsos logo ao primeiro momento. Apesar disso, porém, e com base na experiência já adquirida pelos bispos, na CNBB foi decidido que d. Luciano ficaria em Brasília para acompanhar a concretização das medidas governamentais. E isto permite dizer, sem necessidade de demonstração, que as relações entre a Igreja Católica e o presidente Sarney ainda não se afastaram do limiar de dificuldades sem precedentes. Nem isto é previsível se as medidas prometidas na conversa tiverem o destino das que as antecederam, em outras conversas. Menos duras, é verdade.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Fazendeiros querem encontro com a CNBB

21/5/86

Brasília — O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Britto, pediu ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, um encontro com o presidente da CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, para discutir o que ele chama de **guerra no campo**. "Quero um encontro de alto nível com a cúpula da Igreja, porque estamos metidos em uma verdadeira guerra", explicou Brito à saída da reunião de meia hora, extra-agenda, que teve com Ribeiro às 16h na sede do Ministério.

O presidente da CNA manifestou ao ministro seu desejo de discutir com dom Ivo, a quem Ribeiro é ligado, os conflitos que têm resultado no assassinato de padres, posseiros e também de fazendeiros. "Com um **padreco pé-de-chinelo** eu não vou falar, mas com o presidente da CNBB nós podemos discutir em alto nível, como podemos discutir também com o presidente da Contag", disse Brito. Segundo ele, o ministro se prontificou a marcar para breve o encontro.

Brito pediu também ao ministro que apresse a nomeação das comissões agrárias de cada estado, para que elas sirvam como mediadoras dos conflitos de terra regionais. Esta seria, segundo ele, uma forma de minimizar a repercussão de incidentes como o assassinato do padre Josimo Morais Tavares, no Bico do Papagaio. "Estas comissões poderiam resolver os pequenos casos, seriam o forum apropriado para os conflitos. O importante é encerrarmos esta guerra, porque os nossos também estão morrendo. Recentemente, três fazendeiros foram assassinados no Pará e ninguém fez nada para punir os responsáveis. Só se fala dos padres que morrem", desabafou.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS

Igreja diz que não ficará esperando governo fazer 'o que bem entende'

28/5/86 FSP

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, 59, disse ontem que não entende "porque existem homens do alto poder da República dizendo que a reforma agrária deve ser feita pelo governo, e que outras entidades e a Igreja não se metam. Este é o mesmo chavão dos generais da ditadura". O bispo não deu nomes aos membros do governo por ele criticados, mas afirmou que estas pessoas querem que a "Igreja fique na sacristia, o governo fazendo o que bem entende e o povo na pior".

Ao lado de d. Hélder Câmara, 77, arcebispo aposentado de Recife e Olinda (PE), e do secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, 55, d. Ivo Lorscheiter disse ainda que "a Igreja não se considera dona do mundo, mas também não pode escamotear a verdade". Afirmando esperar que "haja bom senso neste país", o presidente da CNBB disse que "a Igreja Católica não rompeu com o governo, porque não estamos casados com a Nova República". Sobre a reforma agrária, ele quis falar pouco. Disse estar esperando fatos novos, "um milagre, quem sabe?".

Ao falar sobre a reforma agrária e o desarmamento dos habitantes das regiões de conflito, d. Ivo defendeu a instituição de um fórum de Justiça especial para o campo, e referiu-se à **Folha** que, segundo ele, considera esta proposta "uma ingenuidade" (posição defendida em editorial pela **Folha** no dia 20. 05. 86). Ele pediu desculpas aos jornalistas presentes e afirmou que "vocês não são responsáveis pelos atos dos donos de seus jornais".

O bispo, que encontra-se reunido com onze membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e a direção da CNBB para a avaliação mensal da entidade, disse que continuam a existir resquícios do "velho sistema fascista", dificultando a entrada no país de missionários estrangeiros. D. Luciano Mendes de Almeida disse que este ano os vistos estão sendo facilmente liberados, mas que ainda há resíduos do ano passado e retrasado. Pelo menos trinta missionários ainda continuam sem poder entrar no país, segundo disse. "Quero crer que os altos mandatários não sabem disso, mas é bom que saibam", afirmou o presidente da CNBB.

Indagado sobre a suposta participação do bispo de Roraima, d. Aldo Monjano, em um plano para entregar armamentos aos índios e abrigá-los a extrair ouro e outros minérios para contrabando, d. Ivo Lorscheiter disse que este assunto já foi "suficientemente explorado", e que d. Aldo "é um santo". Neste momento da entrevista, d. Ivo iniciou a série de críticas ao governo federal e aos jornais. "Agora virou moda, como no pior tempo da ditadura, acusar de subversão. Estamos num momento, estranhamente, de copiar os tempos da ditadura". A acusação contra d. Mongiano foi publicada na edição do dia 26 do "Jornal do Brasil".

A reunião dos bispos vai avaliar a Campanha da Fraternidade, cujo tema, este ano, foi "Terra de Deus, Terra de Irmão", e discutir a campanha para o próximo ano, com tema já escolhido. O menor abandonado será o tema abordado pela Campanha da Fraternidade em 87 e já se discute, na CNBB, o sindicalismo como o tema de 88.

CNBB discute o agravamento da violência no campo

Da Reportagem Local

O agravamento da violência no meio rural brasileiro, a evolução das medidas oficiais diante da reforma agrária e os efeitos do Plano Cruzado sobre os trabalhadores são alguns dos temas da reunião da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), organismo executivo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), iniciada ontem, na sede da conferência, em Brasília, com encerramento previsto para a próxima sexta-feira.

Os bispos estudam, nesta reunião, a possibilidade de divulgar uma 'Nota à Nação" sobre a questão da reforma agrária. A posição predominante na CNBB é de insatisfação diante do que os bispos consideram "recuo" do governo federal na questão agrária.

Sobre o Plano de Estabilização Econômica, os bispos ouvirão representantes das Pastorais da Terra e Operária, sobretudo em torno dos efeitos do choque heterodoxo sobre a situação econômica das famílias de baixa renda.

Além do presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, do vice-presidente, d. Benedito de Ulhôa Vieira, e do secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida, participam da reunião da CEP, em Brasília, oito bispos: d. Antônio Celso de Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo, d. Albano Cavallin, auxiliar de Curitiba (PR), d. Aloísio Sinésio Bohn, bispo de Novo Hamburgo (RS), d. Geraldo Agnello, arcebispo de Londrina (PR), d. Afonso Felipe Gregory, auxiliar do Rio de Janeiro, d. José Martins da Silva, de Porto Velho (RO), d. Celso José Pinto da Silva, de Vitória da Conquista (BA) e d. David Picão, de Santos (SP).

Um manifesto nacional em favor

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULHERES PARA A DEMOCRACIA

da reforma agrária será lançado, no próximo mês, em Brasília, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e mais oito entidades com atuação em todo o país, contra a violência no campo e em favor da reforma agrária. A decisão foi tomada na última sexta-feira, em Brasília, durante reunião na sede da Contag para ativar a campanha nacional pela reforma agrária.

29/5/86 Folha

CNBB conhecia a decisão do Ministro desde segunda-feira

BRASÍLIA — O Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, disse ontem que, durante reunião realizada na sede da entidade na noite de segunda-feira, o Ministro Nélson Ribeiro comunicou sua decisão de deixar o Governo e apresentou ao episcopado o rascunho da carta de demissão.

— Acho que, nesta altura dos acontecimentos, é melhor que eu saia. Politicamente, não devo mais ficar — declarou Nélson Ribeiro à direção da CNBB. Segundo Dom Ivo, os Bispos não tentaram convencê-lo a permanecer à frente do Ministério.

Dom Ivo explicou que Nélson Ribeiro foi à CNBB "apenas comunicar sua decisão, e não se consultar, porque ele é um homem de muita personalidade e não precisa de tutela da Igreja".

Na noite de terça-feira, Dom Ivo recebeu um telefonema do Presidente Sarney comunicando que havia recebido o pedido de demissão de Ribeiro.

Perguntado se o Presidente havia pedido sugestão de nome para o lugar de Ribeiro, Dom Ivo respondeu: "Não. E, se tivesse pedido, não daria. Quando Tancredo Neves nos solicitou nomes para os Ministérios da Educação e da Reforma Agrária, dissemos: este não é o nosso papel".

Ontem, a CNBB divulgou nota em que manifesta preocupação com o destino da reforma agrária. A íntegra da nota é a seguinte:

"1. A reforma agrária é um compromisso democrático que responde às aspirações do povo brasileiro, à doutrina social da Igreja constantemente afirmado pelo magistério do Santo Padre e assumido pelo Presidente Tancredo Neves e pelo Presidente José Sarney em freqüentes pronunciamentos. Não há democracia sem efetiva promoção da justiça social para os trabalhadores rurais.

"2. A mudança de responsáveis pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e do Incra não é, no que se refere a nomes, de alçada da Igreja, mas é competência da Presidência da República. Não pode, no entanto, deixar de preocupar a Igreja o fato de que as pessoas chamadas a ocupar estes cargos sejam não só competentes, mas identificadas com a meta proposta, com a metodologia eficaz para realizar a transformação da estrutura fundiária do País e capaz de respeitar a participação dos próprios trabalhadores rurais.

"3. Neste momento em que a Igreja acompanha com ansiedade a promoção da reforma agrária em nosso País é preciso reafirmar pontos indispensáveis à adequada realização da reforma agrária. A Igreja não tem projeto técnico para a reforma agrária, mas deve ser fiel à sua missão de promover as exigências éticas que devem presidir a reforma agrária.

"a) É preciso evitar o recurso à violência de um outro lado do conflito. Menos ainda aceitável é ceder à tentação de fazer justiça pelas próprias mãos. É preciso respeitar o direito e evitar que a impunidade aumente o descrédito de soluções pacíficas.

"b) É nosso dever reconhecer o direito do povo de valorizar a própria dignidade, conscientizar-se dos direitos que daí decorrem e de se organizar para melhor promover estes direitos.

"c) Na execução de reforma agrária deve-se evitar o sacrifício de deslocamentos desnecessários, procurando o mais possível que os trabalhadores sem terra permaneçam nas áreas de origem.

"4. A Igreja ao cumprir sua missão de contribuir para o respeito à dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social no campo não pode ser acusada de exorbitar de sua tarefa pastoral: ela está sendo fiel às exigências do Evangelho e de nenhum modo pode esta ação ser confundida com práticas ideológicas comunistas ou de outras inspirações que não se coadunam com o Evangelho.

"5. Temos grande receio de que se não forem dados passos concretos e imediatos na efetivação da reforma agrária, não só ficará ainda mais frustrada a esperança dos sem-terra, mas o próprio Governo poderá cair em descrédito junto ao povo".

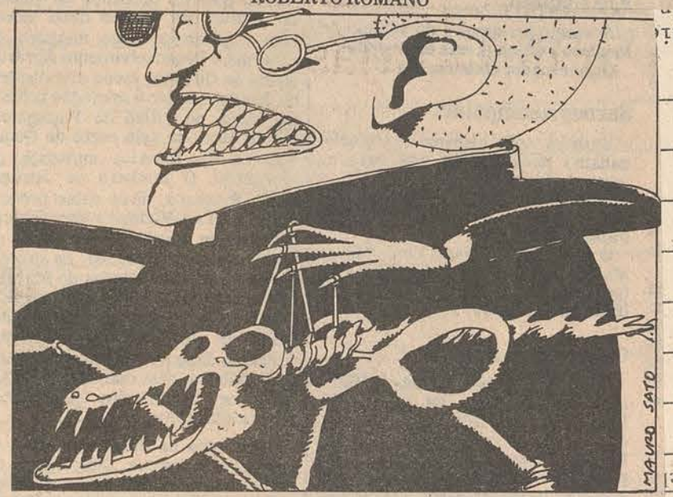
CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Instituição ágil, mas conservadora

ROBERTO ROMANO



NÃO

Para responder a tal pergunta, torna-se preciso um retorno no tempo. Lembremos o ano de 1968. Meses antes do AI-5 o país ficou sabendo, por intermédio da imprensa (indiscreta atividade, que insiste em divulgar os segredos do Estado ou da Igreja, para tristeza dos mal-humorados mandantes nacionais) algo sobre a existência de um memorando secreto, para uso exclusivo dos bispos. Qual o seu conteúdo? Tratava-se de um projeto político para o Brasil, redigido pelo padre Comblin, teólogo e sociólogo, assessor da CNBB e dos dirigentes eclesiásticos do Nordeste. A reforma econômica e social que ali se preconizava deveria, segundo o documento, ser acompanhada de mudanças radicais na administração da própria Igreja.

Afirmava o assessor que a instituição religiosa estaria demasiado fragmentada, sem um organismo centralizador e de controle para todo o território nacional. Assim escreveu o autor: "somente uma forte centralização (da Igreja) poderia realizar a união. É preciso pensar na superação das dioceses para concentrar a autoridade". Além disso, "nenhum plano de conjunto é pensável, dentro da dispersão do poder na sociedade civil". Estava dada a receita administrativa.

A partir daí, a prática eclesiástica caminhou célere para o estilo burocrático modernizante, unindo-o ao apoio carismático das massas. Após 1968, o poder decisório concentrou-se, definitivamente, nas mãos da CNBB e de suas agências executivas regionais. A sociedade civil, por sua vez, teve sua "dispersão" resolvida pela maior soma de poderes já assumida pelo governo do país.

Vejamos o que pregava Comblin para o Estado brasileiro, cuja lógica centralizadora deveria acompanhar a da Igreja: o assessor exigia "um poder capaz de promover as reformas e notadamente a revolução social indispensável, capaz de implantar o trabalho, de forçar a nacionalização e de juntar todas as energias". Logo, a "força do Estado será necessária para derrubar os privilégios e instalar estruturas novas". A opção preferencial pelo Executivo se manifesta de modo cristalino, no trecho citado: o Parlamento, as Assembléias, tudo isto nada vale. O importante, para assegurar a eficácia às modificações sociais, seria colocar nas mãos dos executivos (teológico-políticos e seculares) a capacidade de forçar as transformações prescritas: "as reformas não se farão pela persuassão, nem pela discussão platônica em Assembléias Legislativas; nem por via de eleições segundo os moldes do sistema ocidental moderno". Estamos, em 1986, em tempo de Constituinte. É bom notar esta curiosa idiossincrasia, vigorosa entre os "libertadores", que rejeitam o voto popular e a discussão democrática.

Retomemos Comblin: com o acúmulo de poder, imagina ele, será finalmente atingido o progresso sócio-político. Ficamos sabendo que, para redimir a nacionalidade, é preciso um "mando autoritário ou ditatorial, para impor pela força do governo as transformações e as novidades". As massas? Ora, elas "acreditam na força e preferem as virtudes carismáticas às virtudes administrativas".

Mas o dogmático teólogo não dorme sobre os louros do entusiasmo místico: "é preciso estudar e conhecer os meios de atuar na opinião pública". Sempre haverá, entretanto, um momento em "que uma ação de força é necessária". Tudo isso foi redigido, secretamente, nas vésperas do AI-5. Discutindo seu documento, anos após, afirmou o mesmo assessor da CNBB: nele, "não se coloca em dúvida a legitimidade da revolução de 1964 (...) e ainda menos a legitimidade do atual governo (ainda uma ditadura militar, lembre-se, RR) do Brasil". No escrito do teólogo, encontramos todos os elementos para a racionalização de dois poderes simétricos, paralelos e unidimensionados: o Executivo laico e o Executivo religioso, a forma castrense de regime e a CNBB. Caberia a ambos a tarefa de impor à população normas de vida e de produtividade econômica, chegando ao eldorado nacional. O documento Comblin foi escrito antes da instauração macabra do mais espúrio e antipopular tipo de governo que o Brasil enfrentou.

Mas logo após a edição do AI-5, a CNBB veio a público para hipotecar solidariedade ao novo regime, oferecendo-lhe uma "leal colaboração" para melhor cumprir as "reformas de base". Reconhecem ainda, os bispos, a "legitimidade do novo regime institucionalizado em dezembro último". Não é espantosa a identidade entre a tese de Comblin e sua efetivação pela CNBB? Coisa de santos: o "milagre" econômico, só tornou-se possível pela presença do forte "mando autoritário ou ditatorial, para impor pela força do governo... etc."

Durante todo o período violento da repressão, os membros da CNBB serviram como mediadores entre o país e o governo. Enquanto militantes de base (católicos, protestantes, liberais, marxistas, socialistas de várias tendências) sofriam os golpes mortais do Executivo laico, o outro, o

A pergunta da Folha

Você acha que a atuação da CNBB tem sido fator de progresso para o país?

religioso, estabelecia as bases do "diálogo" entre lobos e cordeiros. É preciso que se diga: a Igreja conta, entre seus quadros, com homens valorosos e livres. Ressaltemos a figura de d. Casaldaliga. Mas, na sua cúpula, por força da burocratização levada a cabo na CNBB, possui homens que, prazenteiramente, assumem o mando sobre corações e mentes, sempre dispostos —sob o signo de Canossa— a "dialogar" com todo e qualquer de seus pares no poder laico.

Hoje, quando padres e leigos se debatem nas tensões e violências da reforma agrária, com todas as suas ambiguidades e incertezas, a CNBB procura a porta dos gabinetes para intimidar os seus transitórios ocupantes. Os católicos ligados aos movimentos sociais buscam a população dominada. Os bispos, pelo contrário, trocam favores com presidentes e ministros. Desde os primeiros passos da chamada Nova República, os dirigentes da CNBB têm utilizado a pressão direta sobre as autoridades seculares para, numa verdadeira chantagem, barganhar o sangue dos militantes por maiores verbas ao ensino confessional católico, censura às artes, recuos governamentais na legislação familiar etc.

Ceder recursos para as escolas religiosas, por exemplo, é bem menos complicado, para os atuais mandatários, do que obedecer aos ditames dos antístetes, no que se refere às reformas no campo. O Estado precisa enfrentar interesses vários e contraditórios, com os quais terá de se haver, caso fracasse o processo reformista. Daí a excessiva prudência de alguns membros do governo e o medo de outros, ligados aos interesses do capital. Nestas tergiversações, uma fuga da regra é representada pelo atual ministro da Justiça, que vem mantendo uma rara dignidade, resistindo em nome do poder civil às exigências dos bispos e, ao mesmo tempo, dos adversários das reformas.

Finalizando: na exata medida em que se define como um quarto poder na República e centraliza burocraticamente a atividade eclesiástica, invertendo e atenuando a força democrática de seus movimentos de base, a CNBB é exemplo de uma instituição moderna, ágil mas conservadora, a serviço da **raison de l'Eglise**. Se esta age em proveito próprio, contra a **raison d'Etat**, isto não quer dizer, entretanto, que sua práxis resulte em favor dos dominados e do progresso social. Muito pelo contrário.

ROBERTO ROMANO, 40, é filósofo, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da USP.

Pobre progresso e pro

FÁBIO KONDER

No brevíssimo conto "Uma Estória Inacabada", O. Henry relata a chegada ao Juízo Final de um sujeito anônimo, que foi logo sendo interpelado por um anjo policial sobre se fazia parte de um grupo de homens, muito bem vestidos, que aguardavam julgamento. Indagado sobre a identidade e a profissão desses senhores, o policial angélico respondeu que se tratava de patrões culpados de empregar mocinhas para trabalhar em suas lojas com um salário de fome. "Não", respondeu aliviado o recém-chegado. "Posso jurar pela eternidade que nunca fiz isso. Eu apenas toquei fogo num asilo de órfãos e matei um pedinte cego para roubar o dinheiro das esmolas".

O sacarsmo do contista, vergastando a moral capitalista da sociedade americana do início do século, seria sem dúvida muito brando se se dirigisse à sociedade brasileira atual. Na cidade e no campo, pululam proprietários e políticos, que não apenas têm a mais completa inconsciência moral quanto à exploração do trabalho humano, como ainda julgam, com apoio em pareceres de ilustres jurisconsultos, que manter uma tropa permanente de jagunços para trucidar posseiros e religiosos constitui legítima defesa da propriedade.

A verdade paradoxal é que não há bando de criminosos que não tenda a criar seu próprio código moral e designar seus diretores de consciência. A velhíssima história da máfia italiana, a **venerabile società**, aí está para o demonstrar. No Brasil de hoje, a moral dos grandes proprietários sofreu recente evolução: passou do culto da ordem à propaganda do progresso. Continuamos, pois, atados ao dístico do pavilhão nacional. No que tange à função de direção de consciências, acabou sendo transferida dos militares e policiais aos economistas e administradores de empresa.

Quanto ao respeitável acanalhamento nacional, ontem em nome da ordem e contra a liberdade política, hoje em nome do progresso e contra a justiça social, uma instituição vem atuando de forma exemplar, pela coerência, dignidade e energia: a Igreja Católica, representada pela Conferência de seus bispos. Não é, pois, à toa que ela tem sido o alvo crítico predileto dos sócios do poder. Antes, denunciava-se a CNBB por apoiar subversivos e acolher comunistas. Hoje, quando o banditismo rural, estimulado até por governadores de Estado, assume proporções muito mais violentas que a antiga guerrilha (mais de trezentos assassínios desde o início de 1985), já não é obviamente possível falar em defesa da ordem. Muda-se, então, o discurso e fala-se em exigências de progresso. Os bispos, que antes eram criptocomunistas, são agora tidos como obscurantistas e feudais.

gresso dos pobres

COMPARATO

Afirma-se, assim, que a reforma agrária diminuirá a produção e a produtividade, sendo portanto contrária ao progresso técnico. Chega-se até a invocar —com a deusa da pudicícia tapando o rosto de vergonha— o argumento da defesa do consumidor. Ataca-se, com igual indignação, a supressão do sistema das despedidas imotivadas de empregados, em nome da eficiência e da competência empresariais.

Realmente, o nosso sistema econômico é um fator modelar de progresso. É graças a ele que tivemos a estagnação da produção alimentar agrícola durante os últimos dez anos, com o exôdo rural de quinze milhões de brasileiros famintos. (Serão esses os consumidores que o presidente da Sociedade Rural Brasileira se declara preocupado em defender?). É em função das exigências modernas de aumento da produtividade que o salário mínimo atual, em termos reais, equivale à metade do que existia há quarenta anos. É em razão da eficiência comprovada do regime capitalista —não mais qualificado de cristão, como durante o regime militar— que neste admirável mundo novo um terço das famílias vive com ingressos inferiores a um salário mínimo e um quarto delas ganham até dois salários mínimos; o que soma a modesta cifra de 65 milhões de pessoas.

Tudo isso, segundo se diz, constitui o custo social inevitável da economia moderna, que tende ao progresso inelutável. Os seus adversários, a começar pela CNBB, só podem ser, nessa ótica, saudosistas da época medieval. De mais a mais, como pontifica (é bem o caso de dizer) o atual ministro da Justiça, o Estado brasileiro é secular: não admite interferências da autoridade religiosa. Talvez, de acordo com esse lúcido raciocínio, a única maneira constitucional de padres e bispos interferirem no poder republicano seria a de se tornarem eles proprietários de terras e —quem sabe— ingressarem nos quadros da União Democrática Ruralista.

Mas, amargores à parte, desejo agora voltar os olhos aos nossos queridos pais no episcopado brasileiro. Quero dizer a todos eles que é graças à sua vida simples, à sua coragem tranquila, à sua compaixão quotidiana com a miséria dos pequeninos que vou entendendo a profundidade da mensagem bíblica de libertação do homem.

O progresso, o verdadeiro progresso humano é a criação de condições de vida digna e feliz para todos os homens.

FÁBIO KONDER COMPARATO, 49, é jurista, professor titular da Faculdade de Direito da USP e autor, entre outros trabalhos, do livro "Muda Brasil — uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático".

Espaço des

JOSÉ AUGUSTO GUI

A CNBB tem mantido uma presença constante no cenário político, como voz atuante da sociedade civil. De modo geral suas intervenções têm-se somado às forças progressistas, e não destoam de uma visão liberal do poder político. Além de defender com firmeza os deserdados do crescimento urbano e da desordem rural —os miseráveis, os menores abandonados, os sem-terra—, a CNBB tem-se pronunciado com frequência sobre todos as questões políticas relevantes.

Repito que essas posições têm sido em geral progressistas e coerentes com uma visão liberal-democrática de sociedade. Ainda assim, e por isso mesmo, a presença da CNBB não pode ser considerada um indicador inequívoco de progresso. O que quero dizer é que, independentemente do conteúdo de suas posições e propostas, o espaço ocupado na política por uma instituição civil, sobretudo de caráter religioso como a CNBB, é incompatível com uma sociedade moderna e suas instituições democráticas.

Numa sociedade como a nossa, que mal ou bem desenvolveu uma economia que cresce rapidamente e se dotou de um setor industrial moderno e dinâmico, além de urbanizar-se em ritmo e nível superior do da maioria dos grandes países contemporâneos, somente um sistema partidário sólido e bem enraizado é capaz de garantir uma ordem democrática socialmente igualitária e institucionalmente estável. Somente um sistema partidário representativo e pluralista é capaz de garantir a pluridade de interesses conflitantes —e legitimamente parciais, isto é, partidários— contra a tentação totalitária do Estado contemporâneo. Sem partidos que expressem —de modo contraditório, como inevitavelmente ocorre— projetos globais para a sociedade, em nome de interesses sociais definidos, os governos são tentados a entender-se diretamente com as massas, na alternância entre formas mais ou menos reacionárias de populismo e formas abertamente autoritárias de tecnocracia.

O espaço ocupado pelas chamadas "instituições da sociedade civil" na luta contra o autoritarismo foi proporcional à inexistência de um siste-

proporcional

LHON ALBUQUERQUE

ma partidário que, devido à sua fragilidade previamente ao golpe de 1964, o regime militar extinguiu sem dificuldade. Em todos os outros países em que a sociedade se livrou recentemente de regimes autoritários, a presença de partidos parcialmente preservados limitou o papel de instituições como a Igreja a um plano secundário, embora decisivo na hora da definição.

Restaria, entretanto, a possibilidade de uma atuação mais permanente da Igreja, assumindo funções partidárias, hipótese que ninguém hoje defenderia como sinal de modernidade institucional, seja pelas divisões internas que provocaria, seja pelos exemplos de fanatismo que o partidarismo religioso nos tem proporcionado.

Mesmo considerando-se a função civil, não-partidária, da Igreja, duas restrições importantes devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a Igreja Católica —mais do que antes— tende a desenvolver uma visão integralmente religiosa do mundo, e a política não escapa dessa contingência. Daí decorrem duas consequências funestas em política: a prevalência da noção de justiça divina, que pune e premia acima das forças terrestres, e a divisão entre bem e mal que lhe é correlata.

Dái decorre, por sua vez, uma tendência à política dos princípios prevalecer sobre a realidade das forças sociais em presença. Posições como o endosso do movimento só-diretas à Constituinte exclusiva, à reforma agrária, parecem espelhar essa tendência.

Outro aspecto é a própria constituição "monárquica" da hierarquia católica, que só expressa por direito divino, mas não por representação, a comunidade por ela dirigida. Nesse aspecto convém não esquecer que o aumento da presença da CNBB tem crescido na exata proporção do decréscimo de lideranças leigas independentes.

Em suma, a CNBB tem estado do lado do progresso, contribuirá ainda mais para a modernização do país quanto mais limitar a necessidade de sua intervenção diretamente política.

JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE, 45, é professor titular de Ciência Política na USP, e autor, entre outros livros, de "Instituição e Poder".

CEDIM

Mai 86
Sem Terra

CNBB faz proposta para a Constituinte...

Em Itaici, São Paulo, 250 bispos se reúnem durante a 24.ª Assembléia da CNBB. Lançam uma declaração pastoral por uma nova ordem constitucional. Apelam em favor da Reforma Agrária imediata, da demarcação das terras indígenas e ouvem o clamor dos trabalhadores sem terra contra a violência no campo.

No último dia da 24.ª Assembléia Geral da CNBB em Itaici, SP, 250 bispos aprovaram a declaração pastoral "Por uma nova ordem Constitucional". Era, assim, dia 18 de abril, lançada a contribuição da Igreja Católica ao debate sobre a Constituinte. Com 28 páginas, o documento lança bases para a discussão a todas as comunidades cristãs ou não. É dividido em três partes. Na primeira são feitas algumas constatações sobre a sociedade brasileira que "secularmente viciada pelos privilégios de minorias, pela dependência externa e pela marginalização do povo, necessita inadiavelmente de soluções estáveis para os graves problemas éticos, econômicos, sociais, políticos e culturais".

Ainda na primeira parte, o documento lança alguns desafios quanto à nova Constituição. E afirma: "Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional". Deverá também "inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social". A proposta pastoral estabelece, ainda no início, que "a participação da sociedade é que deverá definir o conteúdo". Essa proposta, aprovada agora em Assembléia, vem sendo elaborada e reelaborada desde novembro do ano passado, com a participação das dioceses e pastorais ligadas à Igreja.

Constituinte

A relação da Igreja com o processo Constituinte é o tema da segunda parte do documento, que sugere critérios para a escolha de deputados e senadores. De um candidato "não bastam um discurso religioso e uma retórica democrática e popular. É necessário o testemunho de vida coerente com os valores cristãos ou com os valores humanos fundamentais implícitos na mensagem cristã. Requer-se ainda — esclarece o documento — uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã".

Na terceira parte do documento da CNBB há exigências concretas para o estabelecimento da ordem social, promoção e defesa da vida e do meio ambiente. E ainda promoção e defesa dos direitos da família, da liberdade religiosa, igualdade de todos perante a lei, a partir dos mais necessitados. Os bispos determinam critérios básicos para a nova ordem política. Deve haver "democracia política e economicamente participativa". A declaração pastoral estabelece outros critérios básicos e exigências quanto à ordem econômica, cultural e uma nova ordem internacional.

Quando trata da justiça social e acesso à propriedade, no item sobre a nova ordem econômica, o documento diz que "os bens da terra têm destinação universal para a realização de todas as pessoas. A propriedade privada subordina-se a essa lei universal. Ela não pode concentrar-se abusivamente nas mãos de poucos ou ser usada como instrumento de dominação e exploração de outros seres humanos. Ela só se justifica como garantia de liberdade, bem-estar pessoal, familiar e social".

Reforma Agrária

Logo no início da assembléia, dia nove de abril, os 250 bispos reunidos em Itaici enviaram um telegrama ao presidente Sarney. Assinado pelo presidente e pelo secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter e Dom Luciano Mendes de Almeida, o telegrama apela para a execução imediata dos Planos Regionais de Reforma Agrária e pela demarcação das terras indígenas. "Permanecemos atentos aos graves problemas da violência no campo, cuja solução será a Reforma Agrária", diz o telegrama. "Conhecedores da situação que, dia-a-dia, se agrava no meio rural e das ameaças e crimes contra a vida de agricultores e de seus líderes e das pressões exercidas contra a política agrária, publicamente assumida por seu governo, em nome do povo sofrido de nossas dioceses, apelamos insistentemente à Vossa Excelência para que não sejam adiadas a aprovação e a pronta execução dos Planos Regionais de Reforma Agrária. Preocupados, igualmente, com o clamor dos povos indígenas, sobretudo nesta fase de reforma da Fundação Nacional do Índio, insistimos também na necessidade da imediata demarcação de suas terras, de acordo com o Estatuto do Índio".

CEDI
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Regina Vilela

Na 24ª Assembléia da CNBB, em Itaici, 250 bispos

... e ouve lavradores

Regina Vilela

O lavrador Agenor B. Vieira (no microfone) apresenta o dossiê aos bispos

No sexto dia da assembléia anual da CNBB o clamor dos sem terra foi levado aos bispos. Dia 15 de abril, uma comissão — formada de dois sem terra, um representante da Central Única dos Trabalhadores e pela presidenta do STR de Unaí, MG, Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, a Cida — entregou aos 250 bispos o dossiê sobre a violência no campo. **"ASSASSINATOS NO CAMPO — crime e impunidade — 1964-1985"**, uma forte denúncia da violência contra os trabalhadores rurais nos últimos 21 anos em que são expostas as vítimas dessa guerra suja. A própria Cida é uma das vítimas. Seu pai foi assassinado no ano passado por latifundiários e ela vive sob ameaças.

O representante da CUT lembrou que o lançamento do dossiê faz parte da campanha contra a violência no campo e que "é uma luta pelo direito de ter direito". O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, deu a resposta ao clamor dos sem terra: "Nós estamos à disposição e dispostos a fazer a luta continuar".

4/6/86 Tribuna

Jarbas Passarinho

Uma nova questão religiosa?

Declarações atribuídas ao ministro da Justiça tiveram contrapartida em outras proferidas pelo presidente da CNBB. Aparentemente, um conflito. Ou potencialmente?

Que teria dito de insólito o ministro Brossard? Ao que sei, nada. Lembrou ele que desde a edificação do regime republicano, a Igreja e o Estado, no Brasil, são separados por fronteiras nítidas, entre o temporal e o espiritual. Rui Barbosa, mestre do afeto especial do ministro, sofreu acusações injustas, por defender essa separação. O menos que dele disseram foi que era um herege. Defendendo-se, escreveu Rui: "Desde 1876 que eu pregava contra o consórcio da Igreja com o Estado; mas nunca o fiz em nome da irreligião: sempre em nome da liberdade: Ora, liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade, sem religião".

Já Dom Ivo Lorscheiter, não conseguindo disfarçar grande irritação, chegou a falar em fascismo, para referir-se ao Governo. O azedume do sr. bispo deveu-se, ao que se publica, a dois fatos: a demissão do ministro Nelson Ribeiro, precedida da afirmativa do ministro da Justiça de que a reforma agrária é assunto temporal, pertinente ao Estado, e a de supostas dificuldades para o visto de entrada, no Brasil, de religiosos católicos. Nesse ponto, o dirigente maior da CNBB chegou ao elogio indireto (quem diria?) da Velha República...

Não creio que isso venha a desembocar numa reedição da "Questão Religiosa", que esteve latente no regime pós-64. Fora de dúvida que a delimitação precisa entre o temporal e o espiritual é muito difícil. Os padres nunca deixaram de tomar partido político, não evidentemente como instituição, mas em caráter pessoal. Ninguém é apolítico, embora haja quem se diga tal, exatamente porque desconhece o que seja política. Criticando respeitosamente a opção socialista de parte da Igreja, pois se é católica é universal, e dado que socialismo é, hoje, uma palavra cheia de ambiguidades, fui objeto de agressiva, intolerante e violenta campanha política e eleitoral. Aprendi minha lição de que, sendo homens, os sacerdotes também podem ser apaixonados e injustos.

Rui Barbosa, porém, nunca chegou ao ponto a que chega o governo polonês, por exemplo. De Varsóvia nos vêm notícias de uma proclamação do partido comunista, em resposta à crítica da Igreja Católica à política oficial, que obriga os estudantes, desde o primeiro grau, à obediência ao ateismo. O órgão oficial do PC polonês contra-atacou: "O partido combaterá todas as formas de clericalismo, que negam o caráter secular das instituições públicas. Deter o amplo clericalismo militante é um dever do Estado, para evitar que, na prática, a Igreja se coloque acima do Estado e da lei".

Não há regime comunista que não se fundamente no ateismo, como doutrina oficial: ela é antiateísta necessariamente. Do contrário, seria negar o materialismo histórico. Algo assim como ser católico e negar os dogmas. Combater o materialismo é, pois, uma obrigação de consciência dos católicos. Não é outra a lição que acaba de nos dar o Santo Padre em sua recentíssima encíclica. Entenda-se, porém, que o materialismo não é apenas o materialismo dialético, filosofia em que se baseia o marxismo, mas igualmente aquele que faz do dinheiro o seu deus e pela ganância esmaga o homem. Quanto a isso, não deve haver fronteiras entre nós, já que o terreno nos é comum, razão pela qual não vejo perigo na reedição de uma "Questão Religiosa".

Jarbas Passarinho escreve sempre às quartas-feiras nesta coluna.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIBRASIL - BRASIL

416186 JB

CNBB aponta "solene cochilo"

JB 07.06.86

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao afirmar que a CNBB é uma conferência nacional e a Igreja é universal, "mereceria até uma resposta bastante dura", segundo o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, que, preferindo não alimentar polêmicas, classificou a frase como "solene cochilo", mas observou que Brossard nas últimas semanas, recorreu a "muitas expressões iguais às do tempo da ditadura".

— Creio que foi um solene cochilo de quem afinal, respeito como grande jurista e homem público. Mas ele (Brossard) seria muito mais elevado se nunca tivesse dito tais expressões, se nunca essas expressões tivessem vindo de quem vieram. Nas últimas semanas tem havido, de parte do ministro da Justiça, uma série de manifestações que, na verdade, continuo atribuindo a um cochilo", destacou Dom Ivo.

O bispo acha que algumas manifestações do ministro Brossard nas últimas semanas, "são expressões que lembram muito expressões iguais do tempo da ditadura, em época em que eram mais facilmente explicáveis, mas que, em verdade, no Brasil democrático não gostaria de ouvir".

Ressaltou que não se julga infalível ("nós, bispos, temos nossas limitações"), mas observou ser "um velho chavão da ditadura, dos regimes autoritários" frases do tipo "Governo faz a reforma agrária e a Igreja e a CNBB que não se metam nesse assunto". Para Dom Ivo, "são frases que devem ser enterradas para sempre".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

11-7-86

FOLH

CNBB pede subsídio para educa

Da Sucursal de Brasília
e da Redação da **Folha**

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, 59, disse ontem, em Brasília, que "a Igreja não quer nem favores nem privilégios do governo", ao reivindicar subsídios para as escolas católicas. "Manter a escola de 1º grau é obrigação do Estado e não uma preocupação do aluno. Esse princípio de equidade é uma nova visão da sociedade", afirmou. Dom Ivo participou ontem do encerramento do 12º Congresso Nacional da Associação de Educação Cristã (AEC), que congrega cerca de 4.500 escolas católicas de 1º e 2º graus em todo o país.

Segundo dom Ivo, o subsídio para as escolas confessionais "não é sequer uma proposta da Igreja", pois consta do relatório da Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior, criada pelo ex-ministro Marco Maciel (hoje no Gabinete Civil). "Exigimos o 1º grau gratuito para todos", disse dom Ivo, afirmando que, em relação ao 2º grau e ao ensino superior, a CNBB quer igualdade na distribuição do orçamento público.

Dom Ivo citou o programa de distribuição dos livros didáticos, que abrange apenas as escolas públicas. "Isto não tem sentido. Numa democracia a equidade é fundamental", disse. O presidente da CNBB propôs que os recursos destinados ao 2º grau e ao ensino superior fossem repassados diretamente ao aluno, em forma de crédito educativo ou através de bolsas de estudo, após a análise de cada caso.

Diálogo com Igreja

O assessor de imprensa do MEC, Ângelo Castelo Branco, 41, disse que o ministro Jorge Bornhausen, desde que assumiu o ministério em 14 de fevereiro deste ano, procurou dialogar com a Igreja. De imediato, ele visitou a CNBB e conversou com dom Ivo Lorscheiter a respeito das escolas católicas. Segundo Castelo Branco, Bornhausen iniciou naquele dia conversações para incluir as escolas ligadas à Igreja no programa do livro didático, além de ter tratado da questão das verbas.

Reivindicação não tem fundamento

A exigência de dom Ivo Lorscheiter remete para a confusão entre uma instituição do domínio privado —a Igreja— e outra da esfera pública —o Estado— encerrada com a Revolução Francesa. O ensino leigo é uma conquista do Estado moderno, que toma a si como obrigação a oferta de escolarização para toda a sociedade.

Um dever descumprido no Brasil, como assinala o presidente da CNBB, porém incorretamente: o ensino obrigatório de 1º grau previsto na Constituição é uma falácia, em nosso país, não por falta de subvenção às escolas católicas, mas graças à exclusão de milhões de crianças em idade escolar.

A Igreja atua nessa área por sua própria conta e risco —com competência, como o demonstram inúmeras escolas de elite existentes nos grandes centros— e certamente com objetivos pastorais. A concessão de verbas públicas para as escolas católicas, o que de fato já ocorre pelo menos no que se refere às de nível superior, só seria concebível caso elas se submetessem ao controle e supervisão do Estado, conduzindo assim à sua laicização. Algo que, aparentemente, não está nos planos da Igreja. **(Marcelo Leite)**

A DE S. PAULO

ção católica

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULHERES PARA A PAZ

Tenente do Exército lançará livro em resposta a 'Brasil: Nunca Mais'

Da Sucursal de Porto Alegre

O livro "Brasil Sempre", escrito pelo tenente da 2ª seção (serviço secreto) do Comando Militar do Sul, Marco Pollo Giordani, é a resposta ao livro "Brasil: Nunca Mais", organizado pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, contendo a relação das vítimas da repressão durante o período de regime militar da recente história brasileira. O livro de Giordani deverá estar nas livrarias no mês de agosto, lançado pela Tchê Editora, a segunda do Rio Grande do Sul, que tem 85 títulos em seus quatro anos de vida.

Além da relação das vítimas da oposição armada ao regime —a maioria delas militares—, o diretor da Tchê, Airton Ortiz, 31, destaca que o livro apresenta "informações até hoje inéditas", como o relato do tenente Giordani de que, em 1972, ele chegou a ficar em regime de prontidão porque o Brasil, dentro da chamada "Operação Charrua", se preparava para invadir o Uruguai, caso o país vizinho fosse dominado pelos guerrilheiros tupamaros.

A relação dos "mortos pela subversão" —92 nomes— ocupa um capítulo do livro, e inclui, principalmente, militares e civis mortos durante assaltos a bancos ou casas comerciais. Figuram na relação o agente federal Hélio de Carvalho Araújo, "morto em 7 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro, na ocasião do sequestro do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher"; a investigadora Stella Borges Morato, "morta em 4 de dezembro de 1969, quando do tiroteio com o grupo de Carlos Mariguella"; o jornalista Edson Régis de Carvalho, "morto quando do atentado a bomba, executado por terroristas, contra o marechal Costa e Silva", em 25 de julho de 1966, em Recife (PE).

Na apresentação do livro, Marco Pollo Giordani admite que seu trabalho —resultado de uma "pesquisa solitária", sem o envolvimento de grupos ou de outros militares— decorreu do lançamento de "Brasil: Nunca Mais", um "faccioso relato de um pretenso grupo de especialistas, tendo à testa o arcebispo metropolitano de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, e outros". Giordani diz que não pretende contestar o relato das vítimas da esquerda, mas "mostrar a parte esquecida". O autor, 36 anos, casado, 2 filhos, dezoito anos de Exército, afirma não possuir "trezentos mil dólares nem os computadores, aparelhos de microfilmagem ou funcionários assalariados usados na confecção de 'Brasil: Nunca Mais'." —mas diz ter "a real experiência do contato permanente com a subversão", além de "vários anos de Doi-Codi dedicados exclusivamente ao Brasil".

A Tchê, que pretende tirar dez mil exemplares na primeira edição do livro, de duzentas páginas, entende, conforme seu diretor Ortiz, que esta "é a primeira vez que um elemento da ativa do Exército se manifesta de forma ostensiva sobre os anos de repressão, escrevendo e assinando embaixo". Ortiz destaca o capítulo intitulado "Subversão", que considera "um verdadeiro curso do SNI" sobre o tema e, especialmente, sobre como enfrentar o comunismo. Neste capítulo, o autor afirma que a "subversão ainda existe", e cita, entre as "organizações infiltradas", até mesmo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), vinculada à ONU. Cita também, entre as "organizações subversivas" brasileiras, num apanhado recente, o PCBR, o PC do B, MR-8, Convergência Socialista, PCB, PSB, Organização Revolucionária Marxista Democrata Socialista, Fração da 4ª Internacional, Partido Operário Revolucionário Trotskista Posadista, Ação Popular Marxista-Leninista, Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e Partido Revolucionário Comunista (PRC). "Atuam como simpatizantes o PDT e o PT", diz o livro, que também critica a "Igreja subversiva" e as "finalidades política" da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) —que, segundo ele, "usa a população como massa de manobra".

CNBB impõe 'ditadura' ao

Da Sucursal de Ribeirão Preto

"Se existe uma ditadura hoje no Brasil, ela é ditada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e não pela União Democrática Ruralista. A CNBB, por exemplo, nunca deixou que se publicassem os processos contra o padre Josimo Moraes Tavares, que era assassino, terrorista e chefe de guerrilha". A afirmação foi feita pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, 36, que, ontem, inaugurou um núcleo da entidade em Ribeirão Preto (319 km a noroeste de São Paulo). Até as 21h30 de ontem nenhum dirigente da CNBB havia sido encontrado para responder às acusações de Caiado.

O presidente da UDR afirmou que o padre Josimo é um dos responsáveis pela morte de um agricultor chamado Romário, que foi emboscado por um grupo de pistoleiros, e de Sebastião Teixeira, conhecido por Donda, ocorrida em 4 de maio deste ano, em Santa Luzia. "O Sebastião ficou três dias insepulto e sua morte foi vingada pelos irmãos", disse Caiado.

Segundo o presidente da UDR, a CNBB usa como argumento para pressionar o governo federal, as mais de vinte mil comunidades eclesiais de base (Cebs) que mantêm espalhadas por todo território brasileiro. "Queixada fora do bando é comida de onça. Portanto, vamos criar UDRS em todo o país, para que assim a esquerda não venha nos ameaçar", acrescentou Caiado, ao conclamar os ruralistas a se unirem.

O dirigente da UDR afirmou que centenas de cópias dos processos contra o padre Josimo foram distribuídas à imprensa, mas que até agora nenhum veículo as divulgou. "Creio que por força da CNBB, que tem-se mostrado com maiores poderes de censura que o próprio Ministério da Justiça", disse ele. Caiado afirmou que é necessário que os produtores rurais elejam representantes ao Congresso constituinte. "Ou conseguimos eleger políticos que defendam nossos interesses, ou então

S. PAULO

país, diz Caiado

seremos destruídos pela esquerda. Caso isto não aconteça, certamente teremos, na Constituição, um artigo dizendo o seguinte: Cai por terra o direito da propriedade".

Diretoria da UDR

A assembléia que fundou a UDR em nível nacional no sábado passado elegeu a diretoria da entidade, que será composta por cinco órgãos. Os diretoria central é composta por: presidente — Ronaldo Caiado (GO) e Roosevelt Roque dos Santos (SP) Roque Qualigliato (PA) e Udelson Franco (MG) como vices. A diretoria de Ação Administrativa tem Salvador Farina (GO) como presidente e Plínio Junqueira (SP), Ricardo Carneiro Neves (GO), João roberto Justino Ferreira (BA) como vices. A diretoria de Ação Financeira apresenta Jairo Andrade (GO) como presidente e Antonio Flavio de Lima (GO), Luiz Caetano Gotardi (MS) e Hugo Romero Saraiva (MA) como vices. A diretoria de Ação operacional tem Cesmarmoura de Oliveira (PA) como presidente e Constantino Cunha Guimarães (GO), Gilberto Adrien (SP) e Neilton Jacinto de Freitas (MG) como vices. Já a diretoria de Ação Territorial traz Altair Veloso (GO) como presidente e Rubens Jorge Melo (MA), Celio Vilela Andrade (MS) e Amarílio Caiado Fraga Filho (ES) como vices.

Apertando o Cerco

16-7-86

COM dez dias de intervalo, o regime sandinista expulsou da Nicarágua dois dos mais ilustres representantes da Igreja local: o diretor da Rádio Católica, monsenhor Bismarck Carballo, e o bispo Pablo Antonio Vega, vice-presidente da Conferência Episcopal (a CNBB de lá). D Bismarck, que participava em Paris de uma conferência sobre a situação da Nicarágua, disse aos jornalistas que "a Igreja nicaragüense é perseguida pelo Governo sandinista por defender os direitos humanos". Ato contínuo, foi impedido de voltar ao país. D Pablo Antonio, em entrevista coletiva à imprensa internacional, dissera mais ou menos a mesma coisa. Por causa disso, depois de ter sido posto na prisão, foi embarcado num helicóptero e despejado além da fronteira nicaragüense, em território de Honduras.

O Papa João Paulo II, que estava na Colômbia quando ocorreram esses fatos, declarou-se "profundamente entristecido" com eles, por evocarem "épocas sombrias, ainda não muito distantes", mas que considerava superadas. O Celam (Conselho Episcopal da América Latina) também protestou energicamente, acusando o sandinismo de "asfixiar sistematicamente a Igreja da Nicarágua". A CNBB manifestou "profunda estranheza", mas enfraqueceu seu protesto ao dizer que entendia a preocupação do regime com as "agressões externas".

A "agressão externa" é, naturalmente, o argumento do próprio Governo para silenciar toda e qualquer oposição. Mas, no caso da Igreja, há mais que isso. Ao melhor estilo marxista, o regime está em pleno processo de "educação coletiva". Para isto vieram de Cuba dois mil professores — cujo trabalho não é certamente ensinar o Evangelho. O marxismo ortodoxo que se pratica em Cuba e agora na Nicarágua exclui, por definição, outras visões do mundo. Os sacerdotes que fazem parte do Governo sandinista resolveram esse problema colocando a sua religião tão próximo do marxismo que a distinção torna-se quase irrelevante. Chamados a optar entre a fidelidade à Igreja e a atuação "política", romperam com o Vaticano.

Mas a Igreja da Nicarágua não quis abandonar suas convicções. Por causa disso, tem sido alvo de um constrangimento progressivo. Dentro da censura asfixiante que levou ao fechamento de **La Prensa** e da Rádio Católica, sabe-se o que vai acontecer: a opinião pública será moldada, dia após dia, até acreditar que num prelado como D Miguel Obando y Bravo encontra-se um perigoso inimigo da sociedade. Pois o sistema em implantação na Nicarágua exclui a dualidade de opiniões. Este é o sistema que atrai tantas simpatias de correntes "libertadoras" da Igreja no Brasil. Entende-se por que essas correntes, em vez de trabalharem por um aperfeiçoamento da realidade brasileira, empenham-se na sua transmutação "revolucionária".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

16-7-1988

CNBB volta a repudiar as acusações de Tuma

PORTO ALEGRE - Embora de forma indireta, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, voltou a contestar, ontem, as acusações feitas há duas semanas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, de que religiosos estrangeiros estão ingressando no Brasil oficialmente para desenvolver missões pastorais, mas acabam se desviando delas, passando a ter "participação direta na condução dos movimentos dos autodenominados sem-terras"

Cultivar o conhecimento e a valorização da história faz parte da sabedoria de um povo, devendo mesmo dizer-se: "um povo que não recorda o passado não merece viver o presente, nem saberá organizar o futuro", afirmou d. Ivo Lorscheiter, na alocução semanal "Palavra do Pastor", transmitida pela rádio Medianeira, de sua Diocese de Santa Maria (RS). O presidente da CNBB utilizou o programa para destacar a passagem do centenário da chegada ao Brasil, vindos da Itália, dos primeiros padres Palotinos, que realizaram "esplêndidos trabalhos pastorais".

Depois de observar que já naquela época eles foram acolhidos "calorosamente" pela população, d. Ivo frisou: "esses interessantes fatos históricos não nos fazem só homenagear a atual provincia dos padres Palotinos, augurando-lhes muitas bênçãos por ensejo do presente centenário, mas nos leva também a valorizar e admirar a índole missionária da Igreja e do espírito empreendedor dos leigos daqueles tempos. Que essas virtudes floresçam em nós, também hoje."

Anteriormente, no dia seguinte às acusaçoes de Tuma, feitas numa palestra a empresários, em Porto Alegre, o presidente da CNBB já havia feito a defesa das missões de religiosos estrangeiros no Brasil. Sustentara que persiste "a confusão sobre o significado e a abrangência da missão pastoral da Igreja: conscientizar sobre direitos e deveres, falar da reforma agrária como exigência ética, ser solidário com as legítimas aspirações de movimentos como o dos sem terra, faz parte da missão pastoral da Igreja, a qual nunca será deixada de lado".

Dante exalta as declarações do Papa

BRASÍLIA- As palavras de apoio do Papa João Paulo II à reforma agrária no Brasil não deverão estimular novas invasões de terra no País, desde que os agricultores sem-terra confiem numa resposta por parte do governo. Está é a posição do ex-ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Para ele, a visita do Presidente Sarney ao Papa vai refletir num maior estímulo ao programa da reforma. "O Presidente Sarney - disse ele - tem consciência de que ninguém passará para a história hoje sem fazer mudanças estruturais no País."

Ribeiro, que está escrevendo um livro sobre a sua experiência como ministro da Reforma Agrária, segundo ele, com o objetivo de oferecer subsídios à Assembléia Nacional Constituinte, afirmou que a Nova Constituição "deve firmar posição contra o latifúndio e valorizar o módulo rural, empresarial e familiar", pois só assim será possível equacionar os impasses que ocorrem hoje no campo. Ele também considera que a reforma agrária no Brasil, nessa fase de transição política, será feita por "aproximações sucessivas" e uma das etapas foi cumprida com a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária, durante sua administração.

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MOREIRA SALLES

Sem-terras pedem mais onze fazendas

BRASÍLIA - A desapropriação de mais onze fazendas na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, foi pedida ontem ao ministro da Reforma e do desenvolvimento agrário, Dante de Oliveira, pelos representantes dos três acampamentos de trabalhadores montados no município de Teodoro Sampaio e pelo sindicato rural local. As fazendas são as seguintes: Água Amarela, Rosanela, Ponte Branca,, Santa Maria, Nova Veneza, São José, Rancho Grande, Cachoeira do Pontal, Santa Rita de Cássia, Água Nova e Nossa Senhora Aparecida.

O presidente do Sindicato de Teodoro Sampaio, José Ferreira Cruz, afirmou que as desapropriações feitas pelo governo recentemente nessa região só atenderão cerca de 500 de um total de 6000 famílias sem terra que estão cadastradas. Ele disse que o governador Franco Montoro deu esperanças de que novas desapropriações poderão ocorrer na região do Pontal. Junto com o grupo de trabalhadores, esteve com o ministro o arrendátario Antônio Machado dos Santos, que afirmou que os fazendeiros da região do Pontal não querem mais renovar os contratos de arrendamento, como é o seu caso, da Fazenda Santa Rita, onde vive há treze anos.

17 - 7 - 86

Semanário O País Nas bancas

A mensagem de Roma

Neiva Moreira

A Direita não esconde suas frustrações pelos resultados – ao menos os conhecidos – da visita do Presidente da República ao Papa.

Esperava-se que Sarney pedisse ao Vaticano a cabeça dos principais dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos e que o Papa censurasse publicamente a Igreja brasileira por sua posição de vanguarda na defesa de uma sociedade mais justa para o nosso país.

Nada disso ocorreu. O Papa saiu de sua discrição habitual e falou aos jornalistas para enfatizar que "a Reforma Agrária não pode fracassar". E instado a explicar o porquê, João Paulo II foi claro e preciso: "Porque é um problema de justiça social, é um problema do futuro da democracia".

Ao assinalar que a Reforma não pode fracassar, o Papa precisou as responsabilidades do Poder Público e de todos quantos são, de um modo ou doutro, os responsáveis pela eficácia da ação governamental no campo.

Até aí poder-se-ia dizer que o Santo Padre se limitasse a um gesto protocolar, desejando êxito a um projeto prioritário do governo brasileiro.

Mas ao definir a Reforma como "um problema de justiça social", o Papa evocou as razões mais profundas e permanentes do engajamento da Igreja na luta pela libertação do homem do campo. Justificou a posição da CNBB, priorizando a Reforma como meta de salvação nacional e deu uma resposta indireta a todos os que tentam identificar a ação dos Padres em seu favor como uma exacerbação de radicalismos que nada teriam a ver com a ação evangélica.

O Papa definiu a Reforma Agrária como aquilo que realmente é: um problema de justiça social.

Era esperado que a UDR e os meios de comunicação que lhe fazem o jogo procurassem desmerecer ou tergiversar as palavras do Papa. Os latifundiários criticaram mais uma vez a posição da Igreja, "ingerência de fora", e reiteraram seus ataques aos bispos brasileiros. Alguns meios de comunicação insistiram nas suas exegeses procurando identificar como posições marxistas, o apoio decisivo da CNBB à Reforma Agrária.

Atento e bem informado sobre o que se passa no Brasil – a maior comunidade católica do mundo – o Papa foi ao núcleo do nosso problema agrário ao relacionar o futuro da democracia com a sua solução. Para bom entendedor uma palavra basta.

O nosso país jamais poderá ter estabilidade democrática se a situação de milhões de brasileiros "servos da terra" não for equacionada e resolvida.

Enfim, o futuro da democracia brasileira pode estar pendente da Constituinte mas o mesmo só estará assegurado se a Reforma que hoje se anuncia não ficar no papel ou nas declarações formais mas se converter numa legislação eficaz e em atos concretos que a próxima Constituição homologará e poderá redimensionar.

A CNBB nunca esteve só. Tem a seu lado a esmagadora maioria do nosso povo. E conta agora com um decisivo apoio vindo do mais alto nível eclesiástico.

O Papa agora o tornou explícito, o expressou nitidamente para os meios de comunicação do Brasil e em presença do Presidente da República.

Os milhões de camponeses submersos na marginalização econômica e social têm hoje motivos de uma renovada esperança. A mensagem de Roma fortalece o seu ânimo e torna mais vigoroso o apoio que a Igreja dá à mais justa, humana e urgente das reformas em pauta, no nosso país, que é a agrária. Sem ela, mais que a sorte de milhões de brasileiros perseguidos e humilhados, o que está em pauta, na justa visão do Papa, é a causa da justiça social e da democracia no Brasil.

D. Lucas não toma como crítica palavras do Papa sobre o campo

17/7/86

Araújo Neto

Roma — Na qualidade de alguém que conhece o Papa há muito tempo — desde os tempos em que João Paulo II era somente o cardeal Karol Wojtyla e com ele trabalhava no Conselho para os Leigos —, Dom Lucas Moreira Neves aceitou o convite do JORNAL DO BRASIL para comentar a frase e o verdadeiro significado do apoio que o pontífice manifestou à reforma agrária no Brasil, durante a recente audiência concedida ao presidente José Sarney.

Frase e apoio inusitados, considerados sem precedentes na história deste e de outros pontificados, e que por isso mesmo continuam sendo comentados entre os mais experientes vaticanistas de Roma.

Deixando claro que não falaria como secretário de congregação nem como membro da cúria, Dom Lucas Moreira Neves, apontado por todos como o brasileiro que melhor conhece João Paulo II e mais acesso tem a ele, disse:

— Como idéia prévia, gostaria de sublinhar — até porque me foi perguntado por vários jornalistas — que o Santo Padre nunca diz uma frase pelo efeito retórico que ela possa ter. Que nas frases que pronuncia, breve ou longas, poucas ou muitas, há sempre um conteúdo que é altamente positivo. Os jornalistas perguntaram: "Aquela veemência não era de uma acusação ou de uma censura, de uma denúncia profética?"

Se tivesse tido presença de espírito — prossegue Dom Lucas Moreira Neves — teria respondido imediatamente que a veemência do Santo Padre é sempre positiva. Pode conter uma advertência, mas nunca é uma advertência para fechar a conversa, mas para estimular novas conquistas, para novos elementos altamente positivos da matéria que ele está tratando. De modo que não deveríamos nos impressionar com a veemência que ele usa, porque essa não quer dizer acusação nem condenação: quer dizer estímulo.

Baseando-se na versão que lhe foi dada pelos jornalistas e pela leitura dos jornais, sobre a já célebre frase de João Paulo II, depois da audiência ao presidente Sarney ("A reforma agrária no Brasil não pode fracassar, porque ela é, ao mesmo tempo, uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia") — dom Lucas Moreira Neves prossegue sua análise:

— Eu me detenho, antes de tudo, na primeira frase: "A reforma agrária no Brasil não pode fracassar". Tenho a impressão que, nesse momento, o Santo Padre tinha na mente casos de fracassos da reforma agrária. Se ele diz que no Brasil não pode fracassar, é porque sabe que em outros lugares a reforma agrária fracassou — e fracassou gravemente. Diria que houve duas formas de fracasso da reforma agrária: um moral e outro técnico. E muitas vezes os dois tipos de fracasso estiveram ligados. Chamo fracasso moral o que consiste numa reforma agrária que custou milhões de vidas. Nós sabemos que, em determinadas situações, em determinada região da terra, reforma agrária custou milhões de vidas. E essa mesma reforma agrária, que custou milhões de vidas, hoje não se revela eficaz, mesmo do ponto-de-vista t'ecnico. Em outros países da Europa e da América Latina, o fracasso foi, digamos, prático. Reforma agrária foi feita de tal modo que não produziu os efeitos desejados: regrediu, retrocedeu, e nesses países estamos praticamente no ponto inicial. É nesse sentido que o Papa diz: "No Brasil não pode fracassar". Porque, no Brasil, se fracassar, compromete a paz e a justiça social, que são a maior ambição, o maior desejo do povo brasileiro. Eu diria, característica do povo brasileiro, e pode pôr em risco a jovem democracia que n'os estamos vivendo historicamente neste momento. Interpreto assim a palavra do Santo Padre. E não preciso dizer que estou unido profundamente a esse sentimento. Modestamente desejo, rezo, faço votos de que não fracasse essa reforma agrária.

Outra impressão que tenho — continua D Lucas — é a de que a palavra do Santo Padre contém estímulo e contém advertência. O estímulo é para os responsáveis pela reforma agrária — e responsáveis em todos os níveis: governamental, mas também nos níveis da opinião pública, das pessoas envolvidas na questão. É preciso que todos estejam muito convencidos de que essa reforma não pode fracassar e que atuem, de tal modo, que no Brasil a reforma agrária venha a ser um grande sucesso. Neste ponto, há necessidade de muita firmeza, coragem e, ao mesmo tempo, muita sabedoria. Tal como o Santo Padre disse na homilia da missa que celebrou para o presidente Sarney e sua comitiva. Eu diria, por isso, que o grande estimulo é para essas pessoas envolvidas e mais responsaveis.

— A advertência — insiste D. Lucas Moreira Neves — é para pessoas que, de um modo ou de outro, poderiam fazer fracassar a reforma agrária no Brasil. E há vários tipos de pessoas que poderiam contribuir para esse fracasso. Em primeiro lugar, aqueles que, preocupados com seus interesses pessoais e despreocupados do bem-comum, com medo de que a reforma venha a tocar em seu bem-estar, em suas riquezas e em seus interesses pessoais fazem de tudo para que ela não se realize. E infelizmente, como está demonstrado, recorrem à própria força e à própria violência. Em segundo lugar, creio que podem fazer fracassar a reforma agrária aqueles que fazem dela uma questão mais de ideologia do que de justiça social — e, de alguma forma, querem instrumentalizar a reforma agrária em função ideológica, seja de partidos, correntes ou grupos mais ou menos vastos. Há muito perigo de que a reforma agrária venha a ser uma projeção de ideologias políticas de pessoas ou de grupos. Uma reforma agrária impregnada de ideologia, que não vise o bem-comum, a dignidade das pessoas, a justiça e a paz, fracassará certamente.

A terceira ameaça que D. Lucas Moreira Neves identifica para a reforma agrária no Brasil é representada pelos que pretendem transformá-la numa simples distribuição de terras.

— Porque uma reforma agrária que fosse somente dar metros ou hectares de terra a pessoas que não têm, corre o risco de encontrar essas pessoas despreparadas, que essas mesmas pessoas, amanhã, venham a vender ou devolver as terras ao antigo patrão, justamente porque não estavam preparadas para recebê-las e tratá-las.

Outros tipos de inimigos potenciais do sucesso da reforma agrária no Brasil, D. Lucas Moreira Neves aponta nos que a desejam de maneira muito veleitária ou nos que a quiserem de afogadilho. Reforma veleitária, em sua opinião, seria aquela sem tempo marcado, sem programa, sem projetos. Como a reforma de afogadilho, seria a feita a toque de caixa, despreparada e confusa.

A importância que D. Lucas atribui a uma sábia preparação da reforma agrária, leva-o a afirmar: "Penso que será certamente destinada ao fracasso a reforma agrária que não for acompanhada de alguns pressupostos ou de algumas providências colaterais. Para que não seja mera distribuição de terras, entre os pressupostos e providências mais importantes citaria três ou quatro. A questão da cultura: É necessário que o camponês que venha a ser proprietário de seu pedaço de terra — o que pode ser considerado um direito de sua pessoa e de sua família humana — tenha um mínimo de cultura, que não é erudição, mas uma cultura referente à sua condição e ao trabalho que vai executar. Cultura de agricultor para um novo desafio. Infelizmente, nós sabemos que isso falta no Brasil. Há uma urgente necessidade de preparação não só de projetos de reforma, mas do homem que vai ser sujeito da reforma agrária. Essa é, para mim, a primeira condição. E por essa necessidade de cultura, entendo ainda a necessidade de alfabetização, de higiene, o preparo do homem para saber o que ele vai fazer com a terra. Para que não venha a vendê-la, devolvê-la ou torná-la mais improdutiva do que era.

— A questão dos implementos. Não acredito numa reforma agrária que, depois de distribuir a terra, não tenha pensado também em distribuir implementos agrários. Instrumentos que não podem e não devem ser os do Brasil dos tempos da escravidão — mas instrumentos modernos, aptos para uma verdadeira cultura da terra.

Ele destaca a questão dos subsídios: "diria que, ao menos por um certo tempo, a reforma agrária deve prever uma assistência social aos camponeses que vierem a tornar-se proprietários. Uma reforma social no sentido da saúde, da instrução, da continuada preparação do homem para a sua nova condição e para que o camponês, até hoje pobre, ignorante, escravo, que venha a ser possuidor de uma terra, não caia

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MOREIRA SALLES

novamente no defeito do qual a reforma agrária quer nos tirar. O defeito da terra como propriedade única do seu possuidor e não como benefício social. Se não quisermos cair nisso, é preciso que haja uma assistência, ao menos por um longo tempo, até que novas gerações venham a utilizar perfeitamente essa terra.

Uma última convicção de D. Lucas Moreira Neves é a de que a reforma agrária, como tudo no Brasil, não pode ser feita contra a ordem e a paz social. Deve se fazer segundo um programa que tenha o consenso de todos. Para ser eficaz e benéfica, particularmente no contexto brasileiro, a Reforma agrária tem que ser pacífica.

Despedindo-se dos dois jornalistas brasileiros que o ouviram, D. Lucas Moreira Neves recorda que não pretendeu falar como um técnico ou como um grande conhecedor do problema da terra. "Como bispo, entendo que não cabe a mim e não cabe à Igreja definir quais são as questões técnicas, os modos técnicos da atuação de uma reforma agrária. Tudo isso depende de outras instâncias. Falei até agora na minha posição de bispo, referindo-me unicamente ao aspecto ético, ao aspecto social da reforma agrária, com desejo de que ela, para responderá doutrina social da Igreja, seja despreendida de tudo aquilo que possa ser fermento ou germe de fracasso.

Uma última certeza que D. Lucas Moreira Neves exprime é a de que suas palavras não se afastam minimamente do pensamento do Santo Padre:

— Não tive ocasião de falar com ele, mas, conhecendo seus pronunciamentos em outras ocasiões, quero conservar a certeza de que meus sentimentos correspondem perfeitamente àqueles que ele sempre manifestou — termina D. Lucas Moreira Neves, mineiro de São João Del Rey, velho amigo e admirador de Tancredo Neves, e que há menos de 10 dias, em Roma, pôde conhecer e incluir no elenco de suas amizades o presidente José Sarney, maranhense que tem muito de mineiro.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Congressistas lançam moção de apoio a CNBB

18-7-86 OSP

No terceiro dia do congresso foi aprovado uma moção de apoio a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em vista dos ataques sofridos por estas por parte de alguns meios de comunicação. A moção foi de iniciativa de um grupo de congressistas que depois submeteu-a ao plenário. Em seguida a sua íntegra:

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À CNBB

Nós, os 4.300 Educadores representando todos os Estados e Territórios do Brasil, reunidos no XII Congresso Nacional da Associação de Educação Católica (Brasília, 07 a 11 de julho de 1986) acompanhando o modo como certos Meios de Comunicação Social manipulam notícias e informações sobre a Igreja e sua atuação pastoral, sentimo-nos no dever de vir a público expressar nossa posição:

— Repudiamos a maneira superficial tendenciosa e ofensiva com que são apresentadas a vocação e missão da Igreja. Estarrece-nos a ignorância ou o desvirtuamento proposital de alguns Meios de Comunicação Social ao falar da Igreja. Exemplos típicos são reportagens e artigos publicados recentemente sobre a Igreja e sua ação pastoral em relação à Reforma Agrária, à Constituinte, à Educação, ao Menor, à Demarcação das terras Indígenas.

— Reconhecemos que há grupos interessados no poder e na manutenção dos atuais privilégios, usando os Meios de Comunicação Social para desviar a atenção dos verdadeiros problemas da nossa sociedade. Nesse processo é visível o interesse em criar falsa imagem do papel da Igreja, colocando-a como uma força na disputa do poder com o Estado.

— Apresentamos incondicional solidariedade aos nossos pastores, representados pela atual presidência da CNBB: Dom Ivo Lorscheiter, Dom Benedito Ulhoa Vieira, Dom Luciano Mendes de Almeida. Esta solidariedade estende-se, sobretudo, à opção pastoral da CNBB revelada em seus documentos, pronunciamentos e atitudes.

Como membros desta mesma Igreja, reconhecemos e entendemos os limites e diferenças existentes em seu seio interior, enriquecimento e estímulo na caminhada histórica da construção do Reino de Deus.

— Apoiamos jornalistas, comunicadores e Meios de Comunicação que lutam contra todas as formas de falsificar, deformar e manipular a informação.

— Expressamos aos nossos Bispos a convicção de que a linha escolhida de ação pastoral, comprometida com o povo pobre, é o caminho da Igreja no autêntico seguimento de Cristo e atitude verdadeiramente patriótica de ajudar na construção da nação brasileira, livre, justa, democrática e solidária.

Brasília-DF, 9 de julho de 1986

CNBB prega nova fase nas relações com o Governo

RUBENS ZAIDAN

RIBEIRÃO PRETO, SP — O Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, que passou três dias pregando num retiro espiritual no município de Barretos, para cerca de 100 padres da região de Ribeirão Preto, a convite do Bispo da Diocese, Dom Antônio Maria Mucciolo, contou aqui que em sua recente visita ao Papa entregou a João Paulo II relatório completo sobre os conflitos agrários no Brasil e fotos de padres assassinados. Entre as fotos, as do Padre Ezequiel Ramin, assassinado a 24 de julho do ano passado, e do Padre Josimo Morais Tavares, assassinado dia 12 de maio. Quando, entretanto, Dom Luciano marcou sua viagem para Roma, completa o Secretário-Geral, a viagem do Presidente Sarney seguer tinha sido cogitada ainda.

Dom Luciano acha que a Igreja tem de dar o exemplo doando suas terras disponíveis, ainda que elas representem apenas cinco centésimos por cento (0,05%) da área nacional cultivada.

— O senhor esteve no Vaticano antes da visita do Presidente José Sarney. O Papa se informou sobre a situação brasileira nesse encontro?

— O encontro no Vaticano se deu porque eu estava convocado para uma reunião de Secretários de Conferências Episcopais em Paris e também para um encontro dos superintendentes europeus da Unicef, que tratava do problema do menor de rua, com interesse para um relatório sobre a situação na América Latina. Minha viagem já estava marcada quando soube da intenção do Sr. Presidente de estar com o Santo Padre. Passando por Roma para os contatos com as congregações, pedi também audiência ao Papa. Tratei de três assuntos: agradecer, em primeiro lugar, oficialmente a carta por ele enviada ao episcopado do Brasil, em conclusão das visitas ad limina realizadas durante 14 meses, em 1985 e 1986, entregando ao Santo Padre, em nome de Dom Ivo, o livro contendo as 16 alocuções do Santo Padre durante esse período. Falei também ao Papa sobre o resultado de nossa assembléia-geral, lembrando a importância para nós da reforma agrária, da Constituinte e também de uma ação missionária profundamente católica, com a presença de missionários de outros países. Finalmente, pedi a bênção do Santo Padre para os eventos maiores pastorais do mês de julho: o encontro dos membros da Associação de Educação Católica aqui no Brasil, que está se verificando agora, nestes dias; a assembléia-geral da Conferência dos Religiosos do Brasil; o 6º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base e a 1ª Semana Nacional de catequese, dando-lhe uma breve informação sobre esses encontros e também sobre a Campanha da Fraternidade de 1987, que será sobre o menor. Quanto à reforma agrária, dei ao Santo Padre alguns relatórios sobre os conflitos no campo. E, em especial dando as fotografias do Padre Ezequiel Ramin, assassinado há um ano, e do Padre Josimo, assassinado a 12 de maio deste ano. O Santo Padre conhecia o fato e guardou os relatórios e as fotografias.

Dom Luciano

— Recentemente o senhor propôs uma "nova fase" nas relações entre Igreja e Estado. O que significa isso?

Trata-se da necessidade de acelerar a reforma agrária numa ação inteligente e eficaz, para que os acampados que são cada vez mais numerosos não fiquem nessa situação aflitiva, aguardando as decisões indefinidamente. Que as ações sejam operacionalizadas para evitar espera desnecessária, pois os acampamentos são muito numerosos. Estamos entrando numa fase de muito frio, o que torna essa espera sofrida. O Plano Nacional de Reforma Agrária é modesto, lento. Se ainda assim houver falta de cumprimento dos prazos, pode trazer desconforto e desesperança aos que aguardam desapropriação.

— O Ministro Dante de Oliveira está afinado com a Igreja?

— Se o atual Ministro levar à frente o plano proposto, com a aceleração da meta, e contiver realmente essas resistências, para que possa executar tudo o que está programado, estará recebendo não só o apoio mas também o aplauso da Igreja. Por outro lado, se houver atrasos, com o sacrifício já grande do povo, caberá à sociedade — e também à Igreja — lembrar o dever de uma pronta aplicação da reforma agrária.

— O que fazer para evitar a violência?

— O importante é saber como obter a colaboração de todos para evitar a violência ao acionar a reforma agrária, deixando a situação extrema para um caso excepcional e indesejado. Se não se conseguir isso, entende-se que a questão da sobrevivência, particularmente quando há perseguição, do tipo das de jagunços, ou ações de grileiros com destruição de roças e casas, faculta à pessoa a legítima defesa de sua vida.

O problema deveria, antes, ser realmente equacionado, para que não se desse tal caso. É aí que entra o esforço de uma ação governamental bem conduzida, integrada, para acelerar a melhoria das condições de vida e afastar tudo aquilo que leve à violência. Isto é, executar a reforma agrária na paz, mas também na eficácia.

— Com relação à doação de terras da Igreja, como agir?

— É certo que a Igreja deve dar exemplo. E agir. Deve se preocupar em ajudar as pessoas a fazer horta comunitária, granjas, escolas profissionais, atendimento à pobreza local e também em ceder áreas para planos e projetos de assentamento. Em segundo lugar, feito o cadastramento dessas terras, a Igreja verificou que tem disponibilidade de 179 mil hectares. No Brasil, tal área não é significativa, quando se verifica que os 20 maiores proprietários detêm 20 milhões de hectares. Portan-

to, em relação aos latifundios por extensão, as terras da Igreja representam 0,05% da área nacional cultivada. O que significa, finalmente, que, se toda a área disponível da Igreja for aplicada em reforma agrária, teremos apenas uma demonstração simbólica do que deve ser feito. Mas a demanda requer aproximadamente 40 milhões de hectares, para os quatro primeiros anos.

— O que acha da UDR?

— Nada impede que haja organização reunindo os membros de uma determinada classe, de uma determinada área, mas não deixa de causar preocupação o fato de que os empresários rurais, consolidando a sua colaboração numa entidade, tenham como finalidade a promoção dos próprios produtores rurais, num momento em que se requer a contribuição da inteligência, dos recursos dessa classe, pelo bem daqueles que mais precisam dessa promoção. Vejo na organização da UDR uma instância que deveria prestar sua colaboração seja para aplicação da reforma agrária, seja prioritariamente para promoção dos lavradores que precisam desse apoio para conseguir terra, trabalho, produção, escoamento de seus produtos. É o momento de todas as forças se voltarem para, integradas, buscarem o bem comum, começando pelas classes desfavorecidas, e não que se reúnam para promover os seus direitos, por exemplo, para garantir a presença na Constituinte de quem defenda esses direitos. Creio que a própria concórdia e a promoção social requerem uma dimensão de maior abertura e colaboração solidária e fraterna, especialmente pelo bem das classes desfavorecidas.

— A Constituinte é encarada pela CNBB como um dos itens de grande importância juntamente com a reforma agrária. Como o senhor vê as campanhas eleitorais?

— É necessário voltar a atenção para a influência negativa que pode ter o poder econômico sobre as eleições. O modo de fazer a propaganda, de envolver a população, pode impedir a livre escolha e o livre discernimento. Esse ponto tem sido tratado em várias oportunidades, e a própria CNBB entende que é preciso chegar a uma Constituinte que seja representativa de todas as aspirações do nosso povo, e que não seja formada por aqueles que têm o poder econômico para se eleger. É preciso dar prioridade à Constituinte, não deixando que ela seja superada pelas campanhas aos Governos de Estados. É evidente a importância de um Governo de Estado, mas, na conjuntura atual, a elaboração da lei magna do País deveria ter total prioridade.

Dom Avelar defende reforma agrária como forma de reduzir a violência

PEDRO FORMIGLI

SALVADOR — Preocupado com o crescimento da violência, sobretudo na área rural, o Cardeal Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, afirma que a posição da Igreja em relação à reforma agrária é um fator de concórdia e de harmonia nacional. Nesta entrevista ao GLOBO, ele sugere a criação de uma justiça agrária "mais ágil e rápida na visão dos problemas e na execução das pvidências", propõe uma grande campanha nacional contra a violência e diz que a reforma agrária "não deve ser feita pela UDR, nem pelo trabalhador rural, nem pela comissão pastoral da terra, nem por partidos políticos, nem facções ideológicas, mas pelo Governo".

— Como o senhor explica o fenômeno do recrudescimento da violência, sobretudo no campo?

— O fenômeno da violência convive e sempre conviveu com o homem, infelizmente, porque embora ele tenha uma tendência fundamental para o bem, traz consigo também inclinações malignas, digamos assim. E essas inclinações malignas crescem, entumecem, sobretudo estimuladas por determinados fatores externos e internos.

O senhor está convencido de que o crescimento da violência na área rural está estreitamente vinculado ao desenvolvimento do Plano Nacional de Reforma Agrária?

— Nós temos uma estrutura agrária obsoleta, e enquanto quase todos os países do mundo já resolveram fazer sua reforma agrária, o Brasil acha que isso é intocável. Várias tentativas foram feitas, no passado, infrutiferamente, e desde que o atual Governo lançou seu projeto, sua intenção de fazer uma reforma agrária, estamos vivendo esses altos e baixos que se manifestam de várias maneiras, situação que tem se agravado ultimamente, projetando-se através de fenômenos terríveis de violência. O Governo estabelece um projeto e muitos rejeitam. A partir da rejeição do projeto há um mal-estar, uma grande inquietação e depois surgem atitudes que não são adequadas nem justas porque elas não querem saber do diálogo, querem se impor pela força. É o que estamos vendo com aqueles que reagem contra o projeto de reforma agrária. Há também, às vezes, uma ou outra pessoa que pode querer precipitar a reforma, mas isso se pode conter de uma maneira bem mais simples. Porém, o problema mais grave é exatamente este: o homem pobre, o posseiro, aquele que há longo tempo habita o chão e de um momento para outro é convidado a sair do seu "habitat".

A partir daí surgem problemas graves, ele vem aumentar a crise na cidade grande e tudo isso torna o problema da violência preocupante para o governo e para a sociedade inteira.

— Como vê o surgimento e o crescimento da UDR no País?

— Em princípio, acho que todas as categorias podem ter suas representações, seus sindicatos, suas organizações. Até aí, tudo normal. As coisas começam a ficar difíceis quando as pessoas passam a se reunir não apenas para defender seus legítimos direitos, mas para querer impor um ponto de vista contra o direito dos outros. Quanto aos nossos irmãos fazendeiros, nota-se que eles, não aceitando a reforma agrária, passaram também a reagir contra o projeto do Governo e a dar outras interpretações sobre a reforma. E eu vejo isso com preocupação, pela maneira como agem. Isto é perigoso. Acho que se deve ter espírito de diálogo. Deve-se sentar à mesa com representantes do Governo, da Igreja, dos trabalhadores rurais, ter o ânimo aberto, o coração desprevenido, e assim não se alimenta qualquer tipo de violência.

— A agilização na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária iria diminuir ou poderia agravar o clima de violência que hoje existe no campo?

— Eu acho que ajudaria a criar um clima favorável. Quero dizer, se o Governo definir bem o que é a reforma agrária, definir bem os parâmetros dessa reforma, estabelecer a metodologia de ação, definir as etapas, mostrar os objetivos e assegurar o processo em suas mãos, porque a reforma não pode ser feita nem por UDR, nem por trabalhador rural, nem por CPT, nem por partidos políticos, nem por facções ideológicas. A reforma agrária deve ser conduzida pelo Governo, e na medida em que o Governo, definindo bem esses critérios, leva adiante a reforma, sem precipitá-la, mas executando-a com firmeza e segurança, isto só pode ajudar a diminuir as possibilidades de violência.

Dom Avelar

— As medidas até agora adotadas pelo Governo para enfrentar o problema da violência são suficientes?

— Ainda não. Mas o Governo está preocupado com o assunto, e tanto é assim que o Ministério da Justiça convocou pessoas representativas de vários segmentos da sociedade, inclusive representantes da Igreja, para a organização de um grupo de trabalho contra a violência. Eu mesmo fui convidado. No campo, entre aquelas coisas que têm concorrido para aumentar a violência está o que se pode classificar de impunidade, que é uma coisa trágica, porque funciona como estímulo a novos atos violentos. Isto não pode acontecer, não deve acontecer. Se aquele que comete um crime é logo identificado e chamado a responder e a pagar pelo seu crime, os outros já ficam receosos de querer repetir qualquer procedimento criminoso, porque sabem que serão castigados.

— De que forma a Igreja pode contribuir efetivamente para o fim da violência ou a redução de seus índices, sobretudo no campo?

— Eu sugeri que se fizesse uma grande campanha através dos meios de comunicação social, com algumas mensagens muito claras, muito sérias, muito bem definidas, e que elas pudessem percorrer o Brasil inteiro, para que assim se fosse criando uma nova mentalidade e houvesse um processo de conscientização global. Este seria um dos aspectos. O segundo é que todas as instituições de natureza religiosa, de natureza cultural, de natureza educacional, se preocupassem com o problema.

> *"Queriam lançar uma campanha difamatória contra a Igreja, mas a borrasca está passando"*
> DOM AVELAR, Primaz do Brasil

—Há duas semanas o senhor afirmou, inigmaticamente, que seu "radar" pressentia "sinais de borrasca no ar". Isso pode ser melhor explicado agora?

— Eu estava sentindo que havia muitos sinais, e parece que não me anganei, porque tem havido uma série de atitudes dignas de muita reflexão. Alguns grupos começaram a ver na Igreja uma espécie de instrumento de forma negativa dentro do Brasil, sobretudo no que tange a reforma agrária. E houve ataques, muito sérios, às vezes confundindo atitudes de um organismo ou de uma pessoa, que podem estar relacionados com a Igreja; e a partir daí se faz um ataque coletivo à Igreja. Tudo, então, poderia acontecer contra sacerdotes, contra bispos e contra a própria Nação. Percebi que estava havendo alguns sinais de borrasca e dei aquele aviso. Agora, acredito que a borrasca está passando porque vem o diálogo, vêm também as explicações, e a reflexão, e as pessoas vão compreendendo que a Igreja é um fator de paz e justiça, é um fator de concórdia, de harmonia nacional, ao querer que não haja esta extraordinária concentração de bens nas mãos de poucos, contra a pobreza de tantos e tantos dos nossos irmãos. Isto é uma intenção fundamentalmente pacífica, aquela de pregar a paz com a Justiça. Esta é a doutrina social da Igreja, é a doutrina de João Paulo II.

D. Hélder explica radicalismo: 'Igreja é santa e pecadora'

MARCOS CIRANO

RECIFE — "Quem acompanhou pela televisão o recentíssimo encontro entre o Santo Padre e o Presidente do Brasil pôde sentir como os dois, com a mesma convicção, falaram sobre reforma agrária, dentro do mesmo espírito e quase com as mesmas palavras". Com essa declaração, Dom Helder Câmara, Arcebispo emérito de Olinda e Recife, fundamenta sua opinião de que não existem grandes divergências entre o Governo e Igreja quando o assunto é reforma agrária.

Dom Helder, que em agosto iniciará uma peregrinação pelo País para debater a Constituinte, não n ega que, em determinados momentos, "há posiç-oes isoladas de radicalização". Mas acrescenta que, da forma como vem atuando no Brasil, o que a Igreja faz, no caso da reforma agrária, é uma tentativa de "ajudar a superar o escândalo anticristão de milh-oes de brasileiros em situação de miséria e de fome". O Arcebispo defende uma reforma agrária "sem violência e sem ódio" e sugere "um exame sereno" do tema.

— Como deve ser feita reforma agrária?

— Para entender-se a necessidade e a urgência de uma autêntica reforma agrária em nosso País, há dados que precisamos manter vivos diante da consciência de todos nós. Há, para quem tem fé, um dado divino: a Bíblia ensina que Deus criou a terra como um dom para todos. E há uma estatística oficial, da maior gravidade: apenas 8 por cento da nossa população são donos da terra, neste Brasil, de dimensão quase continental. Isto quer dizer que 92 por cento de brasileiros não têm terra sua onde viver e onde trabalhar.

— E a que nos leva estes dados?

— É evidente que esta situação ou encontra uma solução justa e urgente ou vai acabar mal. Então, por que não aproveitar uma hora em que se pode chegar a uma reforma agrária sem ódio e sem violência? É claro que não basta entregar um pedaço de terra, sem a complementação indispensável para que esta terra se torne válida para quem a recebe, para sua família, para o meio em que mora. Ora, como esquecer que as N aç-oes Unidas proclamam que mais de dois terços da humanidade se acham em condiç-oes infra-humana de miséria e de fome?

— O plano do Presidente Sarney representa uma boa proposta para o momento político que o País vive?

— Em vez de ficarmos discutindo sobre uma reforma agrária possível e outra desejável, em vez de ficarmos discutindo se é válido ou não o plano do Governo, seria preferível divulgar, o mais possível, dados sobre a realidade do nosso País. Provavelmente, diante de estatísticas oficiais, das quais lembramos um começo de começo, se sinta a necessidade de falar não só em reforma agrária possível e outra desejável, mas também em reforma agrária necessária.

— O senhor poderia citar algumas dessas estatísticas?

— O censo de 1980 informa que "de 1970 a 1980, 400 mil pequenas propriedades foram engolidas no Brasil". Por outro lado, o cadastro de imóveis do Incra nos diz q ue 141 superfazendas têm sete vezes mais terra do que 880 mil propriedades juntas. Em 1978 — e estes também são dados oficiais do Incra — havia, em nosso País, 14 milh-oes e 900 mil hectares de terra não-aproveitados.

— Q uais os fatores que têm inibido as tentativas de implantação da reforma agrária?

— É muito fácil entender e aprovar a reforma agrária quando não se tem terra. Quanto mais terra se possui, e terra não trabalhada, e terra a ser dividida, mais facilmente a própria expressão "reforma de terra" se torna emocional, parece injusta, parece provocação, parece invasão e roubo. Quando, de lado a lado, as posiç-oes se extremam, o clima se torna tenso e desaparece a possibilidade de um exame sereno de um tema complexo, mas necessário e urgente.

— Atitudes indiretas e isoladas de alguns padres podem estar levando à radicalização no processo de reforma agrária?

— A própria Igreja reconhece, sempre mais, que é santa e pecadora. Santa, no seu fundador Jesus Cristo e no espírito de Deus que a conduz. Pecadora porque entregue à nossa fraqueza humana, de padres, bispos e do próprio Papa. Mesmo que a paixão cegue, a história reconhecerá que a CNBB está agindo dentro do pleno espírito evangélico e do ensinamento tradicional de sua doutrina social. Invas-oes? Se a terra foi criada por Deus para todos e 92 por cento não têm terra, os grandes senhores de terra ganharão em evitar o nome de invasão. Quando a Igreja ensina que em situaç-oes extremas, como situaç-oes infra-humanas, os bens se tornem comuns, não há dúvida alguma: é ensinamento claro da moral cristã. Se continuar a absurda situação que está evidente a olhos que queiram ver, amanhã poderá haver a tentação de achar que Deus é pai de quem tem tudo e que, dos pobres, Deus é padrasto.

Dom Hélder

— Antes de viajar para Roma, o Presidente Sarney convocou o senhor para um encontro reservado em Brasília?

— Quando duas pessoas se encontram e não surge um comunicado firmado pelos dois, nenhum dos dois está autorizado a contar o que se passou entre os dois.

— As divergências entre Governo e Igreja na quest ao da reforma agrária são realmente grandes?

— Quem acompanhou pela televisão o recentíssimo encontro entre o Santo Padre e o Presidente do Brasil pôde sentir como os dois, com a mesma convicção, falaram sobre reforma agrária dentro do mesmo espírito e quase com as mesmas palavras.

— O senhor vai fazer uma campanha nacional para ajudar o povo a entender os objetivos e a importância da Constituinte. Poderia fazer uma prévia do que será essa campanha?

— Creio que o GLOBO, com essa entrevista, já me ofereceu a oportunidade de dar uma prévia do espírito que animará, com a graça divina, a rodada da Constituinte. Sobretudo insisto em lembrar que não se trata de levar ao povo um "pacote" sobre a Constituinte e a Constituição.

Quem quiser que se iluda, o povo está muito mais vivo e alerta do que muitos imaginam.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB reúne-se para definir postura diante das eleições

27/3/86 FSP

Da Sucursal de Brasília

Os 25 bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) iniciaram ontem a sua primeira reunião do ano (a outra será em novembro), tendo como principal preocupação definir uma postura para a Igreja atuar no processo eleitoral do Congresso constituinte. A Igreja não pretende indicar claramente candidatos às pessoas, mas sim definir critérios que o auxiliem a votar em candidatos comprometidos com a solução dos problemas sociais.

Segundo o bispo de Vitória da Conquista (BA), d. Celso Pinto da Silva, 53, o principal critério a ser considerdo é o passado do candidato. Segundo ele, de nada adianta os candidatos se dizerem hoje católicos, religiosos, se no passado eles estavam comprometidos com os privilégios, com os grupos de opressão ou com o poder econômico.

Ainda conforme d. Celso, a eleição para governador é o que está mais preocupando a classe política brasileira. Para ele, embora o Congresso constituinte seja o fato político mais importante, a grande massa da população não conseguiu se sensibilizar diante da questão.

O arcebispo de Curitiba, d. Pedro Fedalto, 60, afirmou que o povo está cobrando da Igreja a indicação clara de nomes. Para ele, este fato é uma demonstração da imaturidade política da sociedade. Considerando que a posição da Igreja é de não indicar nomes, d. Fedalto acredita que os grupos de reflexão das comunidades eclesiais de base irão auxiliar os eleitores a descobrir os candidatos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

D. Avelar fica no grupo antiviolência

28/8/86

Salvador — O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, cardeal Avelar Brandão Vilela, que receberá hoje em audiência no Palácio Arquiepiscopal do Campo Grande o ministro da Justiça, Paulo Brossard, comunicou ontem sua decisão de continuar colaborando com a comissão antiviolência, por considerar que o grupo de alto nível formado pelo Ministério da Justiça "está se conduzindo com seriedade e trabalhando devidamente, não só na teoria como na prática".

Segundo D Avelar, o grupo que vem se reunindo periodicamente na capital federal (ele participou de duas das três reuniões realizadas até agora) está examinando medidas que podem ser sugeridas para aplicação a curto, médio e longo prazo, além de ações de emergência para enfrentar o problema. A curto prazo, o primaz do Brasil informou que, entre outras medidas, será feito um trabalho de conscientização nas escolas das redes estaduais de ensino de todo o país, "visando despertar os jovens para a urgência e a importância de preservar a paz e conter a violência".

O cardeal primaz do Brasil confirmou a visita ao Palácio do Campo Grande, às 9h30min de hoje, do ministro Paulo Brossard, que veio à Bahia participar das comemorações pela passagem do centenário de nascimento de Octavio Mangabeira. A arquidiocese não revelou, entretanto, se a questão da violência está entre os temas que serão discutidos entre o ministro e o cardeal.

D Avelar Brandão Vilela disse que algumas medidas emergenciais de combate à violência podem ser levadas a efeito de imediato, sem previsão orçamentária, a exemplo da conscientização dos jovens nas escolas, que em princípio exige apenas um trabalho integrado com o Ministério da Educação.

A médio prazo, porém, o arcebispo primaz do Brasil voltou a insistir na necessidade de se enfrentar o problema do menor abandonado: "É necessário que haja uma reformulação completa de todos os organismos, pois a criança carente merece uma atenção especial do governo", sugeriu D Avelar.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRRJ

CNBB faz perfil do que acha ser bom candidato

Brasília — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento estabelecendo critérios a partir dos quais "os eleitores saberão como votar nos melhores candidatos à Constituinte". O conselho permanente da CNBB, que reuniu 24 bispos em Brasília, constatou "a importância de se identificar os candidatos merecedores da confiança das comunidades e do voto do eleitor cristão".

Na visão dos bispos, de acordo com o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheider, o candidato ideal não pode assumir compromissos com quaisquer grupos privilegiados, social ou economicamente; não deve fazer investimentos exorbitantes em sua campanha, e deve ser filiado a partidos compromissados com os postulados fixados pelo conselho permanente, que esteve reunido desde terça-feira até ontem, na sede da CNBB.

Esses postulados prevêem quatro aspectos (político, social, econômico e cultural) extraídos de um documento intitulado "Por Uma Nova Ordem Constitucional", que os bispos elaboraram na 24ª assembléia-geral da CNBB, realizada em Itaici, São Paulo. A CNBB deseja que o candidato "aceite como princípio fundamental que o estado seja uma instância subordinada ao controle da sociedade, em vista do bem comum".

No aspecto político, a CNBB sugere ainda que, para o candidato merecer o voto, deve comprometer-se a lutar pela criação de uma "democracia política e economicamente participativa, que leve o povo a ser o sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento e lhe dê instrumentos efetivos de participação nas decisões de interesse coletivo".

No campo social, pelos critérios da CNBB, o candidato que defender, em praça pública, o aborto, a eutanásia, a esterilização, o controle artificial da natalidade, o genocídio, a tortura "e toda forma permanente de miséria", não poderá sequer ser lembrado pelo povo como um representante seu na Constituinte.

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB faz perfil do que acha ser bom candidato

Brasília — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento estabelecendo critérios a partir dos quais "os eleitores saberão como votar nos melhores candidatos à Constituinte". O conselho permanente da CNBB, que reuniu 24 bispos em Brasília, constatou "a importância de se identificar os candidatos merecedores da confiança das comunidades e do voto do eleitor cristão".

Na visão dos bispos, de acordo com o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheider, o candidato ideal não pode assumir compromissos com quaisquer grupos privilegiados, social ou economicamente; não deve fazer investimentos exorbitantes em sua campanha, e deve ser filiado a partidos compromissados com os postulados fixados pelo conselho permanente, que esteve reunido desde terça-feira até ontem, na sede da CNBB.

Esses postulados prevêem quatro aspectos (político, social, econômico e cultural) extraídos de um documento intitulado "Por Uma Nova Ordem Constitucional", que os bispos elaboraram na 24ª assembléia-geral da CNBB, realizada em Itaici, São Paulo. A CNBB deseja que o candidato "aceite como princípio fundamental que o estado seja uma instância subordinada ao controle da sociedade, em vista do bem comum".

No aspecto político, a CNBB sugere ainda que, para o candidato merecer o voto, deve comprometer-se a lutar pela criação de uma "democracia política e economicamente participativa, que leve o povo a ser o sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento e lhe dê instrumentos efetivos de participação nas decisões de interesse coletivo".

No campo social, pelos critérios da CNBB, o candidato que defender, em praça pública, o aborto, a eutanásia, a esterilização, o controle artificial da natalidade, o genocídio, a tortura "e toda forma permanente de miséria", não poderá sequer ser lembrado pelo povo como um representante seu na Constituinte.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

VS 08.09.86

Dom Boaventura ataca esquerda

Dom Boaventura Kloppenburg, empossado ontem à noite como novo bispo da diocese de Novo Hamburgo, reafirma suas idéias contrárias à Teologia da Libertação em artigo publicado sexta-feira pelo Jornal do Brasil, discutindo as aventuras de quatro religiosos que resolveram visitar a ilha de Fidel.

"Como hóspedes privilegiados do Governo, puderam admirar durante nove dias o socialismo real de Cuba. E extasiaram-se diante das realizações do Comandante. Acabo de ler a extensa "Carta Teológica sobre Cuba" que um deles publicou na Revista Eclesiástica Brasileira para explicar "como um teólogo da libertação vê Cuba" relata o novo bispo do Vale do Sinos. O artigo publicado pelo visitante contava que no país de Fidel Castro existem os sinais do Reino de Deus pois "não se veêm mendigos nas ruas e nem crianças engraxando sapatos; não há gente desempregada nem cortiços nem favelas; não há prostituição nem alcoolismo e o regime revolucionário não maltratou ninguém". Dom Kloppenburg, analisando o texto, denominou o religioso de "deslumbrado pela ilha assim como André Luiz por "Nosso Lar" de Chico Xavier. Para a declaração de um dos visitantes de que "a presença da Igreja é fraca porém a do Reino parece forte" essa foi a resposta do novo bispo: "Esta constatação revela uma teoria cada vez mais comum entre os arraiais cristãos da libertação socialista, a dissociação entre a Igreja de Cristo e o Reino de Deus". Um dos "turistas eclesiásticos" era frei Betto, criticado por Kloppenburg por achar que cristãos e marxistas "têm mais em comum do que supõe nossa vã filosofia". Para ele isto é uma heresia, e aponta este como um dos muitos erros da Teologia da Libertação denunciados pela Santa Sé. "Que aproveitará o homem se ganhar o mundo inteiro, mas perder sua alma?" lembra o novo bispo da região do rio Sinos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR BRASIL

REGIONAL CENTRO OESTE - C. N. B. B.
Edifício Dom Abel Rua 19 N.º 35, (Fundos)
Caixa Postal, 304 - Fone (062) 223-1854
74.000 - Goiânia - Go.

Face a não publicação deste texto pela imprensa, por motivos que desconhecemos entregâmo-lo ao público através deste folheto, para a informação que é do seu direito.

NOTA AO PÚBLICO

Bispos do Regional Centro Oeste da CNBB, tendo tomado conhecimento da sistemática e reiterada publicação nestas últimas semanas, pelo **Jornal o Estado de São Paulo** e outros, de matéria caluniosa e infamante contra pessoas e instituições da Igreja, na Diocese de Tocantinópolis, região do Bico do Papagaio, vimos de público manifestar a nossa posição com relação a estas vítimas do sectarismo de tais órgãos da Imprensa.

Sobre o Padre Josimo o referido Jornal persiste, ainda depois dele morto, em apontá-lo como o responsável pelos conflitos daquela região. Para isto tem arrolado, através de seus repórteres, a fala dos inimigos daquele sacerdote, os fazendeiros da UDR, as autoridades jurídicas, como o juiz e a promotora de Itaguatins.

Mas o Jornal omite tendenciosamente a palavra da massa de lavradores e posseiros, homens e mulheres daquela região, que reconhecem no Pe. Josimo o verdadeiro defensor deles todos e por cuja causa morreu. Omite também, ou oculta a leitura mais comesinha a respeito da verdadeira autoria da violência por motivo de terra e que não está obviamente nos pobres posseiros e oprimidos, mas sim nos ricos fazendeiros e opressores, com a conivência dos poderes constituídos.

Com referência à Comissão Pastoral da Terra do regional Araguaia-Tocantins a mesma Imprensa levanta acusações imprecisas e genéricas com o visível intúito de confundir a opinião pública, uma vez que não encontra outro crime nesta organização eclesial além do fato dela apoiar clara e decididamente os pobres e marginalizados da terra.

Da nossa parte queremos afirmar que vemos na Comissão Pastoral da Terra um instrumento providencial, adequado e oportuno da Igreja de hoje colocada a serviço de toda uma imensa multidão de camponeses sem terra, com sérios problemas de sobrevivência. Sem esta ajuda eles poderiam não ter outro caminho a não ser o do desespero que a ninguém beneficiaria, muito menos a eles que são a parcela mais frágil da nossa sociedade.

A respeito das Irmãs Beatriz Kruch, Maria Madalena Hauser e Nicole Combes, que aquela grande Imprensa cinicamente confunde com pessoas de São Paulo, vagamente tidas por "missionárias", porém de identidade pouco esclarecida, confusão esta facciosamente respaldada pelas infundadas suspeitas do próprio titular do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, queremos simplesmente dizer o seguinte: Conhecemos muito bem e de longa data estas Irmãs. E as reconhecemos como legítimas agentes de pastoral inteiramente dedicadas à Igreja e à Comunidade. Mais ainda, juntamente com o pessoal mais sofrido a que elas servem, vemos nelas a expressão concreta das religiosas destes novos tempos da Igreja, consagradas a Deus e ao povo. São testemunhas da Boa Nova do Evangelho através do despojamento de suas vidas e da total disponibilidade de si próprias em favor de todos, especialmente dos mais pobres.

Finalmente esperamos que estes nossos irmãos e irmãs ainda vivos, porém marcados por esta perseguição veiculada pela grande Imprensa, não desanimem nem vacilem no seu trabalho. Pelo contrário, sintam-se por isto mesmo mais identificados com o Cristo Jesus posto como sinal de contradição. E exortamos nossas Comunidades, por elas e por eles servidas, que, solidária e fraternalmente, lhes dêem apoio que ora lhes damos em nome do Senhor.

Goiânia, 19 de setembro de 1986.

† Antônio Ribeiro de Oliveira
Arcebispo da Arquidiocese de Goiânia-Go.

† José Carlos de Oliveira C.SS.R.
Bispo de Rubiataba e Presidente do Regional Centro-Oeste — CNBB

† Aloísio Hilário de Pinho
Bispo de Tocantinópolis-Go.

† Celso Pereira de Almeida, O.P.
Bispo de Porto Nacional-Go.

† Jaime Collins, C.SS.R.
Bispo de Miracema do Norte-Go.

† Pedro Casaldáliga, C.M.F.
Bispo de São Félix do Araguaia-MT

† Tomás Balduino, O.P.
Bispo de Goiás-Go.

CEDIC CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

O SÃO PAULO

A soberania de um país não se assegura pelos canhões

Uma triste constatação chocou profundamente aqueles que, na quinta-feira, 25, participaram de uma coletiva à imprensa convocada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs para o anúncio do Dia Nacional de Manifestação, Meditação e Oração pela Paz, que acontecerá no dia 26 de outubro próximo. Quase que simultaneamente às celebrações desse dia, quando fiéis das mais diversas confissões religiosas estarão clamando e orando pela Paz, estará se realizando em São José dos Campos uma exposição de armamentos fabricados em nosso País. Com um orgulho cínico que envergonha qualquer um que tenha um pouco de sensibilidade, não faltam aqueles que proclamam alto e bom som que o nosso País alcança, ano após ano, os primeiros postos na indústria da morte.

Transcrevemos aqui as palavras de Dom Ivo Lorscheiter ao ser questionado sobre este paradoxo. Elas resumem muito bem o espírito que deve animar a todos que sonham uma paz verdadeira para o nosso País e para o mundo. Ouçamos Dom Ivo:

"Aqui está uma das teclas que nós brasileiros não podemos deixar de tocar com toda coragem. Nós somos brasileiros. Nós amamos também um País soberano. Agora nós queremos dizer também a todo o mundo que nós cremos que a soberania de um País se assegure pelos tanques, pelos aviões, pelos canhões. A segurança e a soberania devem construir-se de outra maneira. E por isso também não achamos correto que se queira produzir uma economia construída sobre produção e exportação de armas. Por isto mesmo as propostas de nossa Igreja para a Constituição são muito severas nesse ponto, onde se pede que se revise profundamente esse capítulo".

Não podia ser mais claro o Presidente da CNBB. Quem deseja realmente uma paz autêntica baseada na justiça e na solidariedade, não pode ver sem preocupação o avanço e a sofisticação das armas de guerra. As palavras de Dom Ivo completam-se com o que, sobre o mesmo assunto e na mesma ocasião, disse o Rabino Henry Sobel, da comunidade Israelita.

"A paz não virá por obra e graça de um líder, nem mesmo por providência divina. A paz virá somente quando cada um se conscientizar de sua responsabilidade individual perante a sociedade em que ele vive. O maior paradoxo de todos os paradoxos hoje em dia, é que é mais fácil conquistar a distância do que a proximidade. Há uma tecnologia. Nós conseguimos ir longe, mas ainda não aprendemos a chegar perto para tocar o coração do homem. Nós gostaríamos, através dessa grande manifestação de solidariedade, do dia 26 de outubro, de inverter o processo. Gostaríamos de chegar muito mais perto um do outro para podermos reavaliar a situação de hoje e principalmente o rumo para o futuro. Condenamos energicamente a corrida armamentista".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

8/10/86

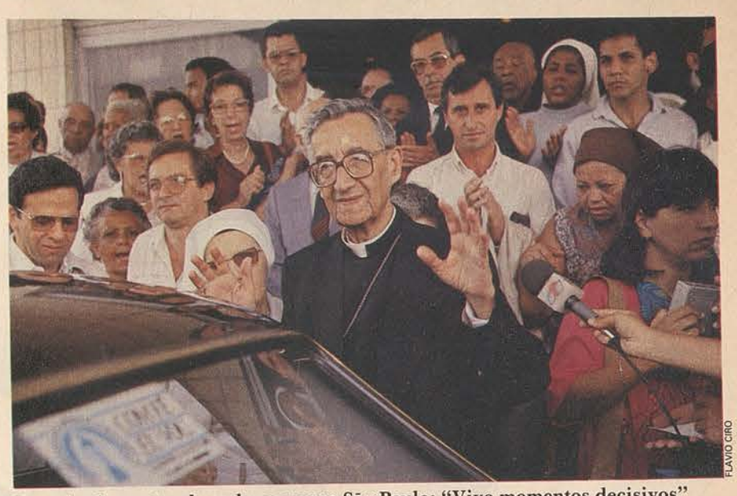
Lição de força

Dom Avelar avisa aos fiéis que está com câncer

O cardeal dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, ganhou fama de ser um prelado de decisões morosas, sobretudo quando colocado diante de problemas delicados. Na segunda-feira da semana passada, ele mostrou que essa fama se devia apenas a uma característica de seu estilo político e que, quando necessário, vai direto ao alvo. Dom Avelar expediu um comunicado oficial de pouco mais de 100 palavras em que informava estar sofrendo de câncer no estômago. ''Quanto a meu estado de saúde, cumpro o doloroso dever de anunciar aos baianos e aos brasileiros que (...) o processo inflamatório infiltrativo (...) de que sou portador, segundo biópsia já consumada, não é de natureza benigna'', disse o cardeal. Os católicos de Salvador, que o têm à frente da arquidiocese local desde 1971 e ficaram bastante consternados com a notícia, fazem duas associações históricas ao gesto de coragem e de franqueza demonstrado por dom Avelar.

A primeira é com o papa João XXIII, que também teve câncer no estômago e revelou a natureza de sua doença assim que ela foi diagnosticada, meses antes de morrer. A outra, com um irmão do cardeal, o falecido senador alagoano Teotônio Vilela. Em 1983, Teotônio convocou a cúpula de seu partido, o PMDB, para informar seus companheiros sobre o motivo que o levara a desistir de tentar a reeleição para o Senado. "Meus amigos, estou com um bichinho danado no pulmão'', disse ele referindo-se ao câncer, que logo se alastrou para o cérebro e o fígado, matando-o um ano e meio mais tarde.

CASO CLÁSSICO — Entre as doenças dos dois irmãos, porém, há uma diferença crucial. Enquanto o mal de Teotônio pôde ser diagnosticado numa etapa em que ele ainda tinha forças para prosseguir na sua peregrinação pela redemocratização do país, Avelar só descobriu a natureza de sua doença quando ela já se achava avançada. Exatamente por isso o câncer do estômago é considerado uma das modalidades mais traiçoeiras dessa doença: avança de modo veloz e no começo pode passar despercebido ao paciente. Mesmo quando diagnosticado no início, sua taxa de mortalidade é alta: de 80% a 90%.



FLAVIO CIRO

Dom Avelar, antes de embarcar para São Paulo: "Vivo momentos decisivos"

Dom Avelar protagoniza um caso clássico da doença. Há seis meses ele vinha se queixando aos assessores de desânimo e falta de apetite, mas não conseguia definir com precisão o que sentia. Quando começou a sentir dor é que foi procurar o médico. Na última semana de setembro, internou-se no Hospital Monte Tabor, de Salvador, e foi submetido a exames de ultra-sonografia, tomografia computadorizada do abdômen, radiografia do tórax, endoscopia digestiva, além de coleta de material para biópsia. Diagnóstico: o tumor havia se alastrado para os gânglios linfáticos locais e órgãos vizinhos, além de atingir o pulmão.

O tratamento ideal no câncer do estômago é a extirpação cirúrgica parcial ou total do órgão, mas na quarta-feira da semana passada, quando o cardeal deu entrada no Instituto do Coração, de São Paulo, a fim de ser submetido a novos exames pela equipe do cirurgião Silvano Raia, a medicina tinha pouca coisa a fazer por ele — além de submetê-lo a sessões de quimioterapia destinadas a assegurar-lhe uma sobrevida maior. ''Estou muito cansado'', declarou dom Avelar, com voz fraca, na missa celebrada pela manhã na sua casa, em Salvador, antes de viajar para São Paulo. ''Vivo momentos decisivos.''

Dom Avelar Brandão Vilela, que está com 74 anos e perdeu 15 quilos em apenas um mês, também afirmou sua disposição de aceitar ''com esperança e confiança mas também com extrema humildade a vontade de Deus''. Palavras como essas ele repetiu inúmeras vezes nos últimos dias para confortar auxiliares, parentes, amigos e fiéis que o visitavam. Quando perguntado de onde tirava tanta serenidade para enfrentar o câncer, ele respondia: ''Tenho aplicado a mim mesmo aquilo que sempre procurei aplicar às pessoas que passaram pela mesma situação — a coragem interior''. Antes de embarcar para São Paulo, o cardeal se despediu dos fiéis com uma lição de vida: ''A vida vale a pena ser vivida, apesar de tantos obstáculos e provações''. ●

João XXIII: deu o exemplo

LUIGI MAMPRIM

Teotônio: também revelou

Mulheres no Sínodo dos Bispos?

São Paulo (AGEN) — Que o assunto da mulher na Igreja e na sociedade seja colocado na pauta do Sínodo dos Bispos de 1987. Esta é uma das reivindicações da campanha internacional lançada a partir de proposta do Centro de Pastoral da Comunicação — Pacom —, sediado em Santo André, São Paulo.

O tema do Sínodo dos Bispos de 87 é "Vocação e Missão dos leigos na Igreja e no mundo, vinte anos depois do Concílio Vaticano II". O documento preparatório ao encontro, denominado "Lineamenta", afirma em seu n.o 16 que não há discriminação em Cristo e na Igreja. "Mas nenhuma palavra sobre a situação da mulher na Igreja e na sociedade", lamenta José Lourenço Pechtol, do Pacom, "nem no texto, nem nas perguntas propostas. Este problema está completamente ausente no documento".

Dessa forma, o Pacom elaborou a proposta, de que todos os grupos interessados no problema (grupos da Igreja e da sociedade, católicos e não-católicos, grupos de mulheres, homens e jovens) escrevessem ao bispo local, ou a um outro bispo católico da sua região, uma carta a ser enviada ao Secretariado do Sínodo, com estes pedidos ou sugestões: a inclusão do item participação da mulher na Igreja e na sociedade na pauta do Sínodo; que antes do Sínodo seja feita uma ampla consulta às mulheres a respeito do assunto; que seja criada uma comissão própria, para recolher e ordenar os resultados da pesquisa; que o Sínodo tenha a participação de uma delegação de mulheres, para discutir a problemática.

O primeiro documento de preparação ao Sínodo foi publicado em 85. O segundo está sendo preparado para outubro de 86. Os "Lineamenta", observa Pechtol, visam a uma ampla consulta aos leigos. Neste sentido, entende que os documentos devem ser estudados em grupo, e enviadas aos bispos as constatações e sugestões, como já estão fazendo os leigos de diversas dioceses.

10-10-86

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Dom Luciano afirma que Plano Cruzado beneficia o jovem

10/10/86 OESP

Matuite Mayezo – 30.06.86

Dom Luciano, secretário-geral da CNBB

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem em Brasília que "seria difícil fazer uma avaliação mais ampla da relação Plano Cruzado e o menor", mas que "pelo aumento da oportunidade de trabalho ele trouxe benefício para a criança pobre, que tem como uma das causas da sua situação de desnutrição, a dificuldade para os pais encontrarem emprego".

Segundo dom Luciano, a partir do plano de estabilização econômica, em algumas áreas, particularmente São Paulo, voltou a haver oferta de emprego.

O bispo comentou também sobre o projeto da Associação Comercial de São Paulo, entregue ao Ministério do Trabalho, propondo que do salário pago ao menor metade seja destinada à entidade que o assiste. Segundo ele, "pensar que uma associação como esta quer dar atenção especial à criança é muito positivo", mas "lembro que é preciso ponderar muito bem a proporção do trabalho na vida da criança".

Trabalho precoce

Para dom Luciano, o trabalho não pode ser introduzido precocemente na vida do menor "impedindo que ele tenha o direito de ser criança". Para ele, é necessário ponderar e proporcionar a ela "educação, saúde e lazer e evidentemente também o trabalho, que em muitos casos tem uma função pedagógica". Dom Luciano afirmou que para resolver o problema do menor abandonado é necessário investir mais na promoção de empregos para os pais e na política habitacional.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – UFRJ

Evangelho e mundo

18/10/86

Dom Eugênio de Araújo Sales

"ESTA é uma idéia que vem do céu." Eis a reação do Papa Pio XI à proposta que lhe foi feita para oficializar, na Igreja, um Dia Mundial das Missões. No século passado, surgiu na Igreja um novo sopro de renovação para levar a mensagem salvífica aos mais longínquos recantos da Terra. Para isso, Deus se utilizou de uma leiga, Paulina Jaricot, cujos 125 anos de morte coincidirão com a realização do próximo Sínodo dos Bispos, cujo tema é: **Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo.**

Comemoramos o 60º aniversário dessa iniciativa, confiada pela Santa Sé às Obras Missionárias Pontifícias e celebrada no terceiro domingo de outubro. Este ano, a mensagem do Sumo Pontífice dirige-se no sentido de **uma Evangelização Renovada para a Igreja do Terceiro Milênio.**

A finalidade dessa campanha é "dar ao Povo de Deus consciência da necessidade de pedir, promover e sustentar as vocações missionárias e, ainda, de fazer avultar a obrigação de cooperar, espiritual e materialmente, na causa missionária da Igreja" (**Mensagem do Santo Padre,** nº 2).

A missão fundamental confiada por Cristo aos seus discípulos é o anúncio explícito de Jesus a todos os povos. Às vésperas do novo milênio, o Santo Padre convida a uma cruzada em favor da evangelização. Ele frisa o aspecto catequético e a co-responsabilidade de cada diocese no empenho de fazer o Redentor conhecido e amado no universo inteiro. Eis suas palavras, na mensagem para esta data: "O Dia Mundial das Missões pode e deve ser, na vida de cada uma das Igrejas particulares, ocasião para pôr em prática a pastoral de uma catequese permanente, de clara dimensão missionária, propondo a cada um dos batizados e às comunidades cristãs um programa de vida: evangelizada e evangelizadora" (nº 2).

Diante de um mundo dividido, sofrendo terrivelmente com o rescaldo da última grande guerra, o Papa Pio XII descobre na atividade missionária um grande meio de servir à humanidade enferma. Ele vê nos que pregam o Evangelho em regiões tão distantes, que deixam sua pátria para levar a outras nações o conhecimento do Salvador, "mensageiros da bondade humana e cristã e a todos exortam à fraternidade e compreensão mútuas, capazes de superar conflitos dos povos e as fronteiras das nações" (**Evangelii Praecones,** nº 2, com data de 2 de junho de 1951).

Muito diverso da intenção de Jesus é propor primordialmente como trabalho missionário a mudança de estruturas econômico-sociais injustas. A atividade religiosa autêntica, na perspectiva correta, não se confunde com a de caráter temporal. Transcende os valores terrenos, embora os incorpore e os postule.

As diretrizes do trabalho missionário autêntico estão contidas na encíclica **Maximum Illud**, de Bento XV, publicada em 20 de novembro de 1919: a oração, as vocações e a esmola.

Como se trata do plano divino, a prece pela dilatação do reino de Deus ocupa lugar prioritário. Nesse campo, todos podem participar; ninguém está dispensado. E à medida que rezamos em favor dos que lutam pela expansão das fronteiras também internas, pela recristianização dos que retornaram ao paganismo, aumenta em nós o amor por esta obra de extraordinária importância. Devemos nos sentir como soldados em uma guerra. Há funções diversas, mas uma só é a causa sagrada, a conversão de todos os indivíduos. Sempre atuais as palavras de São Paulo (**Rm** 10,14): "Como poderiam ouvir sem pregador?"

Faltam obreiros para tarefa tão agigantada. Quem recebeu o chamado, atendendo-o, não apenas obedece a Deus, mas espera dos que ficam na retaguarda toda cooperação espiritual e material.

Lembro que Puebla abre grandes horizontes quando diz (nº 368): "Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas paticulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, **ad gentes**. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza."

E nós, brasileiros, somos 643 em terras de missão. Em 26 de julho passado, tive a alegria de entregar solenemente a cruz missionária a três religiosas que hoje, em Angola, trabalham pelo Evangelho.

A terceira diretriz é a contribuição material, financeira. A finalidade principal da missão católica é anunciar, mostrar Cristo. Não adianta ver Jesus "carpinteiro e filho de carpinteiro": é preciso que alguém diga, para que a evangelização seja anúncio: "Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo" (Mt 16,16). Não somos uma agência de desenvolvimento econômico, político, social. Contudo, muitas vezes, é através das obras de caridade que a mensagem penetra o coração dos homens. Então, salta aos olhos o estrito dever dos católicos, de oferecer o suporte material à imensa rede de atendimento promocional, espalhada em tantas partes do mundo; garantir a subsistência dos missionários que, em nome da comunidade eclesial, difundem a boa nova. Trata-se de saldar um compromisso resultante de nossa Fé; um ato de obediência decorrente do cumprimento de uma ordem do Redentor: "Ide e anunciai" (Mt 28,19). Para que isso se concretize, urge proporcionar esse substrato e suporte indispensáveis.

Neste Dia Mundial, ao falar de algo tão essencial à Igreja, deve ser apresentado o verdadeiro perfil do missionário e das missões. Preservemos a sua autenticidade e a ela dediquemos, com entusiasmo, nossos esforços. A causa do Evangelho merece todos os sacrifícios.

Dom Eugênio de Araújo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UERJ

Sucessão de d. Ivo na CNBB já tem três candidatos

18/11/86 Folha

Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, 62, o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, 62, e o atual secretário-geral e bispo auxiliar de São Paulo, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, são os nomes mais cotados, até agora, para a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), nas eleições para a sucessão de d. Ivo Lorscheiter, marcadas para a assembléia geral do episcopado brasileiro em abril de 1987, em Itaici (município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo). Com 370 bispos, a CNBB é a maior conferência episcopal do Terceiro Mundo e a terceira mais numerosa do mundo católico, depois da italiana e na norte-americana.

Está "correndo por fora", nos debates internos do episcopado para as eleições, o arcebispo de São Luís (MA), d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, 55. Para a secretaria geral da conferência, o nome mais cotado, até agora, é o de outro bispo auxiliar de São Paulo, d. Antônio Celso Queiroz, 53, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, onde também já atuou como subsecretário.

Tendências

A tendência geral no episcopado brasileiro é a de apoiar uma posição política (mesmo no âmbito interno da Igreja) de caráter centrista. Essa postura é majoritária e descarta, em princípio, a eleição de um nome considerado "conservador", como o do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, ou de um bispo considerado "progressista", como d. Tomás Balduíno. Se prevalecer o voto em favor de bispos já experientes na administração da CNBB, a tendência eleitoral favoreceria d. Aloisio ou d. Luciano. O arcebispo de Belo Horizonte, d. Serafim Fernandes, estaria sendo apoiado pelas correntes tidas como "conservadoras" no episcopado.

Se prevalecer, contudo, a tendência —relativamente forte— de renovar a direção da entidade, o mais cotado, no momento, seria d. Paulo Ponte. De qualquer modo, as discussões sobre a sucessão na CNBB continuam dentro da mais tradicional discreção dos bispos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Acontece

20-10-86 FdS

REZA - O Presidente Sarney e sua família, assim como pessoas que trabalham no Palácio da Alvorada, poderão ser vistos na televisão e ouvidos através do rádio, ao meio-dia do dia 27, rezando a oração de São Francisco, na capela da residência oficial da Presidência da República. Isso vai acontecer durante os três minutos em que todo o país será convocado para orar pela paz, no dia nacional de manifestação, meditação e oração pela paz, promovido pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

Ontem, às 18h uma equipe da Radiobrás fez as gravações do Presidente Sarney, na capela do Alvorada, que será transmitida em cadeia, no dia 27, com outras imagens, como crianças e comunidades religiosas. O pedido para gravação do presidente foi feito por dom Ivo Lorscheiter, presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Esta semana começarão as chamadas na televisão para os minutos pela paz, com objetivo de reunir os brasileiros durante a oração de São Francisco. As gravações serão feitas pela Radiobrás e as chamadas utilizarão o horário gratuito da Presidência da República.

• **ACUSAÇÕES** - Na reta final da campanha, os dois principais candidatos ao governo de Minas - Itamar Franco, MDP, e Newton Cardoso, do PMDB, deixam as mineirices de lado e partem para uma pesada troca de acusações, nos palanques e no horário gratuito da TV. Ontem eles se encontraram pela segunda vez frente às câmeras, num debate promovido à noite pela TV-Manchete-Minas, tentando ganhar os votos de 50% dos eleitores, que até agora não mostraram quem será o escolhido.

Abalada profundamente pela adesão do líder do PMDB no governo e na Câmara, Pimenta da Veiga, seguido por peemedebistas de destaque, a Itamar Franco, a campanha de Newton Cardoso descambou para críticas pesadas, fugindo da discrição e do alto nível comuns aos mineiros. As principais lideranças do partido tentaram durante toda a semana, no horário gratuito, vincular o nome de Itamar ao PFL e aos militares.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

DE S. PAULO 23/11/86

D. Avelar terá alta, mas estado ainda é grave

Da Reportagem Local

Apesar de continuar em estado grave, o cardeal-primaz do Brasil e arcebispo de Salvador (BA), d. Avelar Brandão Vilela, 74, terá alta amanhã, após ter concluído, no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas de São Paulo, a primeira fase do tratamento a que foi submetido pela equipe do médico Silvano Raia. Ele será transferido para uma casa religiosa da Arquidiocese de São Paulo, onde receberá atenção médica permanente. É o que informou ontem, às 14h, o serviço de relações públicas do Hospital das Clínicas, acrescentando que o arcebispo "apresenta-se animado, em bom estado geral e se alimenta bem". O próprio d. Avelar havia revelado há três semanas, em Salvador e no último dia 1º, já em São Paulo, quando foi internado no Incor, que tinha um câncer no estomago.

Ao contrário do que a **Folha** publicou anteontem, no "Painel" e ontem, na página 6, o cardeal não esteve na UTI do Incor. Ele ocupa a suíte 824, no oitavo andar do Instituto do Coração, situada nas proximidades da UTI, conhecida como "unidade coronariana". Recebe visitas diárias, principalmente do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e está acompanhado por sua irmã Estela, pela religiosa irmã Joanete e pelo seu secretário particular, padre Tadeu.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

CNBB quer projeto discutido no Congresso

5/11/86 FSP

Do correspondente em Manaus e da Sucursal de Porto Alegre

O presidente da Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Moacyr Grecchi, bispo da prelazia Purus-Juruá (AM), disse ontem, durante a reunião ordinária do órgão, em **Manaus** (AM), que a CNBB vai propor que o "Projeto Calha Norte" seja submetido ao Congresso e discutido amplamente antes de ser executado. Segundo o bispo, a discussão sobre o projeto não estava na pauta da reunião, iniciada ontem, "mas nós decidimos incluí-lo e amanhã (hoje) divulgaremos um documento sobre o assunto".

Dizendo desconhecer a íntegra do projeto, d. Moacyr afirmou apenas que "representa a mentalidade que foi mantida durante vinte anos de regime militar: a mentalidade de o governo fazer as coisas sozinho, sem consultar ninguem".

O superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Amazonas e o Território de Roraima, Sebastião Amâncio da Costa, 43, disse ontem, em Manaus, que o órgão está "participando da execução do 'Projeto Calha Norte'." Segundo ele, a Funai regional já recebeu dez milhões de cruzados da Secretaria de Planejamento da Presidência, através do Ministério do Interior, para instalar 21 novos postos indígenas no Amazonas e em Roraima, "que irão cobrir uma área de trinta milhões de hectares e atingirão diretamente cinquenta mil índios. Mas esta é apenas a primeira parcela para cobrir os custos do trabalho. Temos ainda que receber outras duas (ambas de dez milhões de cruzados)".

Amâncio afirmou que o projeto "irá beneficiar as comunidades indígenas, pois visa também a educação, a saúde e o desenvolvimento sócio-econômico regional" e que "o importante, agora, é que a Funai e o Exército estabeleçam, em conjunto, critérios para que se ocupe as áreas ainda habitadas por dios primitivos (entre eles os ia mami)".

Cimi

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brand, 37, disse ontem em **Porto Alegre** (RS) que a entidade entrará com ações na Justiça contra o Poder Público para garantir a permanência das tribos indígenas nas regiões abrangidas pelo "Projeto Calha Norte". Segundo ele, já há uma ação na Procuradoria Geral da República tentando anular um acordo feito entre os índios baniva e a empresa Gold Amazon, para a exploração de minérios no alto Rio Negro, no qual a Funai teria sido a intermediária.

Segundo Brand, "vão aparecer mais ações contra o Poder Público", porque a Igreja quer defender a demarcação das terras indígenas na área. "Não somos contra o projeto, mas defendemos o direito das populações indígenas continuarem onde estão", afirmou. Para ele, o governo não tem interesse em demarcar terras indígenas na região, "a exemplo do que aconteceu em outros projetos, como o Pólo Noroeste e Carajás".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

12-11-87

D.Luciano apresenta lista de candidatos à Constituinte

Da Reportagem Local

Uma lista de três candidatos ao Senado e oito a deputados federais constituintes está sendo distribuída na região episcopal Belém, zona leste de São Paulo, com apresentação do bispo local e secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d.Luciano Mendes de Almeida, como "mero subsídio para que os eleitores melhor decidam na escolha dos nomes a serem votados" no próximo sábado. A lista começou a ser divulgada há um mês nas paróquias, comunidades de base e movimentos pastorais do Belém. Foi preparada pelo "Grupo Pró-Participação Popular na Constituinte", depois de ter realizado encontros com os candidatos.

Sem indicar qualquer nome para o governo paulista —por se limitar às candidaturas para o Congresso constituinte—, a lista sugere que os eleitores escolham, para o Senado, entre Hélio Bicudo e Jacó Bittar, do PT, e Mário Covas, do PMDB. Para deputado federal, são indicados os nomes de Eduardo Jorge, Fermino Fecchio, Irma Passoni, Luiz Eduardo Greenhalgh, Plínio de Arruda Sampaio e Waldemar Rossi, petistas, e Flávio Bierrenbach e Marta Godinho, peemedebistas.

Critérios

O texto da região episcopal Belém —que integra a Arquidiocese de São Paulo— é acompanhado da declaração do Conselho Permanente da CNBB, divulgada em 29 de agosto passado, em Brasília, apontando seis critérios para que um candidato receba o voto dos católicos: "Tenha um passado honesto, incorrupto, não bastando, portanto, um discurso religioso e uma retórica popular; apresente testemunho de vida coerente com os valores cristãos e humanos fundamentais; tenha, também, uma prática social e política seriamente comprometida com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posiçoes ideológicas incompatíveis com a fé cristã; não assuma compromissos com quaisquer grupos privilegiados social ou economicamente; não tenha feito investimentos exorbitantes na campanha e seja filiado a partidos comprometidos com esses princípios."

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MOREIRA SALLES

CNBB vai falar sobre Constituinte e o Plano Cruzado

Da Reportagem Local

16-11-86 FSP

Uma "nota à nação" sobre o acompanhamento crítico dos trabalhos do Congresso constituinte e sobre a preocupação da Igreja quanto ao impacto social do reajuste do Plano Cruzado —sobretudo quanto ao aumento do desemprego— será divulgada em Brasília, na próxima sexta-feira, pelo Conselho Permanente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no final da reunião plenária que começa hoje, às 9h, na sede da entidade. Ontem à tarde, estiveram reunidos os bispos que integram a presidência da CNBB (d. Ivo Lorscheiter, presidente; d.Benedito Ulhoa Vieira, vice-presidente e d.Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral) e os membros da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) —formada por oito arcebispos e bispos— detalhando a pauta a ser cumprida a partir de hoje.

Além da preparação de um "lobby" para atuar durante o Congresso constituinte —que terá a colaboração de outras igrejas brasileiras— a CNBB discutirá a reforma do Cruzado, o "Projeto Calha Norte" (de ampliação da presença militar e sócio-econômica do governo na Amazônia), a assembléia do episcopado, de 22 de abril a 1º de maio de 1987, em Itaici (SP), que terá caráter eletivo, o orçamento da conferência para o próximo ano, a visita do Papa ao Cone Sul —talvez com uma escala no Brasil— em abril próximo, além da Campanha da Fraternidade 1987 sobre a questão do menor.

No último fim de semana, esteve reunida em Brasília, na sede da CNBB, a Comissão Episcopal de Doutrina, da Conferência Episcopal, presidida pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, preparando subsídios para a participação da Igreja do Brasil no Sínodo Mundial dos Bispos, em outubro de 1987, no Vaticano, sobre "a missão do leigo na Igreja e no mundo". Esta Comissão discutiu, também, critérios para a liberação de livros de católicos, conforme as normas do Código de Direito Canônico.

Para visitarem a CNBB, chegaram ontem à tarde a Brasília o bispo de Manzini, Suazilândia (África Meridional), d. Louis Ncamiso, religiosos e leigos da África do Sul. Eles proporão um acordo entre as igrejas brasileira e sul-africana contra o apartheid —o regime racista sul-africano. Amanhã à noite, chegarão a Brasília o presidente da Conferência Episcopal da França, d. Jean Vilnet e o secretário-geral da entidade, pe. Raymond Michel. Retribuem visita de d. Ivo Lorscheiter à França, em maio de 1982. No próximo sábado, d. Jean Vilnet virá a São Paulo.

(Dermi Azevedo)

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

21/11/86 FSP

CNBB vai debater eleições e Constituinte

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizará uma reunião em Brasília, entre os dias 24 e 28 próximos, para fazer um balanço das eleições, estabelecer o acompanhamento do Congresso constituinte e analisar o possível impacto do "Projeto Calha Norte" —de ampliação da presença militar e sócio-econômica do governo federal na Amazônia— sobre as populações indígenas do norte do país. O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, coordenará o encontro, do qual participarão, além da presidência da entidade, os membros do Conselho Permanente da conferência episcopal.

Predomina na cúpula do episcopado católico brasileiro a opinião de que a eleição dos deputados e senadores constituintes foi prejudicada pela campanha para os governos estaduais, aumentando a necessidade da fiscalização, pela sociedade civil, dos trabalhos do Congresso constituinte, a ser instalado a 1º de fevereiro do próximo ano.

Quanto ao "Projeto Calha Norte", a análise dos bispos será feita através de informações do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e deverão revelar a preocupação da Igreja com o impacto do projeto governamental sobre a cultura e as terras dos índios que vivem na fronteira norte do país. A maioria do episcopado entende que o governo tem o direito e o dever de defender as fronteiras nacionais, sem que isto seja feito às custas de uma possível destruição dos índios.

Outras reuniões

O último ciclo de reuniões da CNBB este ano começará hoje, em Brasília, com a reunião da CED (Comissão Episcopal de Doutrina).

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRRJ

28/11/86 Folha

CEBs e pastorais querem que leigos participem do Sínodo dos Bispos

Da Reportagem Local

As sessenta mil Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais da Igreja Católica no Brasil, das quais participam majoritariamente leigos, estão se mobilizando para ampliar a participação do laicato brasileiro e latino-americano no Sínodo Mundial dos Bispos, em outubro de 1987, no Vaticano, sobre "A missão do leigo na Igreja e no mundo". O esforço prioritário dos dirigentes da CEBs e das pastorais —como a da Terra e a Operária— está voltado para garantir uma presença ampla de leigos no Sínodo, impedindo que se repita o que ocorreu no Sínodo do ano passado, sobre os vinte anos do Concílio Vaticano 2º, em que o laicato do Brasil esteve representado por Tibor Sulik (assessor do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales), que também representou, entre os auditores sinodais, a Central Latino-Americana dos Trabalhadores (Clat), com sede em Caracas, Venezuela, de orientação democrata-cristã.

Outra preocupação das CEBs e das pastorais mais ligadas aos meios populares é a de que, no Sínodo de 1987, não haja predominância, entre os convidados, de representantes de organizações como a "Opus Dei" —única diocese no mundo católico diretamente ligada ao papa— e de movimentos considerados conservadores como "Comunhão e Libertação", "Neocatecumenato" e "Renovação Carismática Católica."

Apoio da CNBB

Se depender da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a participação dos leigos no Sínodo dos Bispos será a mais ampla e pluralista possível, reunindo a representação do laicato brasileiro mais significativa, dentro da ação pastoral da Igreja no Brasil. Os subsídios para os bispos brasileiros que irão ao Sínodo (e que serão escolhidos em abril do próximo ano, na assembléia do episcopado) já estão sendo preparados, com a colaboração de teólogos e leigos.

Em outros países da América Latina e da América do Norte (sobretudo no Canadá), grupos de leigos mobilizam-se para tentar ampliar o poder do Sínodo, tornando-o não somente consultivo —como sempre foi desde sua criação, por iniciativa do papa Paulo 6º, apoiando-se em sugestão do Concílio Vaticano 2º—, mas também deliberativo. A idéia básica desses grupos é a de que o Sínodo deve ser de todos os segmentos da Igreja, e não somente dos bispos.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – UFRJ

Funaro defende perante a CNBB que menor remessa ajudaria o país

29/11/86 Fsp

Da Sucursal de Brasília
e da Reportagem Local

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem que reduzir de 5% para 2-2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) a remessa de divisas para o pagamento dos serviços da dívida externa seria uma boa alternativa para ajudar no crescimento econômico interno. Depois de passar uma hora e meia na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) explicando as razões que levaram o governo as recentes medidas econômicas, o ministro Funaro afirmou que o governo brasileiro negociará com os credores externos uma menor transferência de recursos.

O ministro disse ao episcopado que os ajustes ao Plano Cruzado foram necessários para conter a demanda, considerando que o Brasil não poderia continuar crescendo na proporção de 20% em dois anos. Também não poderia aumentar o Imposto de Renda, penalizando as camadas que ganham até cinco salários mínimos, como ocorria no passado.

Perguntado pelo bispo de Santos, d. David Picão, sobre a ausência de produtos no mercado, Dilson Funaro disse que, com o Plano Cruzado, o aumento da oferta de carne subiu de 12 mil para 16 mil toneladas. Quanto ao sal, o ministro se limitou a dizer que ocorreram problemas com as salinas do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além disso, "as donas-de-casa" estocam produtos a cada notícia de menor oferta no mercado.

Tadashi Nakagomi

Funaro encontra d. Ivo Lorscheiter

O ministro admitiu que o aumento do preço do combustível (álcool e gasolina) poderá ter uma pequena influência no falor final dos produtos comercializados nas feiras, cujo transporte é feito por pequenos e médios comerciantes. Entretanto, não haverá uma influência significativa já que o governo poupou de reajuste o óleo diesel, utilizado pelos transportes de grandes cargas. Dilson Funaro afirmou que a classe média teve este ano um ganho real de 17% e que no próximo ano, se mantido o nível de crescimento deste ano, haverá um aumento de 2 a 3%. Isso significa que "não correremos o risco de uma recessão residual", garantiu o ministro ao sociólogo e assessor da CNBB, padre Fernando Bastos de Ávila.

O presidente CNBB, d. Ivo Lorscheiter, negou que a Igreja esteja se alinhando ao governo e ao PMDB para que os credores brasileiros ofereçam melhores condições de negociação da dívida externa.

Repercussão

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), pediu ontem, da tribuna, a união de todos os partidos em torno do presidente Sarney para uma negociação da dívida externa que atenda aos interesses nacionais e admitiu até a cessação dos pagamentos, "se a isso formos levados".

A hipótese de uma moratória unilateral, a ser adotada pelo Brasil, não deve ser inteiramente descartada pelo governo, na opinião de alguns empresários ouvidos ontem pela Folha.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

10-12-86 V

FOTOS J. DINIS

...dre Maraglio, o Motel Status e Maria das Dores: aventura com final inglório

Polícia

...ersão póstuma

...NBB quer provar que padre ...io morreu no motel

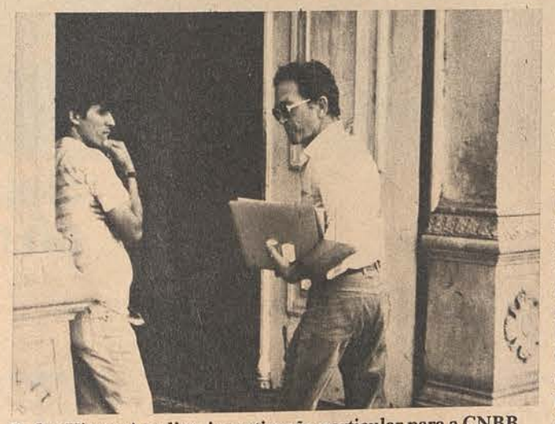
...ma versão de insustentável leveza, divulgada na semana passada pelo ...essor de imprensa da Conferência Na...nal dos Bispos do Brasil (CNBB), pa... Arnaldo Beltrami, exumou um assun... condenado ao esquecimento, que na ...oca de sua ocorrência tanto desconforto ...via causado à Igreja Católica no país. A ... de outubro, o padre italiano Maurizio ...raglio, 40 anos, que há três vivia no ...s, sofreu um ataque cardíaco numa das ...es do Status Motel, em São Luís do ...aranhão, onde se instalara na compa...a de uma mulher. Levado ao hospital, ... morreu instantes depois. Se...ado o assessor de imprensa da ...BB, nada disso aconteceu. ... sua versão, o padre Mara...o, um sacerdote ligado à ala ...uerda da Igreja, teria sido ...turado e assassinado "numa ...enação para denegrir a Igreja ...ólica". Ao fazer essa denún..., o porta-voz da entidade ain... acusou o governador Luiz ...cha, do Maranhão, e seu se...ário de Segurança, coronel ...o Ribeiro da Silva Júnior, de ...ontagem de farsa".

...O surpreendente é que, sendo ...a a opinião da CNBB, a enti...e não haja empreendido jun...s autoridades policiais, judi...ias e políticas do país o mes-mo esforço detonado no caso do padre Josimo Moraes Tavares, morto a tiros em Imperatriz, no Maranhão, no começo do ano, em conseqüência de conflitos de terras. Uma acusação de tortura e assassinato de quem quer que seja é algo com gravidade suficiente para ser apurada a fundo, sobretudo para que a impunidade de seus autores não estimule a sua repetição. Em vez disso, a CNBB preferiu agir por conta própria, procedendo a uma investigação particular coordenada pelo padre e advogado canadense Victor Asselim, um colega do morto que até o final da semana passada não havia apresentado publicamente nenhuma prova favorável à versão da entidade.

CASA DE MULHERES — Se o tempo trabalhava a favor do esquecimento das circunstâncias da morte do padre Maraglio, agora opera efeito contrário. Quanto mais se investiga, mais aparecem indícios de que ele efetivamente foi ao Status Motel por sua espontânea vontade. Acusados de envolvimento em um suposto crime de tortura e morte, o governador Rocha e o secretário Silva Júnior deram o troco, liberando detalhes sobre a morte do padre Maraglio. Na tarde de 28 de outubro, de acordo com as duas autoridades, o religioso foi até o Drink Fátima, uma casa de mulheres do bairro de Olho D'Água, vestindo trajes civis e se apresentando apenas como "Maurício". Procurava por "Cristina", 16 anos, com quem já estivera duas vezes. Como a garota se encontrasse viajando, padre Maraglio contratou outra prostituta, Maria das Dores de Sousa Rocha, 25 anos, para acompanhá-lo ao Status Motel.

No seu depoimento, Maria das Dores confirmou tudo. Contou que, ao chegar ao Status Motel, o padre Maraglio lhe deu as chaves do apartamento número 4. "Ele não demonstrava a menor preocupação", afirma Maria das Dores. Quando entrou no apartamento, olhou para trás e viu o religioso caindo sobre a porta, com uma das mãos no peito. Gritou por socorro e três homens vieram acudir, um dos quais, engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce, ocupava a suíte vizinha. Solidária com o cliente, Maria das Dores o acompanhou até o hospital, onde só então ficou sabendo que estava com um religioso. "Saí com ele porque não sabia que era padre", desculpou-se a mulher.

Todos esses detalhes foram apurados num inquérito policial instaurado por ordem do governador e do secretário. A CNBB estranha esse procedimento. Para o padre Asselim, coordenador da investigação da entidade, as autoridades reconhecem a possibilidade de a morte do padre Maraglio não ter sido natural, já que só se abre inquérito quando há suspeita de que ela não haja ocorrido naturalmente. A explicação para o procedimento, no entanto, é simples: o governador e o secretário vivem às turras com a Igreja progressista do Maranhão, na qual o padre Maraglio militava. Mandaram instaurar o inquérito justamente por isso: para aproveitar a falha humana de um de seus membros e tentar desmoralizar a instituição. O certificado de óbito do padre Maraglio foi assinado por três médicos legistas, que atestaram a morte por enfarte agudo do miocárdio e garantiram não haver no seu corpo qualquer marca de sevícia. ●



Padre Victor Asselim: investigação particular para a CNBB

Fim da linha

Polícia francesa prende Michel Frank

Desde que conseguiu fugir do Brasil, em 1977, para se livrar do julgamento pelo assassinato de Cláudia Lessin Rodrigues, o empresário Michel Frank tornou-se um símbolo da impunidade que protege as pessoas mais abastadas ante os rigores da lei. Nove anos mais tarde, Michel Frank está preso — na França. Em sua biografia, da qual já constavam um crime de morte e o consumo de cocaína, a polícia francesa acrescentou um novo dado: tráfico de drogas. Segundo suas investigações, em companhia de outras duas brasileiras, Ângela Conrado Brassier, 32 anos, especialista em promover shows musicais na Europa e nos Estados Unidos, e de Beatriz Osorio Zuchi, 30 anos, Michel Frank tornou-se chefe de uma quadrilha que exportava cocaína do Brasil para vendê-la na França e na Suíça — e dessa forma sustentava um nível de vida de alto padrão.

Em Besançon, a 413 quilômetros de Paris, onde Michel Frank está detido, o juiz Martin Saint-Leon acredita que começou a puxar a ponta de um grande novelo do tráfico. No momento em que foi preso, num hotel de luxo em Paris, em 27 de novembro, Michel Frank não carregava 1 grama da droga consigo. Uma de suas cúmplices, porém, a francesa Claude Kuan, 24 anos, foi detida numa revista feita num trem que a levaria da França para a Suíça transportando uma carga de 70 gramas de cocaína — e foi dessa forma que as investigações avançaram. Após os interrogatórios, estavam implicadas as duas brasileiras e também Michel Vogel, 22 anos, um suíço que mantinha as aparências como gerente de uma galeria de arte. Pelos indícios que já foram reunidos, Michel Franck pode ser processado como contrabandista de uma carga total de quase 10 quilos de cocaína — quantia suficiente para obrigá-lo, caso seja condenado, a enfrentar pelo menos dez anos de prisão.

PRESSÕES BRASILEIRAS — Com direito a conversar apenas com seus advogados, Michel Frank transformou-se num troféu disputado por três países. Na Suíça, onde goza de dupla nacionalidade e recebeu abrigo nove anos atrás, agora o clima é outro — e a polícia desse país também dispõe de provas para incriminá-lo. Filho do empresário Egon Frank, dono da marca de relógios Mondaine, de Manaus, Michel Frank também é cobiçado pela Justiça do Brasil. Na sexta-feira passada, a embaixada brasileira em Paris enviou um telex ao governo francês, formalizando um pedido de extradição que permitiria julgá-lo no Rio de Janeiro. "Penso que ele pode vir dentro de sessenta ou noventa dias", afirma o secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Nilo Batista. "Continuo esperando justiça", afirma Hilton Calazans Rodrigues, pai de Cláudia Lessin Rodrigues, morta aos 21 anos durante uma noitada de cocaína em companhia de Michel Frank e do cabeleireiro George Khour. Contra as esperanças brasileiras, porém, marcham as pressões da Suíça, que mantém um tratado de extradição com a França — o que não ocorre com o Brasil.

AGÊNCIA JB

O GLOBO

Os pais de Cláudia Lessin Rodrigues e Michel Frank: "Esperamos justiça"

Petista levará posições da Igreja à Constituinte

3/1/12/18700

KAZUMI KUSANO
Da Reportagem Local

Plínio de Arruda Sampaio, eleito deputado federal com 63.899 votos (foi o segundo mais votado dos oito eleitos pelo PT paulista), defenderá no Congresso constituinte posições assumidas pela Igreja através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), das comunidades eclesiais de base e das pastorais. Este advogado de 56 anos, com mestrado em Desenvolvimento Econômico Internacional pela Universidade de Cornell (EUA), disse nesta entrevista à Folha que considera ultrapassado o ideário político democrata-cristão e que evoluiu para uma posição "socialista democrática", que considera a mais correta para seu partido.

Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Arruda Sampaio é dono de um currículo político que o credencia como um dos parlamentares mais experientes do PT. Respeitado por adversários, ganhou fama de bom interlocutor por seu comportamento marcado pela ponderação. Deputado federal eleito pelo PDC em 1962, foi cassado em 1964, tendo se exilado no Chile. Foi também subchefe da Casa Civil e coordenador do plano de ação do governo Carvalho Pinto (1958-61) e secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura paulistana na gestão de Prestes Maia (1961-62).

A entrevista, iniciada às 18h50 do último dia 22, teve que ser feita por telefone, porque tinha um compromisso inadiável em seguida: a formatura de seu filho Fernando, 22, que se graduou em Economia pela USP. Na manhã seguinte, viajou para duas semanas de férias em São João da Boa Vista (364 km ao norte de São Paulo).

Folha — Da bancada paulista do PT, o sr. é o deputado federal que tem mais vinculação com a Igreja. Que posições da Igreja o sr. pretende defender no Congresso constituinte?

Plínio de Arruda Sampaio — Eu sou um homem que tem muito voto entre o pessoal militante da Igreja. Na Igreja —e, antes da Igreja, na CNBB—, nós defendemos fortemente que a Constituinte introduza mecanismos para uma redistribuição mais ampla da renda do Brasil. A Igreja está lutando muito pela reforma agrária; pela reforma do sistema educacional, de maneira a valer a educação gratuita para todos; por uma nova lei de solo urbano, para atacar de frente a questão das favelas e pela participação popular, ou seja, a participação do povo nas decisões políticas. Eu noto uma grande coincidência entre esses pontos e a plataforma do Partido dos Trabalhadores, de modo que eu estou numa situação muito cômoda.

Folha — Como constituinte, pedirá orientação à Igreja em relação a determinadas questões que serão suscitadas?

Plínio — Nada especial além do que tenho feito até hoje. Eu sou um homem ligado às bases da Igreja —as comunidades eclesiais de base, as pastorais. Eu nasci nisso, fui da Juventude Universitária Católica (JUC). De modo que vou continuar tendo contato normal com esses movimentos.

Folha — Como egresso do antigo PDC, o sr. se considera ainda um democrata-cristão?

Plínio — Não, eu diria que eu me considero democrata e me considero um cristão. Mas a associação dessas duas palavras num partido já pertence à história. Eu me desliguei dessa proposta política por considerá-la inadaptada à situação brasileira. Eu evolui de uma posição democrata-cristã para uma posição socialista democrática, a meu ver correta para o Partido dos Trabalhadores.

Folha — Socialismo em que moldes?

Plínio — O socialismo no qual a gente está apostando para o Brasil não tem um modelo no qual a gente possa se espelhar. Acho fundamental entender que se tudo na vida precisasse de um modelo anterior, não haveria avanços na história. Temos várias referências, processos básicos, e não modelos.

Folha — O sr. se aproximaria mais então da social-democracia européia?

Plínio — Não, porque a social-democracia européia não é uma proposta socialista, mas uma proposta capitalista, de um capitalismo atento às reivindicações dos trabalhadores. É diferente de uma proposta socialista, que busca realmente ver a economia sob um novo ângulo, não sobre o ângulo da fundação do capital, mas com todos os atributos da democracia moderna. Queremos fazer um socialismo que se inspire em todas as lutas do povo pela liberdade, pela democracia e igualdade, mas não necessariamente neste ou naquele processo revolucionário, neste ou naquele país. Em todas essas lutas há essa mesma busca de liberdade que eu gostaria que houvesse aqui, através de um Partido dos Trabalhadores engajado nas linhas do socialismo democrático.

Folha — Que críticas o sr. faria ao chamado "socialismo real"?

Plínio — A crítica normal que todos fazem, de falta de liberdade.

Folha — O sr. se considera marxista?

Plínio — Não. Eu uso elementos do marxismo na minha análise. Eu acho que hoje é impossível você fazer uma análise social sem usar elementos do marxismo, que constituem certos avanços da concepção da humanidade e devem ser incorporados ao pensamento, da mesma forma que elementos da Física, por exemplo.

Folha — Então com que pensadores o sr. se identifica?

Plínio — Meu caro, eu aprendi com tanta gente que eu já não sei bem com quem me identifico... Um pouco da minha vida eu me identifiquei muito com o padre Lebret, com o

CEDIM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Jacques Maritain; outro tempo eu já me identifiquei bastante com o Marx, com certas análises do Poulantzas (Nikos Poulantzas, filósofo marxista grego), que eu considero extremamente importantes; tem certas reflexões até do Norberto Bobbio (filósofo liberal, senador vitalício da Itália, ligado ao Partido Socialista Italiano) que eu considero formidáveis. Eu não sou um homem fixado num pensamento, corrente ou teoria específica. Tenho também uma identificação muito grande com a "Teologia da Libertação", que usa muitas categorias marxistas de análise na sua mediação sócio-analítica.

Folha — Como o sr. se sente dentro do PT, sendo socialista mas considerado da "ala direita" do partido?

Plínio — Sempre se procura colocar um pensamento de esquerda, um pensamento menos radicalizado como pensamento de direita. Eu procuro ter dentro do PT uma posição que eu considero realista, compatível com o estágio de desenvolvimento das forças políticas do Brasil e, portanto, com os avanços que são possíveis na direção do socialismo. Alguns rotulam essa posição à direita, outros como uma posição de centro-esquerda, outros a consideram a legítima posição da esquerda. Aí já é um julgamento valorativo de quem aprecia a conduta. A minha conduta baseia-se sempre em torno do seguinte: qual é o avanço possível, dadas as nossas forças e as forças dos nossos adversários.

Folha — O sr. não acha necessário o PT avançar no sentido de entendimentos com outros partidos?

Plínio — Elegemos apenas dezesseis deputados federais. No âmbito da Constituinte, a fim de aumentar a eficácia da nossa bancada, tenho defendido a tese de que devemos procurar unir forças com deputados de outros partidos —do PDT, PMDB, PSB, PCB e PC do B— que estejam dispostos a trabalhar por uma plataforma comum de pontos a serem incluídos na Constituição.

Folha — O chamado "bloco progressista".

Plínio — Seria uma espécie de bloco progressista. Tivemos essa idéia em Brasília, eu a apresentei ao partido e a estamos trabalhando dentro do partido, discutindo na bancada. Depois, vamos levá-la aos diretórios, a um encontro nacional, e procurar os deputados de outros partidos formalmente, oficialmente.

Folha — O sr. defende a mobilização popular para pressionar o Congresso constituinte?

Plínio — Tenho defendido muito isso. Acho que inclusive deveríamos montar mecanismos para que o povo possa saber o que estará acontecendo. Estamos advogando, por exemplo, que haja um noticiário diário na televisão sobre o que estará acontecendo na Constituinte, para que o povo possa se somar. Estamos advogando também formas de participação das organizações populares no debate. As comissões que se formarem para examinar pontos específicos convidariam as organizações populares. As que trabalham com o menor abandonado seriam ouvidas oficialmente. Estamos examinando uma fórmula, que surgiu no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, segundo a qual grupos que apresentarem abaixo-assinados com um mínimo de 50 mil assinaturas teriam direito a falar em plenário. Achamos tudo isso vital para que a Constituição responda aos anseios do país.

Folha — O sr. acha que dessa forma será possível corrigir as distorções provocadas pela convocação de um Congresso com poderes constituintes, e não de uma Assembléia Nacional específica?

Plínio — Acho que pode corrigir boa parte, se não for possível fazer um ato convocatório (de uma Assembléia Nacional Constituinte), até porque a situação do país é outra.

Folha — Como presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), que propostas o sr. pretende apresentar para que a reforma avance de fato?

Plínio — Vamos realizar um congresso nos dias 21 e 22 de fevereiro, em Brasília, para definir nossas propostas. Primeiro, estamos pensando em colocar limites na propriedade rural, da mesma forma como existe uma lei antitruste. A terra também pode se constituir em um truste se for monopolizada, açambarcada. Queremos penalizar o não-uso da terra. A propriedade é uma coisa produtiva, supõe o seu uso dentro de um prazo.

— Os atuais critérios para as terras ociosas ou improdu- são adequados?

nio — Eu acho que não são. Além do que são muito genéricas, para o Estado inteiro. Eu imagino condições locais, critérios por região, de acordo com a aptidão, as condições reais de produção agrícola, a ecologia, compreendendo não só as condições naturais como também a econômica. Acho necessário também a criação de um mecanismo jurídico de apropriação das terras ociosas ou improdutivas pelo Estado. Houve catorze decretos de desapropriação em São Paulo, mas o governo só obteve a imissão de posse de uma propriedade rural.

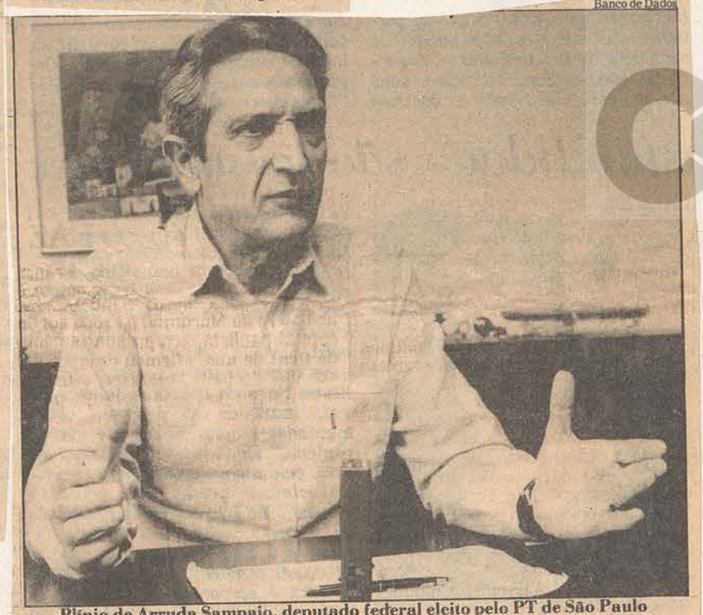
Folha — Sendo o atual governo de transição, quais seriam os obstáculos ao maior avanço das mudanças?

Plínio — Os obstáculos estão em que o governo é mais sensível às feridas da burguesia do que ao machucado do povo. Toda vez que mexe numa parte sensitiva, ele é extremamente cuidadoso, lento e volta para trás. E quando mexe no povo, não.

Folha — O Plano Cruzado ainda pode ter sucesso ou já fracassou?

Plínio — O Plano Cruzado é uma medida adjetiva, não substantiva. Dá um arranjo na economia na expectativa de outros arranjos. O que está faltando são os outros arranjos, porque eles dóem na burguesia.

Banco de Dados



Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal eleito pelo PT de São Paulo

Constituinte

LOCAL

Leigos se reúnem em São Paulo para preparar o Sínodo dos bispos

JOC realiza congresso de jovens trabalhadores

A JOC (Juventude Operária ólica) realizará entre os dias 4 de setembro a etapa final do Congresso Nacional de Jovens abalhadores, no ginásio Prosor José Liberato (antigo ginán Independência), no municíde Osasco, em São Paulo. O ngresso é realizado em etapas, nível de cidade, estados e giões, sendo a última de caráter nacional.

Os grandes problemas que afetam a juventude trabalhadora no Brasil serão discutidos. Os principais objetivos do Congresso são a descoberta da realidade em que vivem os jovens trabalhadores; a análise e denúncia pública desta realidade (traçando compromisso de ação na busca de soluções das causas desta situação) e a tentativa de levar os jovens a assumir o seu papel como parte integrante da classe operária, se somando com o conjunto do movimento operário na luta pela construção de uma sociedade alternativa.

Mas a proposta majoritária entre a coordenação nacional da Anampos é de que seja criada uma entidade que articule os movimentos populares, a partidária e aberta a todos os movimentos, independentemente de que tenha a hegemonia, como afirma Devanir. "Será uma entidade realmente democrática e aberta à participação de todos os movimentos populares".

Cerca de 600 militantes deverão participar do Encontro Nacional da Anampos. Cada município escolherá representantes de cada movimento específico ou entidade, devendo ser feita a homologação dos nomes nos encontros estaduais. A Anampos, integrada hoje por militantes do PT, PDT e também do PMDB, não é uma entidade, mas apenas uma articulação de pessoas, que defendem propostas comuns de articulação junto aos movimentos populares, como esclareceu o representante da coordenação.

- celebrar a caminhada e presença do leigo na Igreja e como Igreja na sociedade.

Participarão do encontro: um representante por diocese, dois por equipe regional de articulação dos leigos ou conselho regionais de leigos, seis de CEBs por regional da CNBB, seis por movimento e pastoral pertencentes ao Conselho Nacional de Leigos, seis teólogos leigos.

Para que o encontro seja expressão de Igreja, estarão presentes como convidados o Cardeal Eduardo Pironio, presidente do Pontifício Conselho para os Leigos, os bispos da Presidência da CNBB, os bispos brasileiros, delegados ao Sínodo, representantes da CRB, do CNC e de vários organismos presentes na caminhada de Igreja.

Encerramento

Participarão pelas dioceses apenas um representante de cada uma, o que já dá um número elevado de pessoas. Tentanto atender os cristãos das paróquias e comunidades, o Conselho Nacional de Leigos resolveu fazer o encerramento do encontro, não em Mariápolis, mas na Catedral da Sé, dia nove de agosto, domingo, às 15h00.

Neste ano acontecerá o Sínodo dos Bispos sobre a "Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo". Este Sínodo vem provocando, desde sua convocação, uma reflexão sobre a presença dos leigos, seu lugar na Igreja e sua ação na sociedade. E, como não poderia deixar de ser, o Sínodo está acontecendo entre nós.

Num processo de preparação para o Sínodo, o Conselho Nacional de Leigos considerou importante realizar um Encontro Nacional de Leigos, em que serão elaboradas propostas a serem encaminhadas ao Sínodo pelos bispos brasileiros que dele participarão. O Encontro acontecerá nos dias 7, 8 e 9 de agosto, em São Paulo, no Centro Mariápolis. O tema será: Leigos, presença, compromisso, participação: Igreja e mundo.

O Encontro será um momento de intercâmbio de experiências e de inquietações, na busca de assumir cada vez mais a caminhada da Igreja no Brasil. A Missão de anunciar Jesus Cristo e trabalhar para a construção do Reino de Deus vai também fazendo acontecer a nova sociedade. Esse assumir supõe um laicato organizado e participativo. Daí o encontro reforçar a necessidade cada vez maior dos leigos se organizarem.

Objetivos

São três os principais objetivos deste Encontro Nacional de Leigos:

- preparar propostas para o Sínodo dos Bispos e para a Igreja do Brasil.

- reforçar a articulação dos leigos do Brasil.

...intitulado "Pacote de Abril".

Proliferação de seitas une CNBB na luta contra elas

ITAICI, SP — O avanço e a proliferação das seitas religiosas é um dos raros temas, até o momento, a unir progressistas e conservadores na 28ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aberta na semana passada e que será encerrada no dia 4. Nenhum representante das duas alas esconde a enorme preocupação com o crescimento do número das seitas no País.

A situação levou o Cardeal Primaz do Brasil e Arcebispo de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, a criar uma comissão para estudar o assunto, com católicos e pastores metodistas, das Igrejas Batista, Presbiteriana e Episcopal. Eles estão preocupados com as seitas, em particular com a Igreja Universal do Reino de Deus, do Pastor Edir Macedo, que reuniu 150 mil pessoas no Maracanã. O Instituto de Teologia da Universidade Católica da Bahia concluiu que a seita apela ao fatalismo e explora a ação do demônio.

— É estelionato, pois eles exigem dinheiro — advertiu Dom Lucas.

A ala conservadora da Igreja foi derrotada ontem: as Comissões Jurídica e Permanente da CNBB decidiram que o Padre Reginaldo Veloso, da Diocese de Recife e Olinda, continuará na 28ª Assembléia. Dom Lucas Moreira Neves, Presidente da Comissão Jurídica, explicou que, segundo a Lei nº 1.033, do Código do Direito Canônico, Veloso está suspenso somente de celebrar missas e ministrar sacramentos "e não suspenso em toda a Igreja".

Padre Veloso tem feito oposição ao Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, liderando parte das ações do Clero pernambucano contra o prelado. Vinha se indispondo com Dom Cardoso desde que este apoiou o fechamento, por parte da Santa Sé, de dois seminários que adotavam a linha da Teologia da Libertação. Em novembro Dom Cardoso suspendeu o Padre, impedindo-o de celebrar missa. Em uma postura desafiadora, Padre Veloso não celebra missas, mas continua participando das liturgias e coordenando os cânticos.

- celebrar a caminhada e presença do leigo na Igreja e como Igreja na sociedade.

Participarão do encontro: um representante por diocese, dois por equipe regional de articulação dos leigos ou conselho regionais de leigos, seis de CEBs por regional da CNBB, seis por movimento e pastoral pertencentes ao Conselho Nacional de Leigos, seis teólogos leigos.

Para que o encontro seja expressão de Igreja, estarão presentes como convidados o Cardeal Eduardo Pironio, presidente do Pontifício Conselho para os Leigos, os bispos da Presidência da CNBB, os bispos brasileiros, delegados ao Sínodo, representantes da CRB, do CNC e de vários organismos presentes na caminhada de Igreja.

Encerramento

Participarão pelas dioceses apenas um representante de cada uma, o que já dá um número elevado de pessoas. Tentanto atender os cristãos das paróquias e comunidades, o Conselho Nacional de Leigos resolveu fazer o encerramento do encontro, não em Mariápolis, mas na Catedral da Sé, dia nove de agosto, domingo, às 15h00.

Neste ano acontecerá o Sínodo dos Bispos sobre a "Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo". Este Sínodo vem provocando, desde sua convocação, uma reflexão sobre a presença dos leigos, seu lugar na Igreja e sua ação na sociedade. E, como não poderia deixar de ser, o Sínodo está acontecendo entre nós.

Num processo de preparação para o Sínodo, o Conselho Nacional de Leigos considerou importante realizar um Encontro Nacional de Leigos, em que serão elaboradas propostas a serem encaminhadas ao Sínodo pelos bispos brasileiros que dele participarão. O Encontro acontecerá nos dias 7, 8 e 9 de agosto, em São Paulo, no Centro Mariápolis. O tema será: Leigos, presença, compromisso, participação: Igreja e mundo.

O Encontro será um momento de intercâmbio de experiências e de inquietações, na busca de assumir cada vez mais a caminhada da Igreja no Brasil. A Missão de anunciar Jesus Cristo e trabalhar para a construção do Reino de Deus vai também fazendo acontecer a nova sociedade. Esse assumir supõe um laicato organizado e participativo. Daí o encontro reforçar a necessidade cada vez maior dos leigos se organizarem.

Objetivos

São três os principais objetivos deste Encontro Nacional de Leigos:

- preparar propostas para o Sínodo dos Bispos e para a Igreja do Brasil.

- reforçar a articulação dos leigos do Brasil.

...Pacote de Abril".

Proliferação de seitas une CNBB na luta contra elas

ITAICI, SP — O avanço e a proliferação das seitas religiosas é um dos raros temas, até o momento, a unir progressistas e conservadores na 28ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aberta na semana passada e que será encerrada no dia 4. Nenhum representante das duas alas esconde a enorme preocupação com o crescimento do número das seitas no País.

A situação levou o Cardeal Primaz do Brasil e Arcebispo de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, a criar uma comissão para estudar o assunto, com católicos e pastores metodistas, das Igrejas Batista, Presbiteriana e Episcopal. Eles estão preocupados com as seitas, em particular com a Igreja Universal do Reino de Deus, do Pastor Edir Macedo, que reuniu 150 mil pessoas no Maracanã. O Instituto de Teologia da Universidade Católica da Bahia concluiu que a seita apela ao fatalismo e explora a ação do demônio.

— É estelionato, pois eles exigem dinheiro — advertiu Dom Lucas.

A ala conservadora da Igreja foi derrotada ontem: as Comissões Jurídica e Permanente da CNBB decidiram que o Padre Reginaldo Veloso, da Diocese de Recife e Olinda, continuará na 28ª Assembléia. Dom Lucas Moreira Neves, Presidente da Comissão Jurídica, explicou que, segundo a Lei nº 1.033, do Código do Direito Canônico, Veloso está suspenso somente de celebrar missas e ministrar sacramentos "e não suspenso em toda a Igreja".

Padre Veloso tem feito oposição ao Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, liderando parte das ações do Clero pernambucano contra o prelado. Vinha se indispondo com Dom Cardoso desde que este apoiou o fechamento, por parte da Santa Sé, de dois seminários que adotavam a linha da Teologia da Libertação. Em novembro Dom Cardoso suspendeu o Padre, impedindo-o de celebrar missa. Em uma postura desafiadora, Padre Veloso não celebra missas, mas continua participando das liturgias e coordenando os cânticos.

GERAIS

Campanha da CNBB terá fome por tema

Porto Alegre – O tema da próxima Campanha da Fraternidade será "grave e dramático" e, no caso especial do Brasil, "chega a ser chocante", pois vai tratar da fome, "a fome cruel que atinge e tortura milhões de brasileiros", disse o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. Ao comentar o assunto, ontem, o bispo demonstrou a esperança de que a campanha, a ser iniciada no dia 20 de fevereiro, sirva para conscientizar a todos sobre o problema, suas causas e seus remédios, trazendo como resultados "real apoio à agricultura", emprego para todos e "justo salário".

"A terra tem bastante para a necessidade de cada um, não tem bastante para a ganância de cada um". Estas palavras de Mahatma Gandhi, foram citadas por d. Ivo, em seu programa radiofônico semanal "Palavra do Pastor", transmitido ontem pela Rádio Medianeira, de Santa Maria (RS), segundo o bispo. Isto porque "ninguém deixará de reconhecer que, com suas riquezas, suas terras, florestas e águas o país poderia e deveria ser bom para todos os brasileiros."

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Jarbas Passarinho

Uma nova questão religiosa?

Declarações atribuídas ao ministro da Justiça tiveram contrapartida em outras proferidas pelo presidente da CNBB. Aparentemente, um conflito. Ou potencialmente?

Que teria dito de insólito o ministro Brossard? Ao que sei, nada. Lembrou ele que desde a edificação do regime republicano, a Igreja e o Estado, no Brasil, são separados por fronteiras nítidas, entre o temporal e o espiritual. Rui Barbosa, mestre do afeto especial do ministro, sofreu acusações injustas, por defender essa separação. O menos que dele disseram foi que era um herege. Defendendo-se, escreveu Rui: "Desde 1876 que eu pregava contra o consórcio da Igreja com o Estado; mas nunca o fiz em nome da irreligião: sempre em nome da liberdade: Ora, liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade, sem religião".

Já Dom Ivo Lorscheiter, não conseguindo disfarçar grande irritação, chegou a falar em fascismo, para referir-se ao Governo. O azedume do sr. bispo deveu-se, ao que se publica, a dois fatos: a demissão do ministro Nelson Ribeiro, precedida da afirmativa do ministro da Justiça de que a reforma agrária é assunto temporal, pertinente ao Estado, e a de supostas dificuldades para o visto de entrada, no Brasil, de religiosos católicos. Nesse ponto, o dirigente maior da CNBB chegou ao elogio indireto (quem diria?) da Velha República...

Não creio que isso venha a desembocar numa reedição da "Questão Religiosa", que esteve latente no regime pós-64. Fora de dúvida que a delimitação precisa entre o temporal e o espiritual é muito difícil. Os padres nunca deixaram de tomar partido político, não evidentemente como instituição, mas em caráter pessoal. Ninguém é apolítico, embora haja quem se diga tal, exatamente porque desconhece o que seja política. Criticando respeitosamente a opção socialista de parte da Igreja, pois se é católica é universal, e dado que socialismo é, hoje, uma palavra cheia de ambiguidades, fui objeto de agressiva, intolerante e violenta campanha política e eleitoral. Aprendi minha lição de que, sendo homens, os sacerdotes também podem ser apaixonados e injustos.

Rui Barbosa, porém, nunca chegou ao ponto a que chega o governo polonês, por exemplo. De Varsóvia nos vêm notícias de uma proclamação do partido comunista, em resposta à crítica da Igreja Católica à política oficial, que obriga os estudantes, desde o primeiro grau, à obediência ao ateismo. O órgão oficial do PC polonês contra-atacou: "O partido combaterá todas as formas de clericalismo, que negam o caráter secular das instituições públicas. Deter o amplo clericalismo militante é um dever do Estado, para evitar que, na prática, a Igreja se coloque acima do Estado e da lei".

Não há regime comunista que não se fundamente no ateismo, como doutrina oficial: ela é antiateísta necessariamente. Do contrário, seria negar o materialismo histórico. Algo assim como ser católico e negar os dogmas. Combater o materialismo é, pois, uma obrigação de consciência dos católicos. Não é outra a lição que acaba de nos dar o Santo Padre em sua recentíssima encíclica. Entenda-se, porém, que o materialismo não é apenas o materialismo dialético, filosofia em que se baseia o marxismo, mas igualmente aquele que faz do dinheiro o seu deus e pela ganância esmaga o homem. Quanto a isso, não deve haver fronteiras entre nós, já que o terreno nos é comum, razão pela qual não vejo perigo na reedição de uma "Questão Religiosa".

Jarbas Passarinho escreve sempre às quartas-feiras nesta coluna.

D. Ivo quer a CNBB na campanha contra o fumo

PORTO ALEGRE – Ao lembrar que a Igreja Católica "tem a grande tarefa e o claro propósito de defender e promover a vida humana", o presidente regional da CNBB e ex-presidente nacional da entidade, D. Ivo Lorscheiter, defendeu ontem o engajamento da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil na campanha contra o fumo. D. Ivo lembrou o quinto mandamento – "Não matarás" –, para destacar que a Igreja não pode permanecer omissa nessa nova conscientização e ação contra o fumo.

– Está, pois, aqui o angustioso apelo da Igreja, que faz seus os dizeres multiplicados em cartaz, pelo Ministério da Saúde: "Não fume, já temos doentes demais" – acrescentou D. Ivo, na sua alocução radiofônica semanal pela Rádio Medianeira de Santa Maria, onde é bispo diocesano.

Diante da nova e recente campanha do Ministério da Saúde de combate ao fumo, D. Ivo lembrou que o Brasil é, proporcionalmente, o terceiro País do mundo em número de fumantes, só sendo superado pela Polônia e pela Grécia. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o tabagismo é o maior problema da saúde pública.

D. Ivo Lorscheiter frisou, ainda, que o fumo está entre as causas principais de graves enfermidades, como infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, aneurisma da aorta, câncer do pulmão, da laringe, da língua e dos lábios, entre outras doenças.

Em discussão aborto e Aids

BRASÍLIA (Sucursal) – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – vai realizar esta semana em Brasília reunião informal com seus membros, presidida por Dom Luciano Mendes, seu presidente, para análise da tese de liberação do aborto cirúrgico e prevenção contra Aids.

Segundo previsão do Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, a posição da Igreja Católica em relação ao aborto é "irredutível", não se justificando nem mesmo em casos em que a mulher grávida tenha contraído Aids.

Dom José Freire critica a posição do Ministro da Saúde, Borges da Silveira, que pretende defender a liberação do aborto. O Ministro se comprometeu a defender o aborto junto aos constituintes. Em apoio à Comissão Nacional dos Direitos da Reprodução Humana, que está lutando para que seja legalizado.

O Arcebispo de Brasília argumenta que a própria Aids é originária de comportamento humano, em relação ao sexo, combatido pela Igreja com toda veemência através dos séculos. Ele não vê possibilidade de que "nos novos tempos" essa posição venha a ser revista.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRRJ

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Bibliothek
18020
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – UFRJ